



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FABIANE LUZIA MENEZES

**IDENTIDADES E MEMÓRIA:**  
A GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ  
DE 1988

FABIANE LUZIA MENEZES

**IDENTIDADES E MEMÓRIA:**  
A GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ  
DE 1988

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social, na linha de Pesquisa: História e Ensino.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Heloisa Molina

Londrina  
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M543i Menezes, Fabiane Luzia.

Identities e memória: A greve dos professores do Estado do Paraná de 1988. /

Fabiane Luzia Menezes – Londrina, 2012.

321 f. : il.

Orientador: Ana Heloísa Molina.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Memória – Teses. 2. Identidade – Teses. 3. Movimento grevista – 1998– Teses.  
4. Professores – Teses. I. Molina, Ana Heloísa. II. Universidade Estadual de  
Londrina. Centro de Ciências Humanas e Letras. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

CDU 930.1:371.12

FABIANE LUZIA MENEZES

**IDENTIDADES E MEMÓRIA:**  
A GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ DE 1988

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Heloisa Molina  
UEL – Londrina - PR

---

Profa. Dra. Helenice Ciampi  
PUC – São Paulo - SP

---

Profa. Dra. Regina Célia Alegro  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 17 de outubro de 2012.

*Dedico este trabalho aos meus amados  
e queridos pais Francisco e Marlene,  
ao meu esposo e grande companheiro, Wagner,  
e à razão da minha vida, Heitor.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou grata à Deus pela vida, pela capacidade, pela saúde, por ser meu amparo e minha fortaleza. A jornada se tornou menos penosa e mais tranquila graças à inspiração e segurança dadas pelo meu Senhor.

Agradeço imensamente aos meus amados pais, Francisco e Marlene, que me ensinaram as primeiras lições da vida, me preparando para o mundo, me fornecendo as bases para saber lidar de forma positiva e confiante com a vida. Eles me ensinaram o valor do conhecimento e a importância de buscar sempre o melhor.

Ao meu amado esposo, Wagner, companheiro de todos os momentos, sempre ao meu lado, me apoiando em todas as situações. Agradeço pelo incentivo nos estudos, e pela compreensão que teve com minha ausência mesmo estando presente.

À todos os professores que me acompanharam na trajetória do conhecimento até aqui alcançado, desde as primeiras letras, os primeiros numerais. Em especial, agradeço à professora Ana Heloisa Molina, minha orientadora, que além de guiar os passos desta pesquisa se mostrou bastante amiga, me apoiando em todos os momentos.

Às minhas irmãs, Simone, Andréia e Denise, pela amizade e cumplicidade. Obrigada pelo incentivo e por estarem sempre dispostas a ouvir e a participar da minha vida.

Aos colegas de curso, pelas trocas valiosas de ideias e informações. Agradeço pelas risadas, pelos momentos de descontração, as conversas que confortavam e mostravam que estávamos “no mesmo barco”.

Em especial, agradeço às professoras da rede pública estadual do Paraná, de Curitiba e de Londrina e região, que se dispuseram a responder à entrevista e forneceram as fontes necessárias para realização desta pesquisa. O meu agradecimento pelo tempo que dedicaram a mim e a esta pesquisa e também por apresentarem suas memórias de forma tão clara, apesar de algumas lágrimas e o pesar de algumas lembranças.

Enfim, agradeço à todos os amigos que perto ou longe sempre me apoiaram e incentivaram a realização deste trabalho, obrigada pelas palavras de conforto e apoio.

MENEZES, Fabiane Luzia. **Identidades e memória: a greve dos professores do Estado do Paraná de 1988.** 321f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a memória sobre a greve dos professores da Rede Pública Estadual do Paraná de 1988. Para construir esta análise primeiramente selecionamos reportagens de periódicos do período que se referiam à greve, foram pesquisados dois jornais diários, a *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*. Juntamente com a seleção das notícias publicadas nestes veículos analisamos a publicação da entidade representativa dos professores – APP – intitulada *Folha do Professor*. Partindo das discussões proporcionadas pelos periódicos foi elaborado um roteiro de entrevistas direcionado aos professores da rede pública do Estado que participaram daquele movimento grevista. A partir dos depoimentos colhidos entre os professores construímos uma análise da construção da memória sobre aquele acontecimento histórico, a fim de compreender uma possível formação identitária com relação àquela greve.

**Palavras-chave:** Memória. Identidade. Movimento grevista. 1988. Professores.

MENEZES, Fabiane Luzia. **Identities and memories:** the strike of 1988 Parana state teachers. 321p. Dissertation (Master`s degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the memory related to the strike of 1988 Parana state public teachers. To design this analysis, first of all, were selected news reports of walkout period periodics, were surveyed two daily newspapers, the *Folha de Londrina* and *O Estado do Paraná*. Jointly with the selection of news published in these vehicles, we analyze the teachers representative entity publication - APP - entitled *Folha do Professor*. Based on discussions provided by the periodics, was prepared a set of interviews focused on state public school teachers who have participated in that walkout. From the interviews conducted among teachers we build an analysis of the memory construction of that historical event, to understand a possible identity formation related to that strike.

**Keywords:** Memory. Identity. Walkout. 1988. Teachers.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|              |  |
|--------------|--|
| <b>AL</b>    | Assembleia Legislativa                                   |
| <b>APP</b>   | Associação dos Professores do Paraná                     |
| <b>SEED</b>  | Secretaria de Estado da Educação                         |
| <b>UFPR</b>  | Universidade Federal do Paraná                           |
| <b>UMESC</b> | União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Curitiba |
| <b>QPM</b>   | Quadro Próprio do Magistério                             |
| <b>PSS</b>   | Processo Seletivo Simplificado                           |
| <b>CLT</b>   | Consolidação das Leis Trabalhistas                       |

## LISTA DE FIGURAS

|                  |       |     |
|------------------|-------|-----|
| <b>Figura 1</b>  | ..... | 61  |
| <b>Figura 2</b>  | ..... | 62  |
| <b>Figura 3</b>  | ..... | 70  |
| <b>Figura 4</b>  | ..... | 71  |
| <b>Figura 5</b>  | ..... | 78  |
| <b>Figura 6</b>  | ..... | 94  |
| <b>Figura 7</b>  | ..... | 95  |
| <b>Figura 8</b>  | ..... | 99  |
| <b>Figura 9</b>  | ..... | 101 |
| <b>Figura 10</b> | ..... | 104 |
| <b>Figura 11</b> | ..... | 108 |
| <b>Figura 12</b> | ..... | 109 |
| <b>Figura 13</b> | ..... | 109 |
| <b>Figura 14</b> | ..... | 114 |
| <b>Figura 15</b> | ..... | 120 |
| <b>Figura 16</b> | ..... | 128 |

## SUMÁRIO

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>1</b>  | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>11</b>  |
| <b>2.</b> | <b>CAPÍTULO I: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADES: REFLEXÕES<br/>TEÓRICAS</b> .....                          | <b>18</b>  |
| 2.1       | A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA .....  | 39         |
| <b>3</b>  | <b>CAPÍTULO II: GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ<br/>EM 1988: REPRESENTAÇÕES NO JORNAL</b> ..... | <b>49</b>  |
| 3.1.      | OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MÍDIA .....   | 49         |
| 3.2.      | O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E A ANÁLISE DOS JORNAIS .....   | 54         |
| 3.3.      | AS NOTÍCIAS SOBRE A GREVE: <i>FOLHA DE LONDRINA</i> .....   | 57         |
| 3.3.1     | Álvaro Dias e as Mudanças no Discurso .....   | 59         |
| 3.3.2     | A Greve e o Posicionamento do Governo e Setores da Sociedade .....  | 63         |
| 3.3.3     | A Adesão ao Movimento .....   | 68         |
| 3.3.4     | A Greve e os Professores .....  | 72         |
| 3.4       | AS CARTAS PUBLICADAS E AS OPINIÕES EXPRESSAS NO JORNAL .....  | 81         |
| 3.5       | AS REPORTAGENS DO JORNAL <i>O ESTADO DO PARANÁ</i> .....  | 89         |
| 3.5.1     | A Greve e os Professores .....  | 90         |
| 3.5.2     | A Greve e o Posicionamento do Governo .....   | 112        |
| 3.5.3     | O Embate Sobre a Adesão ao Movimento .....  | 122        |
| 3.5.4     | A Opinião Sobre a Greve .....   | 126        |
| 3.6       | <i>FOLHA DO PROFESSOR: AS PUBLICAÇÕES DA APP</i> .....  | 128        |
| <b>4</b>  | <b>CAPÍTULO III: AS MEMÓRIAS DOS PROFESSORES SOBRE A GREVE<br/>DE 1988</b> .....                          | <b>146</b> |
| 4.1       | OS PROFESSORES ESTADUAIS NA DÉCADA DE 1980 .....  | 148        |
| 4.2       | A QUESTÃO SALARIAL .....  | 154        |
| 4.3       | O COTIDIANO DA GREVE .....  | 159        |
| 4.3.1     | As Relações Com os Outros Professores e Com a Direção da Escola .....                                     | 163        |
| 4.3.2     | O Contato Com os Pais Durante a Greve .....   | 168        |
| 4.3.3     | A Presença da APP na Escola .....   | 170        |
| 4.3.4     | Os Encontros e as Discussões Sobre o Movimento .....  | 174        |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 4.3.5    | Os Cortes Salariais.....  | 177        |
| 4.3.6    | A adesão ao Movimento na Visão dos Professores .....  | 179        |
| 4.3.7    | Os Boicotes Sofridos Pelos Professores .....  | 182        |
| 4.3.8    | A Memória Sobre o 30 de Agosto.....   | 188        |
| 4.4      | SOBRE ÁLVARO DIAS .....   | 191        |
| 4.5      | A VOLTA AO TRABALHO .....   | 198        |
| 4.6      | SOBRE A APP.....  | 206        |
| <b>5</b> | <b>CAPÍTULO IV: MEMÓRIA E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A<br/>CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE A PARTIR DO<br/>MOVIMENTO GREVISTA DE 1988 .....</b> | <b>211</b> |
| 5.1      | SOBRE A IDENTIDADE .....  | 213        |
| 5.2      | A IDENTIDADE DO “BOM PROFESSOR” .....   | 231        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>248</b> |
| <b>7</b> | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>255</b> |
| <b>8</b> | <b>ANEXOS .....</b>   | <b>257</b> |
|          | ANEXO A – Entrevista 1 .....  | 258        |
|          | ANEXO B – Entrevista 2.....   | 266        |
|          | ANEXO C – Entrevista 3.....   | 272        |
|          | ANEXO D – Entrevista 4.....   | 278        |
|          | ANEXO E – Entrevista 5.....   | 285        |
|          | ANEXO F – Entrevista 6 .....  | 295        |
|          | ANEXO G – Entrevista 7 .....  | 305        |
|          | ANEXO H – Entrevista 8.....   | 312        |

## 1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais, as greves, a resistência dos indivíduos ou grupos, sempre me encantaram no estudo da história. Mas, este tema, em especial, surgiu da vivência cotidiana dentro do ambiente escolar. No segundo ano como docente de uma escola pública do Estado do Paraná, na cidade de Londrina, me deparei com uma realidade presente e marcada na memória dos colegas de trabalho, os professores. Como aluna, e como paranaense, já havia tomado conhecimento sobre a greve dos professores em que estes “apanharam da cavalaria do governador Álvaro Dias”, mas, isto parecia estar distante, longe, não trazia nenhuma significação, já estava no passado.

Mas, naquele 30 de agosto de 2009, algo me chamou a atenção. Como já havia acontecido no ano anterior, e nos que o precederam também, os professores paralisaram parcialmente suas atividades, a fim de discutir sobre o movimento da categoria, e em memória da greve de 1988, quando ocorreu a repressão por parte do governo do Estado aos manifestantes que estavam em Curitiba. Tudo transcorreria naturalmente, sem muita importância como no ano anterior, mas, alguns relatos me levaram a uma profunda reflexão. Recordo-me que uma professora enfatizou, “o pior de tudo não foi ter apanhado da cavalaria do governador, o pior foi ter que retornar para as salas de aula sem conseguir nada do que estávamos reivindicando”. A dor da não conquista, da luta sem vitória, marcou e isto pôde ser percebido na expressão, no tom de voz utilizado pela professora.

O que mais feriu esta professora que se manifestou diante dos outros naquele dia foi ter que encarar os colegas, os alunos e os pais, como derrotados. E outra professora, que também participou dos acontecimentos de 1988 completou que “foi difícil explicar porque tivemos que voltar e que não tínhamos conseguido nada, ficamos sem credibilidade, foi uma humilhação”. Em outra escola, tentei aprofundar a questão, e uma colega contou sua experiência como aluna, e sua revolta ao ver uma professora levantando a blusa e mostrando as marcas de ferimentos por estilhaços de bombas. Esta professora, que na época era apenas aluna, contou que a professora não suportou a situação e deixou a carreira docente.

Esta experiência com estes professores me levou a indagar sobre a memória destes professores sobre a greve, e como esta greve influenciou e

influencia na construção de uma identidade de grupo, se há uma identidade de grupo, e em quê está fundamentada.

A década de 1980 foi marcada por intensas lutas sociais no Brasil, após os anos de repressão e censura, impostos pelo Regime de Exceção Civil e Militar (1964-1985), as manifestações populares tomaram novamente as ruas, um dos movimentos de destaque é o chamado Diretas Já, movimento que lutava pelas eleições diretas para Presidente da República, fato que aconteceu em 1989. E neste contexto de reabertura política, os professores do Paraná, assim como diversos outros profissionais pelo país, lutavam por melhores condições de trabalho e melhores salários. Houve quatro greves durante a década de 1980<sup>1</sup>, dos professores do Estado do Paraná, mas uma em especial, a de 1988, sofreu forte repressão por parte dos representantes do Estado, e marcou de forma bastante relevante a história destes profissionais da educação.

A greve dos professores do Paraná, de 1988 foi deflagrada no dia 05 de agosto, durante uma assembléia dos professores no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, promovida pela Associação dos Professores do Paraná - APP<sup>2</sup>. Álvaro Dias (1987-1991), governador do Estado, descumprira acordos firmados anteriormente, principalmente o direito salarial conquistado na greve de 1986, quando os professores haviam conseguido um piso salarial de três salários mínimos.

Durante toda a greve os professores fizeram manifestações nas ruas de Curitiba. Em uma assembléia dos deputados estaduais do Paraná, os professores que estavam no recinto decidem se instalar no local até que suas reivindicações fossem ouvidas e um acordo fosse estabelecido com o Governo. Nesta permanência, segundo relatos da presidente da APP<sup>3</sup> deste período, os deputados tentavam boicotar de diversas formas a luta dos professores, por exemplo, colocando lã de vidro nas roupas, que eram trazidas pelos familiares dos professores, e entregues aos seguranças da Assembléia, que depois levavam para o interior da Assembléia para os professores; e também o café servido fez com que alguns professores tivessem fortes crises de diarreia; outro artifício foi o

---

<sup>1</sup> Greves em 1980, 1981, 1986 e 1988. As motivações giram em torno das condições de trabalho e melhores salários.

<sup>2</sup> Com a conquista do direito dos servidores públicos a constituírem sindicatos, a APP deixa de ser uma associação. Adota a marca APP-Sindicato e o nome oficial de Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estaduais e Municipais do Paraná, no ano de 1989.

<sup>3</sup> Isolde Andreatta, Presidente da APP, período de 1988 a 1991. Relato obtido em vídeo produzido pela entidade sindical, presente no site: <http://www.appindicato.org.br/include/paginas/video.aspx?id=16> – 05/10/2009 16:38h.

desligamento do ar condicionado, posto que o recinto não possuía janelas, e até mesmo colocá-lo a temperaturas bastante baixas para provocar frio.

Estes incidentes tinham por objetivo forçar a saída dos professores da Assembléia Legislativa do Paraná. Esta estada dos professores no âmbito da Assembléia fez com que os deputados da situação, liderados pelo chefe de Governo, cancelassem todos os trabalhos que deveriam ser realizados na Assembleia Legislativa, alegando que os professores estariam atrapalhando as tomadas de decisões por parte dos parlamentares. No outro extremo, as lideranças da APP mantinham a organização do movimento instalados no recinto da Assembleia, alegando ter como objetivo principal forçar um diálogo com o Governador Álvaro Dias, e abrir as negociações sobre os aumentos salariais e o retorno às salas de aula.

A greve de 1988 ocorreu em todo o Paraná, mas, algumas cidades do Estado tiveram maior ou menor adesão ao movimento. É importante ressaltar que as manifestações aconteceram em várias regiões do Estado, mas, o foco principal ficou na capital, Curitiba, por ser a sede do Governo. Desta maneira, a associação dos professores organizava caravanas para que os professores viessem das diversas regiões para “engrossar as fileiras” do movimento. Podemos destacar, assim, que muitos professores se dirigiram para capital do Estado, mas, alguns permaneceram em suas cidades, acompanhando os acontecimentos a partir dos meios de comunicação de ampla divulgação, como a mídia televisiva e o rádio, e também por meio das publicações feitas pela APP.

A repressão direta contra os professores, inclusive com o uso de força policial e violento conflito, ocorreu em 30 de agosto de 1988, data que é lembrada todos os anos pela categoria, influenciada pelo sindicato, que organiza paralisações das aulas e manifestações dos professores do Paraná. Neste acontecimento havia professores de todo o Paraná, que ao chegarem a Curitiba se uniram e dirigiram-se em passeata ao Palácio do Iguazu, a sede do Governo do Estado do Paraná, de acordo com estimativas da APP, eram aproximadamente 30 mil pessoas. Ao chegarem próximo ao Palácio do Iguazu, já avistaram os policiais que formavam uma barreira impedindo a passagem dos manifestantes, e então ocorreu o conflito entre os professores e os policiais, estes fazendo uso de bombas de efeito moral, e principalmente da cavalaria. Este conflito teve como resultado uma série de professores feridos, com estilhaços das bombas, queimaduras e fraturas.

Partindo destes fatos, surgem questões que nos fazem refletir sobre como os professores conceberam o acontecido, como interpretaram a situação vivenciada. Como eles se representam neste conflito, e principalmente qual a memória ou memórias sobre o acontecimento, posto que, ao final, tiveram que retornar ao trabalho sem as conquistas que almejavam, e que lutavam para conseguir, como compreendem o fato e como compreendem sua participação neste evento histórico.

Após os acontecimentos de 30 de agosto de 1988, ou seja, a repressão direta ao movimento por parte do Governo do Estado, a greve ainda permaneceu, em uma tentativa de estabelecer uma negociação com o Governador, mas, isto não aconteceu, pois Álvaro Dias condicionou a abertura ao diálogo e negociações apenas com o retorno dos professores às salas de aula. Esta imposição e as ameaças de dispensa dos professores por abandono do trabalho, acabaram por enfraquecer o movimento grevista. Grande parte dos professores do Estado eram celetistas<sup>4</sup>, contratados pelo regime da CLT, o que facilitava a dispensa, garantida pela lei após um período de 30 dias corridos sem a presença no trabalho. Diante desta situação, e das ameaças do Governador, os professores começaram a voltar para as salas de aula em várias regiões do Paraná, forçando uma decisão dos docentes reunidos em assembléia na cidade de Maringá, no dia 20 de setembro do referido ano, favorável ao retorno ao trabalho.

Este retorno foi forçado, tanto pelas ameaças de rescisão dos contratos dos professores celetistas, como pelos processos de demissão dos estatutários – admitidos por meio de concurso público – mas, também, por conta da não abertura ao diálogo, e dos cortes de salários dos professores grevistas. Na referida Assembléia que tomou a decisão de retorno, a grande maioria optou pelo retorno ao trabalho, mesmo sem as conquistas que almejavam.

Assim, cabe neste esforço, perceber qual a memória presente sobre este acontecimento histórico. Como os professores construíram as lembranças sobre a referida greve e sobre sua categoria. A relevância da pesquisa é significativa, pois, ao pensar a questão do professor e a construção de uma identidade, têm como pano de fundo as questões do ensino e sua prática, visto que o professor é agente ativo deste processo, juntamente com os estudantes. E a

---

<sup>4</sup> São denominados Celetistas os trabalhadores contratados pelo regime da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

construção da imagem do professor está diretamente ligada a sua atuação na sociedade, seu papel enquanto produtor e mediador do conhecimento escolar. Analisar a memória dos professores sobre sua ação na história é bastante interessante para pensar suas práticas passadas e atuais enquanto sujeitos desta história.

Desta maneira, o foco desta pesquisa é perceber qual a representação sobre os professores paranaenses a partir da greve de 1988 e quais as memórias presentes sobre os acontecimentos, e de que forma esta memória apresenta a construção/reconstrução de identidades.

Para isto, as fontes da pesquisa se dividem em dois grupos, o primeiro se refere às publicações impressas que noticiam a greve dos professores nos jornais de amplo público, e às divulgações sobre o movimento elaboradas pela APP. Nestas fontes o objetivo é perceber a representação sobre os professores, qual a imagem foi transmitida sobre estes sujeitos. O segundo grupo de fontes são as entrevistas orais realizadas com professores que atuavam como docentes do ensino fundamental e/ou médio nas escolas da rede estadual do Paraná no período da greve de 1988. A partir destas entrevistas é possível perceber qual a memória construída sobre o momento histórico e o movimento dos professores, e sobre os próprios docentes. Disto será possível questionar/analisar a construção de uma identidade por parte dos professores do Estado.

Para a análise dos jornais, das notícias publicadas, o referencial teórico e metodológico está fundamentado nos estudos do historiador Roger Chartier e seu conceito de representação e apropriação. Sobre as fontes orais, a fundamentação está na metodologia da História Oral, expressa por Paul Thompson, e também outros historiadores que fazem uso desta metodologia.

Os jornais pesquisados datam do ano de 1988 e estão delimitados ao período de duração da greve (05 de agosto a 20 de setembro), e algumas publicações posteriores que também tratam do assunto e comentam a finalização da greve (até 28 de setembro). É interessante ressaltar que as publicações da APP não eram realizadas em impressos próprios, durante este período, as divulgações da Associação dos Professores do Paraná, tinham um espaço nos jornais de amplo público como a *Folha de Londrina* e o *Estado do Paraná*, esta seção era denominada de *Folha do Professor*, e ocupava o espaço de meia página do jornal,

todos os sábados, com as notícias sobre o movimento e as negociações com o Governo do Estado, e outras informações referentes à categoria.

Sobre as fontes orais, trata-se de entrevista temática, abordando cinco eixos principais, sendo o cotidiano da greve, sobre o governador Álvaro Dias, a Associação dos Professores Paranaenses – APP, o retorno às atividades após a greve e sobre identidade. As questões formuladas no âmbito desta pesquisa e respondidas pelos professores tratam de um modo geral destes cinco eixos, a fim de perceber a memória sobre estes diferentes pontos que se referem ao acontecimento histórico. Não se trata de reescrever o fato histórico ou entender a verdade sobre o mesmo, mas, antes, perceber a representação construída sobre o mesmo pelos professores.

Assim, o trabalho se divide em duas partes, a análise das fontes escritas, os jornais, e a análise das fontes orais, as entrevistas com os professores.

O primeiro capítulo traz uma reflexão teórica sobre a memória e a história, os possíveis diálogos e a importância do uso da memória para a reflexão sobre o passado e a construção da história, enquanto conhecimento construído a partir dos métodos próprios da disciplina. Neste capítulo também é abordada a questão metodológica, que traz a história oral como possibilidade de ferramenta para construção de documentos/fontes para pesquisa historiográfica, e como mecanismo de conservação de uma história enquanto passado.

O segundo capítulo aborda a questão metodológica do uso das fontes escritas, mais especificamente os jornais. Articulando a análise das notícias e as cartas publicadas nos jornais e as divulgações impressas da associação dos professores, analisando qual a representação ou representações sobre os professores estão nestas fontes, explícitas ou implícitas. É interessante perceber qual a imagem ou imagens dos professores estava sendo transmitida e apropriada durante o período da greve.

No terceiro capítulo desta produção, a partir da análise das fontes orais, o objetivo é perceber os fatos pela memória dos professores, a indagação principal diz respeito a memória dos professores sobre a greve de 1988, e principalmente sobre a repressão sofrida no dia 30 de agosto e as repercussões deste fato. Conforme os eixos que delimitam as questões propostas nas entrevistas, é importante identificar as similitudes e diferenças entre os relatos dos entrevistados, o que está presente e que pode ser considerado memória do grupo e o que se refere

à uma memória individual. Disto decorre a importância em compreender a construção coletiva da memória, e sua sustentação no grupo em que está inserida.

No quarto e último capítulo o foco está na articulação das fontes e principalmente na tentativa de demonstrar a construção/reconstrução de uma identidade por parte dos professores do estado do Paraná, partindo de um fato marcante para a história deste grupo, a repressão sofrida durante a greve de 1988. A questão que permeia este capítulo é se este fato histórico específico é fator de identificação desta categoria, se os indivíduos entrevistados conseguem se perceber enquanto pertencentes a este grupo e se isto é significativo para sua atuação na sociedade. Este capítulo trata de uma síntese da pesquisa e da contribuição da memória para construção de identidades.

Por fim, o texto conclusivo, apontando os aspectos principais da pesquisa e sua contribuição para o desenrolar da problemática proposta para esta atividade. De uma forma geral, esta pesquisa, gostaria de salientar, está permeada de interesses próprios, e como toda pesquisa histórica traz os interesses atuais de quem a formula, esta não está isenta disto, ao contrário, expressa nitidamente, como afirmado no início, indagações próprias do cotidiano enquanto docente.

## 2 CAPÍTULO I: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADES: REFLEXÕES TEÓRICAS

É a memória que nos faz reconhecer quem somos. Ao refletir sobre a capacidade de armazenar informações, vivências e sentimentos próprios dos seres humanos, podemos entender que é a memória que nos faz perceber nossa identidade, ou sua formação. Sem a memória sobre a trajetória de vida, ou mesmo sobre os hábitos aprendidos, perdemos a sentido ou o significado do que é mundo para nós, e de si mesmo. As pessoas que por algum acidente, ou mesmo por um problema degenerativo, perdem sua capacidade de memorização das vivências cotidianas, não se reconhecem e também não reconhecem o mundo à sua volta. Perdem a sua história, e sem esta história não possuem mais sua identidade, a não ser para os outros, que ainda mantém esta memória do outro e de suas ações.

Neste sentido memória e história se complementam, é um processo de alimentação contínua. Deste processo é possível perceber a construção e reconstrução contínua das identidades individuais e de grupos.

Este capítulo é destinado a refletir sobre a memória e a construção das identidades sociais, e também sobre a relação entre memória e história. Este tem sido um desafio para os historiadores: demonstrar as relações entre história e memória, os limites e usos de cada uma. Para isso, vamos fazer uso de estudos já realizados por outros historiadores, que se esforçaram em compreender como é possível este relacionamento, que deve ser cauteloso, entre a História e a Memória.

Há duas conceituações de História que utilizamos para este estudo, a história como passado, acontecimentos, fatos, as ações do homem no tempo, como definiu Marc Bloch<sup>5</sup>; e como o estudo deste passado, o conhecimento produzido pelos historiadores, formulados, dotados de significação, um saber científico, pois, produzido a partir de métodos preestabelecidos. Neste sentido temos a história enquanto passado, vivências, campo de estudo do historiador, que se abre em possibilidades de estudo, e a História analisada, refletida, conhecida e reconhecida pelo uso das metodologias próprias deste ofício.

A produção historiográfica atualiza a parcela do passado que é colocada em foco na pesquisa, posto que o indivíduo e/ou grupo que a realiza está situado e com as suas preocupações no presente. A História produzida, enquanto

---

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

conhecimento do passado, expressa o período da sua elaboração, pois se trata de uma atualização do passado pelo prisma das reflexões atuais, e com as possibilidades que o estudo *a posteriori* proporciona, que amplia o campo de visão do historiador, como a metáfora da paisagem proposta por John Lewis Gaddis:

Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla.<sup>6</sup>

De acordo com Gaddis, a visão da história como esta paisagem nos permite analisar grande quantidade de pontos de vista sobre um mesmo objeto. Diferente do sujeito que está inserido na paisagem, o observador tem um ponto privilegiado, mais acima, que traz a amplitude do espaço.

Deste modo compreendemos que a construção do conhecimento histórico não é uma apropriação total e completa dos fatos passados, mas sim, uma compreensão dos mesmos, uma representação parcial e por vezes fragmentada de uma dada realidade, que é dada a conhecer. John Gaddis afirma que somente podemos *reapresentar* os fatos passados, assim como uma paisagem: “percebemos formas através da névoa e da bruma, podemos especular sobre seu significado, e, algumas vezes, podemos mesmo concordar sobre o que elas são.” Mas, ressalta o autor, salvo com a invenção de uma máquina do tempo, nunca retornaremos para ter certeza. E, ainda que fosse possível tal invenção, ter-se-ia apenas um ponto de vista, o de um observador de outro tempo, com suas vivências e perspectivas.

É importante perceber este limite da história enquanto reflexão e construção de compreensão sobre o passado para refletir sobre a memória. Enquanto mecanismo de lembrança de fatos e vivências passados, a memória é subjetiva, assim como a história, mas, sem os métodos e teorias que a reafirmam como conhecimento válido e aceito nos meios acadêmicos. Mas, independente dos limites que são impostos pela memória, esta se coloca como uma importante fonte para a construção da História, e reciprocamente, há uma alimentação da memória pela História.

A historiadora Lucília Delgado, demonstra em seu trabalho sobre a História Oral, que “a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e

---

<sup>6</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro, Campus, 2003, p. 19.

renovada no presente”<sup>7</sup>. Deste modo, o indivíduo não se recorda do passado “como aconteceu”, mas, mediado pelas vivências posteriores, pelas experiências decorrentes do contínuo da vida, e que o dota de capacidades de refletir e analisar o que foi vivido, gerando novas representações sobre este mesmo passado.

A memória, neste sentido, expressa o tempo presente, assim como a história, tendo como articulação o passado. Mas, o que as distingue, segundo Delgado é sua natureza e estratégias. Não há oposição entre História e Memória, e “as construções de identidades e o registro das alteridades que têm o passado como suporte e a possibilidade visionária do porvir e do poder como possíveis objetos” é o que as aproxima.<sup>8</sup>

Marilena Chauí (1979) traz uma conceituação sobre memória no prefácio que escreve para o livro de Ecléa Bosi, que é pertinente reproduzir, “[...] pois lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição.”<sup>9</sup> A memória é o esforço humano de entender, dar significado, tornar compreensível as experiências e seus feitos passados, para, em decorrência, compreender o presente.

Retornando aos estudos de Delgado, a história e a memória, tem substância comum: “são antídotos do esquecimento” e “fontes da imortalidade”. Desta forma, ambas tem a função de preservar o passado, analisá-lo e compreendê-lo, cada qual a seu modo. A História enquanto saber científico fundamentado por seus métodos, e a memória como compreensão individual ou social do passado, que tem por natureza um processo de construção e reconstrução permanente de lembranças, se ocupam da necessidade de preservar o que foi vivido, as experiências humanas no tempo, conforme salienta a autora:

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico na vida em sociedade<sup>10</sup>

<sup>7</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 9

<sup>8</sup> Idem, p. 40.

<sup>9</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** Lembranças de Velhos. 10. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 20 (Prefácio de Marilena Chauí 1979)

<sup>10</sup> DELGADO, Lucília. Op. Cit., p. 45.

Para analisar a memória, Ecléa Bosi utiliza estudiosos da psicologia como Bergson e também Halbwachs, tendendo mais para as teorias deste último. Analisando as teorias do primeiro, Bosi afirma que:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.<sup>11</sup>

A memória, assim, ocupa papel importante no desenvolvimento do ser, posto que ao “deslocar”, como afirmado acima, as percepções imediatas, e fazendo com que estas representações do passado ocupem a consciência, a essência do ser. Neste sentido, lembramos o que foi afirmado no início deste texto, pois é a memória que sustenta o indivíduo em suas percepções sobre a construção de seu ser no mundo, e de seu lugar no grupo e/ou sociedade.

Segundo Bosi, Bergson se esforçou em dar à memória um estatuto espiritual, diferente da percepção. E a autora salienta que é esta distinção que será relativizada na teoria de Halbwachs, para a qual tende a sua produção, que se trata de um relevante estudo sobre a memória, fazendo uso da História Oral.

Os trabalhos de Maurice Halbwachs apresentam considerações relevantes sobre a Memória Coletiva. Segundo este estudioso, o caráter espontâneo da memória é excepcional, pois lembrar não é reviver, mas sim reconstruir o passado, refazê-lo a partir das idéias e imagens atuais. O passado “tal como foi” estaria apenas no inconsciente do sujeito, a lembrança seria esta reconstrução do passado a partir das representações da consciência atual, mais recente deste sujeito.

Estas memórias, de acordo com Halbwachs, seriam coletivas, pois nos seriam trazidas à consciência pelos outros, “mesmo que trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.”<sup>12</sup> E o autor complementa que, em praticamente todos os momentos, estamos acompanhados, ainda que deslocando de um grupo para o outro, cada qual nos fará ter uma perspectiva diferente sobre uma mesma realidade. Como vivemos em sociedade, agregamos as

---

<sup>11</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 46/47.

<sup>12</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 27

lembranças uns dos outros, e para Halbwachs, é este ou aquele grupo que nos auxilia na rememoração, na reconstrução dos fatos vividos.

Halbwachs faz também alguns apontamentos sobre o esquecimento, que se daria pelo desapego de um grupo, quando o afastamento fosse tal que não faria mais sentido em nossas vivências atuais. Mesmo com fotografias, datas e depoimentos que são demonstrados, e a comprovação da presença do sujeito, parece que a cena permanece estranha, não há o reconhecimento, mas, as testemunhas permanecem para a comprovação. Faz sentido, neste caso, reproduzir um parágrafo que sintetiza e conclui esta idéia:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal qual em nós, mas, somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.<sup>13</sup>

A definição de novos grupos de vivência, e a não identificação com os grupos anteriores fazem com que as lembranças sejam esquecidas. A memória, neste sentido, precisaria ser alimentada, “é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças”<sup>14</sup>. É preciso que o depoimento, as lembranças dos outros, encontrem algo que faça sentido no conjunto de lembranças de cada sujeito.

A partir da análise das lembranças de infância o autor demonstra como grande parte do que é lembrado desta fase da vida, advém das lembranças familiares, pois é o depoimento dos pais que reforça aquela memória, que não tem as características próprias da visão da criança, se mescla à visão de todos os envolvidos, gerando uma teia de lembranças que dão sentido aos acontecimentos passados. Há uma apropriação da memória do grupo, ou seja, da família, e estas recordações fazem sentido, segundo o autor, porque o sujeito está inserido neste grupo, e dele faz parte.

Sobre as memórias individuais, Halbwachs deixa perceber que não são senão um eco da memória coletiva, assim como com freqüência “atribuímos a

---

<sup>13</sup> Idem, p. 28.

<sup>14</sup> Ibidem.

nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo.”<sup>15</sup> Desta maneira, é possível que a lembrança do grupo ocupe grande espaço em nossas lembranças, pois há uma comprovação, uma comparação constante, que dá significação ao passado.

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.<sup>16</sup>

Esta percepção nos leva a inferir, que o “pano de fundo” das memórias individuais é a memória coletiva, onde as lembranças encontram sentido e se complementam. Bosi salienta a coerência do pensamento de Halbwachs, “o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função *social* exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra.”<sup>17</sup> Desta forma, o esquecimento de alguns fatos e a lembrança de outros acontecimentos, está diretamente ligado ao lugar ocupado pelo sujeito na sociedade.

O que parece comum às reflexões sobre a memória é o fato de que a vida atual, as concepções, idéias e representações do presente são inerentes ao processo de reconstrução do passado, ou seja, não há como desvirtuar o presente desta memória. O sujeito que lembra, que é forçado a refazer o passado a partir das lembranças, está no presente, e totalmente vinculado à este.

Sobre memória conforme proposta por Halbwachs, Lucília Delgado afirma que “A relação memória e História é também relação memória coletiva e memória individual, sempre entrelaçadas e quase sempre dotadas de poder: poder de esquecer, de lembrar, de omitir, de silenciar”<sup>18</sup>. Nesta afirmação, Delgado apresenta a idéia da inter-relação da memória individual com a coletiva, e ainda compara este processo com a memória e a História, reafirmando a contínua interferência entre ambas, pois a memória é a matéria para a História, e esta contribui para as construções/reconstruções desta memória. E ainda ressalta

<sup>15</sup> HALBWACHS, Maurice. Op cit., p. 47.

<sup>16</sup> Idem, p. 51.

<sup>17</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 63

<sup>18</sup> DELGADO, Lucília. Op. Cit., p. 31.

aspectos importantes da memória: o poder. Os esquecimentos, as omissões, os silêncios, são mecanismos deste poder, que está tanto na história como na memória. O que deve ou não ser repassado às gerações seguintes, o que pode ou não ser dito, ou mesmo, os esquecimentos não provocados, que são decorrentes da não significação de determinado detalhe de um acontecimento, silenciam o passado em pequenas ou grandes partes.

Em seu texto *Memória, Esquecimento e Silêncio*, Michael Pollak, trata exatamente destes silêncios da memória, ao abordar o processo de reescrita da História a partir da mudança de perspectiva sobre o líder soviético Stálin, e demonstra como a memória sobre as atrocidades deste governo estava presente, e foi transmitida às gerações seguintes. Eram memórias subterrâneas, pois não podiam invadir o espaço público, sob o risco de punições. Este autor apresenta os silêncios como um mecanismo de sobrevivência, e também ao tratar da questão dos judeus após a Segunda Guerra Mundial, este silêncio é colocado como uma necessidade de encontrar um *modus vivendi*. Segundo Pollak, o fato de não provocar um sentimento de culpa nos outros – que poderia ser gerado pela exposição total ou parcial das vivências dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial (as memórias sobre os campos de concentração, as perseguições, as humilhações, e o holocausto) – seria um reflexo da proteção de uma minoria judia, que buscou na não exposição aberta dos fatos, principalmente no pós-guerra, uma forma salvaguardar-se. O silêncio não significa o esquecimento, mas sim, um mecanismo de resistência por parte destes sujeitos da História. A memória coletiva organizada, no caso, a memória nacional, ou diríamos a “oficial”, se sobrepõe a estas memórias coletivas da sociedade civil ou de grupos específicos, que parecem não existir, até a oportunidade de sair da clandestinidade e mostrar-se no espaço público.<sup>19</sup>

A memória, apontada por Pollak como “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”<sup>20</sup> se integraria nas tentativas, conscientes ou não, de gerar/reforçar sentimentos de pertencimento de grupos e também de delimitar as fronteiras entre estas coletividades:

---

<sup>19</sup> POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>20</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 9.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as posições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] eis as duas funções da memória comum.<sup>21</sup>

É a partir desta idéia de coesão interna, que Michael Pollak utiliza o termo “memória enquadrada”, que seria mais específico que memória coletiva, pois trata deste trabalho disciplinador da memória. Segundo o autor, há limites para este esforço dentro do grupo, pois esta memória não pode ser construída arbitrariamente, mas, sim deve estar de acordo com a sua possível justificação. A História, de acordo com Pollak, alimenta este trabalho de enquadramento da memória. O material fornecido pela história pode ser interpretado e combinado a referenciais conhecidos pelo grupo. Desta maneira há um constante trabalho de reinterpretação do passado em função dos combates do presente. Mas não é tão simples, esta reinterpretação do passado deve estar de acordo com as exigências de coerência dos discursos, não há como mudar bruscamente uma imagem construída sob o risco de tensões difíceis de dominar.

Esta coesão interna é fator primordial para o sentimento de pertencimento de um grupo. O trabalho de enquadramento, conforme exposto por Pollak, seria de responsabilidade de profissionais da história das diferentes organizações. Tomando como exemplo o foco desta pesquisa, que é a memória dos professores do Paraná a partir da greve de 1988, podemos inferir que o trabalho de enquadramento da memória deste grupo, os professores do Paraná, é desenvolvido pela APP. Isto não significa que há um total esquecimento por parte destes professores, há lembranças, há memória. Mas, esta memória está constantemente sendo reelaborada por esta entidade que seria responsável pela representação destes professores. Este reforço constante das lembranças é também um mecanismo de fixação desta memória, para que não seja esquecida, como, por exemplo, a tiragem mensal de um jornal que foi cunhado com a data da repressão policial contra os professores (30 de Agosto), e que traz as notícias sobre as negociações com o Governo, as conquistas da categoria, sobre o sindicato. E também, este reforço, esta exposição, tem como objetivo que os novos integrantes deste grupo tenham contato com esta determinada memória e dela se apropriem.

---

<sup>21</sup> Idem.

Michael Pollak, em *Memória e Identidade Social*, também faz alguns apontamentos acerca do trabalho com a memória:

Quais são portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.<sup>22</sup>

Estas lembranças decorrentes do “vivido por tabela” é o que o autor coloca como memória social, pois trata de um acontecimento que não foi vivenciado pelo indivíduo, mas, foi por este agregado, por se sentir pertencente ao grupo que o vivenciou, que fez parte do acontecido. A memória segundo este autor, parece, inicialmente como um fenômeno individual, íntimo, próprio da pessoa, mas, ressaltando os estudos de Halbwachs, afirma que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, pois é construído em grupos e está exposto a mudanças e transformações constantes.

Segundo Pollak, três critérios fundamentam/constituem a memória: os acontecimentos, os personagens e os lugares. Os acontecimentos são os fatos vivenciados pelo indivíduo pessoalmente ou pelo grupo ao qual pertence, que tomam tamanha relevância, que não é possível que perceba se participou ou não de tal fato. Os personagens são as pessoas, sem pessoas não há memória a ser lembrada, e da mesma maneira que os acontecimentos, a memória sobre pessoas pode gerar o mesmo sentimento, fazendo com que pessoas conhecidas por outros do grupo se transformem em conhecidas, mesmo, em alguns casos, não pertencendo ao tempo-espço da pessoa. Os lugares, são os locais que se ligam a uma lembrança, podem ser espaços geográficos ou monumentos que servem de base para uma relembração. Mas, este tema aprofundaremos adiante com Pierre Nora.

Pollak ainda afirma que “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.”<sup>23</sup> Ou seja a memória faz parte de uma construção do indivíduo que seleciona os acontecimentos importantes e, muitas

---

<sup>22</sup> POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 2.

<sup>23</sup> Idem, p. 4.

vezes, preenche as lacunas desta experiência individual, com os acontecimentos vivenciados pelos demais indivíduos, ou pelo grupo do qual é parte integrante.

Nesta questão relativa à seleção da memória podemos destacar o que é relevante para o indivíduo que lembra, ou seja, as preocupações do momento, pois são estas que estruturam a memória. A memória é uma construção, é um esforço que busca gerar significação aos resquícios do passado conservado nas mentes. E este trabalho pode ocorrer, no campo individual, de forma consciente ou inconsciente. Essa estruturação da memória é um trabalho de organização que pode excluir dados que não são relevantes, recalcar outros, gravar e relembrar os que estão mais de acordo com suas vivências atuais.

Retornando a questão dos lugares, o conceito de lugares de memória foi desenvolvido por Pierre Nora (1984). Segundo este autor, ao analisar a contemporaneidade, verifica que a memória não existe mais. Parece um tanto radical tal afirmação, mas, o autor se refere ao momento de mundialização, ou seja, a tentativa de uniformizar as sociedades, o processo de globalização, que deixaria de lado as grandes diferenças culturais e históricas das sociedades no globo. As constantes mudanças da atualidade causam grande efeito na história, que também se torna dinâmica, acelerada. Disto decorre a grande preocupação atual quanto à preservação da memória, dos resquícios desta memória, que para Nora não mais existe. De acordo com este autor “há locais de memória porque não há mais meios de memória.”<sup>24</sup>

A partir desta afirmativa, como pode ser caracterizada a ação da APP, que todos os anos promove uma rememoração dos acontecimentos de 1988? Seria um meio de memória? Neste caso específico, é possível afirmar que além dos lugares de memória há também um meio pelo qual esta memória se torna acessível, é trazida ao cenário atual, é reatualizada, reconstruída. Mas, não é um artifício natural, mas, induzido e intencional, talvez esteja nisto o sentido proposto por Nora ao afirmar que não existiria mais “meios de memória”.

O autor exemplifica esta idéia do efêmero na sociedade atual partindo da idéia de aceleração da história. A busca por guardar e preservar os traços do passado revela a consciência desta ruptura:

---

<sup>24</sup> NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança.<sup>25</sup>

Neste trecho, Nora faz uma diferenciação entre a História e Memória, um distanciamento entre ambas, que em comum abordam o passado, mas, que diferem na sua forma. A memória é o passado significativo para o grupo, como afirma adiante, “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. A história é a tentativa desta significação, pois se trata de um relato impessoal, “uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. A memória, para o autor, é sempre atual, pois há uma ligação com a vivência no eterno presente, a história traria apenas uma representação deste passado.<sup>26</sup>

A condenação ao esquecimento, nas sociedades atuais, segundo Nora, é o que provoca esta busca incessante por preservar os lugares de memória. O momento que marca a escrita deste texto por Pierre Nora se mostra com o desafio de construção do conhecimento histórico, o modelo de uma ciência capaz de construir uma história total, aos moldes da ciência social, não produz mais o efeito esperado. As transformações globais, o mundo pós-industrializado demonstrava uma necessidade de repensar a sociedade. A nova dinâmica mundial demonstrava uma ruptura com o passado, que exigia a busca da memória para uma tentativa de identificação.

Para Nora, esta busca pela memória é entendida como uma necessidade de passado, e é esta necessidade que traz a preocupação em preservar os lugares de memória, os vestígios do passado que nos fazem lembrar:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Idem, p. 8.

<sup>26</sup> Nora. *Ibidem*, p. 9.

<sup>27</sup> *Ib.*, p. 8.

Os lugares de memória somente são necessários porque não vivenciamos as mesmas ações cotidianamente, a sociedade atual está mergulhada no efêmero, mas, ainda precisa de um passado, de significação, de memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais.<sup>28</sup>

Nora defende a idéia de que se a memória não estivesse ameaçada não haveria a necessidade de criar tais lugares. Se não há uma memória decorrente da espontaneidade, existe a possibilidade de acessar esta memória recomposta. A sociedade atual exige a criação destes registros, seria necessário construí-los para uma identificação com o passado. É preciso que estes lugares da memória relembrem o passado, pois a memória viva, presente, anteriormente, nos grupos e/ou indivíduos está ausente. Que são as festas nacionais senão um mecanismo de identificação comum? São produzidas para que determinada memória não caia em esquecimento, para lembrar o passado, pois de outra maneira isto não ocorreria, e é, ainda, uma “memória que nos pressiona e que já não é mais nossa”.<sup>29</sup>

Segundo Halbwachs, a busca por vestígios, resquícios do passado, pontes para a memória, é uma necessidade para que os grupos construam sua identificação. À medida que os grupos deixam de existir, ou se fragmentam, surge a necessidade de construir narrativas sobre o passado, para que as lembranças não sejam perdidas, seria uma forma de salvar uma determinada memória.

Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?<sup>30</sup>

Desta maneira, Halbwachs, assim como Nora apresenta a diferenciação entre a história e a memória. A primeira, é uma representação do passado e está relacionada às continuidades temporais, é um esforço de análise, de crítica, de compreensão do passado e a relação entre os acontecimentos. A

<sup>28</sup> NORA, Pierre. Op. Cit., p. 13

<sup>29</sup> Idem, p. 13.

<sup>30</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 81.

segunda, demasiadamente vulnerável está em constante mutação e dialoga com a lembrança e o esquecimento, é afetiva, seletiva e múltipla, pois além da vivência individual contempla o grupo ou grupos em que se inserem seus sujeitos.

Os lugares de memória são, portanto, vestígios do passado, simbólicos ou concretos, materiais ou imateriais, que fazem com que os grupos retomem a memória sobre o passado. É a “semente de rememoração”, conforme exposta por Halbwachs, para os acontecimentos históricos, que trazem de volta outros tempos, e reforçam os sentimentos de pertencimento de identificação dos sujeitos.

É desta maneira, que nesta pesquisa, podemos perceber que o movimento dos Professores do Paraná, acompanha esta idéia de lugar de memória, exposto por Pierre Nora. Há a necessidade de criar meios para que a memória sobre o fato ocorrido em 1988, do fatídico 30 de agosto, quando os professores foram reprimidos pela cavalaria da polícia militar sob a ordem do governador Álvaro Dias (1987-1991) permaneça. A memória, neste caso, é reavivada todos os anos, na data de aniversário do ocorrido (30 de agosto), quando os professores (quadro próprio do magistério do Estado do Paraná), que atuam nas escolas estaduais de nível fundamental e médio, paralisam total ou parcialmente suas atividades, a fim de discutirem sobre o fato histórico e sobre o movimento atual de reivindicações para a categoria.

Esta “comemoração” é um lugar de memória, assim como o jornal criado pela APP-sindicato, que recebeu o nome de “30 de agosto”, em referência a data histórica. É possível perceber que este momento da trajetória dos docentes é bastante significativo e é um elemento gerador de um vínculo de identidade. Os lugares de memória foram bem articulados neste sentido, pois, é possível inferir que mesmo os professores mais jovens, que começaram a atuar recentemente nas escolas estaduais, conhecem o fato e podem até mesmo se identificar com a categoria a partir disto. Estas pressuposições são decorrentes de vivência particular estabelecida nas funções de docente desta autora.

A memória, neste sentido, é reavivada constantemente, e ao mesmo tempo reconstruída a partir dos elementos constitutivos da realidade presente. Esta rememoração, como citada acima, é o processo de ritualização da memória-história, conforme ideia desenvolvida por Pierre Nora. Esta ritualização traria de volta a atualidade o elemento passado ausente, e ainda que não seja capaz de realizar o

processo de identificação em um determinado grupo, tem a função de coesão deste grupo, propiciando o reconhecimento dos sujeitos enquanto parte desta memória.

A atomização de uma ideia geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente.<sup>31</sup>

Esta memória reavivada, reconstruída e disposta para os sujeitos, os obriga, conforme Nora salienta, a reencontrar o seu pertencimento, o sentimento de formar, ser parte integrante de uma sociedade, um grupo, uma família. E este pertencimento está diretamente relacionado ao conceito de Identidade, alteridade em relação ao outro.

Somente é possível reconhecer a identidade, seja individual, social ou mesmo cultural, tendo o outro como referência. Seja para reconhecer o que não está de acordo com esta identificação, ou o que lhe é próprio. São critérios classificatórios que separam o “eu” do “outro” ou o “nós” dos “outros”. Como estamos sempre dispostos a uma série de situações e pertencemos a diferentes grupos dentro da sociedade, por exemplo, família, amigos, colegas de trabalho (cabem os diferentes tipos de profissão), grupo religioso, faixa etária, entre outros, podemos falar em diferentes modos de ser, que geram a identidade única do ser, ou em várias identidades, dependendo da situação ou grupo em que está se relacionando.

O sentimento de pertencimento, de acordo com Nora, é o que desencadeia nos sujeitos esta identidade, os tornam parte integrante de determinado grupo, os insere neste grupo, os tornam como iguais, pois há a percepção de que existem pontos em comum, trajetórias comuns, ou mesmo apreendidas por meio desta identificação. Segundo Michael Pollak:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> NORA, Pierre. Op. Cit., p. 18.

<sup>32</sup> POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 5

Conforme o autor salienta, o outro é a referência para a construção da identidade, para perceber-se enquanto sujeito, mas, também há a referência a aceitação, a admissão no grupo, a percepção que existem aspectos comuns entre indivíduos, é uma identidade no sentido de perceber as semelhanças, e o porquê de estar inserido neste e não em outro grupo. Conforme abordado anteriormente, o sentimento de pertença a uma sociedade, uma cultura ou grupo social, acontece por meio da significação, do reconhecimento de similitudes, se ocorre o contrário, o não reconhecimento, a não semelhança, não há motivos para uma inserção no grupo.

Sobre a negociação da memória e identidade, conforme apontado na citação, podemos entender como uma tentativa de síntese geral da situação, mesmo havendo diferentes memórias, ou construções sobre determinado passado, é necessária uma coesão. É preciso que as lembranças tenham sentido para os integrantes de um grupo, tenham uma unidade de referência, ainda que possam ser relatadas diferentes visões, não são possíveis diferentes versões, isto causaria uma divisão, que difere da unidade pretendida.

Vejamos o que apresenta Jacques Le Goff sobre a questão da memória e da identidade: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”<sup>33</sup> A memória, segundo o autor, é apresentada como fundamental para a construção da identidade, a significação do eu e/ou do grupo, sociedade. E a busca por esta identidade seria uma das mais importantes ações dos indivíduos. Assim, se justifica a criação dos lugares de memória, pontos estratégicos de lembranças, de passado, de vivências, que afloram nos sujeitos, que dá significado às suas ações no presente.

De acordo com Verena Alberti, o uso da História Oral como metodologia de pesquisa demonstra como a memória é motivo de ininterrupta negociação. A memória, segundo a autora, é essencial a um grupo porque está vinculada a construção de sua identidade. “Ela [a memória] é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.”<sup>34</sup> É pelo fato de a

---

<sup>33</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992.

<sup>34</sup> ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

memória ser mutante que é possível trabalhar com a história das memórias de indivíduos ou de uma coletividade. Segundo Alberti, a disputa em torno da memória, seja de um grupo ou até de uma nação, são importantes para que este grupo ou esta nação sejam compreendidos, e principalmente, os pontos que os tornam semelhantes, o que possuem em comum, ou seja, este processo identitário.

A construção de identidades também envolve a questão do *trabalho de enquadramento da memória*, conforme foi descrito por Pollak. Ao abordar as memórias coletivas é exemplificado que todo o trabalho de constituição desta está baseado na unidade que se almeja alcançar, deste modo, “memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”. Mas os objetivos de um grupo, os investimentos que devem ser feitos ao longo do tempo têm o foco no trabalho de conceder a cada membro “o sentimento de unidade, continuidade e de coerência”.<sup>35</sup>

Este sentimento de unidade, continuidade e coerência somente acontece quando a memória, ainda que tenha sido enquadrada aos interesses de um grupo, traz resquícios passíveis de compreensão ou de comparação por parte do indivíduo. Se este não se reconhece na lembrança, não é possível um pertencimento, o que não o leva a identificação com o grupo, os três pontos apresentados devem ser mantidos, a lembrança em comum, o desenrolar dos acontecimentos e a concordância entre o que está na memória individual e o que está sendo apresentado pelo grupo.

Lucília Delgado também apresenta a relação entre memória e identidade, segundo a autora a memória é a “base construtora de identidades”, é necessário que haja um reconhecimento de um passado comum, de vivências parecidas ou próximas, e para isto há a memória, o esforço de trazer para o presente os resquícios do passado, reformulá-lo, reconstruí-lo, de acordo com as aspirações do momento. Este trabalho da memória também solidifica as consciências individuais e coletivas, pois a memória “é elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família.”<sup>36</sup>

O exemplo da família é bastante interessante para compreender esta questão do auto-reconhecimento. Na família existem lembranças que são

---

<sup>35</sup> POLLAK, Michael. Op cit., p. 5 e 7.

<sup>36</sup> DELGADO, Lucília. Op. Cit., p. 38.

comuns a todos, há memórias sobre a infância e as vivências de cada um. Nesta trajetória de vida em família é possível reconhecer as diferenças em cada um dos membros e ao mesmo tempo a unidade presente em todos.

Como bem apresentou Halbwachs, a memória sobre a infância dos membros de uma família não é a memória própria da criança. No momento em que ocorreu determinado fato marcante a criança não tinha a consciência de tudo o que estava ocorrendo.

Analisando estas lembranças, Halbwachs demonstra que esta memória construída da infância são as informações que esta criança recebeu com o passar do tempo, quando esta lembrança era a todo momento contada a outros familiares. A visão apresentada pelo sujeito adulto dos fatos/acontecimentos da infância não demonstram o olhar da criança, mas, do adulto observador/coadjuvante, e esta memória é agregada por esta criança com as diversas visões sobre o ocorrido. É desta maneira que também são construídas as demais memórias, é um esforço coletivo que preenche as lacunas existentes.

Da mesma maneira que na produção da História é preciso fazer uso de diferentes visões sobre um determinado acontecimento, incluindo a visão do historiador, neste ponto, história e memória se aproximam, pois uma lembrança individual acaba se perdendo, sendo confundida com sonho ou devaneio, posto que não haja uma comprovação externa, ou ainda contradições que não podem ser desfeitas sem o auxílio de outros.

O sujeito que lembra agrega as lembranças, os pontos de vista de outros, e isto acontece de forma consciente ou inconsciente. Na maioria das vezes é possível pensar que uma lembrança é apenas individual, assim como a maneira de pensar, mas, inconscientemente agregamos tudo o que está ao nosso redor, as leituras que são realizadas, as conversas tidas com os outros, tudo está tão intimamente relacionado que é possível não identificar o que é próprio e o que foi agregado por meio dos outros, se é que existe o que seja apenas próprio de cada um.

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros 'universos do discurso', 'universos de significado', que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. [...] A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de

esquecer tudo quanto não fosse 'atualmente' significativo para o grupo de convívio da pessoa.<sup>37</sup>

No trecho acima, Bosi salienta sobre a coerência das narrativas e da interpretação dos fatos a partir da construção social da memória. As conversas, o diálogo constante aproxima os integrantes de um grupo, o que possibilita tornar a memória comum a todos os sujeitos envolvidos. É possível, a partir disto, criar uma “versão consagrada dos acontecimentos”, pois na sequência a autora afirma que “os fatos que não foram testemunhados ‘perdem-se’, ‘omitem-se’, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente.”<sup>38</sup> Deste modo, o que não tem relação com as preocupações atuais do grupo são excluídas da memória. E é determinante que haja esta consagração da memória e o reconhecimento por parte dos integrantes para que haja um sentimento de pertença e identidade. É o que acontece com os grupos familiares, como apresentado por Halbwachs, os fatos comentados são os que ficam marcados na memória de seus integrantes, e a narrativa dos acontecimentos possui coerência entre os que contam, independente da ênfase colocada em determinados momentos por alguns e não por outros, a estrutura central é esta memória construída coletivamente, ainda que apareça um ou mais pontos de vista.

É importante destacar que a construção da identidade envolve o reconhecimento das similitudes e das diferenças entre o indivíduo e os grupos. Conforme afirma Delgado, é a partir desta identificação do que é semelhante e da constatação das diferenças que o ser humano se situa em relação aos diversos grupos sociais que o cercam. Ou seja, constatar a idéia de que a memória é construída socialmente não descarta o indivíduo e suas particularidades. É a partir da consciência destas diferenças e similitudes que o indivíduo se reconhece, delimita o seu ser, se identifica. Bosi corrobora com esta ideia quando afirma que “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.”<sup>39</sup>

De acordo com Michael Pollak, na construção da identidade do ser há três elementos essenciais: “Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter

---

<sup>37</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 67.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 411.

fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso o coletivo”. Este primeiro elemento, exposto por Pollak, trata da questão física, os limites do corpo, a identificação parte da diferenciação entre os corpos, ainda que pertencente de um mesmo coletivo.

Outro elemento apontado pelo autor seria a “continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico”, é o desenvolvimento contínuo do ser, um devir ininterrupto, que mostra o ser pelo que já vivenciou, pelo que sentiu, pelo que pensa, pela maneira como pensa. E por fim, o terceiro elemento apontado por Pollak é o sentimento de coerência, que é explicado pela unificação dos diferentes elementos que formam um indivíduo.

Segundo o autor, isto é tão importante que se houver ruptura desse sentimento de unidade ou continuidade seria possível observar fenômenos patológicos. E o autor conclui este ponto demonstrando que a memória possibilita esta constituição da identidade individual ou coletiva “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”<sup>40</sup> A memória é, neste sentido, um mecanismo que possibilita ao ser o auto-reconhecimento e a sua diferenciação dos outros, e ao mesmo tempo, faz perceber as semelhanças e o que une um indivíduo a um ou mais grupos sociais. A memória gera reconhecimento de si e sentimento de pertencimento, o que leva a formação das identidades individuais e coletivas.

Neste sentido, é importante perceber que tanto a História – produto do historiador – como a memória, preocupadas com a reconstituição temporal e espacial, são constitutivas de consciência de pertencimento e também de não-pertencimento.

As narrativas, sejam da História ou da memória individual ou coletiva, são capazes de preservar o passado do esquecimento e trazê-lo para o presente, reformulá-lo, reconstruí-lo. Ao realizar o esforço da lembrança, o indivíduo reconstrói sua história, partindo das mudanças que experimentou ao longo de sua vida, de sua trajetória, e de suas preocupações mais recentes. Este esforço gera uma tentativa de compreensão, é necessário haver significação para o indivíduo que

---

<sup>40</sup> POLLAK, Michael. Op cit., p. 5.

lembra. Disto decorre a identificação das similitudes e das diferenças, a fixação do ser enquanto parte de um grupo e ao mesmo tempo com suas particularidades.

A História, da mesma maneira é produtora deste sentimento de pertença ou não-pertença na medida em que retoma o passado e traz a reflexão sobre o mesmo. Mas, uma diferença importante entre História e Memória é que esta segunda dá conta de grupos que até bem pouco tempo não estavam presentes no cenário da produção historiográfica.

Stuart Hall, em seu estudo sobre a identidade na pós-modernidade, apresenta três concepções distintas de identidade, a do “sujeito do Iluminismo”, a do “sujeito sociológico” e a do “sujeito pós-moderno”.<sup>41</sup>

Segundo Hall, o sujeito do Iluminismo possuía uma identidade bastante definida, por se tratar de um indivíduo “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior”. Esta concepção individualista do ser era determinada pelo fato de que a pessoa nascia e se desenvolvia sendo essencialmente o mesmo.<sup>42</sup>

O sujeito sociológico, Hall exemplifica apontando que é aquele que refletia a complexidade do mundo moderno e que tinha a consciência que o seu “núcleo interior”, diferente do sujeito do Iluminismo, não era autônomo, e muito menos auto-suficiente. Sua identidade era construída na relação com outros sujeitos, seria a interação entre o “eu e a sociedade”.

De acordo com Hall, nesta definição a identidade “costura o sujeito à estrutura”, ou seja, dá conta do espaço interior e exterior do ser, e o torna parte, e em constante relação, e mais precisamente, definido por esta sociedade.

Como um processo, o autor apresenta que o primeiro sujeito, o iluminista, deu origem ao segundo, o sociológico, e este, por sua vez, originou o sujeito pós-moderno. Stuart Hall aponta que esta identidade, é agora, definida historicamente, e não mais biologicamente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos”, ou seja, nosso “eu” não é coerente, sendo determinado pelas diferentes situações e vivências a que somos expostos. São “identidades contraditórias”, na exposição do autor.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>42</sup> Idem, p. 10.

<sup>43</sup> HALL, op. Cit., p. 13.

Para compreender esta diferenciação do sujeito pós-moderno, Hall evidencia um processo de descentralização das identidades modernas, que a seu ver são “deslocadas e fragmentadas”. O autor apresenta cinco processos que desencadearam estes descentramentos das identidades. O primeiro processo foi desencadeado pelos estudos de Karl Marx, que colocou no centro de seus estudos as relações sociais, os conflitos, os modos de produção, que tirou do centro a ideia de que o sujeito agia individualmente.

Segundo Hall, o segundo descentramento se origina dos estudos de Freud sobre o inconsciente. Este revela que o ser é não é formado pelo desenvolvimento natural de um eu interior, mas, que este “eu” se forma a partir das relações com os outros, e, também, “nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas”. E ainda aborda estudos de Lacan, neste mesmo sentido, de influência do inconsciente na construção do ser.

Analisando os estudos de Lacan e a concepção de formação do eu partindo da apreensão da criança da simbologia do que lhe é externo, o autor traz uma definição para a identidade, ou sua formação, segundo Hall,

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.<sup>44</sup>

O terceiro descentramento, para Hall, é decorrente dos estudos da lingüística estrutural de Ferdinand Sausurre, que argumentava que “nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua”. E aponta a complexidade do sistema lingüístico, que parece facilmente coordenado e controlado pelo indivíduo, mas, que está ligado a imensa rede de significados, instáveis e não controláveis. E, Hall, apresenta uma analogia entre a linguagem e a identidade, pois compreendemos os significados pelas diferenças entre as palavras, e cita o exemplo do que é “dia” e do que é “noite”, e que é possível saber o significado diferenciando a ambas. Da mesma maneira, o “eu” se define em relação ao “outro”.

---

<sup>44</sup> HALL, Op. Cit., p. 38.

O quarto descentramento decorre dos estudos de Michel Foucault, e o que define como “poder disciplinador”. Segundo Hall, este poder disciplinador, embora seja um produto do desenvolvimento de instituições coletivas, ao ser aplicado, “individualiza ainda mais o sujeito e envolve mais intensamente seu corpo”. O controle social tem por resultado individualizar o sujeito, suas ações, e a sua responsabilidade sobre estas.

O quinto e último descentramento apresentado por Stuart Hall é o impacto do feminismo, enquanto crítica teórica e também como movimento social. Analisando “os novos movimentos sociais”, grupo do qual o feminismo faz parte, o autor aponta que disto decorre a *política de identidade*, pois cada movimento apelava para um tipo de identidade social diferente, trouxe a diferenciação entre os sujeitos sociais, por conta de questões raciais, no caso dos negros; sexuais, envolvendo homo afetivos; dentre outros, o que exigia uma identidade para cada movimento.

O feminismo também afetou conceitualmente a noção de sujeito, orientado pela questão da formação das identidades sexuais e de gênero.

Diante destas afirmações, Hall conclui que o sujeito não possui uma identidade consolidada, sólida, mas, ao contrário, este processo de descentralização resultou em identidades “abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas”.

Isto não significa que não é possível analisar o sujeito na atualidade, mas, ao contrário, que estas questões devem ser consideradas para a compreensão dos indivíduos e mesmo do coletivo em que se inserem. Como sujeitos multifacetados, vamos desvendar algumas destas faces, a que tem relação com as questões profissionais, que identificam o indivíduo como ser vinculado ao processo produtivo na sociedade, e seu papel político, de luta, sua identidade enquanto parte de um movimento social, seus objetivos, aspirações, e decepções geradas no conflito com outros grupos.

## 2.1 A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA

A memória, como analisamos, é, assim como a história, uma representação do passado, um esforço de trazer para o presente o que foi vivenciado, dando significação. A memória pode e deve, neste sentido, ser objeto da história, ser uma fonte de análise para a produção historiográfica. Para isto o

historiador precisa compreender estas memórias, perceber o significado dos silêncios, das omissões. É preciso comparar as memórias, perceber as semelhanças e as discordâncias. Segundo Delgado:

São as vozes do passado atualizadas no presente que presenteiam o futuro com a fonte essencial da vida: a memória. Os documentos orais, tais quais os lugares da memória, como assim os denominou Pierre Nora (1984), são bastiões das lembranças, já que nascem do sentimento de que não há memória espontânea.<sup>45</sup>

Os relatos, neste sentido, oferecem uma possibilidade de se conhecer o passado tendo como referência diferentes vozes, diferentes indivíduos, parte ou não de um mesmo grupo social, mas, que oferecem construções, ou melhor, representações sobre o passado, que podem ser interpretados pelo historiador. Como ressaltou Delgado sobre os lugares de memória, como desenvolvido por Pierre Nora, os documentos produzidos pela história oral trazem esta definição, são lugares que possibilitam a conservação da memória, do passado.

A história oral não é uma teoria, é uma metodologia para produção de fontes a serem estudadas pelo historiador, e também de interpretação destas mesmas fontes. O caráter subjetivo e ao mesmo tempo transitório da história oral, não afeta a produção do conhecimento histórico a partir destas fontes, ao contrário, enriquece e amplia este processo, trazendo para o campo da história diferentes sujeitos.

Desta forma, a história oral é uma metodologia que tem a preocupação com a memória e sua utilização para a construção do conhecimento histórico, e está ganhando cada vez mais espaço no campo da produção historiográfica, por permitir o debate de temas mais recentes, por ser capaz de construir fontes para a pesquisa. A história oral não é algo recente, antes do surgimento da escrita e mesmo acesso a este mecanismo, a memória dos fatos passados era transmitido oralmente, “ela foi a primeira espécie de história”, nas palavras de Paul Thompson.<sup>46</sup>

O livro de Paul Thompson, *A Voz do Passado*, foi publicado pela primeira vez em 1978, na Inglaterra. Paul Thompson é considerado pioneiro da história oral na Inglaterra. No período da elaboração da obra, ainda havia muita

---

<sup>45</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 46.

<sup>46</sup> THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 45.

resistência da historiografia inglesa sobre a história oral, que era marginalizada pelos historiadores tradicionais. Thompson busca a construção de seu método a partir da influência norte-americana, que já estava desenvolvendo estudos neste campo.

O autor é citado em inúmeros trabalhos historiográficos desenvolvidos aqui no Brasil, inclusive no outro livro que também será abordado, de Sonia Freitas, que é a autora do prefácio à edição brasileira deste livro. Freitas comenta que o envolvimento de Paul Thompson com a história oral aconteceu na década de 1960, quando o historiador social passou a fazer parte do Departamento de Sociologia da Universidade de Essex, assim ao estudar um período mais recente da história inglesa percebeu a importância dos testemunhos de pessoas para compreensão do passado, é nesta pesquisa que Thompson percebe a riqueza e a importância da memória dos chamados “sujeitos anônimos”. Em 1973, mesmo com oposições dos mais tradicionais, foi fundada a “Oral History Society” (OHS), organizada pelo Departamento ao qual Thompson fazia parte. É a partir desta organização que as idéias e métodos sobre a história oral começam a ser difundidas pela Inglaterra.

A edição brasileira data de 1992, e coincide com a visita do historiador a convite do Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, com o objetivo de “introduzir, contextualizar e problematizar a discussão sobre a história oral, possibilitou o amadurecimento da questão e serviu também como catalisador das múltiplas experiências que vêm sendo desenvolvidas no país”.<sup>47</sup>

Com a preocupação em confirmar os fatos, a documentação escrita, especificamente a oficial, obteve um espaço de confiabilidade na produção do conhecimento histórico, e os relatos orais perderam seu espaço: “Quanto mais um documento fosse pessoal, local ou não-oficial, menor a probabilidade de que continuasse a existir. A própria estrutura de poder funcionava como um grande gravador, que modelava o passado a sua própria imagem.”<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Prefácio à edição brasileira, In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992

<sup>48</sup> Idem, p. 23.

A memória foi rebaixada do status de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado. As pessoas ainda se lembram de rituais, nomes, canções, histórias, habilidades; mas agora é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o futuro.<sup>49</sup>

Paul Thompson apresenta a questão da finalidade da história, que pode se transformar, juntamente com o conteúdo, por meio da história oral:

Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.<sup>50</sup>

O enfoque da história voltado para os documentos oficiais é característico de uma história voltada a fundamentar justificativas de dominações, guerras, servir de apoio político. Uma história que deixava de lado a grande maioria das pessoas e focava em determinados grupos, relegando a papéis secundários outros, ou mesmo a passividade diante dos acontecimentos históricos.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.<sup>51</sup>

A história oral, neste sentido, traz, ao centro dos acontecimentos históricos, personagens que não aparecem nos documentos oficiais, memórias e percepções da realidade que não estão escritos, mas, que estão presentes nas lembranças destes indivíduos, e que podem ser analisadas.

O livro de Thompson apresenta, desta maneira, algumas metodologias para construir a história a partir do uso da memória. E como esta forma de história pode colaborar e trazer a tona novos documentos: “A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados.”<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>50</sup> THOMPSON, Paul. Op. Cit, p. 22.

<sup>51</sup> Idem, p. 40.

<sup>52</sup> Idem, p. 25.

Para Thompson, o historiador precisa indagar sobre seu trabalho “A reconstrução que fazem do passado baseia-se na autoridade de quem? E com vistas a quem ela é feita? Em suma, de quem é A voz do passado?” Estas questões baseiam a questão do método, ou seja, até que ponto é confiável a evidência oral? E neste sentido, podemos perceber uma série de cuidados que devem ser considerados no momento da construção deste conhecimento histórico. Estes conselhos, ou instruções mais práticos sobre como elaborar um projeto e elaborar e analisar entrevistas, Thompson descreve nos capítulos seis, sete e oito de seu livro, onde auxilia o historiador em como conduzir seu trabalho, desde a coleta dos relatos:

Uma entrevista *não* é um diálogo, ou uma conversa. Tudo o que interessa é fazer o informante falar. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas, não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. [...] Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de permitir que um informante pense um pouco mais e de obter um comentário adicional. (grifo do autor)<sup>53</sup>

Sobre a confiabilidade das fontes, os cuidados que o historiador precisa ter, Thompson aborda no quarto capítulo, quando demonstra a questão da evidência: “Se as fontes orais podem de fato transmitir informação ‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado”. Neste sentido, o autor aponta que devemos fazer um exame das evidências: “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial.”<sup>54</sup>

No terceiro capítulo o autor aponta as contribuições da história oral e faz uma avaliação da produção recente, e de como esta história é importante por oferecer novas perspectivas e abrir novos campos de pesquisa. No segundo capítulo o autor traça a trajetória da história oral, mostrando os primeiros usos da desta forma de construção da história, seus precursores, seu encaminhamento, a valorização do documento escrito e a era do gravador. E no primeiro o autor demonstra a importância da história oral, tanto para construção da história, como para os próprios personagens históricos, para a comunidade que produz o testemunho e se encontra enquanto sujeitos da história.

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>54</sup> Ib., p. 138-139.

Em seu nono capítulo, Thompson aborda a questão da interpretação desta história. Depois de coletados os dados, de classificados e catalogados, o autor apresenta algumas formas para construir esta história, as formas de articular as fontes.

A apresentação da história com evidência oral abre novas possibilidades. Globalmente, como veremos, as habilidades essenciais para julgar a evidência, escolher o trecho mais expressivo, ou dar forma a uma exposição são muito semelhantes a quando se escreve história a partir de documentos.<sup>55</sup> (THOMPSON, 1992, p. 299)

Thompson demonstra que o historiador pode procurar outros mecanismos para confirmar a veracidade dos relatos coletados, como por exemplo outras entrevistas, e mesmo outros documentos disponíveis. E defende que é necessário não dissociar o caso específico do panorama, ou contexto mais geral, ou seja, as mudanças mais estruturais, o desenrolar político do período em questão, que influencia diretamente na apreensão dos acontecimentos, na construção desta memória.

Deste modo, Paul Thompson contribui de forma significativa no desenvolvimento do trabalho com fontes orais, pois insere em seu método as formas para pensar a construção de uma história com fontes vivas, reais, que tem anseios, personalidades, vivências diferentes entre si, e mesmo do próprio historiador.

Um outro estudo para metodologia da história oral é o de Sonia Maria de Freitas<sup>56</sup>, autora do livro *História Oral: Possibilidades e procedimentos* (2002). Este livro pode ser considerado como um manual de história oral, da mesma forma que Paul Thompson, a autora, que nitidamente tem a influencia deste, traz algumas propostas para elaboração de projetos, questionários de entrevistas, os procedimentos para realização de uma pesquisa.

---

<sup>55</sup> THOMPSON, Paul. Op. Cit, p. 299.

<sup>56</sup> Freitas é pesquisadora e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, especializou-se em História Oral na Universidade de Essex, em 1988, a Universidade em que atuava Paul Thompson, decorre disto a influencia que este possui em sua obra, que a própria autora cita em seu trabalho. Ela fez estágio e participou do curso ministrado por Paul Thompson, e realizou pesquisas na *Oral History Society*. Este livro não é decorrente de trabalho acadêmico, mas resultado da experiência que a autora possui com o trabalho com fontes orais. Freitas é responsável pela implantação de dois projetos de História Oral, o primeiro, que data de 1988 a 1992, no Museu da Imagem e do Som, foram realizadas entrevistas em vídeo com pessoas da área artístico cultural do país; o segundo, de 1993, no Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante, que registrou a memória de imigrantes de diferentes nacionalidades e etnias que se encontravam na região do Estado de São Paulo. Freitas possui vários trabalhos no campo da história oral, e também já ministrou diversos cursos nesta mesma área.

A autora, como relatado anteriormente, possui bastante experiência na área da história oral, pois já desenvolveu vários trabalhos e projetos neste campo. Freitas demonstra bem as mudanças que estavam ocorrendo na produção historiográfica no Brasil nos anos 1980, neste período (1988) a autora teve contato com o autor Paul Thompson, e com as novas perspectivas da disciplina História no Brasil, e com a interdisciplinaridade, ou seja, a aproximação ou diálogo mais intenso com outras áreas do conhecimento.

No livro de Freitas podemos perceber um esforço de mostrar novos procedimentos teóricos e metodológicos para produção do conhecimento histórico. A autora mostra uma reflexão sobre a prática do trabalho de campo do historiador, preocupando-se em definir as bases para os procedimentos da entrevista e transcrição dos relatos, o arquivamento e conservação do material, e serve como orientação para os trabalhos com a história oral.

Uma característica do texto desta autora, é que ela demonstra duas formas de fazer a entrevista, individualmente, quando se quer um relato autobiográfico, e a entrevista temática, que pode ser realizada em grupo, já facilitando a comparação dos relatos entre os indivíduos. Neste tipo de pesquisa a quantidade de informações serão maiores, e facilitam o apontamento de divergências e convergências, bem como as evidências de uma memória coletiva. A apresentação destas questões estão no primeiro capítulo, ou tópico, de seu livro, onde a autora demonstra a busca por uma definição do que é a história oral.

No segundo capítulo, a autora busca em Paul Thompson a esquematização para demonstrar a História da História Oral, e traça toda a trajetória, assim como este autor, mostrando as transformações decorrentes nesta forma de construir o conhecimento histórico. Mas, o que é específico é que a autora traça esse caminho da história oral aqui no Brasil, e demonstra que nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência do anterior retrocesso devido as proibições do Regime Militar (1964-1985), os historiadores brasileiros passaram a ocupar mais espaços nos encontros e congressos internacionais. E a autora aponta que nos trabalhos desenvolvidos no campo da história oral, é perceptível que as matrizes de pensamento são européias, “os pressupostos e arcabouços teóricos são sobretudo

franceses: Daniel Bertaux, Henry Rousso, Jean Boutier, Roger Chartier, Pierre Bourdieu apenas para citar alguns nomes.”<sup>57</sup>

No terceiro capítulo a autora traz alguns questionamentos sobre as possibilidades de construção da história a partir das fontes orais, traçando um comparativo entre História, História Oral e Memória. E a autora afirma que com a história oral pode-se produzir uma documentação alternativa para a história, mas a autora ressalta que não defende o uso exclusivo das fontes orais, pois acredita que o uso de diversas fontes enriquece a pesquisa. “A História Oral privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas, dando a palavra aos esquecidos ou ‘vencidos’ da história.”<sup>58</sup> Sobre a memória a autora apresenta as seguintes idéias:

A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que “incomodam” são expulsas da consciência, mas, continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual.<sup>59</sup>

A autora busca então alguns aspectos da sua análise na psicanálise freudiana, principalmente nestas questões que envolvem a seletividade e subjetividade.

No quarto capítulo, a autora descreve as potencialidades e possibilidades da história oral, e coloca como potencialidade o fato de poder ser utilizada fora dos limites da academia, e cita como exemplo “nos museus, nos meios de comunicação, em centros comunitários e outras instituições”. E como possibilidades, destaca a gerontologia, “para a qual o processo de reminiscência de pessoas idosas tem implicações sociais”.<sup>60</sup>

Freitas ressalta que:

<sup>57</sup> FREITAS, Sonia Maria. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 37.

<sup>58</sup> Idem, p. 51.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>60</sup> FREITAS, Sonia Maria. Op. Cit., p. 79.

Os depoimentos resultam em fontes históricas que são, por excelência, qualitativas, mas, todo pesquisador deve-se valer de todas as fontes disponíveis, a fim de obter um quadro, o mais enriquecedor possível, do período ou tema em análise.<sup>61</sup>

E, nos últimos dois capítulos a autora esquematiza uma metodologia para coleta e utilização da história oral, e demonstra um princípio também exposto por Thompson, “Uma regra básica em História Oral é que nunca devemos interromper uma fala e nunca devemos demonstrar desinteresse pela fala”.

Freitas também apresenta algumas recomendações para que o trabalho flua, como por exemplo a questão da elaboração de um roteiro prévio, pois a improvisação pode levar à confusão; e várias informações referentes à transcrição e também sobre as questões éticas e legais: “Após a revisão final do texto, o entrevistado deve assinar um termo de doação do depoimento, seja à instituição onde o projeto foi desenvolvido, seja ao entrevistador, em se tratando de pesquisa individual.”<sup>62</sup>

De um modo geral, o objetivo da autora foi elaborar um manual que aborda diferentes procedimentos e possibilidades da História oral, demonstrando os aspectos teóricos, metodológicos e práticos que envolvem a pesquisa com as fontes orais. E ainda oferece, no apêndice, alguns modelos de roteiros de entrevistas e modelo de termo de cessão dos direitos sobre os depoimentos, o que auxilia os estudantes deste campo de estudo.

Em linhas gerais, o trabalho metodológico que envolve esta pesquisa, no que se refere à História Oral, está baseado nos estudos de Paul Thompson. As obras de Paul Thompson e Sonia Maria de Freitas trazem o suporte metodológico para o trabalho com estas fontes orais, mostrando como se dá o encaminhamento da pesquisa, como podemos organizar melhor o trabalho.

Um exemplo desta forma de abordagem das fontes orais, Paul Thompson apresenta quando trata da “evidência”. Segundo o autor o que torna o trabalho com os relatos orais enriquecido é exatamente a subjetividade do testemunho falado. As emoções, as pausas, a ênfase em determinado ponto, carregam a fala de significados outros que podem e devem ser também interpretados pelo historiador.

---

<sup>61</sup> Idem, p. 83.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 96 e 103.

Freitas, em seu trabalho, demonstra a questão da seletividade da memória, ou seja, a memória seleciona, guarda o que é mais relevante para aquele indivíduo, ou grupo, no caso da memória coletiva, e esquece outros fatos, que podem não ser tão significativos, ou mesmo, que contenham mais sofrimento. Esta seletividade, também reconhecida por outros estudiosos como Michael Pollak, pode e deve ser identificada pelo historiador, pois de acordo com a autora, o historiador pode contrapor as fontes orais a outros tipos de fontes, enriquecendo a pesquisa. Mesmo o caráter subjetivo da memória é bastante enriquecedor, pois denota as emoções e opção por determinado fato em detrimento de outro.

Além do claro passo a passo expresso nas duas obras, que abordam deste a coleta da entrevista, a transcrição, e o arquivamento e interpretação das informações, os dois autores demonstram o quanto é importante lidar com a memória para trabalhar com temas mais recentes, que é o nosso caso, pois praticamente não há trabalhos acadêmicos que tratem desta temática, o fato está ainda bem presente na memória dos indivíduos que fizeram parte, direta ou indiretamente desse acontecimento.

### 3 CAPÍTULO II: GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ EM 1988: REPRESENTAÇÕES NO JORNAL

A atenção, neste capítulo, está na análise do jornal *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, assim como as publicações da entidade representativa dos professores na época, a APP, que se intitulava “*Folha do Professor*”, e era publicada aos sábados e nas quartas-feiras, naqueles jornais, respectivamente. Esta análise destaca o período que compreende a greve dos professores das escolas públicas do Paraná do ano de 1988, mais precisamente, as notícias sobre o movimento grevista e também as cartas de leitores enviadas ao jornal e publicadas. O objetivo é perceber a representação deste movimento e dos seus agentes, ou seja, os professores do Estado do Paraná nos veículos de comunicação de massa, veiculados no norte do Paraná (*Folha de Londrina*) e em todo o Estado (*O Estado do Paraná*). E, também, analisar esta representação nas publicações da entidade representativa dos professores, APP, que se intitulava *Folha do Professor*.

#### 3.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MÍDIA:

Para analisar os jornais é interessante considerar algumas tensões que existem entre a mídia e os movimentos sociais, por isso, este tópico da pesquisa tem como objetivo levantar algumas questões abordadas por alguns estudiosos sobre o tema, relevante para a abordagem a que nos propomos.

O conceito de movimento social tem sido bastante discutido, conforme aponta Goss e Prudencio<sup>63</sup>, principalmente porque alguns estudiosos acreditam que o termo é reducionista, neste caso a proposta para um conceito mais abrangente seria o de ações coletivas. Mas, como não há consenso quanto à definição deste conceito as autoras tentam definir o que caracteriza os movimentos sociais. Até o início do século XX o mais usual era defini-lo como a organização e a ação de trabalhadores em sindicatos.

---

<sup>63</sup> GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

O estudo proposto por estas cientistas sociais questiona as teorias desta área de estudo, mas, o conceito não difere muito do que é proposto pela história. Segundo as autoras: “Pode-se afirmar que a análise das ações coletivas por meio do conceito de movimentos sociais veio preencher uma lacuna deixada por um certo esgotamento do conceito marxista de classe social, predominante nas Ciências Sociais até finais de década de 1970.” Desta maneira, a definição do conceito que utilizamos aqui para movimentos sociais é a ação coletiva, a organização de trabalhadores em uma associação própria de uma categoria ou sindicato. Para tornar mais específico, entendemos movimento social como a ação efetiva de um grupo em direção a objetivos preestabelecidos, como por exemplo, greves, manifestações para chamar a atenção da sociedade e dos governos, ou seja, toda ação organizada com um propósito a ser alcançado.

A discussão a que nos propomos neste tópico diz respeito às relações entre mídia e movimentos sociais. A definição do conceito de mídia, analisado por Liziane Guazina<sup>64</sup>, e utilizados nas várias pesquisas que esta autora aborda, traz diferentes interpretações para o termo. Para o estudo a que nos propomos, utilizamos a definição de mídia “no mesmo sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação, veículo.”<sup>65</sup>

Prudencio e Santos analisam os estudos sobre mídia e movimentos sociais e apontam alguns pontos problemáticos deste tipo de abordagem, como por exemplo, “a composição variável das audiências/receptores dos meios de comunicação; a variação de interpretação dos receptores frente a uma mesma mensagem e também a natureza dinâmica do mundo real, onde a experiência e as relações estão em constante mudança”<sup>66</sup>. Esta mudança também reflete, segundo as autoras, nos meios de comunicação. Partindo deste pressuposto, é possível inferir que os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que interferem na sociedade, também sofrem as interferências desta sociedade.

Para que a notícia seja vendável precisa condizer com a expectativa dos receptores, ainda que estas publicações sejam manipuladas a partir de

---

<sup>64</sup> GUAZINA, Liziane. **O Conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares**. In: REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

<sup>65</sup> Idem, p. 49.

<sup>66</sup> PRUDENCIO, Kelly & SANTOS, Jocelaine. **Mídia e Movimentos Sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman**. In: COMPOLÍTICA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Kelly-Prudencio.pdf> - acesso em 20 de junho de 2012 às 14:35h.

interesses e da ideologia própria dos seus produtores, é preciso haver um consenso entre o que é publicado e o que é esperado pelo leitor ou telespectador.

A forma como as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação são recebidas é variável, assim como a sua interpretação. Ou seja, cada indivíduo irá realizar uma leitura diferente da mensagem que é oferecida, e isto depende diretamente das concepções de mundo, vivências e experiências de cada ser. A partir destas interpretações os sujeitos constroem para si diferentes representações sobre a realidade.

Sobre a construção de representações a partir da mídia, Souza e Thomaz Jr. apresentam a seguinte ideia:

Mais do que retratar os fatos, a imprensa impõe filtros que tornam essa representação dos fatos uma indução e nos indica as maneiras pelas quais o discurso está ligado. Ou seja, está ligado não somente à reprodução de significados, mas também à produção de identidades, tanto sociais quanto individuais.<sup>67</sup>

Desta maneira podemos entender que a mídia induz a uma determinada representação dos fatos que são divulgados, e interfere, para além da reprodução de significados, na produção de identidades. Ou seja, a mídia seria capaz de induzir a forma como determinado grupo passa a ser concebido pela sociedade, formatando as identidades. Esta ideia pode ser compreendida tanto no sentido de uso da imprensa contra os movimentos sociais, como também o uso que as organizações sociais fazem da mídia. Sobre este uso da imprensa, Prudencio e Santos afirmam:

Um dos lugares onde os *frames* de um movimento social podem ser identificados (e analisados) é a mídia. Praticamente todos os movimentos sociais contemporâneos utilizam a mídia estrategicamente como um espaço para obter visibilidade e debater suas demandas. É nesse espaço que os atores coletivos buscam inscrever no espaço público sua direção interpretativa.<sup>68</sup>

Segundo as autoras, os movimentos sociais atuais fazem o uso da mídia para se posicionar diante da sociedade, para mostrar seus objetivos e obter a

---

<sup>67</sup> SOUZA, Sonia & THOMAZ JR., Antonio. **O MST e a Mídia: o fato e a notícia**. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (45), 1 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-45.htm> - Acesso em: 17/06/2012 às 10:32 h.

<sup>68</sup> PRUDENCIO, Kelly & SANTOS, Jocelaine. **Op. cit.** p. 5.

chamada “visibilidade”. Assim, é possível notar o reconhecimento da importância da mídia enquanto “formadora de opinião”, ou então construtora de representações. Os chamados *frames* apontados pelas autoras, é uma linguagem característica do jornalismo e significa moldura, quadro ou estrutura. Neste sentido é possível compreender o termo como quadros de referência a respeito de um determinado tema. Uma espécie de esquematização que faz com que a memória seja ativada e se construa significados referentes a cada *frame*, ou quadro específico. É como um conceito que nos faz relacionar com diversos outros significados, que trazem uma concepção do que seria o todo.

Neste capítulo, o foco do estudo é analisar as publicações sobre o movimento grevista dos professores de 1988 em dois jornais específicos, mas, também vamos analisar as reportagens e publicações realizadas em um destes jornais pela entidade representativa dos professores, a APP, intitulado *Folha do Professor*. Isto denota a importância da mídia para a exposição dos fatos sobre a categoria, conforme apontado acima. O movimento dos professores, neste sentido, foi ao mesmo tempo foco da mídia em suas publicações, e fez uso da mídia para expor seus posicionamentos, para que o público tivesse acesso às suas demandas, aos seus objetivos, para se tornar visível na sociedade a partir, também, de um olhar do interior do movimento, e não apenas a análise proposta pela imprensa.

Desta forma, a imprensa é o que torna visível uma determinada realidade, a partir de “filtros” determinados pelas estruturas da edição, dos recortes e dos significados que são atribuídos às notícias. Conforme aponta Christa Berger, a mídia “faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real”<sup>69</sup>. Mas, este “real” tornado visível pela imprensa, é o resultado de uma série de interesses que perpassam a elaboração da notícia. Este processo, segundo Berger:

gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto,<sup>70</sup> a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não.

Desde o ato de recolher as informações sobre o fato até a sua publicação há uma série de fatores que interferem na forma que a notícia irá

---

<sup>69</sup> BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

<sup>70</sup> Idem, p. 22.

assumir. Até mesmo o título escolhido privilegia determinado ponto da informação em detrimento de outro. Assim a preocupação em conquistar leitores ou espectadores está condicionada à ideologia do jornal, aos interesses dos proprietários e de seus anunciantes.

Assim, segundo Edson Antoni:

A imprensa apresenta-se, neste momento, não como um simples mecanismo de transmissão e informações, ela constitui-se como um agente político atuante, em defesa de um determinado projeto político, sustentado pelos seus editoriais ou mesmo pelos seus patrocinadores e colaboradores. Buscando legitimar um determinado projeto político-econômico, a imprensa promove, com o intuito de deslegitimar a ação dos movimentos sociais, um processo de criminalização das suas práticas. O discurso elaborado pela imprensa busca transformar os sujeitos políticos organizados em criminosos, retirando-lhes da esfera da legítima participação política.<sup>71</sup>

O autor apresenta que devido à busca por legitimar um determinado projeto político-econômico a função da imprensa seria a de deslegitimar as ações dos movimentos sociais, ou seja, torná-los injustificáveis, ilícitos. Este processo de criminalização destes movimentos sociais é também abordado por Francisco Fonseca. Ao analisar os jornais diários da grande imprensa brasileira Fonseca afirma que esta “procurou criminalizar os movimentos sociais, se opôs a toda e qualquer greve e demonstrou seu profundo autoritarismo perante as classes populares.”<sup>72</sup>

Com o objetivo de compreender as *estratégias para a formação do consenso*, Fonseca apresenta esta proposição como o uso que a imprensa faz da informação para repercutir ideias, conquistar “corações e mentes”. Para este autor, isto seria possível para a imprensa jornalística:

[...] porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade do que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada ideia, opinião ou representação.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> ANTONI, Edson. **Ação e Representação dos Novos Movimentos Sociais na América Latina**. In: V Mostra de Pesquisa da Pós Graduação, PUCRS, 2010. Encontrado em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/> - acesso em 16/06/2012 às 16:05 h.

<sup>72</sup> FONSECA, Francisco. Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais. In: Anais do II Simpósio GEPAL, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf> - Acesso em: 18/06/2012 às 11:30 h.

<sup>73</sup> Idem, p. 2.

Neste sentido a imprensa jornalística, o foco deste estudo, pode ser compreendida como um instrumento de manipulação e de intervenção na vida social, sendo capaz de induzir à criação de variadas representações sobre os sujeitos e movimentos sociais. Segundo Fonseca, este seria o objetivo da imprensa, deslegitimar os movimentos sociais, criminalizá-los principalmente em relação ao conflito Capital/Trabalho, a greve.

As notícias sobre as greves, segundo este autor, são classificadas como “inoportunas ou extemporâneas, devido às dificuldades econômicas; ou são ilegítimas por apresentarem “políticas e/ou ideológicas e/ou corporativas; ou ilegais por desrespeitarem leis vigentes (como a Constituição de 1969); ou por causarem prejuízos à economia e/ou à sociedade; ou por serem atentatórias à ordem pública (como no caso de uso da violência); ou por atentarem ao consenso que supostamente seria verificado na sociedade; ou mesmo atentatória à sociedade.<sup>74</sup>

De acordo com Fonseca estes seriam os fatores que são utilizados pela imprensa para tornar ilegítimo um movimento social. Em muitos casos, várias das características são utilizadas para criar o “consenso” de que as greves não devem ser aceitas pela sociedade.

Assim, a mídia de um modo geral procura legitimar um projeto político-econômico, próprio da ideologia neoliberal, apresentando-se contrariamente aos movimentos sociais, descaracterizando-os. A imprensa jornalística, foco deste estudo, também se insere nesta perspectiva, pois manipula as informações de forma que se formulem representações consonantes com o projeto que se almeja alcançar, exatamente o que não contrarie os princípios capitalistas, tornando o instrumento de luta do trabalhador, a greve, como ilegítima.

### 3.2. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E A ANÁLISE DOS JORNAIS

Para compreender o conceito de Representação buscamos em Roger Chartier e suas reflexões sobre representação e apropriação. Segundo este autor, a História Cultural é importante porque permite identificar e compreender, em diferentes lugares e momentos, o modo como uma realidade social é construída, como é pensada, e mesmo, dada a ler por diferentes grupos e/ou indivíduos. Chartier ressalta que a obra é testemunho de uma determinada realidade, é neste

---

<sup>74</sup> Idem, p. 13.

sentido que há a possibilidade de ir do discurso ao fato. A fonte deixa de ser instrumento de mediação e se transforma em testemunho de uma determinada realidade, que segundo o autor, pode englobar vários e diferentes sentidos, posto que, as representações do mundo social, mesmo aspirando a uma universalização de sentido fundamentado na razão, estão sempre condicionadas aos interesses dos grupos que as formularam.

Para Chartier, representações são “estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”<sup>75</sup>. Ou seja, a representação é a forma como determinado grupo se dá a conhecer e, ao mesmo tempo, como é percebido, compreendido, conhecido, por outros grupos.

Ao folhear os jornais do período, e ler atentamente as notícias e cartas publicadas podemos perceber um conflito de interesses e também as diferentes percepções do movimento grevista dos professores do Paraná. Governo e APP travam um embate para demonstrar, cada um a seu modo, como a outra parte está agindo de forma errada/negativa. E, da mesma forma, aparecem também algumas vozes que tentam se posicionar diante dos acontecimentos, que são os leitores do jornal que escrevem para a seção *Cartas*. E, além destes, é importante considerar o fator principal que é a editoria do jornal que seleciona o que será publicado, mostrando os dois lados, do Governo e dos professores, mas, em alguns momentos pendendo para um lado ora para outro, e demonstrando querer, sem sucesso, manter a sonhada, mas impossível, neutralidade.

Para aprofundar um pouco mais a discussão, vamos atentar para alguns dados contextuais importantes da greve dos professores em 1988. O país estava passando por um processo de redemocratização, o fim do Regime de exceção civil e militar (1964-1985) era recente, a opção pela transição lenta e gradual já havia sido concretizada, mas, é perceptível, nas falas publicadas nas notícias, os ranços, a memória do período ditatorial, e a sua negação e muitas vezes a comparação com o que estava sendo vivenciado pelo movimento durante a greve.

A greve foi decidida em 5 de agosto de 1988, quando houve uma assembleia geral dos professores em Curitiba, onde foi aprovada a medida. E a reivindicação, tida por “única” pelo presidente do núcleo da APP de Londrina, no

---

<sup>75</sup> CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre Representações e Práticas**. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

período, José Claudiney Stachetti, seria a elevação do piso salarial dos professores, de três para oito salários mínimos.

Esta reivindicação não era apenas dos professores, ao analisar os jornais, muitas greves estavam em andamento, ou ameaças de greve de várias categorias ocorrendo não somente no Paraná, mas em todo o Brasil. A economia brasileira estava em um quadro de instabilidade, grande dívida externa e uma inflação em ascensão. Os salários, por meio do Plano Bresser (1987-1988), estavam sendo calculados pela URP (Unidade de Referência de Preços), que reajustaria preços e salários. Mas, como demonstra o estudo de Carlos Henrique Horn, esta tentativa de controle da inflação não obteve sucesso e as taxas inflacionárias mostravam-se crescentes, “fazendo com que a economia brasileira superasse as piores marcas de toda sua história de elevação de preços”<sup>76</sup>. Os salários de um trimestre eram ajustados para recuperar a inflação do trimestre anterior. Mas, mesmo sendo um plano da União para tentar solucionar o problema, os governos federal e estadual, não realizavam o pagamento do funcionalismo público com base na URP, esta forma de pagamento estaria acontecendo apenas nas empresas privadas.

Conforme a análise feita pelo editorial da *Folha de Londrina*, no dia 05/08/88:

Não é muito difícil perceber o que está acontecendo, nem mesmo chegar a causa. Enquanto os assalariados continuam a receber suas URPs, que perdem da inflação, mas, ao menos, diminuem um pouco a diferença entre a alta do custo de vida e o que o trabalhador recebe, os funcionários ligados a administração pública federal e estadual estão sofrendo o efeito da política salarial diferenciada.<sup>77</sup>

Deste quadro podemos inferir a situação dos professores e também de outras categorias de trabalhadores especialmente ligados ao serviço público, e a motivação para as greves: os salários não condiziam com a realidade de preços, a remuneração mensal estava constantemente desvalorizada. Estes trabalhadores se viam fora de uma política proposta para o país, mesmo sendo funcionários públicos. Por isso temos greves em vários setores públicos como Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrosul.

---

<sup>76</sup> <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/68/355> - acesso em 11/07/2011 às 14:55 h

<sup>77</sup> Editorial da *Folha de Londrina* de 05 de agosto de 1988, p. 2.

A euforia de um país recém saído de um regime ditatorial, somado a problemas econômicos, dava força e ânimo para a luta. Enfrentavam dificuldades econômicas, taxa inflacionária crescente, porém, havia a possibilidade de buscar o que desejavam, sem repressão, pois viviam uma democracia, e o direito de greve lhes estava garantido. Mas, as ações repressivas do Governo do Paraná e dos parlamentares da situação levou-os ao título de “ditadura civil”, isto aparece em várias falas posteriores ao episódio de 30 de agosto, data da repressão policial contra os professores.

Isto porque as medidas tomadas pelos governantes, tanto governador quanto parlamentares, pareciam estar relacionadas a um passado já vivenciado pela sociedade, mas que não condizia com o regime democrático para o qual o país havia retornado após um longo período de ditadura e exclusão dos direitos civis.

Assim, para facilitar a realização da análise destas fontes, a divisão foi efetuada pela origem, ou seja, primeiro analisamos as notícias/reportagens sobre o movimento, na sequência, as cartas publicadas pelos leitores, e, posteriormente, as notas da *Folha do Professor*, publicação da APP nos referidos jornais. Mas, antes de iniciar a análise

### 3.3. AS NOTÍCIAS SOBRE A GREVE: *FOLHA DE LONDRINA*

Para realizar esta pesquisa buscamos os exemplares do jornal *Folha de Londrina* dos meses de agosto e setembro de 1988, período em que transcorreu a greve dos professores. Os periódicos foram encontrados na Biblioteca Pública Municipal de Londrina, em seu formato original, já bastante desgastado devido ao tempo e a má conservação. Foram vistos todos os exemplares daqueles período e as notícias que se referiam à greve ou aos professores, assim como as cartas foram fotografadas. Muitas vezes uma mesma notícia, exigia duas até quatro fotografias para ter acesso integral ao texto. Depois de selecionadas e fotografadas, as reportagens foram tabeladas, como no esquema a seguir:

|   | Data     | Pág.   | Formatação/localização   | Título da Notícia                             |
|---|----------|--------|--|---|
| 1 | 02/08/88 | 10     | Sup. Esq. Normal (outras not.greves)   | Professores estaduais ameaçam parar no dia 8. |
| 2 | 03/08/88 | 5      | Inf. Esq. – Box pequeno  | Diretores de escolas estaduais apoiam greve   |
|   | Seção    | Imagem | Palavras-chave   |   |
| 1 | Paraná   | não    | Alunos sem aula/greve/salários/professores descontentes/governador muda discurso sobre a greve |   |
| 2 | Londrina | não    | Diretores/apoio/greve/comunicado sobre Assembleia Geral/expectativa 85% irão paralisar         |   |

| Onde (local da notícia) | Fonte:                 |
|-------------------------|------------------------|
| Paraná todo             | Da sucursal (Curitiba) |
| Londrina                | Local                  |

|   | Data     | Leitura da imagem  |
|---|----------|--|
| 6 | 06/08/88 | Muitos professores, passeata sem conflitos, muitas faixas grandes  |
| 7 | 06/08/88 | Professores caminhando – destaque para cartaz com frase de Álvaro Dias sobre greve antes de ser governador: “Greve: instrumento legítimo de toda categoria profissional que se sinta prejudicada pela política governamental – publicada na <i>Folha de Londrina</i> ” |

Não há como separar as notícias por temas específicos, como está colocado mais à frente na análise do jornal *O Estado do Paraná*, pois em uma mesma reportagem o jornal aborda diferentes temas, como por exemplo a versão dos professores e o posicionamento do governo, mas, vamos agrupar esta análise a partir das recorrências do tema, ou seja, a abordagem a partir de reportagens publicadas em momentos diferentes durante a greve. Há esta diferença entre as notícias publicadas neste jornal em relação ao *Estado do Paraná*, porque parte das notícias vêm de correspondentes de outras cidades, e assim, acabam agrupadas com diferentes temas sobre o movimento dos professores. Já as notícias locais são mais específicas, mas, ainda assim, sempre abordam um panorama geral do movimento, como uma forma de complementar a notícia.

Assim, podemos dividir a origem das notícias da seguinte forma:

|                             | Londrina | Curitiba | Paraná | Outras cidades |
|-----------------------------|----------|----------|--------|----------------|
| <b>Qtde. de reportagens</b> | 25       | 46       | 10     | 20             |

Mas, este não é o total de notícias analisado, pois uma mesma publicação traz informações sobre pontos diferentes do Estado, como por exemplo

Curitiba e Londrina, em que aparecem 12 vezes juntas, então do total de notícias das cidades em doze casos são a mesma publicação. E este fato também acontece com as “outras cidades” juntamente como Londrina, e com Curitiba.

Foi analisado um total de 82 publicações sobre o movimento grevista dos professores, dentre estas publicações, algumas contém mais de um título, relacionado à abordagem que o jornal propunha, dependendo do foco da notícia, por exemplo os professores ou o governo. Junto à estas foram publicadas 39 fotografias que acompanham 31 reportagens, ou seja, algumas trazem duas ou até três fotografias.

O objetivo desta análise é compreender o posicionamento do jornal diante do movimento grevista dos professores, para isso, vamos expor algumas destas publicações e dialogar com o contexto de sua elaboração. Dividimos então da seguinte forma esta análise: a) Álvaro Dias e a mudança no discurso; b) a greve e o posicionamento do governo e de outros setores; c) o embate sobre a adesão ao movimento; e d) os professores e a greve.

### 3.3.1 Álvaro Dias e a Mudança no Discurso

A primeira notícia, sobre a greve dos professores, publicada na Folha de Londrina data de 02 de agosto de 1988, e é a ameaça de paralisação. Além de divulgar sobre a possível greve, o texto inicia abordando o retorno dos alunos que estavam em férias, e a chance deste número expressivo (1,2 milhão) de alunos permanecer fora das salas de aulas. Com o subtítulo *mudou o discurso*, aparece uma fala da presidente da APP, Isolde Andreatta, se referindo ao descontentamento dos professores com a mudança de opinião, do Governador Álvaro Dias, em relação à greve, “*agora que está no poder*”<sup>78</sup>. E o autor da notícia, explica a situação demonstrando que Álvaro Dias, em 1981, quando ocupava o cargo de Deputado Federal, incitava a greve dos professores por melhores salários e declarava justa esta ação neste sentido.

---

<sup>78</sup> Frase atribuída à Isolde Andreatta, presidente da APP em 1988. *Folha de Londrina*, 02 de agosto de 1988, p. 10.

Quando ele era deputado federal, em 1981, instigava a categoria a lutar por melhores salários e considerava justa uma greve neste sentido. “Hoje seu discurso é outro, prefere nos colocar contra a comunidade” – acusa Isolde Andreatta. Com a greve 65 mil professores deixarão as 3 mil escolas sem aulas.<sup>79</sup>

Ao ocupar um cargo executivo, o jornal demonstra a mudança nos interesses de Álvaro Dias em relação à greve. Quando era deputado federal, apoiar a greve era favorável, mas, enquanto governador, a greve não era aceitável, no sentido de atingir diretamente o seu governo, suas ações.

Isto é perceptível na notícia publicada dois dias depois, sob o título *Álvaro apela aos professores*. Na nota, o governador tenta demonstrar a impossibilidade de conceder o aumento que está sendo reivindicado devido aos poucos recursos que o Estado tem disponível. Reproduzindo um trecho do texto: “Para o Governador ‘decidir pela greve não é justo nem legítimo, dada as dificuldades financeiras porque passa a administração pública.’”<sup>80</sup> A greve deixou de ser, então, justa e legítima para Álvaro Dias, comparando com a exposição de sua opinião sobre o tema em 1981. E esta constatação aparece também em outros momentos, durante a greve, nas manifestações dos professores.

A explicação do governador para a não aceitação da reivindicação dos professores, tornando-a ilegítima, é rebatida na notícia, pela exposição de Andreatta, que afirma “dinheiro o Estado tem, pois a propaganda do atual Governo já chegou à Goiás, Manaus e até mesmo Rondônia”<sup>81</sup>. A presidente da APP, contrapõe a alegação do governador de falta de recursos financeiros expondo o uso da propaganda pelo Governo para divulgar as benfeitorias de seu Governo, para mostrar sua imagem positiva enquanto político.

O jornal, neste sentido, se posiciona em uma tentativa de neutralidade, demonstrando ambos os lados, o embate, a defesa ou a contrariedade à greve. Mas, acaba por deixar explícito os interesses e os pontos de vista envolvidos, para o Governo a greve não poderia acontecer, não havia como atender a reivindicação de aumento salarial dos professores, devido a falta de recursos financeiros para tal; em contrapartida, os professores e sua entidade representativa afirmam a legitimidade das exigências, e apresentam o uso indevido de dinheiro público com propaganda, tentando mostrar que há sim possibilidade de aumento

<sup>79</sup> *Folha de Londrina*, 02 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>80</sup> *Folha de Londrina*, 04 de agosto de 1988, p. 9.

<sup>81</sup> Idem.

salarial, e deixando transparecer a indignação com os gastos que promoveriam a imagem do governador.

A decisão sobre a greve dos professores, do ano de 1988, foi tomada no dia 5 de agosto, e a primeira página do jornal do dia seguinte já estampava uma fotografia da passeata dos professores após a Assembleia realizada em Curitiba, que decidiu pela paralisação. A greve começaria na segunda-feira seguinte, dia 8 do mesmo mês. A fotografia apresentada pelo jornal traz várias pessoas com faixas, caminhando por uma avenida, mas, o destaque está para uma faixa, que se encontra bem a frente, com os dizeres “Quem não luta por seus direitos não merece direito algum”, uma justificativa clara para o movimento que estava sendo iniciado.<sup>82</sup>

**Figura 1**



**Fonte:** Folha de Londrina – 06/08/1988 – Página 1

Ainda sobre esta notícia, nas páginas do interior do jornal, juntamente com a nota completa sobre a decisão dos professores e a manifestação que se seguiu, mais uma fotografia, que oferece destaque a outro cartaz, onde se pode ler “Greve: instrumento legítimo de toda categoria profissional que se sinta prejudicada pela política governamental”, mas, o interessante é que, além da frase, há a menção a sua autoria, e o local e data da publicação: Álvaro Dias, na *Folha de Londrina*, 1981. Mais uma vez o jornal divulga a “mudança de opinião” do Governador do Estado.

<sup>82</sup> *Folha de Londrina*, 6 de agosto de 1988, p. 1.

Figura 2



Fonte: Folha de Londrina – 06/8/1988 – Página 10

Na fotografia é possível perceber novamente o uso da fala anterior de Álvaro Dias, a fim de ressaltar a mudança no discurso após se tornar governador do Estado. Este artifício foi um mecanismo utilizado pelos professores para justificar o movimento e ao mesmo tempo combater as ideias apresentadas pelo governo, que tinham como objetivo deslegitimar a greve dos docentes.

A partir desta apresentação é possível perceber um posicionamento do jornal de forma favorável aos professores, ressaltando a contradição no discurso do governador. Neste sentido, podemos inferir que o jornal foi um meio de divulgação tanto da ideia anterior, pregada pelo deputado federal Álvaro Dias, como da ideia divulgada no período, como governador do Estado. Seria o jornal incentivador desta memória? É possível afirmar que as publicações reforçaram esta concepção de uma imagem anterior de Álvaro Dias, o apoiador das greves docentes, e uma imagem posterior, de governador que recrimina o movimento? Da mesma maneira que a fonte da notícia é a sociedade, os acontecimentos, o produto do jornal, a notícia, se torna também parte desta sociedade, devido às diversas interpretações que são feitas pelos indivíduos e/ou grupos daquilo que é publicado.

### 3.3.2A Greve e o Posicionamento do Governo e Outros Setores da Sociedade:

Do total de reportagens analisadas, 26 trazem nos títulos o foco no governo diante da greve dos professores. Nos textos que acompanham, muitas vezes, outros temas são abordados, como por exemplo a resposta da APP, ou a opinião de outros setores da sociedade, ou ainda as ações do movimento em diferentes cidades. Neste sentido, vamos retomar alguns aspectos principais das notícias, que apontam a perspectiva do governo sobre o movimento, e a forma como o jornal mostra estas informações. Como afirmado anteriormente, as várias notícias analisadas acabam por abordar temas diferentes, assim, sobre este objetivo, vamos analisar as reportagens como um todo.

Na reportagem intitulada “Protesto dos Professores”, após abordar sobre o início do movimento grevista, é expresso o posicionamento do Governo a partir da fala do Secretário da Educação, Belmiro Valverde, diante da decisão de paralisação das atividades docentes nas escolas públicas do Estado. Sobre a entrevista, o jornal traz a ênfase em duas falas do então secretário que apontam que este iria avaliar o movimento e tomar providências para manter as aulas, e um pouco adiante, “a comunidade não irá apoiar um movimento baseado neste tipo de reivindicação”. O tipo de reivindicação a que o secretário se refere é a salarial, o aumento dos rendimentos mensais, que devido à situação em que o país se encontrava, e a desvalorização dos salários da maior parte dos profissionais, não seria aceita pela comunidade, que também passava por dificuldades, o que tornaria ilegítima a ação dos professores.<sup>83</sup>

Belmiro Valverde entende que enquanto a maioria da população tem reajuste baseado apenas na URP e algumas categorias lutam por sua manutenção em face das ameaças de cortes deste tipo de correção salarial, fica difícil para a comunidade apoiar uma greve de professores que recebem reajustes mensais superiores à URP.<sup>84</sup>

Neste trecho o Secretário da Educação compara os reajustes oferecidos aos professores com o que era recebido pela população, desta maneira traz como uma “lógica” o fato de que a comunidade não iria apoiar a greve, pois, não

---

<sup>83</sup> *Folha de Londrina*, 6 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>84</sup> *Idem*

havia justificativa para a greve, pois a situação atingia toda a sociedade, não somente os professores.

Assim, fica claro o típico argumento levantado por Francisco Fonseca, que mostra que uma das formas de deslegitimar um movimento social é torná-la inoportuna, devido a uma situação de crise, e também por um consenso da sociedade. No caso apontado acima, aparecem os dois argumentos.

A menção a questão salarial, como justa ou injusta, o que tornaria a greve legítima ou ilegítima, é lugar comum nas reportagens analisadas, e, inclusive, nas cartas de leitores do jornal que foram publicadas, e também serão referenciadas neste trabalho, mais à frente.

Após a aprovação da greve, em Assembleia dos professores, o Governo do Estado divulgou uma nota garantindo o funcionamento das escolas estaduais. A reportagem do domingo que antecedeu ao primeiro dia da greve traz o pedido do Governador aos pais, para que mandem os filhos para a escola, pois “o Governo vai assegurar, por todos os meios, a regularidade da vida escolar aos 1,2 milhão de alunos da rede estadual”. E ainda, a reportagem do jornal ressalta os dizeres da nota do Governo, que os pais devem *cobrar* o pleno funcionamento das escolas, exigir o cumprimento das atividades escolares.

A *Folha* reproduz, na sequência, grande parte da nota, que demonstra os ganhos dos professores por “apenas quatro horas por dia”, o Governo apresenta uma espécie de justificativa diante das exigências dos professores, alegando que, em relação ao número de horas que trabalham, seriam bem remunerados.<sup>85</sup>

Esta exposição dos ganhos mensais dos docentes tem como objetivo deslegitimar a greve. A sociedade, exposta a estas informações, poderia se apropriar da imagem dos professores ou de seus atos no movimento como “gananciosos”, “egoístas”, que não levam em conta a situação econômica, as dificuldades enfrentadas em todo o país. E quanto ao número de horas, seria uma tentativa de inferir que trabalham pouco pelo que recebem. Este tipo de conclusão sobre o trabalho docente decorre do não conhecimento sobre as diversas atividades que precedem as aulas e que são posteriores as mesmas, e também do fato de se tratar de um trabalho intelectual, que não envolve esforço físico, erroneamente

---

<sup>85</sup> *Folha de Londrina*, 07 de agosto de 1988, p. 4.

confundido com facilidade e regalias, como no caso do recesso no meio do ano letivo.

Em um quadro, publicado juntamente com outras notícias sobre a greve, e intitulado “Álvaro critica”, há o posicionamento de Álvaro Dias diante do início da greve. O governador afirma, segundo o texto, que “a greve dos professores paranaenses não tem amparo moral, nem na lei, ou mesmo amparo da razão”<sup>86</sup>, ressaltando que a classe recebia ajustes salariais mensais, contrapondo ao que acontecia no Estado de São Paulo, onde os ajustes seriam trimestrais. E ainda, na sequência, Dias afirma que a greve tinha motivações políticas. É possível perceber mais uma argumentação para tornar a greve injusta, infundada, comparando a realidade dos professores do Paraná com os de São Paulo, buscando demonstrar que estavam sendo privilegiados.

E outra maneira de tornar ilegítimo o movimento é a afirmação da motivação estritamente política, o que estaria apenas intencionando prejudicar a imagem do governador enquanto liderança política, a fim de angariar adeptos para outros grupos políticos.

O governador queixou-se de que a paralisação tenha motivação política: “não me cabe identificar os setores, mas uma grande parte dos grevistas tem motivações políticas. Essa greve vem sendo preparada há muitos meses, pelo menos desde setembro do ano passado, para ser deflagrada exatamente no início do processo eleitoral”<sup>87</sup>

A motivação do movimento, a partir das declarações dos professores e da APP era voltada para a questão salarial, mas, colocar o movimento aliado a motivações políticas era, também, uma forma de tornar o movimento ilegítimo, pois estaria atrapalhando o funcionamento pleno das atividades escolares em prol de ações voltadas para disputas políticas.

De um modo geral, o governo aparece nas notícias contradizendo as ações dos professores, buscando tornar injusto ou inválido o movimento, como por exemplo, em relação ao funcionamento das escolas:

---

<sup>86</sup> *Folha de Londrina*, 09 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>87</sup> *Folha de Londrina*, 09 de agosto de 1988, p. 11.

A maior preocupação do Secretário da Educação, Belmiro Valverde, ontem, foi a realização de piquetes em frente às escolas e manifestações dos grevistas que tentavam impedir a entrada de professores nos colégios que funcionavam normalmente. “Vamos garantir o direito ao trabalho para os professores que desejam fazê-lo e às crianças que estão indo às escolas”, afirmou.<sup>88</sup>

A reportagem se refere às manifestações e piquetes realizados pelos grevistas como a principal preocupação, pois o objetivo do Secretário seria garantir o “direito” ao trabalho e ao estudo. A ação dos professores é entendida como um atentado à ordem e contrária à um “direito legítimo”. O representante do governo aparece na nota como aquele que está preocupado com a ordem, e os professores como aqueles que querem destruir a ordem e o bom funcionamento das escolas.

Após o conflito entre polícia e professores no dia 30 de agosto de 1988, o governo se posiciona afirmando que a violência havia partido dos professores:

O governador Álvaro Dias acusou ontem os professores como responsáveis pelos atos violentos ocorridos anteontem em Curitiba, quando uma passeata foi dispersada por soldados do Batalhão de Choque da Polícia Montada da PM. “Foram os manifestantes que começaram a agressão” afirmou o governador, “os soldados cumpriram com seu dever protegendo o patrimônio público, pois o Centro Cívico não é camping”.<sup>89</sup>

Novamente, ao revelar o posicionamento do governador, o jornal apresenta os professores como aqueles que não respeitam a “ordem”. Segundo a entrevista concedida por Álvaro Dias, os professores que iniciaram as agressões, a função da polícia, neste caso, foi apenas a de proteger o patrimônio público. A referência ao *camping* se refere ao fato de alguns professores estarem acampados naquele local, o que estaria também contrariando a função daquele lugar público.

As ameaças de demissões, a exigência dos boletins de frequência por parte da Secretaria de Educação aos diretores das escolas, também são assuntos abordados pelas notícias. O jornal, neste sentido, aparece como porta-voz do governo, como informante, a fim de alertar os professores. Mas, as ameaças aparecem como uma forma de desestruturar o movimento grevista dos professores, assim como os números da adesão ao movimento, que abordaremos adiante.

<sup>88</sup> *Folha de Londrina*, 10 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>89</sup> *Folha de Londrina*, 01 de setembro de 1988, p. 1.

A *Folha de Londrina* também publica algumas reportagens, em sua maioria de origem local ou das cidades da região de Londrina, mostrando o posicionamento da sociedade, mais especificamente de pais e alunos em relação à greve dos professores.

Em meio a outras notícias sobre a greve aparece um subtítulo descrito como “Estudante faz apelo” se trata da manifestação de um estudante com relação à greve. Segundo o texto, o jovem de 17 anos compareceu a redação da *Folha*, e, apresentou sua insatisfação diante da situação de desacerto entre professores e o Governo do Estado, e pedia para que tanto professores quanto o governador fizessem um acordo, para que as aulas fossem retomadas e os alunos não fossem prejudicados.

Esta ideia é reforçada em outra notícia, sob o título de *Associação dos Municípios considera greve inoportuna*<sup>90</sup>. Esta reportagem trata da nota divulgada pela Associação dos Municípios do Paraná, que alegam reconhecer que a greve é um instrumento legítimo de reivindicação, mas, que aquele não seria o momento oportuno para isto, devido a situação geral do país e principalmente, por já estarem próximos do fim do ano letivo, os alunos é que sairiam prejudicados. E reforça que não são somente os professores que passam por dificuldades, mas, os assalariados de um modo geral.

Os apoios e rejeições ao movimento grevista dos professores são constantemente apontados nas páginas do jornal. Em *APMs divergem sobre greve*<sup>91</sup>, é exposto este conflito de opiniões, de pais e de alunos. E, para demonstrar, o jornal apresenta algumas falas dos entrevistados, como por exemplo, “A greve é precipitada”, “Estes professores ganham bem”, e ainda demonstrando que o ensino é precário “mas ninguém faz greve para que ele melhore”. Mas, para o apoio aos professores, o jornal apresenta a ação de uma APM de Umuarama, que tenta se mobilizar juntamente com outras Associações de Pais do município para a elaboração de um documento de solidariedade à greve. Não aparecem falas, discursos sobre este apoio. Ele aparece como algo que irá ser desenvolvido, mas, não há argumentação, não há motivos demonstrados para este apoio, ao contrario da rejeição, que traz as opiniões.

---

<sup>90</sup> *Folha de Londrina*, 10 de agosto de 1988, p. 1.

<sup>91</sup> *Folha de Londrina*, 11 de agosto de 1988, p. 10.

Outro embate que aparece nas páginas do jornal é quanto a questão do envio ou não dos alunos para a escola. Segundo as notícias publicadas, em vários momentos, o Governador do Estado, Álvaro Dias, fazendo uso dos meios de comunicação, rádio e televisão, pede aos pais que não deixem de enviar os filhos para as escolas, que estas estariam funcionando. Uma forma de forçar a comunidade a cobrar dos professores e da escola a normalidade no funcionamento. E a APP, representando os professores, tenta mostrar os riscos de mandar os filhos para a escola sem funcionamento. Como o Governo alega que a maioria das escolas estaria com suas atividades normais, os pais deveriam fazer sua parte, e mandar os alunos para a escola, no entanto, isto aparece como uma estratégia de controle, ou ao menos, tentativa de controle da situação. Uma forma de provar que as estatísticas do Governo sobre a greve eram reais. Ao afirmar que os pais poderiam enviar os filhos para a escola, ao mesmo tempo estava afirmando também que as escolas estavam em pleno funcionamento, e que os professores não haviam aderido à greve.

A partir desta exposição podemos perceber que o jornal está manipulando a situação para mostrar que os únicos que estavam sendo prejudicados neste momento de greve eram os alunos. Tanto o governo do Estado como os professores estariam agindo de forma inconsequente seja por forçar os alunos a irem para a escola sem professores, ou pelo fato de que não haviam professores para dar aulas.

Portanto, de um modo geral, as notícias que trazem o posicionamento do governo ou de outros setores da sociedade, publicados na *Folha de Londrina*, expressam uma forma de desarticular o movimento dos professores, seja por que o movimento se fundamenta na questão salarial, mostrada pelas informações do governo como indevidas, ou por conta da desordem social causada pela greve, ou por prejudicar os alunos. Em vários momentos o movimento dos professores é mostrado a partir da compreensão de ilegitimidade, de injusto ou sem fundamentação plausível para a aceitação social.

### 3.3.3. A Adesão ao Movimento:

A greve é iniciada, então, no dia 8 de agosto do ano de 1988, e as notícias sobre o andamento passam a ser corriqueiras nas páginas do jornal, após esta data. É relevante atentar para o conflito de informações sobre a adesão à greve

por parte dos professores. O Governo utiliza da estratégia de apontar um número reduzido de professores participando do movimento grevista, e a Associação dos Professores aponta, ao contrário, um número alto de professores que aderiram à paralisação. Os números são díspares, para o Governo a estimativa de adesão, neste primeiro momento, ficou em apenas 20% de toda a rede estadual, e, para a APP, a adesão chegou a 70%. O jornal não aponta qual é o número real, apenas apresenta as informações, e, constata que ambos concordam em um ponto, que a aceitação da greve foi maior nas grandes cidades e nos maiores colégios.

A reportagem se divide em vários subtítulos, dando conta do encaminhamento da paralisação dos professores em algumas das principais cidades do Estado, como Londrina, Maringá, Curitiba, Foz do Iguaçu, dentre outras. A informação também apresenta que os professores ficaram reunidos em assembleia, e que esta seria permanente em quase todo o Estado. Juntamente são impressas fotografias que mostram professores de Londrina reunidos em uma grande sala, sentados e aparentemente atentos a exposição de uma professora. A foto (ilustração 3) afirma a exposição sobre a assembleia permanente dos professores, que se encontravam discutindo os rumos do movimento.<sup>92</sup>

A sala repleta mostra que os professores estavam aderindo ao movimento, e estavam comprometidos, pois se preocupavam em discutir os rumos da greve. Esta fotografia reforça a ideia de que a adesão dos professores estaria mais próxima do que estava sendo divulgado pela APP, e não os ínfimos números apresentados pelo governo.

---

<sup>92</sup> *Folha de Londrina*, 09 de agosto de 1988, p. 11.

Figura 3



Fonte: Folha de Londrina – 09/08/1988 – Página 11

As disparidades com relação à adesão ao movimento são recorrentes nas notícias da *Folha*. O governo, enquanto estratégia divulga o funcionamento da maioria das escolas, e um percentual muito baixo de paralisação. Enquanto isso, a APP, ao contrário, demonstra o alto percentual de participação dos professores na greve e o baixo número daqueles que continuaram trabalhando.

Este embate, sobre o número de professores que aderiram à paralisação, segue os interesses de cada grupo envolvido. Para o Governo, como mecanismo de desestruturação do movimento, é mais adequado demonstrar que não há a participação efetiva dos professores, que o movimento é pequeno, e assim, facilmente, não teria forças para continuar e acabaria. Uma forma de tentar convencer os que não haviam aderido à paralisação que o movimento estava fraco.

A mesma estratégia vem do lado oposto, a APP que divulga uma ampla participação dos professores, afirmando, assim, que o movimento era forte, que vários professores participavam da paralisação, e que outros poderiam aderir, pois se tratava de um movimento já consolidado, que conseguiria alcançar os objetivos.

Outra fotografia apresentada pelo jornal, que também contribui para a ideia de uma adesão favorável dos professores é a seguinte, que apresenta o pátio de uma escola em Curitiba completamente vazio:

Figura 4



*Pátios vazios em Curitiba, indicativo da greve*

**Fonte:** Folha de Londrina – 09/08/1988 – Página 1.

Ao mesmo tempo, outras maneiras de burlar a fiscalização dos órgãos públicos sobre a participação dos professores no movimento, acontecia nas escolas. Alguns diretores optam por não encaminhar à Secretaria de Estado da Educação as listas de comparecimento dos professores. Uma maneira de o Estado não conseguir identificar a participação no movimento, e ao mesmo tempo, não haver cortes salariais.

A falta de contato direto, devido ao fechamento de várias escolas, ou o extravio das listas poderiam ser desculpas para não enviar as faltas dos professores, tendo o Governo a sensação de perda do controle da situação. Um mecanismo para desestabilizar este Governo. Ou mesmo a simples desobediência do intermediário entre a escola e o Estado, que é o diretor, fazendo com que aquele não esteja mais no controle da situação.

Diante desta situação o governo recorre, o secretário reconhece uma maior adesão ao movimento, mas, ainda, não correspondia ao que estava sendo exposto pela APP como a participação efetiva dos professores. E, em nota, o Governo exige o envio das listas de frequência dos professores, com um alerta de que os professores que tivessem feito seus registros não teriam descontos para o mês de agosto. E, ainda, alerta aos professores que continuaram lecionando, que exigissem da direção do estabelecimento a disponibilização do boletim de frequência

para que pudessem assinar. Afirmando que além do não desconto nos vencimentos, evitariam as reposições de aula posteriormente.

Assim, o jornal acaba expondo ambos os lados da situação, os registros de participação propostos pela APP e a divulgação dos dados pelo governo do Estado. Este embate parece não ter uma solução, é possível inferir que tanto a APP como a Secretaria da Educação fazia uso das estatísticas como mecanismo de luta, como forma de mostrar força nos dois casos. Ao retratar esta situação o jornal se isenta de julgamentos, se posicionando de forma neutra, como simples “informante” para a sociedade.

### 3.3.4 A Greve e os Professores

As primeiras notícias que tratam dos professores e o movimento anunciam a greve, e na sequência os primeiros passos do movimento, o posicionamento do governo diante da situação e os números da adesão.

A preocupação dos professores, conforme é mostrado nas reportagens, é combater, ou melhor, responder a forma como o governador ou o secretário expõem a ação dos professores.

Quanto a questão da propaganda do Governo, este também fazia uso desta ferramenta para divulgar amplamente os salários dos professores, e mostrar para a população como estes professores ganhavam bem por uma jornada de “apenas” quatro horas diárias. Isto pode ser percebido pela fala de alguns professores colocada nas notícias, e pela apropriação destas ideias, que são reproduzidas em algumas cartas, que serão analisadas posteriormente. Um exemplo de notícia: “Estamos revelando aos pais que a realidade salarial dos professores é bastante diferente do que tem sido mostrado na TV e nos jornais pelo governador, que pelo visto, encontra facilidade em investir financeiramente nesta sua campanha”<sup>93</sup>. Esta fala é atribuída ao presidente do núcleo da APP de Apucarana, e mostra a oposição quanto ao que está sendo revelado pelo governador, que não estaria de acordo com a realidade, e ainda aponta o mau uso do dinheiro público com propagandas.

Retornando, então, aos fatos, os professores anunciam novas estratégias na paralisação, e ocupam a Assembleia Legislativa do Estado no dia 16

---

<sup>93</sup> *Folha de Londrina*, 16 de agosto de 1988, p. 10.

de agosto, afirmando a retirada apenas quando ouvidos pelo Governador Álvaro Dias, para negociar a melhoria salarial e o retorno às aulas.

O título da reportagem na *Folha* é bastante sugestivo, “*Professores tomam de assalto a Assembleia*”. O título sugere uma ação negativa, o ato de tomar de assalto relaciona a atitude à um crime, algo inesperado e que traz consequências não agradáveis. Na ocasião, conforme explica a reportagem, a liderança do PMDB articulou o “esvaziamento” do plenário, avisando aos seus deputados que não adentrassem no recinto. E os trabalhos dos parlamentares foram paralisados enquanto os professores permaneceram na Assembleia Legislativa.

A notícia, citada acima, é acompanhada de dois quadros, o primeiro com afirmações do chefe da Casa Civil no período, Antônio Acir Breda, que aponta que não há negociação entre Estado e professores, não haveria diálogo, a situação não estava aberta a discussão porque os professores já haviam recebido os reajustes de acordo com a URP, e que de acordo com os dados que haviam sido repassados pela secretaria da Fazenda, não haveria recursos para o aumento pedido pelos professores. E a nota termina com a afirmativa de que a categoria teria os dias de greve descontados no próximo pagamento. O segundo quadro demonstra a ação do governador para tentar conter as greves que estavam ameaçando também outros setores, segundo a nota “Para interromper a onda de greves que ameaça paralisar os serviços públicos do Estado – já comprometendo as áreas de Educação e Saúde – o governador Álvaro Dias determinou ontem uma correção de 17,68% nos salários”. Esta medida não corresponde a um aumento, mas, sim uma atualização dos valores recebidos de acordo com a defasagem sofrida, é a chamada URP, comentada anteriormente.

Esta sequência de notícias dá a entender que o jornal parece querer invalidar a ação dos professores de tomar a Assembleia Legislativa do Estado, e de continuar com a greve. Os dois quadros demonstram a impossibilidade do aumento reivindicado pela categoria, no primeiro com base nos dados da secretaria da Fazenda, e o segundo mostrando que o Governo está atualizando os salários, e ainda aponta que “A greve dos professores não demoveu o Governador de continuar repassando à categoria os repasses correspondentes ao piso de referência.” Isto demonstra que mesmo os professores estando em greve, o Governo estaria cumprindo com o que estava estabelecido, com o que seria justo para a categoria.

Sobre a questão da tomada da AL pelos professores, alguns deputados, de oposição ao Governo, que segundo o jornal, foram “pressionados por uma multidão de professores” prometeram se reunir com o governador para tentar uma negociação. Os deputados diziam querer “intermediar a situação”, mas, os professores haviam recebido a proposta com desconfiança e optaram por não abandonar a Assembleia. Ainda nesta nota, há uma referência aos desencontros quanto a definição de adesão à paralisação, e ainda uma fala inusitada da presidente da APP estadual, Isolde Andreatta, que afirma que “as fotografias de aulas distribuídas pela Secretaria da Educação são de ‘faxineiros’ passando por professores.” O que nos leva a entender que houve algum tipo de divulgação de que as aulas estavam acontecendo normalmente, comprovadamente por fotografias, que segundo Andreatta, seriam falsas. Governo e Associação dos Professores criam estratégias e tentam a todo o momento desarticular as estratégias um do outro.<sup>94</sup>

Mas, várias foram as tentativas de retirada dos professores do recinto. Como consta na reportagem “*Professores permanecem na AL apesar de tiros*”, na noite da ocupação, foram ouvidos tiros que vinham da direção do prédio onde ficavam os escritórios dos parlamentares, e também foram deixados muitos vasos ornamentais quebrados e muito lixo espalhado pela Assembleia. Esta seria uma tentativa de desorganizar o movimento, atribuir o caos aos professores ali instalados, colocá-los como desordeiros devido à bagunça que ali se encontrava, mas, segundo o jornal “o tiro saiu pela culatra, pois o próprio deputado Aníbal Khouri reconheceu que não foram os professores”, assim como a sujeira mostrada em uma foto no jornal com os dizeres: “Bagunça na Assembleia atribuída aos professores”.<sup>95</sup> O jornal desconstruiu a ideia de que a culpa era dos professores, mostrando a intenção dos responsáveis em culpar os docentes que ali se encontravam.

Mesmo depois deste episódio, houveram outros que demonstraram as tentativas de retirar os manifestantes do plenário, como pronuncia à reportagem a presidenta da APP, Isolde Andreatta, “*Ora nos fecham aqui dentro ou ora não nos deixam entrar livremente*”. E afirma que a cada momento surgem problemas novos, o que estaria dificultando a entrada de alimentos e roupas para os manifestantes.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> *Folha de Londrina*, 16 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>95</sup> *Folha de Londrina*, 18 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>96</sup> *Folha de Londrina*, 21 de agosto de 1988, p. 11.

Estes acontecimentos relembram nitidamente a repressão e as artimanhas próprias do governo ditatorial vivenciado anteriormente, com a diferença que o jornal não foi censurado, noticiando os fatos e demonstrando as artimanhas e estratégias dos parlamentares envolvidos. Mesmo tendo a responsabilidade de divulgar os acontecimentos, é sabido que há, dentro da editoração de jornais e revistas, e em toda forma de mídia, uma seleção, o que irá ou não ser publicado, e a forma como será publicado.

Isto não mostra que o jornal está simplesmente contribuindo com a “verdade”, temos que lembrar que a notícia é algo vendável, e como afirma Robert Darnton, em *“Toda notícia que couber a gente publica”*<sup>97</sup>, o público alvo geralmente é o que determina a forma como será redigido o texto, e o que será mais ou menos enfocado da notícia que se pretende transmitir.

Benhur Jungbeck, também colabora com essas questões ao afirmar que:

[...] não há publicações que não estejam submetidas a algum tipo de pressão, todavia os jornais, que são cotidianamente construídos e construtores de ideias, podem ser atacados diariamente por pressões da sociedade, como também pela própria hierarquia interna da empresa, que atua sobre os profissionais da área para que se mantenha uma linha de interpretação.<sup>98</sup>

Deste modo podemos analisar a notícia como uma pressão exercida pelo fato de que não há mais um regime ditatorial, o que impera é a democracia e toda e qualquer forma de censura ou repressão deve ser denunciada, sob o risco de voltar ao modo anterior de censura. Eles sabiam que isto não iria ocorrer, mas, poderia ser uma forma de mostrar a sociedade que estavam ao lado da dita “verdade”, que os tempos de omissão haviam acabado.

Os professores aparecem como vítimas de um sistema que não está condizendo com a situação democrática. Como na notícia *“Professores retirados à força da Assembleia”*<sup>99</sup> quando algumas lideranças do movimento grevista são retiradas da Assembleia sob a escolta de seguranças, e na imagem estampada na primeira página do jornal mostram vários homens forçando a saída de apenas um,

---

<sup>97</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>98</sup> JUNGBECK, Benhur. História, imprensa e representações: possibilidades metodológicas para uma abordagem histórica. In: **SEMINA** – v.2 – n.2 – p. 86-96, p. 90.

<sup>99</sup> *Folha de Londrina*, 24 de agosto de 1988, p. 1.

retratando uma forma de violência, que foi saudada pelos duzentos professores presentes nas galerias do recinto, com o Hino Nacional Brasileiro.

Ressaltar estas informações servia para demonstrar que o jornal estava comprometido com os ideais democráticos, pois, estavam vivenciando esta abertura política, decorrente do processo de redemocratização, no qual o país estava inserido. Mas no decorrer do texto a retirada destes líderes é justificada por uma “traição” da APP para o Presidente da Assembleia, Antonio Anibelli, mas esta dita traição não é revelada na reportagem. E ao sair, ao som do Hino Nacional cantado pelos professores, que também gritavam “fascistas” e “nazistas”, se referindo aos parlamentares que estavam expulsando alguns líderes do movimento. Este episódio representa os anseios da categoria por uma democracia plena, em que poderiam protestar e ter seu direito de greve garantido, sem que houvesse nenhum tipo de arbitrariedade que os impedisse de permanecer em um espaço público como a Assembleia Legislativa.

Isto se torna mais nítido quando são noticiados os acontecimentos de 30 de agosto.

Neste dia, os professores estavam fazendo uma passeata em Curitiba, juntamente com alguns pais de alunos que estavam apoiando a greve, mas, ao chegar em frente ao Palácio do Iguazu (sede do governo do Paraná), já os estavam aguardando cerca de 400 soldados da Polícia Militar e da Cavalaria, que isolavam o local, para que os professores não adentrassem.

O objetivo da passeata era tentar abrir o diálogo com o Governador para iniciar as negociações. De acordo com o jornal, os policiais tentaram desarticular o movimento impedindo a passagem dos carros de som para o local onde estavam os manifestantes e jogando bombas de gás lacrimogêneo, e a partir disto o centro cívico se transformou em uma “praça de guerra”. Vários professores foram feridos, inclusive um deputado que também participava da manifestação. A reportagem mostra que os professores foram agredidos pelos policiais pelo simples fato de estarem se manifestando, não mostrou nenhuma atitude agressiva dos professores, apenas dos policiais.<sup>100</sup>

Mesmo mostrando os professores como vítimas da situação, o jornal, da mesma forma, publica notícias que pressionam o movimento, e que forçam

---

<sup>100</sup> *Folha de Londrina*, 31 de agosto de 1988, p. 1 e 9.

uma desestabilização. Como, por exemplo, sobre a lista de professores a serem demitidos e sobre o julgamento da greve, são oito reportagens durante o período, sempre mostrando a possibilidade dos grevistas serem demitidos, especialmente os celetistas, pois a legislação previa dispensa em caso de 30 dias de afastamento, que poderia ser considerado como “abandono de emprego”. A possibilidade de perda do emprego fez com que vários professores contratados pelo regime CLT, chamados celetistas, voltassem às escolas para assinar suas presenças. Este é um mecanismo sutil de desarticulação, e o Governo fazia uso da mídia para tais divulgações, pois, a todo o momento há uma referência sobre a elaboração da “lista” com os nomes dos que seriam dispensados.

Um ponto positivo para o movimento grevista, e que é também bastante ressaltado nas notícias publicadas é a falta de diálogo do Governador Álvaro Dias com os professores. As reportagens mostram a posição irredutível de Álvaro Dias de se propor ao diálogo apenas com o retorno às aulas. Os professores pedem o diálogo, mas, este é negado. Até mesmo representantes, como deputados, vereadores, e o prefeito de Londrina, Wilson Moreira (1983-1988), tentam intermediar e solicitar a abertura do Governo ao diálogo com os professores, mas, isto não acontece. O que representa a postura dura, fechada do governador, que “não quer ouvir os professores”, como aparece várias vezes nas reportagens e nas cartas publicadas na *Folha de Londrina* no período da greve.

Mas, os professores não aparecem nas linhas do jornal apenas como vítimas de um governo que não os atende e não os escuta, os docentes são também os algozes da sociedade que anseia por educação. Muitas são as reportagens mostrando os alunos como os principais prejudicados pelo conflito entre professores e Governo, e eles pedem o retorno às aulas. Várias manifestações de alunos e pais de alunos, em cidades diferentes do Estado, que aparecem como mobilizações pequenas, mas, que demonstram o pesar da sociedade com o embate que não se resolve: Os professores continuam a greve e o governo não se abre à negociação.

É o caso da manifestação dos alunos do Colégio Dario Veloso de Londrina, que se organizaram e chamaram a equipe de reportagem da *Folha*, para que fosse registrado o pedido de retorno as aulas. Temendo ter que estudar no período de férias e também receio de que a aceleração da abordagem dos

conteúdos não traga o rendimento esperado os alunos fizeram um pequeno protesto, expondo cartazes de indignação com a greve.

**Figura 5**



**Fonte:** Folha de Londrina – 17/08/1988 – Página 1

Nesta fotografia o foco é o apelo dos estudantes que estão “pedindo aulas”. Convém também ressaltar os textos das faixas estão diretamente relacionados aos professores, como por exemplo: “Professores vocês só pensam em dinheiro? Educação não é comércio”, em outro cartaz o texto afirma que a causa dos alunos é “mais justa”, pois precisam das aulas. A partir destes posicionamentos podemos verificar a ressonância das questões levantadas nas reportagens do jornal, tanto em relação à questão salarial como em referência a legitimidade da greve. Por que o professor precisa lutar por salário? O ofício do professor, nesta exposição, parece algo que traz uma recompensa em si, ou seja, no próprio ato de ensinar. Uma ideia, ao que parece, bastante arraigada, inclusive entre os professores, conforme abordaremos na análise das entrevistas com docentes.

Quanto a questão da propaganda do Governo, este também fazia uso desta ferramenta para divulgar amplamente os salários dos professores, e mostrar para a população como estes professores ganhavam bem por uma jornada

de “apenas” quatro horas diárias. Isto pode ser percebido pela fala de alguns professores colocada nas notícias, e pela apropriação destas ideias, que são reproduzidas em algumas cartas, que serão analisadas posteriormente. Um exemplo de notícia: “Estamos revelando aos pais que a realidade salarial dos professores é bastante diferente do que tem sido mostrado na TV e nos jornais pelo governador, que pelo visto, encontra facilidade em investir financeiramente nesta sua campanha”<sup>101</sup>. Esta fala é atribuída ao presidente do núcleo da APP de Apucarana, e mostra a oposição quanto ao que está sendo revelado pelo governador, que não estaria de acordo com a realidade, e ainda aponta o mau uso do dinheiro público com propagandas.

E também conveniente apresentar o caso de uma aluna, que teria ligado para a redação da *Folha*, e se posicionado sobre a paralisação dos professores. Esta aluna se identificou como Dulce e dizia estudar no Colégio Marcelino Champagnat, e suas palavras demonstram a apropriação das ideias transmitidas pelo Governo por meio das propagandas, e também de uma espécie de consenso que parece permear o período e ainda aparece sobre os professores. O trecho será reproduzido para melhor compreensão:

Para Dulce, “a reivindicação dos professores não é justa, porque todos os brasileiros levam seus problemas de trabalho para casa e são mal pagos”. [...] “os professores trabalham apenas 4 horas por dia, e têm 3 meses de férias, além da licença prêmio de 6 meses, e continuam recebendo normalmente, enquanto que outros brasileiros trabalham 8 horas por dia para ter somente 30 dias de férias por ano”. A solução para o impasse, na opinião da estudante, é dar chance aos novos professores”.<sup>102</sup>

De forma clara e direta a aluna tenta justificar a falta de legitimidade da greve, segundo ela, os professores usufruíam de muitos privilégios e não era justo um aumento salarial diante de tais regalias, e compara com “os outros brasileiros”, que além de trabalharem mais horas, teriam menos períodos de descanso durante o ano. Mas o que chama a atenção é que a aluna oferece uma solução para o impasse, que seria dar chance a novos professores, ou seja, se estes professores que estão atuando não se sentem satisfeitos com a situação deveriam abdicar de seus postos para que outros pudessem assumir.

---

<sup>101</sup> *Folha de Londrina*, 16 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>102</sup> *Folha de Londrina*, 17 de agosto de 1988, p. 8.

Mas, o jornal também mostra posições divididas, ao mesmo tempo que publica notícias sobre manifestos de pais e alunos que querem o fim da greve, divulga as manifestações de apoio de Associações de Pais e Mestres e de outros setores da sociedade, como associações de trabalhadores de outras áreas.

Sobre esta divisão de opiniões sobre o movimento grevista dos professores, a seção Cartas do jornal *Folha de Londrina* traz este embate e também revela alguns pontos importantes sobre as diferentes apropriações/representações do movimento e dos professores.

De acordo com Roger Chartier, a representação é a forma como pode ser percebida uma realidade, ou como esta mesma realidade é dada a conhecer. Sobre a apropriação, o autor define como a forma como estas representações são interpretadas pelos leitores, como uma determinada ideia é aceita ou reformulada para ter sentido para o indivíduo ou grupo que a produz, ou seja, como é concebida e transformada em novas representações de mundo.

Nesse sentido, ao abordar as apropriações nos referimos a forma como as pessoas compreendem o movimento e seus sujeitos, os professores, e como a partir desta apropriação, desenvolvem suas representações sobre os mesmos. Sobre isto é importante ressaltar que as notícias sobre o movimento chegavam à sociedade em diferentes veículos midiáticos, pelos jornais, pela televisão e, também, pela própria vivência da greve, pois estavam expostos diretamente aos acontecimentos, com os problemas gerados pelo não acolhimento dos filhos em período determinado do dia, o que mudava a rotina familiar.

A partir desta vivência e desta recepção de diferentes representações a sociedade desenvolve diferentes apropriações e conseqüentemente diferentes representações sobre o movimento e os professores, gerando aprovação e/ou reprovação de algumas ou todas as ações empreendidas pelos docentes.

Assim, as representações sobre este movimento grevista, bem como sobre os professores aparecem de forma bastante variada e complexa, ao mesmo tempo em que são postos como “folgados”, “gananciosos” e que o movimento apenas se coloca como um impedimento para que o ensino nas escolas aconteça, também são vistos como vítimas de um Governo que não se abre ao diálogo, que não tem interesse em negociar. São reprimidos pelas atitudes antidemocráticas deste Governador. É uma imagem bastante contraditória, ao mesmo tempo vítima e

algoz. São vitimizados a partir da ação do governo que não se abre ao diálogo e reprime as manifestações, e também são aqueles que atrapalham o funcionamento pleno das atividades escolares, aqueles que causam a desordem social e privam os alunos de um direito, o de ter aulas.

### 3.4 AS CARTAS PUBLICADAS E AS OPINIÕES EXPRESSAS NO JORNAL

São 32 cartas publicadas no jornal *Folha de Londrina*, no período analisado, que conta da decisão sobre a paralisação, em 5 de agosto, até 28 de setembro de 1988, que já é um período pós greve (encerrada em 20 de setembro). Estas cartas não representam o pensamento de toda a sociedade, assim como as notícias, pois é o posicionamento de alguns, que se dispuseram a escrever para o jornal demonstrando as opiniões, mas, inferem formas de pensar que podem ser recorrentes no período. As cartas analisadas trazem opiniões favoráveis e também contrárias à greve dos professores, mas, cabe questionar as motivações que levam um indivíduo a escrever para o jornal expressando seu posicionamento. Seria realmente por indignação seja com o governador ou com a greve? As cartas favoráveis ao movimento seriam uma estratégia da APP? Acredito ser mais adequado responder positivamente para a primeira questão, pois, em grande parte as cartas estão assinadas, mas, isto não impede que algumas cartas tenham partido de uma estratégia do movimento para expressar que a opinião pública estava favorável a este.

A primeira carta publicada foi escrita no período da greve, e traz informações pertinentes sobre a ação do então governador, Álvaro Dias. No texto, a autora demonstra indignação pelo fato de o Governador ter declarado “na televisão” que os professores querem um aumento injusto e ilegal, e destacando que trabalham “apenas 4 horas por dia”. Vejamos um trecho:

Fiquei indignada. O governador foi professor. E cheguei a conclusão que ele preparava aulas, organizava e corrigia provas e tarefas dentro da sala de aula. Se eu estivesse na ativa iria seguir o método dele: trabalhar somente 4 horas, e a aula propriamente dita iria para o espaço.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> *Folha de Londrina*, 11 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Salário dos Professores

A autora, se referindo a sua pessoa, usa a expressão “se eu estivesse na ativa”, demonstrando ser professora aposentada ou afastada por algum motivo, e completa, dizendo que o Governador, que também foi professor, mas, que não deve ter sido bom professor, por não se recordar de todo o trabalho que envolve a ação docente, tanto antes, como após a aula. Ressalta que não é somente o período em sala de aula que deve ser contado para a atividade do professor. E ainda, na continuidade do texto, compara os salários dos deputados, e chama a estes salários de injustos e ilegais, ressaltando que não trabalham “nem uma hora por dia”.

A segunda carta é escrita por um homem, mas, não deixa transparecer se é ou não professor, este se refere ao pronunciamento do Governador na rede televisiva, como “apelo hipócrita”, e mais adiante rebate apontando que os professores que deveriam ser os “marajás”, este era um termo comum à época pela fala propagandística e mote na eleição de Collor. Assim, os professores poderiam se dedicar à pesquisa e ao aprimoramento do conhecimento, o que é impossível, para o autor, se há a preocupação com necessidades cotidianas como a alimentação e o transporte para o trabalho.<sup>104</sup> Assim como estes dois exemplos, várias outras cartas foram publicadas dando apoio aos professores, demonstrando que a reivindicação de melhores salários era justa, que o governador deveria se abrir ao diálogo, mas, de forma contrária, também aparecem visões que se opõe ao movimento e acreditam que a paralisação somente traz prejuízos, principalmente, para os discentes, como é o caso, já citado, da aluna do Colégio Marcelino Champagnat.

Esta visão sobre os professores, como “folgados”, pois não se trata de um trabalho braçal, mas, sim intelectual, aparece constantemente também nas falas e nos cartazes dos manifestos de alunos e pais pelo retorno às aulas. É difícil para a sociedade em geral, perceber o trabalho intelectual, a educação é algo subjetivo, é um produto concreto mas que não é visível como as produções materiais, é um esforço de capacitação do outro, para o desenvolvimento geral do corpo e da mente. Por isso o foco nas “4 horas”, e a lembrança das “regalias”, como o recesso no meio do ano, as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, que são, muitas vezes caracterizados como “folgas” para os professores.

---

<sup>104</sup> *Folha de Londrina*, 12 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Trabalho docente

É interessante perceber isto em uma notícia já comentada no tópico anterior que traz uma fotografia de alunos em uma manifestação em frente à Escola Estadual Dario Veloso, em Londrina. A foto publicada na primeira página do jornal *Folha de Londrina* (17/08/88), sob o título “*Pedindo aulas*”, traz alunos uniformizados segurando cartazes de cartolinas com dizeres como: “Professores vocês só pensam em dinheiro? Educação não é comércio. O Governo erra e o aluno é prejudicado por quê?” e em outro, “Todo ano ocorrem greves para piorar o ensino. Se o Governo é incompetente e os professores gananciosos, nós não temos culpa!” e ainda, “Se esta greve for justa nós alunos estamos reivindicando por uma causa mais que justa: volta às aulas já!”, e ainda outros cartazes com frases com o mesmo sentido. O jornal traz, abaixo da imagem, que a organização da manifestação foi das mães dos alunos de 6ª e 7ª séries, com o objetivo de acelerar as negociações entre os professores e o Governo, para que os alunos não ficassem prejudicados.<sup>105</sup>

Estes cartazes e seus dizeres revelam como a imagem do professor está sendo apropriada e representada pelos pais e pelos alunos, assim como a opinião da aluna descrita anteriormente. O professor está colocado como “ganancioso”, e a greve não seria justa, pois a ganância é um sentimento negativo, é querer ter tudo só para si, sem levar em consideração os outros. Ao frisar que “educação não é comércio”, a intenção é a mesma, o professor não pode querer “barganhar” a educação, ou seu trabalho de docente por um salário, a sua remuneração seria satisfatória em decorrência do papel que ocupa na sociedade, como um vocacionado, é isto que esta frase deixa transparecer. O justo, na frase do terceiro cartaz citado, é o retorno às aulas, pois os prejudicados são apenas os alunos.

Contrapondo esta visão, e em especial, a opinião da aluna Dulce, do Colégio Marcelino Champagnat, foi enviada e publicada no jornal uma espécie de carta resposta ao que foi exposto pela aluna. O homem, que se identifica como Paulo, rebate as alegações expostas questionando “todos os trabalhadores concluíram um curso superior?” E rebate, também, a alegação de trabalho de apenas quatro horas por dia, demonstrando que tem professores com jornadas de oito horas, sem contar os planejamentos, as correções, que são realizados fora deste horário, e aponta que os que possuem regalias são os políticos que recebem

---

<sup>105</sup> *Folha de Londrina*, 17 de agosto de 1988, p. 1. Imagem com título “Pedindo aulas”.

altos salários. E termina sua exposição da seguinte forma: “Na realidade, os professores estão recebendo o verdadeiro salário mínimo, enquanto os outros trabalhadores, uma remuneração sub-humana, cruel, imoral e iníqua.” Desta maneira o autor da carta reconhece a situação dos outros trabalhadores, mas, fortalecendo a ideia de que a reivindicação dos professores é justa, fundamentado no nível de instrução, ou seja, na conclusão de um curso superior.

Em uma carta escrita por uma professora com 25 anos de docência, sob o título “*Função denegrida*”, consta:

O professor tem sido desvalorizado demais a nível de salário, comparados à outros, polpudos, com muito menos trabalho, e tão menos sacrificial; a nível moral somos tachados de vagabundos. Isto machuca e muito. [...] Lamentavelmente a desvalorização do professor é um vergonha nacional. É natural que o governador lute com suas armas. Todavia, passam, de nós, professores, uma imagem denegrida, de gananciosos, reivindicadores de salários altos, aumento injusto e ilegal.<sup>106</sup>

Esta é uma visão bastante característica para a função docente, e podemos perceber que persiste ainda hoje na sociedade. Pois é comum ouvir comentários dos alunos como “Você trabalha também professora? Ou somente dá aula?”, ou, “estes professores não fazem nada e só reclamam de salários”. Os professores, não raras as vezes, é possível escutar, “reclamam de barriga cheia”. O desabafo desta professora demonstra que os professores também percebiam esta visão negativa com que eram retratados, e que isto era comum, pois era divulgado até mesmo pelo próprio Governador pelas redes de televisão. E esta professora confirma a representação que estava sendo transmitida e apropriada pelos membros da sociedade, a de gananciosos.

O artifício de revelar os salários dos professores, e ressaltar as horas em sala de aula, era justamente para que a sociedade sentisse como injusta a reivindicação, enquanto a maior parte dos trabalhadores possuía jornada de 8 horas diárias e não recebiam o mesmo salário. Tudo isto levava a grande parte da população a ver os professores como “gananciosos” e também como “vagabundos”. E que estavam prejudicando os alunos, que queriam estudar.

A frase do cartaz citado acima “Todo ano ocorrem greves para piorar o ensino”, também coloca os professores como responsáveis pela “piora” do ensino.

---

<sup>106</sup> *Folha de Londrina*, 21 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Função denegrida

Além de uma reivindicação injusta, contribuem para a deterioração da educação, por conta das paralisações.

Mas, as opiniões estão sempre em conflito. Outra carta, também de um aluno, mostra uma visão totalmente contrária a expressa pela aluna do Colégio Marcelino Champagnat. Este aluno, pois assim ele se descreve, relatando que está na 8ª série, afirma que quer “defender os professores”, pois sabe das dificuldades enfrentadas em sala de aula, e todas as atividades que um professor precisa desenvolver com sua pequena carga horária de trabalho. Este aluno acredita que se as autoridades não se abrem para negociações a saída é a greve, por isso apoia os professores. E ao se referir ao ensino no Estado, aponta que “está entre os melhores do país por ter muitos professores competentes que lutam com dificuldades para um melhor ensino. É claro que existem aqueles que só sabem enrolar numa sala de aula, não esclarecem os alunos.”<sup>107</sup>

Este aluno aponta dois tipos de professores, os que são competentes, e os que somente “enrolam” e não esclarecem os alunos, mas, pela sua exposição podemos inferir que ele se refere aos primeiros como maioria, ou seja, mesmo tendo alguns que não realizam bem sua função, os outros que são “competentes” estão realizando bem, e isto o faz apoiar o movimento grevista.

Outra carta, assinada por um padre, merece também atenção. Este caracteriza a greve como “melancólica” e uma atitude de “violência”, pois segundo ele, toda greve é uma violência. E continua afirmando que “certas atitudes não condizem com educadores”, se referindo ao ato de estar em greve, e ressalta com louvor a atitude de alguns docentes de Araruna que não aderiram à greve, o que comprovaria que “ser professor não é uma mera profissão, mas uma vocação, exigindo sempre sacrifícios e renúncias”. De acordo com o padre, o ato de ensinar deveria estar acima de qualquer outra intenção como a salarial. E afirma que as longas e frequentes greves do professorado mostra que são profissionais que estão “à cata frenética do lucro fácil, colocando o ensino, a educação em plano secundário”.

Esta visão mostra os professores como seres vocacionados, que não precisariam se preocupar com salários. Colocar a educação em primeiro plano

---

<sup>107</sup> *Folha de Londrina*, 26 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Apoio aos professores

significa se sacrificar e renunciar, e isto, sim, é algo que condiz com educadores, na percepção exposta pelo padre.<sup>108</sup>

Este embate de opiniões sobre ser justa ou não a greve aparece nos discursos publicados no jornal, tanto nas cartas, como nas falas dos entrevistados das reportagens. Os parlamentares e o governo procuram mostrar que os professores não estão sendo compreensivos, que não há como dar o aumento, e que já estão sendo bem pagos pelo trabalho que exercem. Os professores, por outro lado, tentam justificar suas necessidades e mostrar como o Governo está errado em não lhes conceder as reivindicações. E a sociedade aparece dividida, alguns grupos apoiando os professores e o movimento grevista e outros não concedendo apoio, e, exigindo o fim da greve.

De acordo com as notícias analisadas, após o episódio do dia 30 de agosto, caracterizado como repressão e violência por parte do Governador e seus policiais contra os professores, percebemos uma comoção com o ocorrido. As cartas passam a trazer mensagens de indignação pela violência e também mensagens de apoio aos professores em sua luta.

A carta de uma mãe de aluno demonstra bem esta solidariedade com os professores, esta afirma que nunca havia apoiado uma greve do magistério, mesmo reconhecendo as reivindicações como justas, devido aos baixos salários, mas, a partir da violência praticada com os professores e pais de alunos presentes na manifestação, esta mãe aponta que:

Não posso ficar contra esse movimento. Não posso ficar calada quando os professores são tratados como marginais, massacrados por cassetetes e pisoteados pelas patas de cavalos.

Estou estarrecida com um governo que chegou ao poder criticando o PDS e se dizendo democrático e que agora procede de forma pior do que a daqueles governos impostos pela ditadura militar [...] Professores, resistam por favor! A dignidade é um bem supremo e nossos filhos só terão orgulho de vocês.<sup>109</sup>

A consequência desta repressão por parte do Governo foi que grande parte da sociedade se solidarizou com os professores, e mesmo a greve tendo sido encerrada no dia 20 de setembro, após 46 dias de paralisação, sem que os professores alcançassem o que estavam reivindicando, o episódio foi

---

<sup>108</sup> *Folha de Londrina*, 31 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Professores em greve

<sup>109</sup> *Folha de Londrina*, 02 de setembro de 1988, p. 2. Seção Cartas: Greve dos professores.

extremamente prejudicial para o Governador, principalmente pelo uso que a APP passou a fazer do episódio do dia 30 de agosto, que é rememorado todos os anos pela entidade.

Mesmo tendo publicado um manifesto, após o incidente com a cavalaria e os professores, tentando justificar, e colocar a culpa nos professores, com frases como “Defendendo a própria vida os soldados reprimiram”, colocando o início do conflito como responsabilidade dos professores manifestantes. Ou mesmo mostrando que os professores queriam ser agredidos, pois insultaram e provocaram os soldados, não surtiu grande efeito. O passado ditatorial brasileiro trouxe a correspondência com os atos presentes do então governador, tachado em várias reportagens e cartas como “antidemocrático”.

E é relevante perceber que os professores e os líderes do movimento já previam sérios problemas em eleições no Estado para o então Governador, a notícia de um plebiscito realizado em Curitiba, no dia 02 de setembro, trazia a seguinte questão: “Se as eleições fossem hoje, você votaria em Álvaro Dias?”<sup>110</sup>. Este questionamento já revelava a insatisfação e a ferrenha propaganda anti Álvaro Dias que seria travada pelos professores nas eleições seguintes. Isto também aparece em uma carta escrita por um professor, que aponta que a resposta às atitudes do Governador seria mostrada num futuro próximo<sup>111</sup>. Podemos dizer que tiveram sua resposta, tanto que Álvaro Dias nunca mais conseguiu se eleger Governador do Estado, e nem mesmo seu irmão, que tem o mesmo sobrenome.

Diante disto, para concluir, não é possível perceber uma única representação do movimento grevista e dos professores, existe uma variedade de representações e de apropriações, que estão em constante conflito e coexistem às vezes em uma mesma visão.

O movimento e suas lideranças buscam mostrar a legitimidade de suas ações, bem como de suas reivindicações, e como estão sendo injustiçados pelo Governo, que não se abre ao diálogo. Este, por sua vez, procura desarticular o movimento, tentando demonstrar a ilegitimidade das suas ações e de suas motivações, visando mostrar que os professores são bem pagos pelo trabalho que exercem. No meio deste conflito aparecem sujeitos que representam a sociedade que assiste ao embate dos dois grupos. Destes sujeitos podemos perceber

---

<sup>110</sup> *Folha de Londrina*, 03 de setembro de 1988, p. 10. Plebiscito em Curitiba

<sup>111</sup> *Folha de Londrina*, 23 de setembro de 1988, p. 2. Seção Cartas: Professores em greve

representações diferentes sobre os professores, pois em alguns momentos aparecem como “heróis”, por lidar com um baixo salário e realizar bem o trabalho, e em outros momentos aparecem como descontentes, egoístas, que não percebem que outros trabalhadores estão na mesma situação, são gananciosos, e ainda trabalham pouco.

É perceptível também a divisão de opiniões expostas pelas cartas enviadas ao jornal por leitores e publicadas. Nestas cartas aparece uma sociedade dividida, entre apoio e rejeição ao movimento, a visão dos professores como merecedores e também não merecedores de melhores salários, pois a reivindicação da categoria era uma reposição salarial, os professores pediam a fixação de um piso salarial de oito salários mínimos.

Nas páginas do jornal aparece uma imagem complexa, multifacetada, bem definida, como vítima da situação, mas, também, como o algoz dos alunos que estão sem aula, e isto está prejudicando o futuro dos mesmos. Aparece como herói que ensina, se desdobra em atividades, realiza um bom trabalho, e como o vilão, que está em “busca do lucro fácil”, sem realizar adequadamente a função para qual foi designado.

As opiniões e as visões sobre o movimento grevista divergem, e o jornal traz caracteristicamente esta diversidade, nas notícias contra o governador e suas atitudes, nas reportagens sobre as manifestações dos estudantes que estão sem aula.

Os professores e seu movimento grevista são foco de grande debate e de embate de ideias, favoráveis ou contrárias. Mas, a partir do momento que sofrem a repressão, é notória a virada favorável, os professores passam definitivamente ao papel de vítimas de um governo opressor. E é por isso que esta é uma das greves mais lembradas da categoria.

É interessante ressaltar que a repressão sofrida pelo movimento gerou uma motivação para a luta da categoria, e o episódio do dia 30 de agosto de 1988 é lembrado todos os anos, com o slogan “Dia da luta e do luto” (esse slogan é adotado também em greves no início do século XX pelos anarquistas), com paralisação das atividades nas escolas, os alunos são dispensados e os professores se dedicam a debates sobre as condições das categorias e as reivindicações alcançadas e as que ainda estão em negociação com o Governo. Tudo isto representa um reforço para a identificação dos professores com o movimento.

### 3.5 AS REPORTAGENS NO JORNAL *O ESTADO DO PARANÁ*:

Assim como realizado com o jornal *Folha de Londrina*, o objetivo é analisar as reportagens do jornal *O Estado do Paraná* a fim de traçar um paralelo entre as notícias, perceber mudanças e/ou similitudes de abordagem dos temas. Os jornais foram encontrados na Biblioteca Estadual do Paraná, em microfilme. Visualizamos as publicações dos meses de agosto e setembro de 1988, e para análise, selecionamos todas as reportagens que tratam da greve dos professores daquele ano. Neste jornal não encontramos publicações de cartas como no jornal *Folha de Londrina*, por isso o destaque aqui é apenas para as reportagens sobre o fato, e uma coluna assinada que traz uma opinião sobre o movimento dos professores.

Em relação às reportagens publicadas na *Folha*, é possível perceber um número inferior de reportagens sobre o fato coligidas no jornal *Estado*. No período analisado constam 59 reportagens que tratam do tema, 2 chamadas de primeira página anunciando a reportagem no interior do exemplar, uma seção assinada e uma resolução da Secretaria de Educação. Deste total, 15 trazem fotografias, sendo 2 das chamadas de primeira página.

Para analisar estas reportagens, da mesma maneira, realizamos uma tabulação dos dados, da seguinte forma:

|   | <b>Data:</b> | <b>Pág.</b> | <b>Formatação/localização</b> | <b>Título</b>                           |
|---|--------------|-------------|-------------------------------|---|
| 1 | 06/08/1988   | 8           | Superior, centro + foto       | Greve: Esta é a decisão dos professores |
| 2 | 06/08/1988   | 8           | Direita superior              | Secretaria garante aulas                |

|   | <b>Seção</b> | <b>Imagem</b> | <b>Palavras-chave</b>  |
|---|--------------|---------------|--|
| 1 | geral        | sim           | Decisão da greve/adesão dos profs/questão salarial/sem medo/passeata/frases de Álvaro Dias de 1981 |
| 2 | geral        | não           | Sec. Da Educação/garantia de aulas/esquemas montados/ “decisão infeliz”/estudantes/apoio/não apoio |

| <b>Onde(local da notícia)</b> | <b>Fonte:</b> |
|-------------------------------|---------------|
| Curitiba                      | próprio       |
| Curitiba                      | próprio       |

|   | <b>Data:</b> | <b>Leitura da Imagem:</b>  |
|---|--------------|--|
| 1 | 06/08/1988   | Passeata dos professores, com faixas andando em meio a carros estacionados. Texto: “Depois da passeata, os professores fizeram manifestação no Centro Cívico”. |

Todas as reportagens foram lidas e inseridas neste esquema para facilitar a análise dos dados e dos principais temas abordados pelo jornal. Depois desta tabulação, separamos as reportagens pela incidência dos temas, e, como resultado, dividimos em subtítulos para melhor compreensão.

### 3.5.1 A Greve e os Professores

Das reportagens que foram publicadas nos dois meses analisados, levando em consideração o título e a temática principal abordada, pois em uma mesma nota é possível perceber a utilização de outras informações, levantamos um número significativo para uma análise do posicionamento do jornal. Foram 28 reportagens que tratam das ações dos professores, do movimento grevista tendo como foco o professor, sendo uma com destaque para a APP. Um outro número relevante trata das notícias que tem como foco o Governo do Estado e seu posicionamento diante da greve, seja por meio do Secretário da Educação ou do governador Álvaro Dias, que totalizam 24 reportagens, acrescida da resolução da Secretaria de Educação trazendo os nomes de noventa professores, determinando a rescisão dos contratos de trabalho. Destacam-se também 3 reportagens que abordam o posicionamento dos pais ou APMs com relação ao movimento e 4 reportagens com títulos que sugerem desordem no movimento.

As reportagens geralmente são interligadas, e mesmo com um foco principal acabam comentando outros assuntos referentes ao tema. Como, por exemplo, a questão salarial, a adesão ao movimento, a receptividade da greve por parte dos pais, o posicionamento do governo.

Isto é perceptível logo na primeira notícia publicada sobre a greve, que é uma chamada de primeira página. Com o título “Professores param as escolas do Paraná”, a nota traz ao mesmo tempo a decisão sobre a greve, a reivindicação de aumento salarial e o posicionamento do secretário da Educação:

Os professores das escolas estaduais decidiram ontem entrar em greve por tempo indeterminado, começando ontem mesmo, reivindicando piso de oito salários mínimos de referência, hoje em torno de Cz\$ 83 mil. Eles não aceitam as alegações do governo do Estado da impossibilidade orçamentária de dar aumento. O secretário da Educação, Belmiro Valverde, garantiu ontem que estão montados esquemas para garantir a continuidade das aulas. Valverde disse que vai esperar até segunda-feira para ver a extensão da “decisão infeliz” dos professores e colocar os esquemas em funcionamento.<sup>112</sup>

O título já é bastante sugestivo, pois traz os professores como sujeitos de uma ação que não parece boa, o ato de parar as escolas do Paraná, ou seja, impedir o seu pleno funcionamento é uma ação que contraria o bom funcionamento de uma instituição social, a escola, e para quem lê já direciona um entendimento, o de que os professores estariam contrariando uma ordem social estabelecida. No texto há a impressão de que o jornal tenta ser imparcial mostrando a decisão da greve, a reivindicação da categoria, a não aceitação da posição do Governo do Estado e os pronunciamentos do secretário da Educação. Mas, a reportagem aponta para uma espécie de ameaça, com a garantia de funcionamento das escolas, e a reprodução do que seria uma fala do secretário, apontando a greve como uma “decisão infeliz” por parte dos professores.

Na reportagem interna desta mesma edição o jornal aponta que a greve conta com 65 mil professores, e é por tempo indeterminado. Discorre também sobre a passeata que se seguiu a tomada da decisão pela greve, e que teve como ponto final o Palácio do Iguazu, sede do governo do Estado. Segundo o texto, os professores queriam a greve e não demonstraram insegurança com a decisão, “Durante toda a assembléia os professores mostraram-se dispostos a acatar a proposta da greve, que foi aprovada rapidamente”. Ainda destaca uma fala da presidente da Associação dos Professores do Paraná, APP, Isolde Andreatta, “A questão salarial é primordial”, mostrando o interesse dos professores com a greve, que seria principalmente o aumento salarial.

Esta reportagem também traz um perfil do professor que estava em greve naquele momento, seus posicionamentos diante do governo do Estado: “Os professores acusam o governo de não repor os salários e utilizar indevidamente o dinheiro arrecadado com impostos. Na campanha eleitoral e propagandas do governo.” Apesar de perceber um erro na pontuação, pois a frase deveria ser

---

<sup>112</sup> *O Estado do Paraná*, 06 de agosto de 1988, p. 1.

contínua, o trecho aponta uma acusação, os professores estavam indignados com o uso de dinheiro para propagandas do governo enquanto havia a alegação de que o Estado não poderia conceder os aumentos desejados. Acusação que é sintetizada em uma frase reproduzida no texto, colocada como palavras de ordem dos grevistas durante a passeata “Tem dinheiro para eleição, mas não tem para a educação”, e mais à frente, uma outra fala atribuída à Andreatta, trata da questão do medo, “Nós não temos medo de ameaças nem de demissões”, se referindo às declarações do governador e secretário. O professor que aderiu a greve é demonstrado como atento às questões políticas do Estado, ciente dos gastos públicos, engajado e sem temor de consequências que as ações possam acarretar.<sup>113</sup>

E, nos trechos seguintes do texto, aparece uma outra característica importante, os professores têm memória, pois há um destaque para as frases que estampavam as faixas ostentadas pelos professores durante a passeata, atribuídas ao governador Álvaro Dias, quando ainda era deputado federal, em 1981. São estas: “É preciso que todos tenham em mente que quem não luta por seus direitos, não tem direito nenhum”, e também, “Greve: instrumento legítimo de toda a categoria profissional que se sinta prejudicada pela política governamental”. O jornal, ao destacar estas frases, encerra a matéria, como que apresentando a contradição do governo em suas falas anos antes e durante o período da greve. E também mostra que os professores não se esqueceram do que foi dito anteriormente, e que estão utilizando isto a seu favor, destacando que o governador apoiava o movimento grevista antes de assumir o maior cargo do Estado.<sup>114</sup>

Os professores, de acordo com outra nota, faziam referência aos resultados de greves em outros estados. Foi noticiada uma reunião da APP, realizada para avaliar os resultados dos dois primeiros dias de greve e traçar estratégias para os dias seguintes, em que, além da descrição do apoio dos docentes universitários que atuavam na UFPR, houve uma lembrança em especial descrita no texto:

Foi lembrado por vários oradores que no ano passado, no Rio Grande do Sul, os professores permaneceram paralisados durante 97 dias, 248 diretores foram demitidos, mas as reivindicações da classe foram finalmente atendidas. A audiência inteira aplaudiu a observação.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> *O Estado do Paraná*, 06 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>114</sup> *Idem*.

<sup>115</sup> *O Estado do Paraná*, 07 de agosto de 1988, p. 10.

Os aplausos a esta observação denotam o reconhecimento da importância do movimento grevista, e que, ao menos neste início da greve, os professores não tinham medo de uma greve prolongada, pois mesmo com demissões e com mais de três meses de paralisação, os professores do Rio Grande do Sul haviam alcançado o que era pretendido. Além da motivação para a continuidade do movimento, havia o reconhecimento de que era uma luta válida.

Enquanto entidade representativa, a APP aparece tomando as decisões sobre o movimento, como na reportagem sob o título de “APP mantém decisão de continuar com a greve”. No texto o jornal explora a contradição nos números divulgados pela secretaria de educação e pela APP com relação à adesão ao movimento. O fato de haver diferentes informações sobre a greve dos professores e também a fala do governador Álvaro Dias pedindo que os pais enviassem os filhos à escola é o que teria causando grande confusão nas escolas neste início da greve. Os professores estavam paralisados, apenas algumas escolas estavam em atividade, mas, o governador afirmava em várias notícias que os pais deveriam enviar os filhos para as escolas, pois estavam funcionando normalmente. Ainda sobre a questão das “diferentes informações” a que o jornal se refere, nos números citados em reportagem publicada na mesma página sobre a nota oficial do governo do Estado sobre a greve, não há menção sobre as estatísticas de adesão ao movimento apresentadas pelo governo, apenas na notícia que trata da APP é que esta contradição é comentada.

Dois pontos merecem destaque nesta publicação, primeiro a fotografia que acompanha o texto:

Figura 6



Fonte: Jornal *O Estado do Paraná*, 09/08/1988, p. 8.

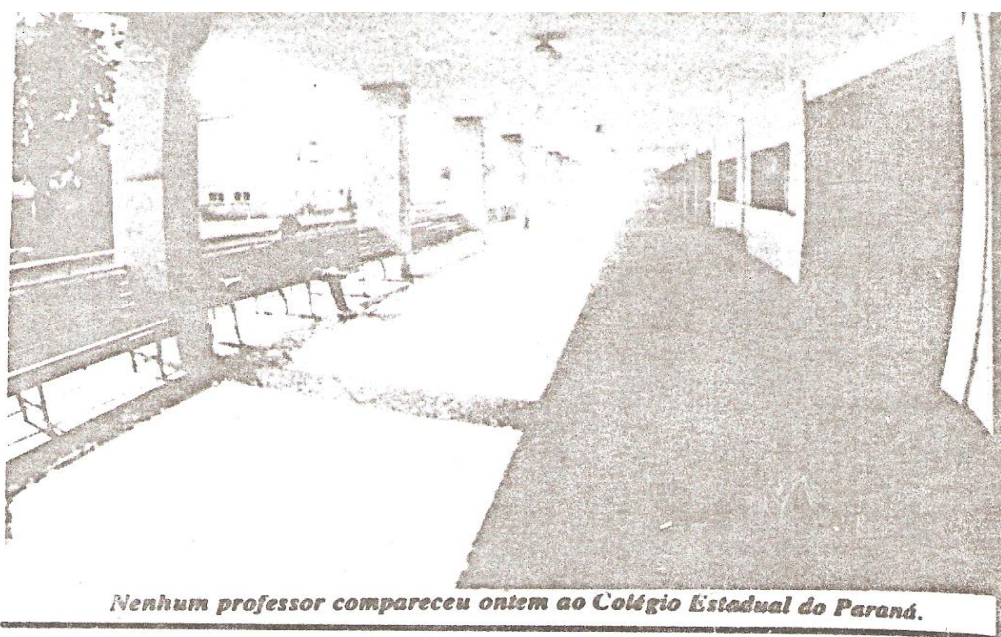
A imagem é bastante sugestiva pois mostra uma sala de aula em pleno funcionamento, e mais importante, a figura de destaque é a professora ao centro executando seu trabalho. Para quem lê apenas o título da reportagem e analisa a fotografia, a APP não optou pela decisão certa, como continuar a greve se os professores permanecem trabalhando?

O outro destaque é para um trecho do texto: “Apesar das ameaças do governo, a Associação dos Professores do Paraná decidiu continuar a greve e aumentar a paralisação hoje.” Este trecho dá margem a interpretações diferentes, pois podemos entender que mesmo com as ameaças a APP permanece firme e continua a greve, ou então, a entidade parece estar cometendo um erro, pois mesmo ciente da situação, mesmo sendo ameaçada pelo governo continua com a greve. Esta ação pode ser compreendida como um ato de perseverança e força ou de insanidade, mesmo porque ao juntar o trecho com a imagem a interpretação tende mais para o segundo caso.

Ainda que nas linhas seguintes o jornal apresente os dados sobre as escolas e professores de Curitiba mostrando os números apurados de escolas funcionando total ou parcialmente, permanece ainda um destaque para aqueles dois pontos citados acima, ainda que almejando a imparcialidade, há um direcionamento para aquela interpretação.

No dia seguinte (10/08/1988) outra publicação traz uma imagem totalmente contrária às fotografias publicadas anteriormente:

**Figura 7**



**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 10/08/1988, p. 08.

O jornal mostra o pátio do maior colégio do Estado praticamente vazio, apenas uma pessoa está sentada em um dos bancos. Esta imagem revela que mesmo algumas escolas funcionando total ou parcialmente, havia escolas que estavam com as atividades paralisadas. Na sequência o texto revela que “em algumas escolas de Curitiba a greve atinge 100% de adesão dos professores e conta com a colaboração, segundo os diretores destas escolas, dos pais dos alunos, que não mandam os filhos às escolas.”<sup>116</sup> Sob o título *Em Curitiba, maior adesão* o texto descreve que grande parte das escolas da capital aderiam ao movimento grevista. O texto indica que esta adesão contava com o apoio dos pais dos alunos, pois não enviavam os filhos para as escolas. Esta informação aparece como repassada pelos diretores das escolas.

<sup>116</sup> *O Estado do Paraná*, 10 de agosto de 1988, p. 8.

Mas, na mesma página, outra reportagem traz informações da Secretaria de Educação, que informa uma adesão não significativa, em torno de 20% em todo o Paraná. Merece destaque o subtítulo *Contra a greve* que descreve que “Em alguns lugares, os pais dos alunos matriculados nas escolas em greve estão começando a se manifestar [...] as mães estão preparando uma passeata [...] para exigir a volta dos professores ao trabalho”<sup>117</sup>, mesmo apontando alguns lugares, na nota, o secretário da educação cita apenas uma cidade, Alto Paraná. As demais APMs citadas no texto estavam se manifestando para pedir negociação entre governo e professores, o que mostra a consciência de que ambas as partes, governo e professores, deveriam entrar em um consenso para acabar com a greve.

Em contrapartida, sob o subtítulo *Aulas decentes*, o jornal apresenta o apoio divulgado pela União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Umesc) ao movimento grevista dos professores. Segundo a entidade estudantil “os professores não têm condições de ministrar aulas decentes com os salários que ganham atualmente”<sup>118</sup>, por isso a entidade demonstra que a reivindicação dos professores, naquele momento, era válida. Mas, a ênfase do subtítulo não foi para o apoio à greve, que seria o mais lógico, levando em consideração que o subtítulo anterior tratava das opiniões contrárias à greve. O jornal focou apenas nas “aulas decentes”, poderia ser uma espécie de julgamento do trabalho do professor, e uma tentativa de mostrar uma exigência dos alunos por melhor qualidade de ensino? Se as aulas não estão “decentes” significa que o professor não realiza suas atividades de forma adequada.

Durante toda a greve os professores fizeram manifestações públicas, passeatas, a fim de sensibilizar a opinião da população e pressionar o governo para se abrir às negociações. Os jornais noticiaram estas manifestações dos professores em todo o Estado, principalmente em Curitiba. Como a greve dos professores interfere na vida de muitas famílias que têm filhos nas escolas, o assunto é bastante vendável, por isso a preocupação em noticiar todos os fatos a respeito do movimento, do seu encaminhamento.

---

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Idem.

Lembrando Francisco Fonseca<sup>119</sup>, que apresenta o triplo papel dos jornais diários, neste se encaixa a empresa capitalista que objetiva o lucro, e a notícia torna-se, então, uma mercadoria. Ou mesmo, lembrando Robert Darnton<sup>120</sup>, em o *Beijo de Lamourette*, que analisando o processo de edição dos jornais, sintetiza de forma bastante objetiva, “toda notícia que couber a gente publica”. Toda a dinâmica que envolve esta produção e divulgação de textos de notícias é compreendida quando visualizamos a exploração de determinados fatos, as contradições que parecem ser criadas ou ressaltadas para mostrar a cada dia um fato novo. E também, gerar o entendimento de que a imprensa serve aos interesses públicos, quando na realidade, representam interesses de grupos específicos.

Faz-se bastante perceptível nas notícias o posicionamento da SEED, mesmo quando são noticiados os atos, as manifestações dos professores, a opinião ou divulgação de informações por parte do secretário ou do governador também constam nos textos. É uma espécie de contrapartida, mostrando os conflitos de idéias, as contradições entre as partes envolvidas.

Além dos conflitos de ordem numérica, de adesão ou não ao movimento, algumas publicações também mostram a exploração dos acontecimentos, como é o caso da suposta agressão à uma estudante da cidade de Mandirituba. “Ela denunciou à Secretaria que sofreu agressões físicas e verbais de dois professores do colégio, ao colocar sua posição contrária à greve durante uma reunião convocada pela diretoria da escola, da qual participavam pais e alunos”.<sup>121</sup> A reportagem indica que a secretaria de Educação iria instalar uma sindicância para apurar a denúncia.

Outro ponto relevante é a opinião de um estudante, presidente da União Paranaense de Estudantes Secundários, que afirmou que “o fato demonstra que alguns professores estão usando toda sorte de intimidações contra os estudantes que, na maioria, não apóiam o movimento grevista”<sup>122</sup>. O jovem que preside uma entidade representativa dos estudantes afirma que a maioria não apóia a greve dos professores, o que entra em conflito com o representante da UMESC,

<sup>119</sup> FONSECA, Francisco. Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais. In: **II Simpósio Estadual**, 2006, Londrina (PR), 2006. v. 2. Encontrado em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf> - 26/01/2012 às 13:25 h.

<sup>120</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>121</sup> O Estado do Paraná, 12 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>122</sup> O Estado do Paraná, 12 de agosto de 1988, p. 8.

que em notícia anterior afirmava o apoio à greve, e afirmava ser justa a reivindicação.

Duas entidades estudantis com idéias divergentes, isto demonstra bem a divisão de opiniões, existiam estudantes favoráveis ao movimento docente, mas, também havia os contrários, e o jornal soube explorar bem estes fatos. Outra denúncia, na mesma reportagem, aponta para ameaças feitas por professores aos alunos de um colégio de São José dos Pinhais. A “ameaça de linchamento” seria “porque os alunos insistiam em assistir as aulas”. Desta maneira o jornal aponta para comportamentos inadequados dos professores, agressão, ameaças, algo que não é bem quisto pela sociedade, principalmente em se tratando de profissionais da educação, responsáveis pela formação intelectual das crianças e adolescentes.

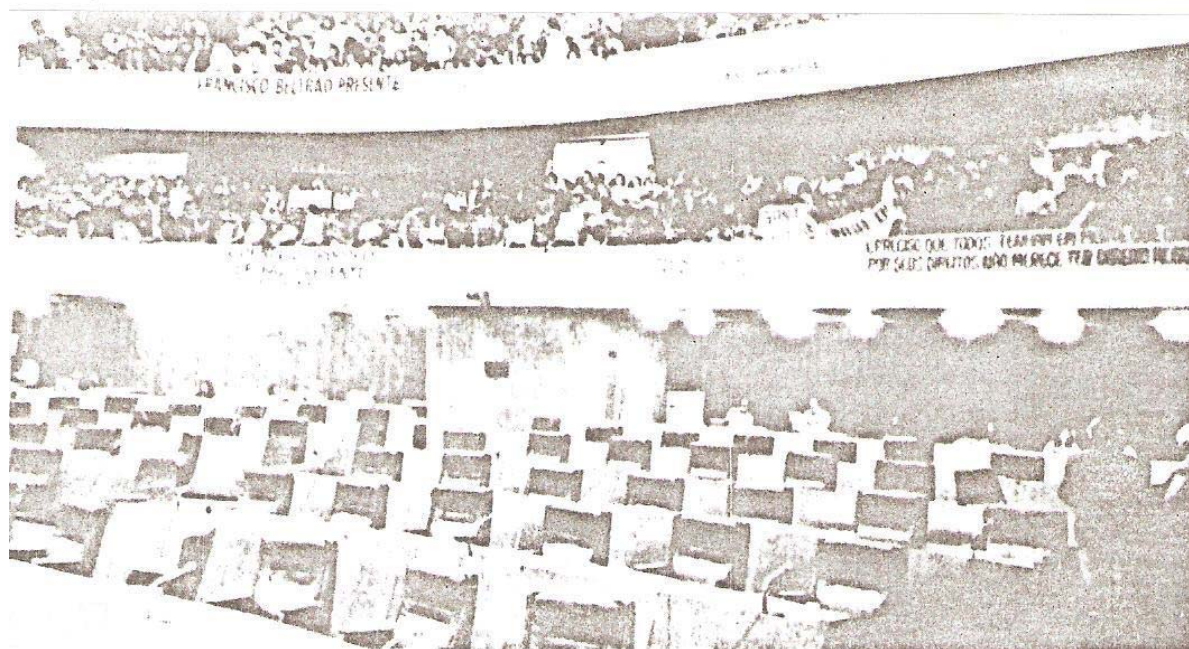
A notícia teve resposta no dia seguinte, com a reportagem *Professores desmentem que agrediram aluna*<sup>123</sup>. Os professores envolvidos no acontecimento se dirigiram até a redação do jornal *O Estado do Paraná* para desmentir as acusações da aluna, e levaram consigo um abaixo-assinado dos alunos atestando a não-agressão à colega. Segundo os professores, a aluna havia interrompido os professores enquanto discursavam e a atitude da garota foi “generalizadamente repudiada”. A nota segue afirmando que os professores não temem a sindicância da SEED, “justamente porque se levada com seriedade vai constatar que não houve agressão”. Este fato denota a importância que a mídia impressa assume, pois os professores buscaram reverter a situação, mostrar à população o que havia, de fato, ocorrido, e juntamente com a palavra dos professores levaram o apoio dos demais alunos para confirmar em forma de assinaturas.

Sobre as ações dos professores durante a greve destaca-se a ocupação da Assembléia Legislativa do Estado. Os professores entraram na Assembleia no dia 16 de agosto e permaneceram até o dia 31 do mesmo mês, quando, por ordem judicial, foram obrigados a deixar o local. Todos estes fatos foram noticiados pelo jornal, a primeira reportagem que trata deste tema é acompanhada por uma fotografia:

---

<sup>123</sup> *O Estado do Paraná*, 13 de agosto de 1988, p. 8.

Figura 8



***Os professores lotaram as galerias. Não houve sessão na Assembléia.***

**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 17/08/1988, p. 8.

Na imagem vemos as galerias da sala de sessões da AL com muitas pessoas, segundo os números expostos no texto que acompanha a foto, eram cerca de mil professores. Mas, as cadeiras destinadas aos parlamentares se encontram vazias, pois não houve sessão naquele dia, justamente por conta da presença dos professores.

Com esta situação percebemos um embate político, pois os deputados da oposição ao governo permanecem na Assembleia Legislativa e conversam com os professores, enquanto que os que estão vinculados ao partido governista se recusam a realizar a sessão agendada para a data. Alguns deputados se pronunciaram e se dispuseram a formar uma comissão para conversar com o governador pedindo a abertura das negociações. E a notícia até apresenta a opinião de um dos deputados: “É um desrespeito à classe dos professores e dos funcionários públicos”, e “Sem diálogo com o Palácio do Iguçu, os professores buscaram a ‘casa do povo’ para encontrá-la vazia. É um desgaste do Poder Legislativo, que numa hora importante como essa não funciona”<sup>124</sup>. Este deputado não está satisfeito com a atitude do Presidente da mesa legislativa, que se recusou a iniciar os trabalhos por conta da presença dos docentes.

<sup>124</sup> *O Estado do Paraná*, 17 de agosto de 1988, p. 8.

Mas, a notícia ainda apresenta o apoio à greve dos professores, pelo mesmo deputado, segundo ele os professores estão certos em suas reivindicações, pois “Seus salários estão defasados, bem como os da grande maioria dos funcionários públicos. Não se pode exigir que eles se dêem por satisfeitos ou se caleem quando a inflação atinge índices insuportáveis”<sup>125</sup>. De acordo com este deputado a reivindicação é justa, os salários não são satisfatórios, e os professores precisam buscar isto por meio da greve, ao invés de se calarem.

Vários professores, mais de trezentos segundo o jornal, pernотaram na AL. O que se torna foco da notícia é o fato de ter ocorrido depredações durante a madrugada,

[...] foram quebrados vidros do Edifício Tancredo Neves, algumas floreiras e ouviu-se um disparo. Diante do incidente, a Mesa Executiva determinou o fechamento de todos os portões da casa e, pela manhã, solicitou à Polícia Técnica uma sindicância para apurar as responsabilidades.

Formou-se um clima de tensão e desconfiança, com os professores negando qualquer envolvimento nas depredações. O deputado pedetista Rafael Greca, presente no momento em que ocorreram os distúrbios, ofereceu-se para testemunhar em favor dos professores e preparou um relatório sobre o que havia presenciado.

Algo estranho aconteceu durante a primeira noite dos professores na Assembléia Legislativa, no intuito de culpabilizar os docentes. O jornal tenta expressar a situação, o caos causado e a busca por culpados. O “clima de tensão e desconfiança” se refere ao fato de estarem os professores ali naquele momento, e serem, os possíveis causadores da desordem, mas, a nota apresenta um alibi, um dos deputados, que se encontrava junto aos professores se oferece para testemunhar, e mostrar que os professores não estavam envolvidos na bagunça gerada durante a noite.

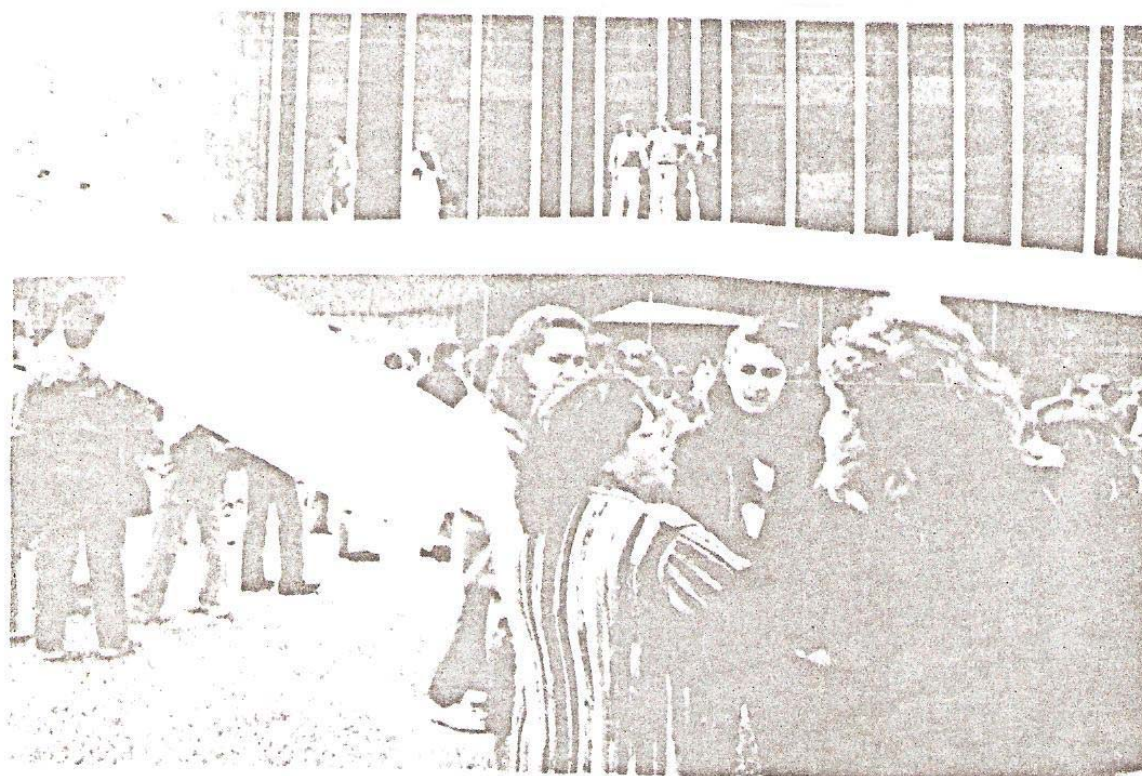
Na mesma página, uma notícia trata do mesmo tema, *Na Assembleia, tiro, sujeira e depredações*, esta reportagem se baseia na nota oficial emitida pela comissão executiva da AL, e foca apenas nos danos, e na consequência, o fechamento dos portões de acesso ao plenário. A nota insinua, mas não culpa diretamente os professores, mostrando que as devidas providências seriam tomadas para apurar as responsabilidades sobre o incidente. Mas, é pertinente levar em consideração o título, se no dia anterior o jornal havia noticiado

<sup>125</sup> O Estado do Paraná, 17 de agosto de 1988, p. 8.

que os professores haviam permanecido na Assembleia Legislativa, ao direcionar uma notícia com este título, leva o leitor a ter a impressão de que a culpa caberia aos docentes ali instalados. E o texto que se segue também não nega a participação dos professores, apenas afirma que antes de julgar os fatos seria necessário fazer a investigação. Para o leitor que ficou apenas nesta notícia talvez tenha a clara certeza de que tivesse sido autoria dos professores o acontecido.

Como a AL estava com os portões fechados os professores fizeram novas manifestações do lado de fora da Assembleia.

### Imagem 9



*Fora da Assembléia, os professores fizeram novas manifestações.*

**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 18/08/1988, p. 8.

Nesta fotografia, publicada com a notícia de que o governador não negociaria com professores em greve, notamos a movimentação dos professores fora da Assembléia Legislativa. São vários professores, alguns em grupos conversando e outros portando faixas. Como os portões se encontravam fechados os professores que chegaram pela manhã tiveram o acesso ao interior do recinto negado, e aqueles que haviam permanecido durante a noite, estavam impedidos de sair. Com este fato, entendemos a tentativa de alguns dos membros do legislativo

estadual de inviabilizar a decisão dos professores de permanecer na AL, e ainda de denegrir a imagem do professor perante a sociedade, criando uma situação que os podia direcionar como desordeiros, depredadores de patrimônio público. O jornal aparenta não ter uma preocupação em zelar por uma imagem positiva do professorado paranaense, ficando em postura neutra, apenas apresentando as informações do deputado Greca, que havia estado com os professores, e a nota oficial emitida pela casa.

O motivo para os professores se instalarem na Assembléia Legislativa era forçar uma abertura do governador do Estado para as negociações, e isto fica bem claro nas notícias que tratam da permanência dos professores naquele recinto. Sobre o cotidiano nas instalações do plenário as informações dão conta que “se a alimentação é prática, constituída de sanduíches, frutas e marmitas, a questão da higiene se torna mais delicada. Para tomar banho eles têm utilizado residências de colegas e até mesmo de deputados, próximos ao Centro Cívico.”<sup>126</sup>

Nestas informações sobre o cotidiano percebemos o apoio que aqueles que estavam no interior da Assembleia recebiam dos outros colegas e também de deputados, que ofereciam as casas para que pudessem realizar sua higiene.

Quase uma semana depois da ocupação da Assembleia pelos professores, foi realizada uma sessão, dedicada, segundo o jornal, toda ela a debates sobre o movimento grevista. Com os pronunciamentos de diferentes deputados a notícia segue apontando as diferentes opiniões sobre a greve dos professores. Segundo o líder do governo, o governador estava aberto ao diálogo, mas os professores precisavam voltar ao trabalho, esta era a condição. O jornal destaca, após a reprodução da fala do deputado que “Como os professores querem conversar antes, o impasse continua, com um grande número de grevistas acampados nas dependências do Palácio 19 de Dezembro.” A forma como este trecho foi construído coloca os professores como culpados pelo impasse, pois “querem conversar antes”, e ainda há impressão de grande pesar ao afirmar que os grevistas continuam acampados na AL, não bastasse continuar com a greve, ainda montam acampamento em órgãos públicos.

---

<sup>126</sup> *O Estado do Paraná*, 20 de agosto de 1988, p.8.

Mas, o jornal também apresenta opiniões favoráveis aos professores, como é o caso do deputado Rafael Greca, que:

Observou que o grande problema não é “o professor querer ganhar mais, mas todos os segmentos da sociedade estarem ganhando menos do que o necessário para sua sobrevivência”, e manifestou sua esperança de que o governador receba os professores: “Afim, não acredito que haja um bandido no Palácio do Iguaçu”.<sup>127</sup>

O deputado apresenta a situação salarial dos professores e também da população em geral, demonstrando como os ganhos estavam baixos. Mas, o deputado tem a “esperança” de que o governador se abra às negociações com os professores, e ainda utiliza do adjetivo “bandido” para demonstrar que somente assim agiria alguém para não aceitar o diálogo com os grevistas. O significado de bandido aponta para aquele que pratica atividades ilícitas, pessoa pouco honesta e que possui mau caráter. Esta seria a visão do deputado sobre o governador, caso não atendesse ao pedido dos professores de recebê-los para negociações.

Mas, os professores permaneceram na Assembleia e ainda assim, não foram recebidos pelo governador para negociações. Um episódio, que merece destaque, e que foi noticiado pelo jornal, foi quando dois professores foram expulsos do recinto da Assembleia Legislativa porque pularam no plenário. O presidente da Casa afirmou que a sessão não iniciaria até que os dois professores fossem retirados. Com esta decisão o resultado foi muita discussão entre seguranças, professores e alguns deputados, até que os professores acusados de pular foram colocados para fora. Enquanto isso, os professores cantaram o Hino Nacional de mãos dadas. A ação dos professores denota um respeito à pátria, que poderia contrastar com a atitude de alguns deputados e seus seguranças, como que se alertassem que aquele era um ambiente público, e que eram cidadãos.

A reportagem vem acompanhada de uma fotografia:

---

<sup>127</sup> *O Estado do Paraná*, 23 de agosto de 1988, p. 8.

**Figura 10**

*O grevista (de mão levantada) é retirado por seguranças do plenário.*

**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 24/08/1988, p. 8.

A imagem traz um professor, identificado como “grevista” sendo acompanhado pelos seguranças. Na foto, a postura do professor pode demonstrar uma certa intransigência, enquanto os seguranças apenas o olham, ele está com dedo em riste, pronunciando algo. E pode demonstrar também uma atitude de quem acredita que está com a razão, estar indignado com a situação a que foi exposto. A intencionalidade do jornal ao escolher a foto pode ter sido tanto casual, como proposital, a fim de gerar determinadas interpretações.

O título desta reportagem também pode ser levado em consideração, *Tumulto e tensão marcam a Assembleia*<sup>128</sup>. Novamente, os agentes diferentes na AL eram os professores, ao colocar um título que não aponta motivos ou que indica um caos em um ambiente que deveria ser ordeiro, o jornal insinua a desorganização do movimento. Isto é reforçado por outra notícia publicada no dia seguinte, *Assembleia cancela sessão até os professores saírem*<sup>129</sup>. A nota informa a decisão da Comissão Executiva de não realizar mais sessões enquanto os professores grevistas permanecerem no plenário. Ao que parece, uma tentativa de, novamente, colocar a opinião pública contra o movimento dos professores, que agora, impediam o legislativo de trabalhar.

Na mesma notícia há a informação de dois pedidos de *habeas corpus* que os professores impetraram, “o primeiro deles prevenia-se contra os rumores de que a segurança da casa tentaria evacuar o prédio de madrugada. O segundo alegava que a Assembleia estava atentando contra o direito de ir e vir dos manifestantes ao determinar o fechamento dos portões”. Estas informações

<sup>128</sup> *O Estado do Paraná*, 24 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>129</sup> *O Estado do Paraná*, 25 de agosto de 1988, p. 8.

apontam para a pressão que os professores acampados na AL sofriam, o medo de serem expulsos durante a madrugada, e as proibições de entrar novamente no prédio após sair.

Há ainda, a reprodução de uma fala do presidente da Assembléia, que afirma que as decisões visavam zelar pela integridade física das pessoas que ocupavam o plenário e, também, restabelecer o funcionamento normal da Casa. Este funcionamento teria sido interrompido desde que os professores ocuparam o local. “A noite, tem gente dormindo até na cabine de votações. Isto sem contar a quebra de rotina, que está exigindo que a Assembleia permaneça 24 horas aberta, sobrecarregando um grande contingente de funcionários”<sup>130</sup>.

Ou seja, além dos professores estarem atrapalhando o trabalho parlamentar, estavam gerando gastos e sobrecarregando funcionários. E, mais adiante, o presidente da AL diz que a atitude da APP com os pedidos de habeas corpus foi demagógica, pois os professores, segundo ele, tinham total liberdade de locomoção dentro do recinto, e estariam recebendo “tratamento condigno”. O jornal expressa a opinião do presidente da Assembléia, mas não mostra a contrapartida, as informações vindas dos professores ou sua entidade representativa, a informação é apenas sobre os habeas corpus e o que motivou os pedidos, a maior parte do texto se dedica apenas à fala do presidente da AL.

Este “tratamento condigno” é contrariado em reportagens dos dias seguintes, que abordam a situação dos professores em sua ocupação na Assembleia.

As pressões para que os professores se retirem, porém, aumentam a cada instante. Desde à noite de quarta-feira, as luzes e a água das galerias e de seus banheiros estão desligadas. Aqueles que saem do “acampamento” são impedidos de voltar, enquanto os que passam à noite no local são perturbados pelos seguranças que gritam e tocam as campainhas do plenário.<sup>131</sup>

Este trecho mostra como o direito de ir e vir dos professores estava comprometido durante sua permanência na AL, os professores que saíam eram proibidos de retornar, e foram criadas situações para impelir a saída dos professores, como o corte da água e o desligamento das luzes, e também os gritos e

---

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> *O Estado do Paraná*, 26 de agosto de 1988, p. 8.

campainhas que atrapalhavam o sono. Podemos inferir que os seguranças estavam instruídos a realizar estas ações pelos próprios parlamentares contrários à ocupação dos professores, e também pelo fato de terem que trabalhar em um contingente maior, a sobrecarga de trabalho também motiva a tentativa de reverter a situação, forçar os professores a saírem.

Sobre a alimentação, o jornal coloca como “um problema”, pois com o desligamento da energia elétrica do prédio onde estavam os professores, a comida que era guardada na geladeira estragou, e “para que fosse permitida a entrada de alguns professores levando alimentos, foi necessária a intervenção do deputado Rafael Greca”<sup>132</sup>. A intenção que transparece é que tentavam de todas as formas que os professores se retirassem do local, fazendo com que a comida estragasse e tentando impedir que os colegas trouxessem alimentação.

Na reportagem seguinte uma denúncia grave aparece no título como uma reclamação dos professores, *Professores reclamam que comida foi com laxante*, o termo denúncia aparece apenas no texto da notícia.

Os professores acampados no plenário da Assembleia Legislativa começaram o dia de ontem com uma denúncia, a de que pessoas estranhas ao movimento teriam adicionado laxantes ao café que lhes seria servido, durante o transporte dos alimentos até o plenário. E mais, a de que as sacolas com roupas traziam também muito vidro moído. Uma amostra do café supostamente adulterado foi encaminhada para exame em laboratório.<sup>133</sup>

Além do que haviam noticiado anteriormente, o corte da água e desligamento das luzes, gritos e campainhas, o jornal apresenta mais artimanhas utilizadas para retirar os professores da AL, prejudicando a integridade física dos professores com laxantes no café e vidro moído nas roupas. Seria impossível não conectar estas ações, atribuídas, não pelo jornal, mas pelo bom senso, aos parlamentares e seguranças da Assembleia, a um período anterior, estas características lembram ações próprias do período ditatorial, com suas perseguições e torturas.

Ao final do texto, o jornal reconhece a situação dos professores, pois “apesar de todas as dificuldades”, há a afirmação de que os professores continuariam na AL, aguardando que o governador Álvaro Dias os recebesse para

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> *O Estado do Paraná*, 27 de agosto de 1988, p. 8

discutir as reivindicações da categoria. Este trecho aponta para a persistência dos professores, a força, mesmo diante de situações que os forcem a agir de forma contrária.

Após o incidente do dia 30 de agosto por determinação judicial os professores deixam o prédio da Assembleia Legislativa. O pedido partiu dos parlamentares, “para liberar o plenário sem recorrer às forças policiais”, e a liminar foi deferida. Após alguns protestos por parte dos professores, principalmente por conta do incidente com os policiais, e também solicitando o apoio dos parlamentares para defender a abertura do governo ao diálogo com os professores, estes deixaram a Assembleia. A saída foi acompanhada da promessa de que o secretário da educação receberia uma comissão de pais e mestres, fato que não ocorreu posteriormente.

Com palavras de ordem, hinos e muitas críticas ao PMDB e ao governo, os professores recolheram seus pertences, limpam o plenário e as galerias, e solicitaram uma comissão de deputados para acompanhá-los numa vistoria, de modo a verificar que as dependências ocupadas não haviam sofrido quaisquer depredações.<sup>134</sup>

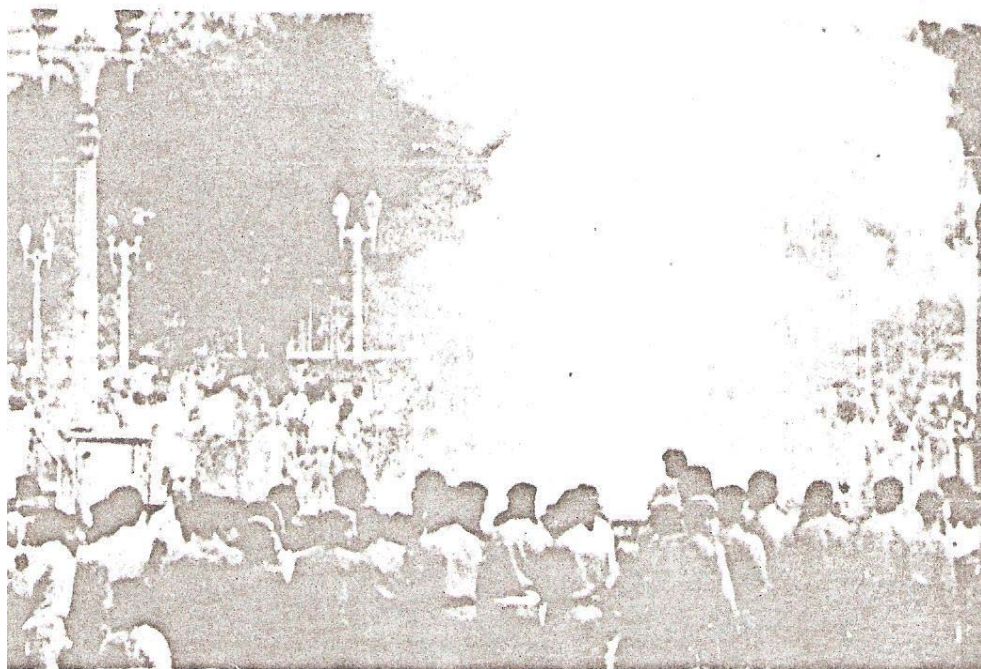
O texto mostra a preocupação dos professores com sua imagem, com possíveis acusações de que haviam depredado o prédio durante a permanência. O jornal ressalta, além da preocupação em mostrar que deixavam o local em perfeitas condições, a indignação diante das ações do governo, que pode ser sintetizada por uma frase atribuída aos deputados de oposição acusando o governador Álvaro Dias de “ressuscitar medidas repressivas comuns à ditadura militar”. Esta fala se refere ao confronto violento entre polícia e professores.

Sobre o 30 de agosto, o jornal trouxe meia página de texto e três fotografias do incidente. Um texto em destaque aponta que “os professores queriam ser recebidos por um representante do governo do Estado. Mas a polícia cercou a área do Palácio Iguazu. Houve violência.”<sup>135</sup> O jornal aponta para o descaso com os professores que tinham a intenção de serem recebidos por um representante do governo, e ao contrário, foram recepcionados pela polícia com violência. As fotografias publicadas mostram uma concordância com a ideia de violência contra os professores.

---

<sup>134</sup> *O Estado do Paraná*, 01 de setembro de 1988, p. 8.

<sup>135</sup> *O Estado do Paraná*, 31 de agosto de 1988, p. 8.

**Figura 11**

*Cercados pela polícia, os manifestantes são vítimas de gás lacrimogênio.*

**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 31/08/1988, p. 8.

A foto, ainda que não muito nítida, mostra um grupo grande de policiais em primeiro plano, muita fumaça ao centro e ao fundo muitas pessoas aparentemente correndo ou se deslocando do local. Na legenda da fotografia os professores aparecem como “vítimas do gás lacrimogêneo”, e na fotografia é possível identificar a gravidade da situação.

**Figura 12**

Fonte: *O Estado do Paraná*, 31/08/1988, p. 8.

Nesta imagem vemos os policiais guardando faixas em um carro, segundo a legenda são faixas e objetos que foram retirados dos professores. Esta imagem também revela uma forma de violência, pois os materiais foram tirados dos professores, é nítido que não foi uma entrega pacífica, mas, forçada.

**Figura 13**

*Este manifestante foi detido, mas mais tarde conseguiu escapar.*

Fonte: *O Estado do Paraná*, 31/08/1988, p. 8.

A fotografia acima destaca a violência sofrida pelos professores, pois mostra um professor sendo levado a força por policiais, a expressão do professor e a forma como está seu corpo apontam para a tentativa de se soltar dos policiais. O policial da esquerda parece estar puxando este professor, provavelmente para colocá-lo em uma viatura da polícia. Ao fundo, separados por um portão, vemos pessoas observando a ação, parece que impedidas de ter acesso ao local.

As três fotografias acima, publicadas no jornal, tem a função de revelar para os leitores um pouco do que aconteceu naquele dia, a seleção destas imagens denotam a preocupação em mostrar a violência empregada contra os professores, e juntamente com o texto em destaque e a narrativa do acontecimento, colocam os professores como as vítimas da situação. O objetivo com a passeata era iniciar negociação com o governo, mas, a recepção da polícia não foi adequada.

Ao começar o conflito, com os policiais impedindo o carro de som de chegar à frente do Palácio do Iguazu, e retirando à força o motorista, iniciou o “corpo a corpo” segundo a nota, que aponta para a luta corporal entre professores e polícia.

Os manifestantes gritavam “abaixo a repressão”, e “o povo na raça já tomou a praça”. Mas os policiais pareciam não se incomodar com os protestos. Diziam apenas que cumpriam “ordens”. E ao som do Hino Nacional num determinado momento e mesmo quando os professores não podiam nem cantar, continuaram soltando o gás na multidão e empurrando os grevistas, fazendo um cerco em volta dos manifestantes.<sup>136</sup>

Da fala dos professores, destacada no texto, o “abaixo a repressão” parece bastante característico da situação de luta contra agentes do governo, e também, lembra períodos anteriores, principalmente relacionados à ditadura civil e militar no Brasil. Outro ponto relevante do texto é que os policiais, segundo o jornal, pareciam não se incomodar com os protestos dos professores, pois estariam realizando sua obrigação, cumprindo ordens. Disto decorre que a ordem era para conter a manifestação e não simplesmente acompanhar o movimento, o governo havia instruído os policiais a desarticular a manifestação dos professores, por isso o uso de bombas de gás, cassetetes e as prisões. O jornal deixa transparecer que a função dos policiais naquele momento era essa, impedir a manifestação, não importando como isto pudesse ocorrer.

---

<sup>136</sup> *O Estado do Paraná*, 31 de agosto de 1988, p. 8.

Nas notícias posteriores ao conflito os professores reforçam a ideia de violência praticada pelo governo. Entre as ações dos professores aparecem montagem de painéis no centro de Curitiba, mostrando fotos e notícias do confronto, e passeatas e manifestações em várias cidades do Estado. E decorrente do acontecimento, o jornal informa, apresentando o posicionamento da presidente da APP, que a adesão à greve aumentou e se fortaleceu.

Segundo as reportagens o movimento ganhou força com o conflito, por conta da indignação dos professores com o tratamento recebido da polícia. E isso motivou a continuação da greve, assim como a postura adotada pelo governador do Estado, de não receber os professores para negociação.

A greve perduraria vinte dias após o conflito, o que denota um desgaste, também ocasionado pelos dois motivos citados acima. Em Assembleia realizada em Maringá no dia 20 de setembro os professores decidem retornar ao trabalho. O jornal noticia a assembleia antes da sua realização e já apresenta os motivos do retorno dos professores, pois as associações de pais e mestres já solicitavam o retorno, “uma vez que a pressão não vinha surtindo o efeito esperado junto às autoridades estaduais”<sup>137</sup>. O jornal afirma que muitas propostas seriam apresentadas na assembleia, mas, “há professores descontentes e temerosos de perderem seus empregos”, mesmo afirmando um crescimento do movimento, anuncia o retorno de vários professores celetistas, por conta das ameaças de demissões. Ou seja, apresenta a adesão de professores que antes não estavam participando do movimento e o retorno de outros, que trabalhavam por contrato regido pela CLT, às salas de aulas, por conta do receio de serem demitidos.

Nas reportagens de *O Estado do Paraná*, o posicionamento do professor é, na maioria das vezes, acompanhado do posicionamento do governador do Estado ou do secretário da Educação. Apesar da notícia ter o título voltado para a ação do professor, aparece no texto um dado que informa a ação ou o discurso do governo, como que contrapondo as duas versões. Ainda nas notícias que dão conta do movimento, sua ampliação, as reuniões entre os professores, um parágrafo ou mais é colocado mostrando o que o governo divulgou a respeito, ou mesmo, as ameaças de descontos salariais ou demissões, os pedidos das listas de frequência.

---

<sup>137</sup> *O Estado do Paraná*, 20 de agosto de 1988.

Torna-se nítida uma tentativa de informar ao leitor os acontecimentos, mostrar uma certa neutralidade, mas, concomitante a isso, desarticular o movimento, os professores liam os jornais, se informavam sobre o que estava ocorrendo, e a mídia era uma forma de levar aos professores como o governo do Estado se posicionava diante da situação. E o jornal aparece também como mecanismo de coação, pois divulgava as ameaças feitas pelo governo, de demissões, de cortes salariais. O professor aparece, em síntese, como duvidoso sobre o movimento no início, mais confiante depois de transcorrido um período de greve, desesperado ao acampar na Assembleia Legislativa, a vítima da violência do Estado com o 30 de agosto, e com medo e descontente ao final da greve.

### 3.5.2. A Greve e o Posicionamento do Governo:

Neste vamos aprofundar um pouco mais sobre as reportagens que trazem como tema principal os pronunciamentos do governo do Estado ou da Secretaria de Educação, bem como as ações do Governo em relação à greve.

O primeiro posicionamento do governo que aparece nas linhas do jornal é a garantia, por parte do secretário da Educação, da continuidade das aulas, mesmo após a decisão dos professores de iniciar a greve, o secretário revela que havia esquemas montados para que não houvesse problemas nas escolas, e que as aulas continuariam. Mas, segundo o próprio jornal, “não quis adiantar quais os esquemas montados”, e que iria aguardar para ver a extensão da “decisão infeliz” dos professores.

O transcorrer da greve demonstrou que não havia nenhum esquema, mas sim, uma ameaça para que os professores se sentissem coagidos, e para mostrar que os professores não eram insubstituíveis. A classificação do início da greve como uma decisão infeliz também traz um sentido valorativo para a atitude dos professores, uma decisão infeliz é aquela que não traz bons resultados, é reprovável.<sup>138</sup>

Outra reportagem que traz a questão acerca da garantia de aulas regulares mostra que isto se daria “por todos os meios”, segundo o governo do Estado:

---

<sup>138</sup> *O Estado do Paraná*, 06 de agosto de 1988, p. 8.

O governo do Estado garantiu ontem que vai assegurar “por todos meios”, a regularidade das aulas para 1,2 milhão de alunos da rede estadual. A recomendação do governo aos pais é a de que devem mandar seus filhos às escolas, “exigindo o pleno funcionamento dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus” junto aos diretores dos estabelecimentos ou às associações de pais e mestres.<sup>139</sup>

O meio que o governador apresentou para garantir as aulas, segundo o texto, é lançar a responsabilidade para os pais, sugerindo que cobrem, exijam o funcionamento das escolas, seja dos diretores ou das associações de pais e mestres. O governo chega a recomendar que os filhos sejam mandados às escolas, como se desta maneira pudesse forçar os professores a trabalhar. Esse mecanismo aponta que o governador tinha o intuito de induzir os pais contra os professores, contra a greve, inserindo-os no embate.

Esta mesma reportagem traz, com detalhes, os valores recebidos pelos professores, e como ficariam os salários se fossem atendidas as reivindicações da categoria. Os salários são descritos e junto uma frase bastante característica, “para trabalhar apenas quatro horas por dia”, o que demonstra o apego pelas horas que o professor fica em sala de aula, não considerando todas as outras atividades como preparação de aulas, avaliações, correções, dentre outras. E o governo fazia questão de omitir estes dados, que com certeza eram por ele conhecidos. O jornal também, apenas reproduz as informações, não havendo nenhuma contradição ao que é colocado. Na sequência com o subtítulo “Vantagem”, o texto traz as vantagens da categoria, como os reajustes, que segundo o governo do Estado, tinham reajustes superiores a URP.

Os salários dos professores do Paraná estão entre os maiores do Brasil, superando, por exemplo, os valores pagos em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os professores paranaenses têm reajustes mensais, enquanto a maioria dos estados paga reajustes trimestrais, semestrais e mesmo sem data definida.<sup>140</sup>

Estas informações repassadas pelo jornal tinham como intuito desestabilizar o movimento, colocando a opinião pública contra a greve dos professores. Se os professores já eram bem pagos por que a greve deveria ser aceita? Segundo o texto eles tinham o melhor salário em relação aos outros

---

<sup>139</sup> *O Estado do Paraná*, 07 de agosto de 1988, p. 10.

<sup>140</sup> *O Estado do Paraná*, 07 de agosto de 1988, p. 10.

estados, então não seria justa a motivação para a greve. Este tipo de divulgação servia para desacreditar os professores perante a sociedade.

Uma notícia intitulada “Nota oficial: 20% das escolas fecharam”, apresenta os números da greve por parte da Secretaria de Educação no meio da primeira semana do movimento. Segundo as informações do texto das 2800 escolas públicas que existiam no Estado neste período, 2300 estavam funcionando normalmente. E para comprovar a informação o jornal divulga também uma fotografia em uma escola de Curitiba:

**Figura 14**



*Recreio na Escola Tiradentes: aulas foram normais pela manhã.*

**Fonte:** Jornal *O Estado do Paraná*, 09/08/1988, p. 8

O pátio com vários alunos uniformizados aponta para o funcionamento da escola, a fotografia foi utilizada com o objetivo de confirmar o texto, mostrar que a informação da Secretaria de Educação estaria correta. A legenda da fotografia é também clara ao afirmar que as “aulas foram normais pela manhã”, como que apontando que o movimento dos professores não estava forte,

pois as escolas estavam funcionando, e disto decorreria a pouca adesão ao movimento.

Mesmo colocando no texto os dados divulgados pela APP, sobre a adesão à greve, que seria de 70% em todo o Estado, o peso do título “nota oficial” repercute mais forte para o leitor, e ainda há a fotografia para contradizer ainda mais os números informados.

O secretário Belmiro Valverde disse ontem estar tranquilo e aguardando “com uma certa expectativa” que o movimento reflua naturalmente. E mais uma vez enfatizou que o Estado não fará nenhuma contraproposta, pois não vai tratar os professores de forma diferenciada em relação aos outros segmentos do funcionalismo público.<sup>141</sup>

O trecho acima, ainda da citada reportagem, aponta para a segurança do secretário de que o movimento iria refluir, ou seja, retroceder. Mas o que se destaca neste texto é a forma como é apresentada a reivindicação dos professores, que não seriam tratados de forma “diferenciada” em relação aos outros funcionários públicos, por isso não haveria uma contraproposta. Aqui cabe bem a contradição a que os professores foram e são sujeitos, pois ao realizarem um movimento grevista reivindicando melhorias nas condições salariais não poderiam ser tratados de forma diferenciada do funcionalismo em geral, mas, ao mesmo tempo, há um grande clamor pela diferenciação deste profissional, que atuaria por vocação, como uma espécie de dom. O professor seria ao mesmo tempo um profissional diferente dos outros enquanto sujeitos, mas, iguais no tratamento recebido, nos resultados das suas ações.

Como o governador insistia em veicular que os vencimentos dos docentes já estavam adequados e era, inclusive, um dos maiores do país, a motivação da greve, segundo Álvaro Dias, em entrevista concedida ao jornal durante uma viagem para a cidade de Maringá, seria política. O jornal atribui alguns trechos do texto como a fala do governador, que afirma “não existir ‘qualquer razão’ para o movimento paredista pois enquanto a URP (Unidade de Referência de Preços) deste ano soma 204%, o professorado teve reajuste de 294%. E, se a URP de agosto é de apenas 17%, a categoria receberá 25%.”<sup>142</sup> Ou seja, segundo o governador os

---

<sup>141</sup> *O Estado do Paraná*, 09 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>142</sup> *O Estado do Paraná*, 09 de agosto de 1988, p. 8.

professores eram privilegiados, não haveria motivos nos salários para realizar a paralisação das atividades.

O jornal apresenta estes dados em tom de denúncia, pois o texto é iniciado da seguinte forma: “Existe motivação política na atual greve dos professores da rede estadual de ensino, segundo denunciou ontem, em Maringá, o governador Álvaro Dias.”<sup>143</sup> No primeiro momento aparece a afirmação de que a motivação é política, depois há a atribuição da denúncia ao governador do Estado. A forma como está composto o texto dá ao conteúdo “existe motivação política” um sentido mais forte em toda a frase. E a ideia de conspiração, “jogo sujo”, também reforça este sentido pois a notícia é uma publicação do jornal, um veículo de informação e também de investigação, que para muitos é uma fonte extremamente confiável. Não que não possa ser confiável, mas, é preciso levar em consideração os interesses que permeiam as edições, os pontos de vista dos jornalistas, os materiais que foram acessados, os limites que são impostos a todas as escolhas que são feitas, ainda que com a pretensão de imparcialidade.

Mais à frente, na mesma reportagem, um trecho atribuído ao governador argumenta o porquê de ser uma motivação política: “Não há a mínima razão para a organização desta greve. Ela possui motivação política, pois vem sendo preparada desde setembro do ano passado para ser deflagrada justamente no início do processo eleitoral”. O fato de ter sido deflagrada no ano eleitoral é um argumento para mostrar que a greve seria política, mas, poderia os professores utilizar deste artifício também, como uma forma de pressão ao governador, para atingir os objetivos da greve, não propriamente ligados a grupos político-partidários que tinham a intenção de derrotar o então governador. Mas, este tipo de argumentação servia para desmoralizar, desacreditar o movimento. Ao ler isto, o leitor poderia adotar uma postura de indiferença perante o movimento, por acreditar ser apenas jogada política, e ver como desnecessária a paralisação das atividades, pois o motivo seria vil.

Outra postura adotada pelo governo diante do movimento grevista são as ameaças de descontos e demissões, são 8 notícias que tem como título este tema, sem contar as ameaças presentes nos textos de outras reportagens, que possuem outro foco, mas acabam por, em meio ao texto, divulgar as informações.

---

<sup>143</sup> Idem.

Uma atenção especial é dedicada aos boletins de frequência, que são cobrados pela SEED, juntamente com o alerta de descontos dos dias parados:

A Secretaria de Educação alerta aos professores que continuam dando aulas que exijam da direção das escolas o boletim de frequência para ser assinado. É que a partir de segunda-feira, os boletins serão recolhidos. Isto vai assegurar o pagamento integral e evitará a reposição de aulas. A SEED informou que, os professores que, durante os dias de greve, registraram sua frequência, não terão qualquer tipo de desconto no pagamento de agosto.<sup>144</sup>

Sobre a primeira parte da nota, podemos inferir que era de conhecimento da Secretaria de Educação que alguns dos diretores de escolas não estavam disponibilizando os boletins de frequência para os professores, pois o alerta é para que os professores exijam este boletim. Muitos diretores nem sequer enviaram estes boletins durante o período de greve. A garantia de pagamento integral e a não reposição de aulas para aqueles que assinarem o registro é, também, uma ameaça para os que não estão trabalhando, pois terão os dias descontados do salário. Para aqueles professores que dependiam totalmente do salário para quitar as contas mensais, isto soava como um perigo eminente, mas havia também professores que conseguiriam tolerar isto devido a outras fontes de renda, inclusive do cônjuge.

Mas, o que pode ser questionado é porque o jornal reproduzia este tipo de notícia, estas ameaças do governo contra os professores. Cabe aqui a idéia da notícia enquanto mercadoria, portanto vendável, produtora de lucros para a empresa, e também, uma possível postura de neutralidade diante da situação, expondo o que era de interesse do governo, como que se ficasse apenas no meio da situação, com o objetivo de levar à população as informações. Mas, é perceptível esta intencionalidade, por vezes, de desestabilizar o movimento.

Outro ponto a ser destacado são os chamados “apelos” do governador tanto para os professores como para os pais de alunos. Durante toda a greve o governo sustentou que as negociações apenas seriam iniciadas com o retorno às salas de aulas pelos professores. Não haveria, e não houve negociação sem o retorno ao trabalho. Os apelos aos professores geralmente apareciam por meio de um porta-voz do governador:

---

<sup>144</sup> *O Estado do Paraná*, 12 de agosto de 1988, p. 8.

O governador lembrou que a categoria, na política do funcionalismo público estadual, tem sido a melhor aquinhoadada, com reajustes acima da URP. Os oito salários mínimos de piso reivindicados pela classe não podem ser concedidos. Negando-se a negociar sob pressão, o governador fez-nos portadores de um apelo para que os professores voltem ao trabalho. Aí sim, ele os receberá. E sem promessas de que atenderá a todas as suas reivindicações – explicou.<sup>145</sup>

Esta fala é atribuída ao deputado estadual Haroldo Ferreira, que fazia parte da comissão formada pelo PMDB para intermediar um encontro entre o governador e os professores grevistas. Antes do apelo o trecho traz o reforço de que a categoria era bem paga, diante de todo o funcionalismo público, os professores eram os que recebiam reajustes acima da URP, portanto uma forma de tornar inválida a alegação dos grevistas. Depois apresenta o governador se negando a “negociar sob pressão”, e por isso apela para que os professores retornem ao trabalho. Neste trecho percebemos um governador intransigente, se a greve é o instrumento para buscar negociações que antes não aconteceram, é uma forma de pressão para que a negociação de fato aconteça. E, além disto, o governador pede para o retorno do professores sem promessas de atendimento das reivindicações. Ele queria o fim da greve sem atender aos interesses dos professores, demonstrando como aquela reivindicação não cabia naquele momento, os professores eram os melhores beneficiados, segundo o governador, diante de toda a situação econômica que estava sendo vivenciada.

O apelo aos pais aparece sempre como uma motivação para que os pais exijam seus direitos, que seus filhos tenham aulas. O governador e o secretário da Educação pedem em vários momentos para que os pais exijam tanto dos diretores das escolas como das APMs o direito de seus filhos freqüentarem a escola. E também que mandem os filhos para as escolas, sem apontar quais escolas funcionavam e quais não.

Nos dois casos, tanto o apelo aos professores como para os pais, inferimos como uma tentativa de lançar a responsabilidade para estes sujeitos da sociedade. Se acaso o filho não está tendo aulas, caberia ao pai e a mãe fazer valer o seu direito, cobrando isto. Se o governador não recebia os professores era porque não haveria necessidade de pressão, no caso uma greve, com o retorno às atividades os professores seriam ouvidos. A situação, na visão exposta, era de fácil

---

<sup>145</sup> *O Estado do Paraná*, 18 de agosto de 1988, p. 8.

solução. E isto se torna claro na opinião do deputado porta-voz: “É preciso que algum dos lados ceda: ou o governo recebe uma comissão de professores ou estes voltam ao trabalho para negociar fora do estado de greve”.<sup>146</sup> Para resolver o impasse era preciso que um dos lados cedesse na opinião do deputado.

O tema diálogo entre professores e governador, ou a não abertura ao diálogo, postura adotada por Álvaro Dias não é tão explorada nas notícias como acontece na *Folha de Londrina*. A palavra diálogo aparece em apenas um título de reportagem, *Pais fazem uma passeata para pedir o diálogo*<sup>147</sup>, o *Estado do Paraná*, não teve a preocupação de mostrar a imagem do governador como não aberto às negociações, nos textos o que percebemos é esta abertura vinculada ao fato de que os professores deveriam retornar para as salas de aula para serem atendidos, ou melhor, ouvidos pelo governador.

Sobre o incidente do dia 30 de agosto, nas edições posteriores à data, o jornal traz a opinião do governador sobre os acontecimentos daquela data. Segundo o governador a violência partiu dos manifestantes, ou seja, dos professores. A polícia teria agido para “defender o patrimônio público e em defesa dos policiais que estavam sendo agredidos”. O governador tenta desarticular a ideia de que a violência havia partido da polícia, e coloca a culpa dos fatos nos professores. Merece destaque a desarticulação da ideia transmitida pela notícia com uma fotografia colocada ao lado do texto que afirmava que a culpa da violência era dos professores, que pertence a outro texto, mas que acredito, propositalmente ficou em destaque com o texto citado.

---

<sup>146</sup> *O Estado do Paraná*, 18 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>147</sup> *O Estado do Paraná*, 25 de agosto de 1988, p. 8.

**Figura 15***Delci Fritzen: alta ontem.*

**Fonte:** *O Estado do Paraná*, 01/09/1988, p. 8.

A imagem mostra uma professora ferida pelos artifícios utilizados por policiais para conter a manifestação. Com a perna sobre uma elevação, mostrando que foi neste membro o ferimento, o rosto da professora parece triste, o que contrasta com a ideia de que a violência partiu dos professores. Não é um policial que aparece ferido, é uma professora, contradizendo a fala do governador.

Respondendo à pergunta de um repórter, que comparou os métodos empregados pela polícia na manifestação de terça-feira e durante o período da ditadura militar, o governador disse que a diferença é que “agora o governo é democrático e nunca se recusou ao diálogo”.<sup>148</sup>

Mesmo diante da contrariedade da sua afirmação o governo se coloca como aberto ao diálogo, e se descreve como democrático. Ainda que suas ações estivessem sendo comparadas com o período ditatorial, ele apresenta uma ideia contrária.

O posicionamento do governo, de acordo com as notícias, é que a greve seria uma pressão desnecessária, pois a situação econômica em que o país se encontrava não deixava possibilidades de conceder aumentos, por isso, para serem recebidos pelo governador deveriam retornar ao trabalho. Mas, esta abertura não significava que as reivindicações seriam aceitas, apenas poderiam negociar,

<sup>148</sup> *O Estado do Paraná*, 01 de setembro de 1988, p. 8.

sem nenhuma garantia. O governo aparece irredutível em sua posição, visando desarticular o movimento com as ameaças de demissões e descontos salariais. Para obter alguma negociação os professores precisavam encerrar a greve.

Durante todo o movimento o governador não recebeu nenhuma comissão formada pelos docentes, o que revela a postura firme de não ceder à pressão grevista e ao mesmo tempo fazer uso da mídia para propagar que os salários dos professores eram justos, de acordo com o trabalho desenvolvido. Esta aparência de firmeza e de posição irredutível cede lugar à atitudes que demonstram a necessidade de desarticular o movimento. Ao mesmo tempo é perceptível uma postura firme, mas, temerosa, afinal, é uma imagem política que está em questão. Por isso a insistência em culpar os professores pela situação, seja pelos “transtornos” que estavam causando aos estudantes e aos pais pela ausência de aulas, seja pelo confronto com a polícia no dia 30 de agosto. O governo buscava se isentar da culpa, transferindo-a para os docentes, e influenciar a opinião da sociedade por meio da mídia.

O jornal também publicou notícias que levam ao entendimento de que o governo estava agindo de “boa vontade” com os professores “apesar” da greve. Como é o caso na notícia que trata da suspensão da lista de demissões dos professores. No dia 13 de setembro o governo afirma que as listas estariam suspensas, mesmo com a ressalva de que “Se abrissemos as vagas seriam formadas filas de professores interessados em preenchê-las”<sup>149</sup>. Ou seja, os professores estavam reclamando dos salários, mas, era um trabalho almejado por muitos, vários outros professores se candidatariam ao cargo naquelas condições encontradas. O governador estaria sendo “bonzinho” com os professores. E a notícia ainda traz a proposta expressa em um documento enviado à APP, que trata da formação de uma comissão de professores e representantes do governo tão logo suspendessem a greve, e esta comissão seria responsável por discutir as reivindicações, o calendário escolar e as reposições das aulas.

Com esta estratégia o governo tenta se apresentar como compreensivo e disposto a negociar, mas com a condição da suspensão da greve. Mas, como a estratégia não deu certo, a lista de demissões aparece publicada no jornal do dia 17 de setembro. Uma resolução que determina a rescisão dos contratos

---

<sup>149</sup> *O Estado do Paraná*, 13 de setembro de 1988, p. 8.

de trabalho com a logomarca do governo Álvaro Dias traz noventa nomes com os respectivos números de RG. Na resolução há também o que motivou as demissões: “considerando que desde o dia 08/08/88, grande número de professores estatutários e contratados pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho encontra-se paralisado, trazendo, como consequência prejuízos às atividades escolares.”<sup>150</sup> A paralisação motivou as demissões, por estar prejudicando o funcionamento das escolas. O governo deixou de lado as ameaças e realizou a ação. O que se revelou em mais uma estratégia para forçar o retorno dos professores, pois com a volta ao trabalho na semana seguinte, o governo revogou as demissões. E também, esta revogação pode ser compreendida como uma demonstração de que o governo não tinha a intenção de punir os professores, mas ressaltar uma imagem positiva, tanto para os professores como para a sociedade, tentando substituir aquela criada com os conflitos entre policiais e professores, ou mesmo, não reforçá-la.

### 3.5.3. O Embate Sobre a Adesão ao Movimento:

O embate numérico sobre a participação dos professores durante a greve é bastante comum na maior parte dos textos no jornal *O Estado do Paraná* durante o período da greve. Como estratégia do governo e da APP os números trazem grandes discordâncias. É importante frisar que o uso destas porcentagens, destes cálculos de adesão ou não adesão ao movimento grevista servem como mecanismo de pressão. Por parte do governador e Secretaria da Educação, é uma forma de desestabilizar o movimento, mostrar que está fraco, para que os professores que permanecem trabalhando não se sintam motivados à adesão. Por parte da APP, mostrar que a participação dos professores está efetiva e massiva é uma forma de motivar os que ainda não adentraram ao movimento e também pressionar o governo.

A tática de diminuir ou aumentar as porcentagens serve cada uma ao interesse proposto por cada grupo. As informações repassadas condizem com os interesses do grupo que as formulou.

No início do movimento, os números repassados pela Secretaria Estadual de Educação dão conta de que 80% das escolas estariam funcionando, ou

---

<sup>150</sup> *O Estado do Paraná*, 17 de setembro de 1988, p. 3.

seja, apenas 20% das escolas estavam paralisadas, mas há uma ressalva, pois a greve estaria “atingindo com mais intensidade as cidades maiores, como por exemplo Londrina, Maringá, Umuarama, Ponta Grossa e Curitiba. Mas que em outras cidades, salientou a Secretaria, todas as escolas estão funcionando normalmente.”<sup>151</sup> Mas, em Curitiba, admite que estariam 50% das escolas paralisadas. Se analisarmos do ponto de vista que as cidades maiores possuíam também escolas maiores, com um quadro de professores condizente com sua estrutura, não podemos inferir que fosse apenas 20% dos professores, mas, uma porcentagem maior que aderiu ao movimento.

Neste mesmo período, os “professores do comando da greve garantem que a paralisação já atingiu 70% da categoria em todo o Estado”<sup>152</sup>. Se analisarmos os números de escolas que a SEED afirma o pleno funcionamento, esta porcentagem se revela um pouco alta demais. Ainda que levando em conta as cidades maiores, mesmo nestas cidades, algumas escolas ainda permaneceram funcionando parcialmente. Podemos inferir, então, que seja um número entre o que estava sendo divulgado pela Secretaria de Educação e o que estava sendo divulgado pela APP.

Os números também se contradizem, afirmando que 20% das escolas estão paradas, nos grandes centros, o secretário transfere a porcentagem para a categoria, afirmando que 20% dos 63 mil professores estariam paralisados. Se a greve estaria mais forte nas cidades maiores, não parece justo transpor o número de escolas para número de professores como se fossem equivalentes, pois escolas maiores têm mais professores. Outra contradição aparece na fala da presidente da APP, Isolde Andreatta, que afirma que “do total de professores estaduais perto de 30 mil estão de braços cruzados”.<sup>153</sup> Mesmo afirmando que 70% da categoria estava participando do movimento, os trinta mil professores citados estariam mais próximos de 50%, pois a secretaria afirmava que o quadro de professores do Estado era de 63 mil.

Durante, ainda, a primeira semana de greve, a SEED admite um sensível aumento de adesão dos professores à greve, que de 20 havia passado para 25% das escolas, admitindo que a greve atingia “cerca de 45% dos 1,2 milhão

---

<sup>151</sup> *O Estado do Paraná*, 09 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>152</sup> *Idem*.

<sup>153</sup> *O Estado do Paraná*, 10 de agosto de 1988, p. 8.

de estudantes matriculados nas escolas estaduais”<sup>154</sup>. E, mais uma vez os números são contestados pela APP, e, segundo a presidente, “se ele próprio admite que a paralisação atinge as escolas dos grandes centros, é porque o número de alunos sem aulas é bem superior aos 45% divulgados”<sup>155</sup>. O jornal, na mesma notícia, apresenta as duas posições, do governo e da APP, mas, não há um meio termo, não há uma investigação para identificar qual seria o número real de participação no movimento grevista. Os números apresentados são apenas os fornecidos pelos dois lados.

Mas, a SEED consegue fundamentar seu posicionamento, pois em uma notícia publicada ao final da segunda semana de greve, os boletins de frequência dos professores já estavam sob o controle da Secretaria, e seriam 90% do total. Segundo a notícia, estes boletins confirmavam os números divulgados, mostrando que a greve estava concentrada nos grandes centros como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo, Paranavaí e Umuarama. Mas, em outras notícias publicadas nos jornais, nomes de outros municípios do Estado aparecem e mostram que havia professores nestes pequenos municípios que haviam aderido à greve, como é o caso de Apucarana, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais e Mandirituba. Se considerarmos que muitos municípios não foram citados, talvez pela dificuldade de divulgar informações, por não ter correspondentes jornalísticos, ou pela ausência de incidentes durante o movimento, é possível que mais professores nestas regiões também participavam da greve.

Estes dados, analisados de forma comparativa, contrariam os dados pontuais das notícias, pois havia a informação de que a paralisação atingia “só” os grandes centros. Como esta informação pode estar correta se os nomes destes outros municípios aparecem vinculados à movimentação de professores grevistas? E também nas manifestações pelo retorno das aulas ou discussões sobre a greve com grêmios estudantis e pais? As próprias notícias, comparadas, se contrariam.

Enquanto o número divulgado pela Secretaria se manteve fixo nos 25%, a APP mostra uma ampliação, sendo que de 70% passou para 93%, sendo considerada a “maior adesão de toda a história da APP”<sup>156</sup>, segundo a presidente da

---

<sup>154</sup> *O Estado do Paraná*, 12 de agosto de 1988, p. 8.

<sup>155</sup> *Idem*.

<sup>156</sup> *O Estado do Paraná*, 19 de agosto de 1988, p. 8.

entidade. Com um mês de greve a APP informa que a adesão ao movimento havia aumentado<sup>157</sup>, isto seria motivado pelo conflito entre polícia e professores no dia 30 de agosto, que deixou grande parte dos professores contra o governo, e culminou em ampliação da participação na greve para 95%, ou seja, praticamente todas as escolas do Paraná estariam fechadas.

De ambas as partes podemos perceber certo exagero na proporção numérica referente à adesão ao movimento grevista, para mais ou para menos. Mesmo nos grandes centros havia escolas com professores que não aderiram ao movimento, ficavam na escola, sem os alunos, mas, cumprindo a jornada de trabalho. Mas, é possível identificar que os números eram, da mesma forma, superiores ao que a SEED divulgava. A questão que inquieta é qual a participação do jornal nestas publicações? Qual a intenção em mostrar estes números contraditórios? Seria uma forma de mostrar certa neutralidade diante da situação? Talvez a intenção esteja em ressaltar exatamente esta disparidade das partes, revelar para o leitor que os números, sejam da Secretaria de Educação ou da APP não eram reais, cabendo ao público as conclusões finais.

O jornal não poderia de forma clara utilizar-se apenas dos números da SEED, que poderiam ser contestados, principalmente nos grandes centros em que os pais tinham a consciência da greve, pois a estavam vivenciando. Uma forma de se manter neutro e não dar vazão apenas ao que a entidade dos professores divulgava, era, também, repassar as informações apuradas pela Secretaria de Educação, de forma documentada, o que reforça a incidência de uma suposta verdade nesta divulgação. Os números da APP não tem peso de nenhuma informação documental, o que tende a desvalorizar os dados. De uma forma sutil, sob a aparente neutralidade, as informações contribuem para uma descrença sobre o que era transmitido pela APP, pois o que o governo possuía para informar eram os registros de presença dos professores, e se 90% destes registros estavam sob o controle da SEED ficaria mais fácil em determinar quantos professores participavam do movimento.

---

<sup>157</sup> *O Estado do Paraná*, 09 de setembro de 1988, p. 8.

### 3.5.4 A Opinião Sobre a Greve

Para fechar este estudo, como forma de conclusão parcial, deixamos por último a análise de uma seção do jornal intitulada *Opinião*, que é uma coluna assinada pelo jornalista Renato Schaitza. O texto que compõe esta publicação é bastante expressivo sobre o posicionamento do jornalista e também do jornal, quanto a greve dos professores.

“Parece incrível. Tem professor que não aprende. Uma das decisões da assembleia, terça-feira, em Londrina: armar um acampamento grevista defronte ao Palácio do Iguazu”<sup>158</sup>, é assim que se inicia o texto com a opinião sobre a greve. Não é possível, para o jornalista, acreditar na decisão dos professores, parece algo fora do comum uma ação própria da greve, que motiva alcançar o que está sendo reivindicado. Além de insultar os professores, com o “não aprende”, a construção textual, de forma clara, ironiza e coloca a decisão dos professores como algo não aceitável.

Adiante vem a justificativa por esta opinião, “Essa tentativa foi exatamente o que gerou o tumulto do Centro Cívico, dando margem a que a polícia se excedesse na repressão para a qual foi intencionalmente provocada”<sup>159</sup>. O trecho se refere aos acontecimentos do dia 30 de agosto, e o autor justifica que foram decisões como aquela que gerou o referido fato, ou seja, a culpa está totalmente direcionada à ação dos professores, às decisões tomadas por eles no seu movimento grevista. Além disso, o texto caracteriza que a repressão dos policiais naquele momento foi intencionalmente provocada pelos professores. Para o autor, os professores queriam a repressão, pois “a greve se esvaziava, era preciso o vitimismo com o qual a sociedade está sempre solidária”. É possível de forma clara perceber a tentativa de levar à sociedade outra visão sobre a repressão direcionada aos professores, era preciso mostrar que aquele fato serviria aos professores, os beneficiaria no jogo político, no “cabo de guerra” com o governo. Mas, o trecho denota de forma bastante marcante a forma como este determinado grupo, o jornal, seus editores, os jornalistas, e o setor social que representavam, entendiam o movimento, e a sua forma de deslegitimar a ação dos professores.

---

<sup>158</sup> *O Estado do Paraná*, 06 de setembro de 1988, p. 3.

<sup>159</sup> *Idem*.

Segundo Francisco Fonseca, dentre as várias justificativas utilizadas para vetar uma greve inclui-se ser “atentatória à ordem pública (por supostamente se utilizarem da violência)”<sup>160</sup>, e é este argumento o utilizado pelo jornalista quando afirma que “As estratégias agressivas de greve – imagino – violentam direito alheio. O patrimônio público é de todos.” Neste sentido o trecho se refere tanto à ocupação dos professores na Assembleia Legislativa, quanto a nova proposta de acampar no Centro Cívico. E isto seria uma violência contra o direito alheio, mas, o que seria válido, quais ações seriam permitidas em uma greve? Segundo o texto, “a única e verdadeiramente límpida é omitir-se de trabalhar”, ou seja, com esta definição do que seria aceitável para uma greve há uma descaracterização de todo o movimento grevista dos professores, com passeatas, manifestações, ocupação da Assembleia Legislativa do Estado, tudo seria inválido.

Outras duas justificativas, apontadas por Fonseca são perceptíveis, pois há um reforço de que a reivindicação salarial não é justa, pois os professores estariam sendo beneficiados, com reajustes normais, então, a greve seria “causadora de prejuízo à economia e à sociedade” e/ou “inoportuna ou extemporânea devido às dificuldades econômicas”<sup>161</sup>. E para reforçar esta ideia de que os professores eram bem remunerados e que a situação de crise se refletia em toda a sociedade, há a seguinte formulação: “Numa vala onde se amontoam os mal remunerados, quem está por cima dos outros grita primeiro”<sup>162</sup>. Esta frase reforça a ilegitimidade do movimento, pois a situação de crise era geral, e os professores ainda estavam “por cima”, por que deveriam fazer greve?

De acordo com esta análise é possível perceber que o posicionamento do jornal não era favorável ao movimento grevista dos professores, e tentava de forma clara, conforme este texto, expor os motivos que tornavam a greve ilegítima, injustificável. O jornal enquanto uma mídia que alcança um público expressivo e que é capaz de influenciar opiniões, se coloca enquanto contrário a esta luta de trabalhadores por melhores salários. O que demonstra que este grupo ao qual o jornal está vinculado, mesmo veiculando a ideia de serviço a democracia liberal, de opinião da sociedade, permite que se faça claro seu posicionamento de contrariedade, ainda que mascarado sob a falsa postura democrática. A aparente

---

<sup>160</sup> FONSECA, Francisco, Op. Cit., p. 13.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> *O Estado do Paraná*, 06 de setembro de 1988, p. 3.

neutralidade, que com uma análise superficial, salta aos olhos nas notícias publicadas, é contrariada e desnudada com esta publicação.

### 3.6. FOLHA DO PROFESSOR: AS PUBLICAÇÕES DA APP

A *Folha do Professor* era uma publicação semanal, editada pela Associação dos Professores do Paraná, APP, e estava inserida nos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, e ocupava metade de uma página, aos sábados e quartas-feiras, respectivamente. Sempre em local fixo, na seção denominada geral, ocupava a metade inferior da página. (ilustração 02)

**Figura 16**



**Fonte:** Folha do Professor

Foram analisadas as publicações do intervalo entre a decisão dos professores de iniciar a greve, em 05 de agosto de 1988, até a primeira edição após o encerramento da greve. Foram exatamente oito edições que apresentavam as notícias sobre o desenrolar do movimento, assuntos referentes aos professores e a ação docente, bem como críticas ao governo e as demonstrações de apoio que os professores receberam de outros setores da sociedade.

A primeira edição retrata a decisão sobre a greve, sob o título *Greve: A história se repete. Álvaro ameaça. Professor tem consciência e não tem medo*<sup>163</sup>,

<sup>163</sup> *Folha do Professor*, In: *Folha de Londrina*, 06 de agosto de 1988, p. 11.

a reportagem demonstra como as greves dos professores do Paraná são recorrentes, “cíclicas”, e enfatiza as razões que motivaram a paralisação das atividades docentes, principalmente, o desrespeito dos governantes à categoria e o arrocho salarial. Esta nota demonstra a indignação da APP com a atitude do governo “diante das manifestações que fizeram aos meios de comunicação social”. Este dado demonstra que o governador Álvaro Dias, e o secretário da Educação Belmiro Valverde Jobim Castor, se pronunciaram sobre as decisões dos professores de paralisação, e que, de certa forma tentavam desestruturar o movimento.

Como foi percebido anteriormente, pelas reportagens da *Folha de Londrina*, o Governador divulgava os salários dos professores, que para a APP não correspondia à realidade, e enfatizava o número de horas trabalhadas, reforçando a impossibilidade de conceder o aumento pretendido pelos professores.

Esta indignação pelas ações do governador parte da presidente da associação dos professores, Isolde Andreatta, e esta demonstra que este sentimento é ainda maior por conta do chefe do Estado ser um ex-professor. Andreatta ainda afirma que solicitou ao governador que fizesse também a apresentação de seu contracheque e de seus secretários e dos demais parlamentares, para que ficasse comprovado o porquê dos altos gastos com pagamentos do funcionalismo público.

A estratégia de Andreatta é tentar reverter a situação gerada pela apresentação dos salários dos professores, mostrando que os cargos ocupados pelos líderes políticos é que proporcionavam altos salários, contrariamente ao que acontecia com os professores.

Mas o que chama a atenção nesta nota é a associação das atitudes do governo com as ações próprias do Regime de Exceção Civil e Militar que havia sido encerrado em 1985:

Pressões de Governo, ameaças com demissões sumárias, aplicação da Lei de Segurança Nacional, polícia em frente às escolas, bombas de gás lacrimogêneo, cães, cassetetes, prisões, tudo isso foi rotina durante os governos militares. Mas o que agora se vê e ouve do governador, pasmem, é uma repetição de palavras para amedrontar os grevistas.<sup>164</sup>

A associação dos atos de Álvaro Dias com os tempos de repressão do Regime de Exceção civil e militar dos anos anteriores, é bastante representativa

---

<sup>164</sup> *Folha do Professor*, In: *Folha de Londrina*, 06 de agosto de 1988, p. 11.

dos anseios da categoria dos professores e também da maior parte da população brasileira, que ansiava pela democracia, pela participação política, pela ausência de repressão, pela liberdade de expressão.

E esta definição das atitudes do governador como antidemocráticas geraria este sentimento de aversão, ao menos naqueles que conscientemente relembavam do período de censura e repressão vivido anteriormente. E é bastante característico o término desta nota, após afirmar que a greve é “limpa”, ou seja, não tinha nenhuma relação com interesses políticos, apenas com a questão salarial, que o movimento era legítimo e forte, Andreatta relembra um trecho da música de Geraldo Vandré, censurada no período ditatorial pelo seu conteúdo considerado subversivo, “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, que seria uma espécie de chamado dos professores para a luta, assim como a criação de Vandré intencionava, gerar ação, tomada de atitude quanto à situação vivenciada, mas, partindo para a realidade docente, ou seja, aderir ao movimento grevista.

Na mesma publicação consta uma nota assinada por Josias Fagundes, professor da rede pública estadual, ligado à APP, que aponta a incoerência do Governo apresentando a situação geral do país, demonstrando o descontentamento com a desvalorização dos salários e com os grandes gastos de dinheiro público com propagandas. Fagundes questiona os aumentos salariais, que seriam milagrosos a seu ver, em épocas de eleições, para ludibriar a população, oferecendo uma imagem positiva do Governo. Enquanto isso, grande parte do dinheiro público serviria para divulgar as benfeitorias. Segundo o autor, em outros Estados o Paraná era visto como “um oásis, um paraíso, num mundo encantado economicamente”, devido a propaganda veiculada e paga com dinheiro público do Estado. A incoerência, segundo Fagundes, está no uso excessivo de recursos para propaganda e a alegação do Governo de não ter condições de conceder o aumento salarial aos professores.

Uma outra nota, na mesma edição, assinada por Luiz Anselmo Arruda Garcia, também apresenta a indignação pelo mau uso do dinheiro público, pois, teria sido feita uma publicação de um diário oficial, de forma duplicada, desnecessariamente, segundo o autor, isto seria apenas “uma gota no oceano que é a malversação do dinheiro público”. E, ironicamente, termina sua explanação se referindo as dificuldades de adquirir o pão, que não seria “nosso” e “muito menos de cada dia”, aludindo à oração presente no livro sagrado cristão, a Bíblia, em que se

pede o alimento diário, que segundo o autor, não estaria sendo possível alcançar dada a situação vivenciada.

Até mesmo um poema faz parte desta publicação, e é intitulado *Sonho de um “Vagabundo”*, este poema, elaborado pelo professor Palmo Fidelis, como se identifica, faz uma alusão a vida daqueles que ocupam os chamados cargos comissionados, de confiança dos líderes políticos, os que não foram eleitos, nem entraram por concurso público, mas, por indicação. O poema trata das facilidades desta vida de “amigo do governador”, que poderia escolher o salário, fazer viagens, ter proteção. E também trata da questão da corrupção:

Em Pasárgada tem tudo  
É outra civilização  
Tem Palácio de Cristal  
Que esconde a corrupção  
Tem favores e mordomias  
Pra quem faz bajulação<sup>165</sup>

Este poema faz uma alusão ao poema de Manuel Bandeira “Vou-me Embora pra Pasárgada”, e o atualiza para a situação do Paraná, do que os professores estariam percebendo da política no Estado. As mordomias e facilidades para o amigo do rei se tornam, aqui, para o amigo do governador. O poema original faz menção a uma espécie de paraíso, Pasárgada seria o local ideal para a realização dos sonhos, dos desejos.

A segunda publicação da *Folha do Professor*<sup>166</sup> analisada traz cinco textos, o central e maior em extensão com três colunas, é o que se destaca, e aponta que a greve estaria avançando firme o movimento grevista já despontava como vitorioso. Com dados sobre a adesão a greve, a presidente da APP, afirma que o “movimento iniciou com determinação e muita consciência profissional por parte dos docentes”. Esta afirmação de Andreatta é uma forma de incentivar os que fazem parte movimento, demonstrar que a participação dos professores está aumentando, e principalmente, que os atuantes possuem a “consciência profissional”, que seria o ir além do simples conhecimento das atividades realizadas por determinada função, seria a excelência na sua realização, o conhecimento de tudo o que implica na realização deste trabalho.

<sup>165</sup> *Folha do Professor*, In: *Folha de Londrina*, 06 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>166</sup> *Folha do Professor*, In: *Folha de Londrina*, 13 de agosto de 1988, p. 11.

O professor que participava da paralisação, na fala de Andreatta, seria o profissional preocupado com sua atuação, consciente de seus deveres, e de como aquela luta seria importante para a categoria. Uma forma de tentar convencer os que ainda não estavam participando do movimento, mostrando sua importância e sua força.

Na mesma nota, Isolde Andreatta afirma que a SEED, Secretaria de Estado da Educação, estaria divulgando dados sobre a paralisação dos professores, de acordo com seu interesse, e ainda assim, a metade dos alunos de toda rede pública do Estado, segundo a informação desta secretaria, ficaram sem aulas no início daquela semana. Isto viria a reforçar que a APP possuía os dados reais, e que até os órgãos ligados ao Governo estavam admitindo uma participação forte dos professores no movimento.

Ainda nesta nota há a afirmativa de que quem estaria sendo intransigente é o Governo do Estado, pois a APP estava disposta a negociar, e buscava o diálogo com o governador. Até um convite para um debate com os docentes havia sido proposto para Álvaro Dias e o secretário da Educação, mas, segundo a nota, não aceitaram, pois estariam “despreparados para enfrentar um debate com o magistério”. A tentativa de diálogo com o governador parece ser lugar comum nas exposições feitas pela APP, tentando demonstrar como a entidade estava disposta a abrir negociações, e como, ao contrário, o Governo não estava disposto a este diálogo e a esta negociação.

Em outra reportagem, o chamamento feito pelo governador e pelo secretário da Educação, para os pais, para que enviassem seu filhos para a escola, por meio dos veículos de comunicação social, televisão e rádio, foi denominado de “pacto da mediocridade”. Segundo o texto, os pais conscientes sabiam que os professores estavam com as atividades escolares paralisadas e não enviaram seus filhos, mas, a proposta do governador estaria mascarando uma realidade, “sem visar à qualidade do ensino”.

A intenção do Governador Álvaro Dias é acabar, por todos os meios e formas, com a luta do magistério, que é a luta da qualidade do ensino público. [...] Os pais e alunos deveriam se aliar aos professores nestas lutas, porque elas têm um único objetivo: defender a dignidade de ambos, dos professores e dos alunos.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> *Folha do Professor, Pacto da Mediocridade: alunos e pais são os maiores prejudicados.* In: *Folha de Londrina*, 13 de agosto de 1988, p. 11.

Segundo a nota, o aumento salarial não traria a satisfação apenas aos professores. Bem pagos os professores poderiam desempenhar bem sua função e não serem forçados a fazer duas a três jornadas de 20 horas para conseguir manter um bom padrão de vida, o que implicaria em um melhor desenvolvimento das atividades escolares, melhorando a qualidade do ensino público. E não apenas isto, a idéia defendida é de dignidade, para os dois lados, professores e alunos, ou seja, o reconhecimento por parte do governante da importância da Educação e sua valorização.

Com estudos realizados pelo DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, a publicação apresenta que os objetivos da greve são claros, repor o poder de compra dos salários. Valores recebidos e estatísticas de preços de anos anteriores e do ano de 1988 são comparados, para demonstrar a defasagem salarial dos professores. A conclusão é que os professores estavam ganhando menos, o poder de compra dos salários é inferior à metade do que se podia comprar no ano anterior (1987).<sup>168</sup>

Esta *Folha do Professor* analisada ainda apresenta mais duas notas, uma agradecendo as moções de apoio que o movimento estava recebendo de todos os Estados do Brasil e do Estado do Paraná, de associações e de sindicatos.<sup>169</sup>

A outra nota informa o falecimento do arcebispo de Apucarana, Dom Romeu Alberti, enfatizando o apoio recebido do religioso nas lutas e nas greves dos professores, pois este acreditava que eram justas. Informa também o falecimento do pai de uma professora, e finaliza apontando que ambos estariam iluminando o movimento que reclamava por “justiça, dignidade e respeito”. Nesta nota se percebe o apelo emocional, a comoção por meio da apresentação do apoio que os falecidos dedicavam ao movimento.<sup>170</sup>

A terceira publicação da *Folha do Professor* traz duas notícias que ocupam toda a publicação, a primeira abordando a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado pelos professores, e a segunda demonstrando o apoio que o movimento estava recebendo de entidades e lideranças de várias partes do Brasil.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> *Folha do Professor*, **DIEESE: salários dos professores são as razões da greve**. In: *Folha de Londrina*, 13 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>169</sup> *Folha do Professor*, **Moções de Apoio e Solidariedade**. In: *Folha de Londrina*, 13 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>170</sup> *Folha do Professor*, **Morrem Dom Romeu Alberti e Edgar Guarezi**. In: *Folha de Londrina*, 13 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>171</sup> *Folha do Professor*. In: *Folha de Londrina*, 20 de agosto de 1988, p. 11.

De acordo com a primeira notícia, dois a três mil professores da rede estadual haviam ocupado na terça-feira daquela semana (16.08.1988), o plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. O objetivo da ação seria pedir aos parlamentares que intermediassem uma negociação com o governo do Estado. Por conta desta ocupação a sessão dos parlamentares foi cancelada, mas, segundo a informação apresentada, trezentos professores permaneceram alojados na AL. Esta ocupação seria uma forma de forçar o governador a se abrir para o diálogo e negociações com os docentes. Mas, o que foi percebido pelas lideranças do movimento é que os parlamentares não se interessaram em auxiliar a categoria. Nas palavras do secretário geral da APP, “a maioria destes representantes do ‘povo’ não está disposta a dialogar com os mestres”. Mais à frente apresenta que cinco parlamentares constituíram uma comissão e prometeram interferir junto ao Governo do Estado.

Com a notícia sobre esta nova estratégia do movimento, a de ocupação de um espaço público, onde são tomadas as decisões dos parlamentares do Estado, é demonstrado que o objetivo da categoria era a abertura ao diálogo, às negociações com o governador. Pois conforme demonstra em alguns trechos, os professores que ficaram na AL estavam cantando, rezando e até mesmo limpando o local, ou seja, era uma manifestação pacífica, que prezava o ambiente público, sem destruições.<sup>172</sup>

Ainda na mesma notícia, com o subtítulo *Pais e alunos se solidarizam*, a publicação apresenta o apoio recebido de uma comissão de pais, de presidentes de APMs e de alunos, que foram até a AL para demonstrar que estavam de acordo com a luta dos professores. Ainda é ressaltado que o presidente de uma APM pronunciou em voz alta, durante esta visita, “A luta é uma só, de professores, de alunos, de pais de alunos”, demonstrando a afirmativa do movimento dos professores, que a luta deveria ser conjunta, pois os resultados seriam refletidos na Educação em todo o Estado.<sup>173</sup>

Nesta nota, ainda, as lideranças do movimento solicitam que os dirigentes dos núcleos regionais da APP enviem professores para “engrossar as fileiras” na AL, e seus arredores. E pedem, também, que sejam feitas passeatas e

---

<sup>172</sup> *Folha do Professor*, **Para exigir abertura das negociações com governo, professores ocupam Assembléia Legislativa**. In: *Folha de Londrina*, 20 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>173</sup> Idem.

concentrações em todos os municípios do Estado. Seria uma forma de pressionar o governo e demonstrar a força do movimento, a participação efetiva dos professores na luta.

A segunda notícia desta *Folha do Professor* apresenta apoio que o movimento estava recebendo de entidades e lideranças de outros Estados brasileiros como Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás, e de cidades do Paraná, como Porecatu, Foz do Iguaçu, Londrina e também da capital federal, Brasília. Estas entidades e sindicatos e também deputados, destas regiões, manifestam que estão favoráveis à luta dos professores do Estado, e que esta seria legítima e justa, contrariando as exposições feitas pelo Governo do Estado, de que a greve era ilegal e injusta, pois os professores recebiam salários condizentes com suas atividades.

Percebemos que estas duas notícias têm como objetivo evidenciar que os professores estão lutando de forma pacífica, que buscam o diálogo com o governador e que esta luta é reconhecida por outros segmentos da sociedade, não se resumem apenas aos professores e as lideranças da APP.

A quarta publicação da *Folha do Professor*, do período que estamos analisando, traz como notícia principal um balanço sobre o andamento da greve. Nesta reportagem, que se destaca pelo tamanho, ocupando quase metade da publicação, são apresentadas algumas queixas contra o governador Álvaro Dias, por conta das ameaças de demissão dos professores que estavam sendo veiculadas na mídia, inclusive em notícias da *Folha de Londrina*.<sup>174</sup>

As ameaças de demitir os professores celetistas e os descontos dos dias parados dos salários de alguns professores, segundo a notícia, instigava ainda mais os docentes em sua revolta contra as atitudes do governador. E, devido a isso, o movimento conservava-se forte. Nas entrelinhas é possível perceber que o discurso buscava este fortalecimento, devido ao desgaste de três semanas de paralisação sem nenhum posicionamento do governador para as reivindicações dos professores. E, principalmente, por conta da estratégia de ameaçar os professores contratados pelo regime CLT com demissão por abandono de trabalho. O medo de ficar sem o emprego poderia coagir os professores a retornar para o trabalho, por isso o esforço da APP em demonstrar como o movimento estava forte. E, também,

---

<sup>174</sup> *Folha do Professor*, In: *Folha de Londrina*, 27 de agosto de 1988, p. 11.

mostrar como o governador estava errado em sua atitude, para que os manifestantes sentissem a indignação e permanecessem na luta.

Novamente a publicação expõe a falta de abertura do governo para o diálogo com os professores, e faz menção ao período ditatorial, conforme discurso proferido por um ex-presidente da APP, entrevistado, que questiona o fim a que se destina o dinheiro que foi descontado dos salários dos professores:

“Será que este dinheiro será utilizado na campanha eleitoral deste ano?”  
Questionou o professor reclamando que o Governo Álvaro Dias, que tanto combateu os chefes do Estado no período da ditadura militar, “não tem sequer a dignidade de chamar os professores para o diálogo.”<sup>175</sup>

A contradição do governador aparece nas atitudes que tomou em um período anterior ao cargo executivo, e as que praticavam enquanto Governador. Era contrário aos chefes do regime de exceção civil e militar, mas, enquanto governante, apresentava as mesmas atitudes antidemocráticas, pois não estava disposto ao diálogo com os professores.

A coação por parte do governo direcionada aos grevistas não estava apenas nas ameaças de demissão, mas, também foi elaborada uma lista com o nome de todos os professores de cada escola, e o diretor deveria solicitar a assinatura dos professores presentes, para facilitar à parte administrativa os descontos salariais. Isto porque, parte dos diretores das escolas do Estado não estava enviando para a SEED os boletins de frequência dos professores.

Sobre os diretores das escolas, outra notícia aponta que reunidos em Londrina na sede da APP, os gestores das escolas daquele núcleo não ficaram satisfeitos com a atitude do governador de efetuar descontos de dois dias letivos dos salários dos professores estaduais. Esta atitude causou estranheza para os diretores, pois não haviam sido enviados os boletins de frequência dos professores, e o desconto havia chegado até para os professores que permaneciam trabalhando. A nota ainda frisa uma frase proferida pelo próprio governador quando era deputado federal, em 1978, “A persistir a insensibilidade governamental, acabarão por transformar também o professor em boia-fria de diploma”. E esta frase é colocada

---

<sup>175</sup> *Folha do Professor*, **Professor continua em greve, aguardando negociação com Governo**. In: *Folha de Londrina*, 27 de agosto de 1988, p. 11.

para mostrar a contradição e a arbitrariedade da ação de Álvaro Dias, para os professores, por conta dos descontos salariais.<sup>176</sup>

Outra notícia, ainda nesta publicação, apresenta a insatisfação e a denúncia de alguns professores perante as atitudes de duas professoras que ocupavam cargos administrativos ligados ao governo. Segundo a nota, as duas professoras estariam fazendo ameaças aos professores para que não aderissem à greve, sob o peso de terem lançadas faltas desde o início daquele ano. As docentes são descritas como autoritárias e despreparadas, e ainda saudosistas do “movimento opressor de 64”. A nota lembra àquelas professoras que o cargo ocupado era passageiro, e que como professoras poderiam retornar para sala de aula a qualquer momento, devendo, assim, apoiar o movimento, que estaria lutando pelo favorecimento de todos.<sup>177</sup>

A última notícia desta publicação discorre sobre uma carta aberta que teria sido enviada ao governador Álvaro Dias por professores da Universidade Federal do Paraná. A carta relembra um acordo firmado no início do ano de 1988 entre o governador e os professores, de iniciar as negociações de reposição salarial a partir do mês de julho, do referido ano, fato que não ocorreu, ressaltando que o governador recusava-se a cumprir o que prometia. A carta lembrava também episódios de 1984, quando Dias, no cargo de Senador, diante da greve dos docentes federais se posicionou favorável aos professores, participando das atividades da greve. Lamentando o uso da propaganda, por parte do Governo, para transmitir informações “falsas”, que colocariam a população contra os professores grevistas, os docentes federais concediam seu apoio aos professores, e pediam que Álvaro Dias deferisse o início das negociações.<sup>178</sup>

Ao expor esta carta, a APP evidencia como os docentes de outros níveis de ensino, no caso o superior, também apoiavam o movimento. Mais um mecanismo de legitimação, que objetivava, além de manter os professores já atuantes no movimento grevista, comover também outros setores da sociedade, visto que o jornal *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, estavam abertos ao amplo público.

---

<sup>176</sup> *Folha do Professor*, **Diretores repudiam atitude da SEED**. In: *Folha de Londrina*, 27 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>177</sup> *Folha do Professor*, **Denúncias dos professores da APP núcleo de Ivaiporã**. In: *Folha de Londrina*, 27 de agosto de 1988, p. 11.

<sup>178</sup> *Folha do Professor*, **Associação dos Professores da Rede Federal critica propaganda do Governo em carta aberta**. In: *Folha de Londrina*, 27 de agosto de 1988, p. 11.

A quinta publicação da *Folha do Professor* analisada é posterior ao dia 30 de agosto, quando ocorreu a repressão aos professores que em passeata chegavam ao Palácio do Iguçu, sede do Governo do Estado. A reportagem intitulada *Esta é a verdade*, anuncia o desespero do governador comprando espaço na imprensa, para “justificar ao povo o uso abusivo de sua truculência”. A notícia comenta uma publicação assinada pelo governador Álvaro Dias, após os conflitos entre polícia e professores. Segundo a nota, Dias estaria colocando toda a culpa dos acontecimentos nos professores, que teriam “provocado” os policiais. Para travar um embate com o que foi propagado pelo governante o texto questiona se esta seria a “Democracia de um Governo que se dizia democrático e transparente”.<sup>179</sup>

Neste texto a APP demonstra a indignação diante da repressão sofrida e da tentativa posterior do governador de tentar apagar a violência que foi lançada contra os docentes. Lembrando que as câmeras de TV, e também fotógrafos registraram o fato, o texto afirma ser vã a tentativa de culpar os professores pelo acontecimento.

Esta repressão provocada pelos policiais militares sob o comando do Estado, serviu para que o movimento demonstrasse ainda mais fortemente a falta de democracia do governo, e sua clara relação com os anos anteriores, de restrições e cerceamento das liberdades.

Sobre a violência cometida contra os professores, outra notícia aponta que a APP estava organizando e levantando provas dos abusos da polícia para encaminhar um processo judiciário contra o governador e o secretário da Educação, que responderiam na justiça “pelo abuso de poder, abuso de autoridade e constrangimento legal”. E, novamente, aponta a relação entre o governo de Álvaro Dias e o Regime Ditatorial Civil e Militar, “os terríveis dias de 1964 foram revividos nesta terça-feira”, e demonstra que os professores foram agredidos, feridos “porque queriam o diálogo”. Os professores sofreram a violência, e se tornaram vítimas da situação, e os textos enfatizam bem que as intenções dos professores eram positivas, mas, as do governador demonstravam um estado antidemocrático.

E a última notícia desta publicação busca demonstrar o apoio que os professores estavam recebendo de todas as partes do país, principalmente, pelo que haviam sofrido. O texto mostra que são “centenas de cartas e telegramas de

---

<sup>179</sup> *Folha do Professor*, **Esta é a verdade**. In: *Folha de Londrina*, 03 de setembro de 1988, p. 11.

solidariedade”, apoiando os professores na permanência em sua luta por alcançar a melhoria salarial.

A sexta *Folha do professor*, do recorte temporal proposto para esta pesquisa, traz quatro reportagens e a primeira aborda a decisão da categoria em continuar em greve. Durante uma assembleia que aconteceu em Londrina, no Ginásio de Esportes do Colégio Vicente Rijo, os professores optaram por permanecer no movimento grevista, até que fossem atendidos pelo governador. Segundo as informações do texto, estavam presentes cerca de sete mil professores da rede estadual. Estes dados demonstram o interesse dos professores, pois grande parte do quadro funcional estava presente e decidiram pela permanência, o que comprova uma unidade da categoria e um movimento forte.<sup>180</sup>

Dentre as decisões da assembleia aparece uma ação que foi denominada de “operação arrastão”, e tinha como objetivo retirar das salas de aula os professores que ainda não haviam aderido ao movimento. E, também, uma ação conjunta, na qual os professores de todos os municípios do Estado deveriam retirar todos os depósitos que possuísem no Banestado, o Banco do Estado do Paraná, de contas corrente, aplicações ou poupanças. Esta medida estava sendo tomada em protesto contra o corte no repasse das mensalidades dos professores à associação. Esta medida do governo, segundo Isolde Andreatta, visava enfraquecer o movimento.

Neste posicionamento, a APP revela o embate contra as ações do Governo, a guerra de forças travadas entre ambos. Convocando os professores a mobilizarem-se pela associação é uma forma de mostrar esta unidade, a luta em comum.

A notícia seguinte apresenta o posicionamento de um deputado federal sobre as atitudes do governador Álvaro Dias, por conta da repressão contra os professores. A informação do texto é que o deputado Airton Cordeiro enviou pronunciamento a Câmara de Brasília contando o episódio ocorrido no Estado, a repressão sofrida pelos professores. Deste pronunciamento o texto destaca que, para o deputado, o governador seria um “democrata de ocasião” e oportunista, pois em tempos anteriores apoiava os professores. A exposição deste pronunciamento

---

<sup>180</sup> *Folha do Professor, A greve dos professores continua*. In: *Folha de Londrina*, 10 de setembro de 1988, p. 11.

feito pelo deputado Cordeiro apresenta o apoio que o movimento tinha, também, de líderes políticos. Uma motivação a mais para o fortalecimento da luta.<sup>181</sup>

Uma nota, desta publicação, rebate a argumentação do governador Álvaro Dias, que segundo a informação, havia afirmado que o dinheiro arrecadado do povo não pode servir para pagar quem não trabalha, se referindo aos professores paralisados. Um dos diretores da APP, afirma que o governador tinha conhecimento sobre o que é uma greve, e que sabia que greve não era sinônimo de férias ou descanso, ao contrário, a greve exigia maturidade e muito trabalho, diferente do que é realizado em sala de aula, mas, ainda trabalho. E ainda afirma que as aulas seriam repostas como sempre haviam sido. A questão apontada sobre a maturidade envolve a valorização do profissional atuante na greve. Este profissional tinha consciência e conhecimento da situação, e lutava pelo que acreditava, independente da imagem que tentava ser construída pelo governador, a APP manifesta a valorização do docente.<sup>182</sup>

E para encerrar a publicação semanal, ainda é apresentada uma nota novamente apontando os apoios recebidos pela associação dos professores, de entidades e lideranças que se posicionavam favoráveis a ação grevista dos docentes.<sup>183</sup>

A penúltima publicação analisada exhibe mais uma tentativa dos professores em abrir negociações com o governo, uma passeata envolvendo dez mil professores na cidade de Curitiba. Segundo a nota o governador ainda não havia dado uma resposta se receberia ou não os professores, mas, estes foram em passeata por diversos pontos da cidade até chegar ao centro cívico, onde fica o Palácio do Iguaçu. É ainda ressaltado “sem o pelotão de choque para recebê-los, os professores entraram desta vez triunfalmente” na praça do centro cívico.<sup>184</sup>

A nota enfatiza a contínua busca do movimento por serem ouvidos pelo governador, para que este se abra ao diálogo, negocie com os professores. O número expressivo de participantes apresenta um movimento fortalecido pelo episódio do 30 de agosto, e a notícia demonstra bem este dado.

<sup>181</sup> *Folha do Professor*, **Airton Cordeiro rotula: governador é um oportunista**. In: *Folha de Londrina*, 10 de setembro de 1988, p. 11.

<sup>182</sup> *Folha do Professor*, **Greve sinônimo de maturidade**. In: *Folha de Londrina*, 10 de setembro de 1988, p. 11.

<sup>183</sup> *Folha do Professor*, **Sociedade continua se solidarizando com APP**. In: *Folha de Londrina*, 10 de setembro de 1988, p. 11

<sup>184</sup> *Folha do Professor*, **10000 professores tentam mais uma vez negociar**. In: *Folha de Londrina*, 17 de setembro de 1988, p. 11.

Outro texto publicado reproduz uma carta à população do Paraná, assinada por deputados de partidos de oposição ao PMDB, que era o partido do governador. Nesta carta os deputados reprovam a atitude do governador, e descrevem o governo como “antidemocrático, contraditório com seu discurso antes da eleição, verdadeira mancha na história recente do Paraná”. Este manifesto serve de apoio para as ações do movimento, e demonstra o apoio dos deputados do Paraná, que com interesses envolvendo questões políticas se posicionam contra o governo, mas, o que interessa, neste caso, para a APP é o apoio que fundamenta e reforça a luta.<sup>185</sup>

Esta publicação traz, também, a reprodução de uma carta que foi enviada para a *Folha de Londrina*, revelando a indignação do leitor ao ver na televisão a tentativa de Álvaro Dias, “excessivamente maquiado, tanto no rosto quanto nas intenções embutidas em sua falácia”, de tentar “enlamear a digna classe do professorado”. A reprodução deste texto, descrevendo a indignação diante das ações do governador, exprime o apoio direto da sociedade, que se pronuncia, e se posiciona diante da situação, e que não estaria sendo convencida pelo discurso contra os professores.<sup>186</sup>

Esta publicação, em outra notícia, apresenta a contradição entre governador e secretário da Educação. Segundo informações o governo se dizia aberto ao diálogo, mas, o secretário afirmava que não haveria negociação enquanto houvesse greve. Neste embate a associação dos professores questiona “quem é que manda mais?”, demonstrando o conflito no aparelho administrativo, ou mesmo, o posicionamento do governante como aberto ao diálogo, apenas como medida para trazer uma imagem positiva para a população. A APP se apresenta como entidade que cobra, que busca a solução dos impasses, mas, que o impedimento para as negociações vêm do Governo.<sup>187</sup>

Desperta a atenção dois comunicados que aparecem nesta publicação, pedindo o auxílio em dinheiro dos professores para que a associação realizasse os pagamentos devidos, os gastos que eram próprios da associação, por conta do corte dos repasses que eram descontados diretamente do salário dos professores e repassado pelo governo. Além de solicitar este “auxílio espontâneo”

---

<sup>185</sup> *Folha do Professor, O Povo do Paraná*. In: *Folha de Londrina*, 17 de setembro de 1988, p. 11.

<sup>186</sup> *Folha do Professor, Artista Maquiado*. In: *Folha de Londrina*, 17 de setembro de 1988, p. 11.

<sup>187</sup> *Folha do Professor, Quem manda mais?*. In: *Folha de Londrina*, 17 de setembro de 1988, p. 11.

apresenta o novo valor da mensalidade e as contas em que deveriam ser depositados. Este dado evidencia as dificuldades financeiras que a associação enfrentava por conta da greve, e por conta da retaliação do governador.

A última publicação da *Folha do Professor*, analisada, foi escrita após o término do movimento, que foi encerrado em 20 de setembro de 1988, por decisão de uma assembleia dos professores. Esta reunião dos professores aconteceu na cidade de Maringá, e a maioria optou pelo retorno às atividades escolares. Além desta decisão de voltar às salas de aulas, os professores também fizeram algumas reivindicações que deveriam ser cumpridas pelo governo. Dentre estas, a revogação de toda e qualquer punição contra os grevistas, como demissões ou descontos salariais, e a abertura imediata às negociações sobre a reposição salarial.<sup>188</sup>

Esta nota não faz uma análise sobre o fim da greve, apenas descreve o que ficou decidido, mas, é perceptível que para os professores o movimento estava desgastado, enfraquecido, e muitos, como arrimos de família, precisavam de seus salários. E a postura do governador de não se abrir ao diálogo sem o retorno às aulas, também favoreceu esta tomada de decisão por parte dos docentes.

A publicação também apresenta dois ofícios que foram enviados pela APP para o secretário da Educação, comunicando as decisões feitas em assembleia pelos professores, mas, da mesma maneira, não trazem nenhuma análise da situação, apenas apresentam dados.

Um quadro, grande, contendo informações sobre todas as greves na área da Educação deflagradas pelo Brasil é apresentado, demonstrando que “o setor da Educação atravessa maus pedaços em todo o país”. O quadro mostra que a situação precária do sistema de ensino não é somente no Estado do Paraná. No espaço destinado à este Estado, o campo conquistado se encontra vazio, mas, à frente, consta uma observação que aponta a reabertura de negociações com o Governo.<sup>189</sup>

Destacam-se nesta *Folha do Professor*, duas manifestações de repúdio, a primeira contra uma diretora de uma escola de Arapongas, e sua ação

---

<sup>188</sup> *Folha do Professor*, **Decisões da Assembleia**. In: *Folha de Londrina*, 24 de setembro de 1988, p. 11.

<sup>189</sup> *Folha do Professor*, **Mapa de acompanhamento dos movimentos grevistas**. In: *Folha de Londrina*, 24 de setembro de 1988, p. 11.

que foi descrita como “repressiva, prepotente e covarde”, pois a diretora teria impedido que suas professoras participassem da greve, alegando que iriam “cuspir no prato que comeram”. O outro repúdio é destinado as professoras de uma escola também da mesma cidade, “pelo egoísmo e indiferença demonstrados ao movimento”, e ainda caracteriza a atitude das professoras de “incoerente, desonesta e vergonhosa”. E ainda nesta nota, demonstra, ao contrário, um “voto de louvor” a uma professora, que teria sido a única da escola a aderir “corajosamente” ao movimento.<sup>190</sup>

Estas manifestações comprovam que os que não participaram do movimento grevista não foram bem quistos pelos professores que aderiram à paralisação. Pois não estavam lutando pelo bem comum, o bem de todos os profissionais da Educação, como deveriam.

Desta forma, podemos perceber que a todo o momento as publicações tentam justificar a luta dos professores, mostrar que é um movimento de intenções claras e justas, que não é apenas salarial, mas, que envolve a melhoria da qualidade do ensino público, posto que, com melhores salários os professores não precisam aumentar sua carga horária de trabalho, tendo condições de desenvolver melhor as atividades de ensino.

Contradizendo o que era propagado pelo governo, a APP demonstrava que o movimento dos professores era forte, e que suas reivindicações eram justas, e principalmente, que o Estado tinha condições de conceder a reposição salarial pretendida pelos docentes. Este dado é ressaltado com a exposição dos gastos excessivos do governador com propagandas, tanto para mostrar suas benfeitorias enquanto governador, quanto para combalir o movimento, divulgando os salários dos professores, alegando que trabalhavam pouco.

A APP também fez bom uso das manifestações de apoio ao movimento, expondo-as, para que isto fortalecesse o movimento, demonstrando que não somente os professores acreditavam em sua luta, mas, outros setores da sociedade também confiavam que as reivindicações e o movimento eram legítimos.

Para concluir, é interessante atentar que as reportagens da *Folha do Professor* dialogam com as notícias que estavam sendo publicadas nos jornais e também com o que estava sendo propagado pelos meios televisivos. As

---

<sup>190</sup> *Folha do Professor*, **Repúdio I** e **Repúdio II**. In: *Folha de Londrina*, 24 de setembro de 1988, p. 11.

reportagens, entrevistas, notas, controvertiam a imagem dos professores e do movimento criada pelo Governo, e respondiam, de forma crítica a esta atitude, contra-argumentando o que estava sendo exposto e que feria a imagem do professor, enquanto profissional que estava lutando de forma pacífica, e que tinha objetivos justos e legítimos. Nas notícias publicadas a APP objetiva motivar os professores para a participação no movimento ou mesmo fortalecer aqueles que já estavam em greve. É perceptível também um direcionamento para o público em geral, não apenas os professores, mas os leitores daquele jornal, a fim de tornar visível o movimento e também mostrar uma argumentação favorável para a luta docente.

Ao analisar as diferentes fontes jornalísticas, *Folha de Londrina*, *O Estado do Paraná*, e as publicações da APP – *Folha do Professor*, é nítido o conflito de interesses envolvidos na divulgação das notícias sobre o movimento grevista dos professores. O primeiro jornal aparentemente visa manter uma imagem de neutralidade, de apoio às manifestações docentes, mas, deixa transparecer alguns dos argumentos expostos por Francisco Fonseca e abordados na discussão sobre a mídia e os movimentos sociais. Estas argumentações seriam típicas da imprensa para desarticular e deslegitimar as ações sociais organizadas.

Assim como este, o *Estado do Paraná* também apresenta esta argumentação, mas, de forma mais incisiva. Dentre estas afirmativas utilizadas que visam desarticular o movimento dos professores cabe ressaltar as informações que levam a sociedade a reconhecer o momento inoportuno da greve, devido a crise econômica na qual o país se encontrava; a afirmativa de que a ação do movimento atingia a ordem social e estava prejudicando os alunos; e ainda a questão da violência do movimento, atentatório à ordem, mas, que não conseguiu se solidificar.

A partir destas exposições os jornais objetivam influenciar a leitura da notícia pela sociedade, e filtrar a elaboração de representações sobre os fatos noticiados e seus sujeitos.

Da mesma forma a mídia é utilizada pelo movimento docente para fundamentar uma imagem sobre a ação dos professores, combater e desarticular as notícias que contradizem a luta e que a tornam injusta. Assim como ressaltado por Santos e Prudencio, a mídia está sendo utilizada pelos movimentos sociais para conseguir visibilidade, apresentar seus objetivos, conseguir o reconhecimento da

sociedade. Neste sentido, fazem uso da mídia para, também, filtrar e influenciar na criação de representações sobre o movimento e seus agentes.

#### **4 CAPÍTULO III: AS MEMÓRIAS DOS PROFESSORES SOBRE A GREVE DE 1988**

Como apresentado no primeiro capítulo deste estudo, a memória é passível de ser analisada como fonte para a construção do conhecimento histórico, possibilitando, mesmo em decorrência da sua característica subjetiva, compreender determinados fatos por meio das construções/reconstruções de lembranças pelos indivíduos ou grupos.

Este capítulo traz como objetivo analisar alguns depoimentos que foram colhidos, por meio da metodologia da História Oral, de professoras, a partir deste momento me refiro apenas a “professoras” pois somente mulheres foram entrevistadas, não foi uma escolha, mas, os homens procurados para a pesquisa não se dispuseram ou alegaram outros compromissos.

É importante ressaltar que os nomes das entrevistadas foram trocados por uma questão ética e para preservar a opinião de cada docente. Esta informação foi dada antes da entrevista, e a percepção é de que este fator deixou as professoras mais a vontade para expor suas lembranças e seus posicionamentos.

O tema que permeia esta pesquisa é um acontecimento específico da história dos docentes da rede estadual de Educação do Estado do Paraná. Analisamos uma greve que ocorreu no ano de 1988 (de agosto a setembro), e que teve como consequência um conflito envolvendo polícia e professores durante uma manifestação. Devido a este dado específico, a seleção dos professores a serem entrevistados teve como prerrogativa a atuação como docente, vinculado à rede pública estadual, no período da referida greve. Para obter uma perspectiva favorável de estudo buscamos professores da capital do Estado, Curitiba e adjacências, e também professores do norte do Estado, Londrina e região. Os percalços do processo também refletem a escolha, por não ser tão fácil o acesso aos professores de todas as localidades do Estado, e pela necessidade de estabelecer critérios.

Diante disto, selecionamos oito professores, sendo quatro da capital do Estado e outros quatro de Londrina e região. Destes oito professores apenas quatro continuam lecionando. Dois professores se aposentaram pouco antes da greve de 1988, mas, ainda participavam da APP, Associação dos Professores do Paraná, e atuaram naquele movimento. Outras duas professoras, já aposentadas,

ainda atuavam como docentes no ano de 1988. Das quatro professoras que continuam dando aulas, apenas uma está aposentada.

É interessante ressaltar que duas professoras, conforme citado anteriormente, já estavam aposentadas durante o movimento de 1988, mas, se encaixaram na proposta desta pesquisa porque atuavam no movimento, mesmo depois do afastamento da função. E atuam até o presente momento, pois fazem parte de um grupo denominado *Coletivo de Aposentados*, que está vinculado a APP sindicato. Este coletivo é formado por professores já aposentados mas que permanecem atuantes, continuam discutindo, debatendo as questões referentes à categoria. Esse grupo foi encontrado em Curitiba, e a seleção não foi proposital, mas, conseguimos o acesso aos membros mais antigos, haja vista que há uma diferença significativa do momento de referência aos dias atuais, são 23 anos.

A entrevista realizada com as oito professoras foi direcionada por um tema, no caso, a greve dos professores de 1988, e trouxe cinco eixos principais que serão analisados:

1. **O cotidiano da greve.** Neste item buscamos compreender a memória sobre a participação individual na greve e a percepção que cada um teve sobre os outros, sejam professores, pais, alunos, sociedade. Os sentimentos sobre a greve como um todo.

2. **Sobre o Governador Álvaro Dias.** A memória sobre este político, as representações que os professores construíram sobre ele. Os sentimentos diante da postura e ações deste governo.

3. **A volta ao trabalho.** Analisar como foi o retorno às atividades após não ter conquistado as reivindicações, como os professores relatam os seus sentimentos com este retorno e como perceberam a reação dos colegas de trabalho e dos alunos.

4. **Sobre a APP.** Entender a percepção dos professores sobre a atuação da entidade representativa dos professores durante a greve.

5. **Sobre a identidade.** Neste item desenvolvemos questões que buscam compreender como que os próprios professores entendem esta questão da identidade, e uma possível vinculação com o acontecimento. E também a percepção destes sobre os novos professores no que diz respeito a participação neste tipo de movimento.

Estes eixos direcionaram as entrevistas, e de forma direta, também influenciam na análise. Os eixos e as questões foram formulados após o estudo do momento específico e também das reportagens publicadas nos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, e geraram uma compreensão sobre o tema, ainda que delimitado por estas questões. A última categoria será analisada em um capítulo próprio, onde faremos uma discussão um pouco mais aprofundada sobre as questões respondidas sobre a identidade e também outros apontamentos para a construção de uma identidade docente que aparecem no decorrer dos depoimentos.

#### 4.1. OS PROFESSORES ESTADUAIS NA DÉCADA DE 1980

Para compreender a greve do professorado, durante toda a década de 1980, é preciso analisar o processo que culminou na proletarização deste profissional, pois, é interessante perceber que há um grande conflito que se impõe sobre a questão de a greve dos docentes ser justa ou injusta. Fora as questões que envolvem os ganhos, que para alguns já poderiam ser satisfatórios, outro ponto merece relevância, que trata da posição do professor enquanto educador, enquanto indivíduo que realiza sua atividade com devoção, vocação. Esta contradição, que aponta que o professor não deveria fazer greve por ser uma profissão diferente, exercida “por amor”, com dedicação aos alunos, traz um outro lado, que é o profissional assalariado que recebe seus vencimentos e passa a perceber que o padrão de vida está ficando inferior a outros tempos anteriores.

Tanto é que há uns trinta, quarenta anos atrás, um professor conseguia guardar um dinheirinho, comprar uma casa, conseguia guardar um dinheirinho e comprar uma chacinha, ia fazendo, aos pouquinhos, né. Hoje professor não pode mais fazer isso, não consegue, se quiser ele tem que financiar. E antes o professor até reservava isso, né, antes dos três[salários mínimos], lá no piso melhorzinho que nós tínhamos, né, e ai ele tirou.<sup>191</sup>  
(Professora Clara)

Este fragmento retirado da entrevista com uma das professoras demonstra de forma clara a percepção de uma deterioração nos salários dos professores. Isto vem ao encontro com o processo de proletarização desta

---

<sup>191</sup> Entrevista 5, p. 31.

categoria, conforme apontado por Ferreira Jr. e Bittar<sup>192</sup>. Segundo estes autores, este processo é decorrente dos efeitos da Ditadura Civil e Militar (1964-1985) sobre a educação brasileira. São apontados dois aspectos principais que determinaram esta mudança significativa na categoria dos professores públicos estaduais: “a) o seu crescimento numérico; b) o arrocho salarial a que foi submetida durante toda a vigência da ditadura.”<sup>193</sup>

As políticas públicas deste período autoritário objetivavam a modernização do país, que ansiava por mão de obra qualificada, o que produziu uma preocupação em ampliar o acesso à educação, ainda que ao custo de uma desqualificação deste ensino. Neste sentido houve uma preocupação, também, com os profissionais do ensino, ou seja, os professores. Se o acesso ao ensino estava sendo ampliado era necessário haver mais professores. Com esta preocupação foram criados cursos de graduação com carga horária menor, que poderia ser realizada em um espaço de tempo mais curto, as chamadas licenciaturas curtas<sup>194</sup>. Esta formação era mais generalista e rápida, subtraindo à categoria o status, antes agregado, de categoria intelectual, “as licenciaturas instituídas pela reforma universitária do regime militar operaram um processo aligeirado de formação com graves consequências culturais”<sup>195</sup>. E também, ao ampliar o acesso a esta profissão, retirou a característica de categoria profissional pequena e também a sua origem social, que provinha das camadas médias e da elite. Em decorrência desta origem, esta categoria não estava habituada a organizações sindicais. As associações de professores, segundo Ferreira Jr. e Bittar, eram, basicamente, organizadas com intuítos recreativos.

As mudanças estruturais na educação nacional, nas décadas de 1960 e 1970, proporcionaram uma nova configuração para a categoria de professores públicos do que hoje chamamos Educação Básica. A distinção entre a formação do professor primário e secundário deixava de existir com a possibilidade de acesso a formação em cursos superiores também para o professor de 1º grau. Isto, juntamente com a ampliação do quadro profissional, de acordo com Ferreira Jr. e Bittar, fez com que os professores públicos se constituíssem em categoria

---

<sup>192</sup> FERREIRA JR., Amarílio & BITTAR, Marisa. **A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

<sup>193</sup> Idem, p. 1161.

<sup>194</sup> A partir da lei 5.692/71, de 1971, as licenciaturas curtas surgiram no país, para atender a demanda de professores.

<sup>195</sup> FERREIRA JR. & BITTAR. Op. Cit., p. 1162.

profissional consolidada entre o final da década de 1970 e início da de 1980, “perfazendo um contingente numérico superior a um milhão de membros”<sup>196</sup>.

No entanto, este processo que parece ser “democrático” de acesso à profissão, gerou “uma categoria muito pouco assemelhada à anterior e submetida a condições de vida e de trabalho bastante diversas”<sup>197</sup>. Tanto a ampliação do quadro de professores, gerado à custa de uma formação acelerada, como o arrocho salarial danificou as condições de vida dos professores, e também as condições de trabalho. Estes seriam os motivos para as greves que decorreram entre as décadas de 1970 e 1980:

[...] O processo de sua proletarização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979.<sup>198</sup>

A ampliação de vagas na educação básica, sua abertura a um público maior, a obrigatoriedade do ensino de 8 anos, são favoráveis do ponto de vista de acesso à Educação formal, mas, tudo isto se construiu em bases fracas, pois não houve um crescimento qualitativo, e desta forma o campo de trabalho do professor também sofreu alteração, bem como sua rotina e tarefas. Combinado a desvalorização dos salários, a categoria encontrou nas greves o instrumento de luta para manter uma posição social favorável. Este processo de proletarização ocasionou uma perda de status social, pois “desmistificou as atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais”.<sup>199</sup> Segundo Ferreira Jr. e Bittar:

A partir desse momento, teve início a construção da nova identidade social do professorado do ensino básico, ou seja, a de um profissional da educação submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, as condições que associariam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores.<sup>200</sup>

---

<sup>196</sup> Idem, p. 1165.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> FERREIRA JR. & BITTAR. Op. Cit., p. 1166.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> FERREIRA JR. & BITTAR. Op. Cit., p. 1167.

Esta nova identidade social, de categoria profissional assemelhada aos outros trabalhadores, fundamentou, então, as lutas, as greves posteriores. Os professores passam, da mesma maneira que os demais profissionais, a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e renda, por meio da greve. De acordo com Ferreira Jr.<sup>201</sup>:

Para fazer frente ao processo de proletarização a que estavam submetidas no âmbito das relações capitalistas de produção, essas novas categorias profissionais das classes médias incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos.

Segundo este autor o movimento dos professores foi influenciado politicamente pelas tendências de esquerda, que teriam sobrevivido ao AI-5 (1968). Esta nova categoria social, decorrente das transformações geradas pelas reformas educacionais instituídas durante o período da Ditadura Civil e Militar, foi capaz de grandes mobilizações em defesa de melhores condições de vida e trabalho. É interessante perceber que a categoria que se formou no seio deste processo se tornou desfavorável ao próprio sistema que a produziu. A categoria formada em meio às reformas que possibilitaram a ampliação do quadro profissional é a mesma que se torna contrária a forma como o Educação formal é encaminhada, e ao lugar ao que o professor é destinado, como proletário, assemelhado aos trabalhadores do sistema fabril.

Para se opor a este processo de proletarização é que os professores de 1º e 2º graus, hoje Ensino Fundamental e Médio, passam a se organizar em sindicatos para defender seus interesses mais imediatos. Com um grande contingente de pessoas, a categoria dos professores, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 foram responsáveis por massivas manifestações organizadas, de cunho reivindicatório. E Ferreira Jr. aponta o que desencadeou isto:

[...] a luta sindical dos professores estaduais, organizada através do movimento de professores, só se constituiu num fenômeno da realidade sócio-econômica da sociedade brasileira após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção durante as décadas de 1960 e 1970. E por consequência do próprio crescimento orgânico – de forma extremamente complexa e diversificada – das classes médias na estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> FERREIRA JR., Amarílio. Movimentos de professores e organizações de esquerda na Ditadura Militar. In: **Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil**. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. p. 3.

<sup>202</sup> Idem, p. 4.

As greves que se desencadearam após todo este processo, ou seja, ao final da década de 1970 e na década de 1980, são consequências da própria transformação que a categoria passou durante o período anterior. A nova configuração dos professores de 1º e 2º graus possibilitou uma alteração na estrutura de classes da sociedade brasileira, principalmente da classe média. As associações que antes tinham objetivos apenas recreativos se tornaram associações de luta e reivindicação de direitos para os trabalhadores da educação.

Sobre estas associações, Eliane Lourenço<sup>203</sup>, analisa as greves dos professores do Estado de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, e aponta divergências entre as associações anteriormente criadas e as novas unidades associativas que tinham como objetivo a mobilização por melhores condições de trabalho e vida. A APEOESP, Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fundada em 1945, foi alvo desta mudança, pois a partir da greve de 1978, por meio da mobilização dos professores, houve alteração na diretoria, que passou a representar de forma direta o interesse dos professores no que diz respeito ao trabalho e aos salários.

É possível perceber uma grande mudança na categoria docente nas referidas décadas, não sem contradições, conflitos e resistências. Com o exemplo apresentado por Lourenço entendemos as divergências dentro da própria classe, pois um determinado grupo que estava na diretoria da associação não condizia com os novos interesses da categoria, e a partir de uma greve esta diretoria ganhou uma nova composição, de acordo com os interesses próprios do período, como as reivindicações de aumento salarial, melhores condições de trabalho. Mas, isto não significa total apoio, ou total aval da categoria, é importante atentar que mesmo dentro do movimento de professores, que se destaca nestas décadas de 1970 e 1980, houve dissidências.

Ana Maria do Vale afirma que “o fato é que as mudanças que levaram o professorado a um elevado nível de organização e politização têm a ver com um indubitável fortalecimento e ampliação do movimento sindical no Brasil”<sup>204</sup>.

---

<sup>203</sup> LOURENÇO, Eliane. Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. In: **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, Julho de 2011.

<sup>204</sup> VALE, Ana Maria. Sindicalismo docente nas décadas de 80 e 90: novas e renovadas formas de participação política. In: **Anais** do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Novembro de 2002: Natal-RN, p. 1. Acesso em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0220.pdf> - 24/01/2012 às 11:30 h.

De acordo com Vale, o desenvolvimento do sindicalismo e sua expansão nos setores urbanos e rurais no Brasil favoreceram esta mudança. A diversificação deste sindicalismo incorporou outros setores da classe média urbana como os professores, e outros profissionais liberais como médicos, jornalistas.

É importante destacar que todos estes fatores contribuíram para a mobilização dos professores, para uma diferenciação da categoria em relação as décadas anteriores. Temos as reformas no ensino durante a Ditadura Civil e Militar, que proporcionaram um aumento significativo da categoria, por conta da demanda, e da formação mais rápida, e disto decorrem também as transformações dentro da categoria, a inserção de novos professores, com perfil diferente daquela elite anterior. E também, esta nova configuração, que por decorrência desta ampliação em números de trabalhadores e de alunos atendidos, passam a ter uma diminuição da renda, em decorrência da crise econômica, visto que a ampliação do funcionalismo público não foi compensada pela arrecadação de impostos, o que implicou na desvalorização dos salários e “provocou um processo de declínio social e de perda de status do próprio funcionalismo”<sup>205</sup>. Tudo isto aliado à um descontentamento com a política em vigor fez com que os posicionamentos se direcionassem para as propostas políticas da esquerda, o que motivou o aumento do sindicalismo no Brasil, não somente por parte dos professores, mas de vários outros setores do funcionalismo público.

O panorama de greves atingia todo o país na década de 1980, não somente a categoria dos professores, mas, também de outros setores do funcionalismo público como Caixa Econômica Federal, Correios, Eletrosul, setores da saúde, dentre outros. A crise econômica não afetava apenas os professores, mas o funcionalismo público e privado no geral. Mas cabe ressaltar as mudanças que esta categoria social sofreu, e que a consequência destas mudanças culminaram em uma maior politização, sob influência dos setores de esquerda, e também na inserção desta categoria em greves, como as que ocorriam com os operários das fábricas. Há uma significativa mudança na atuação destes professores, decorrência da sua nova composição e das situações a que foram submetidos, sem desmerecer o crédito à crise econômica que vivenciaram durante este período, pois as greves evidenciam as precárias condições salariais.

---

<sup>205</sup> Idem, p. 2/3.

## 4.2. A QUESTÃO SALARIAL

A partir desta discussão sobre a situação dos professores na década de 1980, é possível traçar um comparativo com os depoimentos colhidos entre os professores. A questão salarial surge como categoria na análise destes textos que foram produzidos a partir da transcrição das entrevistas com os docentes. Mesmo entre as questões que não dizem respeito ao salário de forma direta, há uma constante referência a este fator.

O salário aparece nas falas para justificar a motivação da greve, mostrando as dificuldades enfrentadas pelos professores. Há uma necessidade em reforçar que não havia realmente condição de aceitar os salários como se encontravam naquele momento, por isso se fazia a greve. E, também, o salário aparece como justificativa para a não participação na greve, pois a sua ausência proveniente dos cortes ocasionados pela situação de não realizar o trabalho, causaria transtornos.

Mas, além destas aparições da questão salarial nos depoimentos, é relevante também a sua ausência em três destes, justamente na fala de três professoras aposentadas, destas, duas já aposentadas no período da greve, e outra aposentada há 15 anos. Para aquelas, havia pouco tempo de aposentadoria, mas, eram professoras atuantes no movimento, o que acontece ainda atualmente. Não há a referência aos salários, apenas à luta do movimento. Na entrevista 4 a menção é sutil e acompanhada de uma preocupação também com o ensino: “A minha participação, você veja, eu já estava aposentada, mas como eu sempre participei de todos os nossos movimentos sociais aí para melhorar a categoria, tanto pedagogicamente como financeiramente, participando de todos os movimentos.”<sup>206</sup> Pela descrição, a preocupação está na participação no movimento, na luta da categoria, o salário não é o fator principal desta atuação e aparece junto com a preocupação pedagógica.

Quando questionadas sobre a ação dos professores diante dos cortes salariais as respostas se referem apenas a ajuda mútua entre os professores, a solidariedade, que será abordada posteriormente. E, também, quando indagamos sobre as propagandas veiculadas pelo governo que afirmavam que o professor

---

<sup>206</sup> Entrevista 4.

recebia salário justo pelo número de horas trabalhadas, as respostas ficaram retidas nos sentimentos presentes naquele momento e comentários sobre as ações do governador.

Por que a questão dos salários não aparece em primeiro plano nos depoimentos dessas professoras aposentadas na época ou que já está aposentada há algum tempo? Por que a questão salarial é recorrente nas outras entrevistas? Uma possível resposta talvez fosse o fato de que as outras professoras entrevistadas ainda trabalham e o salário é uma preocupação atual, pois faz parte do cotidiano do trabalhador, a troca diária da força de trabalho por um rendimento ao final do mês. E, também, porque na memória daquelas professoras aposentadas o que realmente fazia sentido era o movimento, a luta, que tinha por finalidade o salário, mas isto ficaria em segundo plano em relação ao ideal de luta.

As duas professoras aposentadas, Rute e Silvia, no período da greve que não mencionam a questão salarial demonstram que com o passar dos anos o que permaneceu na memória foram as vivências daqueles momentos de greve, apontando um significado para aquela participação, não somente pela questão salarial, mas, por fazer parte daquela categoria, sentir a necessidade de contribuir de alguma forma com aqueles professores que ainda atuavam em sala de aula. Mesmo aposentadas a luta ainda as pertencia, e os objetivos naquele momento não eram salariais. Esta questão será um pouco mais trabalhada no próximo capítulo, ao nos referirmos à questão identitária do professor.

A professora Márcia, que se aposentou posteriormente, também mostra que, na memória, o registro aponta para o movimento dos professores como mais importante em relação às atividades docentes, talvez devido ao distanciamento do hoje com o período de atuação em sala de aula. Outro fator relevante para a análise desta postura destas três professoras pode ser a experiência de movimento social durante o período da Ditadura Civil e Militar no Brasil (1964-1985), pois participaram daquele período, atuaram como professoras na época, e vivenciaram as transformações do ensino daí decorrentes. Talvez por terem experienciado este tempo, a preocupação com o movimento em si parece ser mais relevante que outras questões, como na busca da democracia, almejavam a libertação da categoria das amarras impostas pelo governo do Estado.

Ao abordar a questão salarial os demais depoimentos reforçam a ideia de desvalorização desta categoria profissional e também as poucas ações

direcionadas para a qualidade do ensino por parte dos governos. “Que professor jamais, nunca, nunca ganhou bem, mesmo até quando a gente ganhava sobre o piso 3.6, e que ele abaixou para 1.8, 50% ele tirou nosso piso salarial, foi uma queda muito grande.”<sup>207</sup> Este trecho mostra a consciência da professora Clara quanto à diminuição dos salários, a queda brusca do valor recebido pelos trabalhos.

A professora Márcia, ao abordar sobre o contato com os pais durante a greve, se refere ao apoio recebido no período, e sobre a visão dos salários dos professores:

Conversei com alguns da minha escola, pais dos meus alunos eram favoráveis. Eles sempre diziam que os professores ganhavam pouco, e que tinha que melhorar também a qualidade do ensino e do salário dos professores. E para melhorar a qualidade tinha que melhorar os salários, assim eles falavam, os pais. Foi tranquilo.<sup>208</sup>

Esta fala denota que alguns pais, que tiveram contato com esta professora, eram favoráveis à greve, e também concordavam que o salário dos professores era baixo, e que a qualidade da educação estava intimamente ligada à remuneração paga aos docentes. Ou seja, para ter melhoria no ensino era necessário reconhecer o trabalho do professor e remunerá-lo de forma satisfatória. O salário aparece aqui como motivação para o desempenho das funções, o professor melhor remunerado realizaria melhor o trabalho.

Em relação ao posicionamento dos pais quanto aos salários dos professores, a professora Vilma demonstra o espanto ao saber quanto um professor recebia, segundo ela, os pais estavam revoltados com a greve, queriam que esta terminasse o quanto antes. Em comum acordo, os professores da escola em que trabalhava no período resolveram fazer uma reunião com os pais e mostrar o quanto realmente ganhavam pelo trabalho desenvolvido em sala de aula:

Nós colocamos os holerites em exposição para eles verem. Teve um pai que não acreditou, “Não, a senhora está roubando um holerite de uma empregada” – “Que é isso, senhor acha, eu não tenho empregada, senhor acha que eu tenho condições de ter uma empregada?” – “Senhora não tem uma diarista?” – “Diarista, uma vez por semana para passar roupa, e isso eu não tenho filho ainda”. Ah, mas eles caíram por terra.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> Entrevista 5, p. 32

<sup>208</sup> Entrevista 3, p. 15.

<sup>209</sup> Entrevista 8, p. 58.

O ato de colocar em exposição a comprovação efetiva dos seus salários, os holerites, foi um estratégia dos professores para tentar obter o apoio dos pais, demonstrar que o governo estaria repassando informações erradas sobre os vencimentos dos docentes, conforme vimos nas notícias dos jornais, no capítulo anterior. A referência ao salário de uma pessoa que faz serviços domésticos é um reforço à afirmativa de que os salários eram baixos, pois podiam ser comparados ao de pessoas sem o nível de instrução que os professores possuíam. Os professores não estariam recebendo pela sua formação, nem mesmo pelo trabalho desenvolvido, a sua função estava comparada às funções domésticas, que não necessitam de formação acadêmica para serem realizadas.

Outro ponto relevante na fala da professora Vilma é que, com este salário, ela não tinha condições de ter uma funcionária para realizar os serviços domésticos de sua casa, e o espanto do pai pode denotar que ele sim, tinha essa condição. E ainda faz uma ressalva, mostrando que tinha uma pessoa que fazia o serviço de passar as roupas, uma vez por semana, mas, isso acontecia porque ainda não tinha filhos, pois se os tivesse, naquele momento, talvez não fosse possível nem ter a diarista, por conta dos gastos que seriam maiores.

E, por fim, a referência ao posicionamento dos pais “Ah, mas eles caíram por terra”, ou seja, tinham uma convicção e ao ver a realidade enfrentada pelos professores não mais conseguiram afirmá-la. Não tinha alternativa a não ser apoiar o movimento, fato que, segundo a professora Vilma, aconteceu após a reunião. Mas, segundo ela, “não eram todos, certo, porque é assim, quando você faz uma reunião na escola a gente não tem apoio, nem a aderência de todos, não é todo mundo que vem, e naquela época não era diferente de como é hoje”<sup>210</sup>. Ou seja, os pais que participaram da reunião passaram a apoiar os professores por conta do conhecimento sobre os salários, mostrando que era justa a reivindicação, mas, ainda permaneceram vários pais sem esta informação, o que ainda os faria contrários ao movimento. Desta forma, mostrar os salários era demonstrar como a greve era legítima, como os professores estavam certos em suas reivindicações.

Fica nítido nestas exposições que o salário era importante para o professor, conforme salientou a professora Cássia em sua entrevista: “quem que não depende do salário? Todo mundo dependia do salário”<sup>211</sup>. Esta afirmativa

---

<sup>210</sup> Entrevista 8, p. 59.

<sup>211</sup> Entrevista 7, p. 49.

corroborar para mostrar que os estudos Ferreira Jr e Bittar condizem com a realidade dos professores da década de 1980, o processo de proletarização está concretizado nesta necessidade do retorno financeiro da atividade desenvolvida e também da associação em sindicatos para defender os interesses da categoria. Assim como a grande maioria no país, os professores precisavam dos salários e passaram a se organizar em vários movimentos para garantir a melhoria salarial.

Mas, o que transparece, principalmente em uma das entrevistas, é que o salário ainda é um tema espinhoso para os professores, pois está na contradição entre o que seria o ideal de professor, aquele que trabalha com amor e por vocação, e a simples realização da atividade como um operário que deve cumprir a função para receber os proventos.

Segundo a professora Sara, “eu acho assim, que a gente tinha que lutar, mais do que pelo salário, que as greves geralmente são mais por salário, seria para a qualidade, seria professor mudar essa visão, tipo, pensar só salário, salário, salário, e começar a ver o aluno em si<sup>212</sup>”. De acordo com esta professora, a busca por aumentos salariais denigre a função do docente, que estaria além do pagamento ao final do mês, seria a preocupação com a formação do aluno, conforme ela afirma mais adiante, e não apenas uma formação com os conteúdos científicos, mas, uma formação que dê condições deste aluno pensar a sociedade, a sua realidade de forma crítica.

Assim, é possível identificar que o tema salário é bastante complexo em se tratando das ações docentes, pois ao mesmo tempo em que é algo imprescindível para a realização da atividade profissional, pode também ser entendido como motivo de desqualificação do profissional.

O processo histórico no qual a prática docente foi inserida decorrente das mudanças no sistema educacional brasileiro a partir da década de 1970 trouxe consequências para a atividade desenvolvida atualmente. E este fato é nítido quando enfocamos a década de 1980, pois ao mesmo tempo em que transformou o quadro dos docentes, antes advindos de uma elite e com status de profissão liberal e com remuneração satisfatória, aumentando este quadro e recrutando profissionais de classes mais baixas dentro da divisão social ora estabelecida, reduziu de forma drástica os salários, e aumentou as atividades a

---

<sup>212</sup> Entrevista 6, p. 40.

serem desenvolvidas, pois um novo cenário se construiu também em relação aos alunos, que passaram a superlotar as salas de aulas, devido à abertura do ensino para as classes mais populares. Desta maneira, é possível compreender a constante contradição no que se refere aos salários, posto que ao mesmo tempo em que a categoria busca naquele passado áureo da profissão o status que a função determinava, de educador por vocação, não por necessidade financeira, luta por uma garantia de qualidade de vida, que está diretamente ligada à melhoria salarial.

#### 4.3. O COTIDIANO DA GREVE

O cotidiano da greve foi uma das categorias escolhidas para elaborar as questões da entrevista realizada com professores. Nesse item questionamos como se deu a participação no movimento de 1988, como eram os relacionamentos com os outros professores e com o diretor da escola, e também com os pais dos alunos, foram questionados também sobre a participação da APP na escola durante o movimento, onde e como aconteciam as reuniões para discutir o movimento e como eram estas discussões.

Foram questionados também sobre como lidaram com os cortes salariais no transcorrer da greve, como cada um percebeu a adesão dos professores ao movimento, como se deu a participação efetiva dos professores em suas cidades especificamente. E também, faz parte desta categoria alguns acontecimentos específicos da greve de 1988, como os boicotes sofridos pelos professores quando ficaram acampados no prédio da Assembleia Legislativa do Estado e também sobre as informações sobre todos os acontecimentos e principalmente sobre o dia do confronto com a cavalaria da polícia militar.

Na construção das questões para esta categoria de análise o objetivo é entender como ocorreu a participação de cada professor entrevistado na greve e como cada um percebeu o movimento, o que ficou mais presente na memória destes docentes sobre o dia a dia da greve, como se relacionavam com os acontecimentos e com os outros sujeitos sociais envolvidos no processo.

Sobre a participação no movimento grevista de 1988 é interessante demonstrar as diferenças entre os professores do Estado do Paraná, entrevistados durante a pesquisa. Ressaltamos que estas características não foram levadas em consideração para a escolha dos entrevistados, mas, é parte dos questionamentos

ocorridos durante as entrevistas, por isso a diferença entre a quantidade de docentes em cada uma das divisões. Das oito professoras entrevistadas, temos a seguinte tabela:

| <b>QPM</b>                       | <b>QPM em Estágio<br/>Probatório</b> | <b>CLT</b> | <b>Aposentado</b> |
|----------------------------------|--------------------------------------|------------|-------------------|
| Sara<br>Clara<br>Marcia<br>Alice | Vilma                                | Cássia     | Rute<br>Silvia    |

Esta diferenciação dos professores é importante para entender a participação de cada um na greve, pois a diferente posição ocupada influenciou diretamente na atuação destas professoras. A sigla QPM designa o docente que prestou concurso público e é efetivo funcionário do Estado, parte integrante do Quadro Próprio do Magistério. Durante os primeiros três anos após ser admitido por meio do concurso público o professor deve passar pelo chamado Estágio Probatório, um tempo em que o docente é avaliado em sua função, e relatórios são enviados pela direção da escola para verificar se este profissional pode ser efetivado ao final dos três anos.

O professor contratado pelo regime CLT era aquele que tinha sua função regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, não era efetivo do Estado, sob o risco seu contrato encerrado a qualquer momento. E os professores aposentados são aqueles que já exerceram sua atividade dentro dos 25 anos previstos na lei ou mais e decidiram se ausentar do trabalho escolar. Em específico, estas duas professoras entrevistadas, como apontado anteriormente, estavam aposentadas recentemente na época da greve de 1988 e participaram de forma efetiva do movimento, e ainda hoje atuam no chamado *Coletivo de Aposentados* da APP.

É relevante levar em consideração a situação de cada professor na época da greve, pois a sua condição determinou de forma direta a participação no movimento. Por exemplo, a professora Cássia (CLT), iniciou o movimento participando da greve, mas, devido às ameaças de demissões dos professores CLT, veiculadas pelos meios de comunicação, vindas do governador do Estado, retornou

para a escola antes do fim da greve. A professora Vilma, afirmou na entrevista que teve que participar do movimento, pois a diretora fechou e lacrou a escola para que ninguém entrasse, mostrando que se fosse possível não teria aderido ao movimento. A estratégia, neste caso, para os professores em estágio probatório como ela era ficar sempre próximo à diretora. Eles se encontravam sempre na sede da APP para assinar o ponto, ou seja, não davam aulas, mas, registravam a presença para evitar represálias por parte do governo. Isto mostra que as estatísticas do governo nem sempre condizia com a realidade, posto que havia diferentes formas de burlar as informações que chegavam à Secretaria de Educação.

Mas, a forma de vínculo com o Estado não é o único fator determinante da participação destes professores, pois, pela lógica poderíamos inferir que o professor QPM poderia participar de forma mais tranquila da greve, por já estar efetivado e com garantias devido à função pública exercida. Mas, outros fatores interferiam também nesta questão, como por exemplo, para a professora Sara, o que motivou a não participação no movimento foi o medo: “E pra mim é muito difícil porque ficava aquela questão assim da categoria, querer lutar junto com a categoria, ao mesmo tempo o medo, sabe, de represália, medo do que poderia vir a acontecer, de faltar alguma coisa na minha casa, para os meus filhos”<sup>213</sup>. O receio de vir a faltar algo para os filhos por conta dos cortes salariais é também devido ao fato da professora Sara ter ficado viúva pouco tempo antes do início da greve, ou seja, a atividade docente era a única fonte de renda da família, e isto a impedia de participar de forma efetiva do movimento, mesmo tendo o anseio de lutar junto com a categoria.

Mesmo a professora Cássia que iniciou o movimento e depois retornou para a escola também apresenta o sentimento de pesar por não participar na greve, participando junto com os outros professores, devido a sua situação específica, que era o contrato pela CLT, e, segundo ela a ameaça ia além da demissão naquele ano, o professor não poderia assumir aulas no ano seguinte também, o que pesaria muito para aquele que tem o propósito da carreira docente.

Para a professora Vilma, que participou do movimento, mas, assinava o registro de frequência por medo de algum prejuízo por estar no estágio probatório, o sentimento maior está em não ter estado em Curitiba durante as

---

<sup>213</sup> Entrevista 6, p. 38.

manifestações, tanto da ocupação da Assembleia Legislativa como da passeata que culminou no conflito com os policiais no dia 30 de agosto. Como ela apresentou na entrevista, “em 88 meu noivo não deixou eu ir até Curitiba para participar, porque ele falou que eu estava muito recente, assumindo padrão. E ele era apavorado com questão de greve por causa de uma greve que ele foi mandado embora do banco.”<sup>214</sup> Então, os fatores que a influenciaram foram tanto a sua vinculação ao Estado como o posicionamento do noivo diante da situação.

As professoras Marcia, Clara e Alice participaram de todo o movimento, foram às passeatas e manifestações. Márcia e Alice residiam em Curitiba, por isso a participação ocorreu nesta cidade, e Clara era de Apucarana, e participou em sua cidade e também em Londrina, cidade sede do núcleo regional a que sua cidade pertencia. As três estavam vinculadas ao movimento, mas, sem nenhuma função de liderança.

As professoras Silvia e Rute, aposentadas já no período da greve, descrevem a sua participação:

A minha participação, você veja, eu já estava aposentada, mas, como eu sempre participei de todos os nossos movimentos sociais aí para melhorar a categoria, tanto pedagogicamente como financeiramente, participando de todos os movimentos. [...] Mas participando sempre, e continuo, continuo até hoje.<sup>215</sup> (Professora Silvia)

Naquela época, eu já estava aposentada, e como eu estava com problema em casa, neste dia eu não fui [30 de agosto]. Mas, eu sou militante da APP antes de ser sindicato, era só APP, Associação dos Professores do Paraná. Mas nesse dia eu não fui, eu fui depois, ou antes, ali, levava almoço, sopa, café, essas coisas eu levava, sabe.<sup>216</sup> (Professora Rute)

Mesmo já aposentadas estas duas professoras participavam do movimento, e é interessante perceber que cada uma tinha uma função para auxiliar os professores que estavam em greve. A professora Rute descreve que não estava na manifestação do dia 30 de agosto, mas, estava antes e depois, levando alimentação para os professores que atuavam do movimento, principalmente aos que vinham das cidades do interior do Estado, pois a situação era mais fácil para os que residiam em Curitiba, na questão da alimentação, hospedagem, higiene, dentre outros.

---

<sup>214</sup> Entrevista 8, p. 55.

<sup>215</sup> Entrevista 4, p. 21.

<sup>216</sup> Entrevista 2, p. 9.

Já a professora Silvia descreve uma função característica de liderança da APP, “no momento do incidente da cavalaria lá nos professores, eu estava na escola, aliás, na igreja, no salão paroquial da Igreja Paulo Apóstolo, reunida com os professores do Colégio Estadual Pio Lanteri, para que eles participassem, não fossem para sala de aula.”<sup>217</sup> Ou seja, esta professora não estava na manifestação porque fazia um trabalho de convencimento dos professores que porventura estivessem desistindo do movimento. Este tipo de trabalho é característico daqueles que se sobressaem ao grupo, aqueles que possuem uma facilidade de oratória, são experientes com a situação da greve, e estão vinculados à liderança do movimento. Então, mesmo aposentada, Silvia atuava de forma direta no movimento, motivando os professores para a greve, demonstrando a importância da adesão para o fortalecimento do grupo.

Diante disto, percebemos que há formas diferentes de participação no movimento grevista, e situações diferentes que influem na adesão ou não do professor à greve.

#### 4.3.1. As Relações Com os Outros Professores e Com a Direção da Escola:

A questão formulada foi *Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de ideias?* E o objetivo é compreender a relação entre os professores no período da greve, se havia conflito entre os diferentes posicionamentos diante da situação.

A partir das respostas concedidas pelas professoras entrevistadas é possível perceber que existiam alguns desentendimentos entre os professores, mas, não eram muitos, o conflito consistia na aceitação ou não aceitação da greve, da tentativa de convencer os colegas a participarem do movimento. E a exposição deixa transparecer que o debate não estaria na pertinência ou não do movimento, as professoras alegam que há a percepção da necessidade de se fazer greve, mas, a não adesão é justificada pelo receio das represálias que poderia decorrer da atuação grevista. A palavra medo aparece em várias falas, como justificativa da não participação, da não adesão. Mas, trataremos deste ponto específico mais adiante.

---

<sup>217</sup> Entrevista 4, p. 21.

Os professores, ah..., a minha escola era muito pequena. Os professores de quinta à oitava [séries – atuais 6º ao 9º ano], eram professores que tinham uma aceitação muito boa em relação ao movimento, à luta. Os professores de primeira à quarta [séries – Fundamental I], eles relutavam bastante eles tinham muito medo, eles eram de uma época em que [pausa] eles tinham muita pressão de direções anteriores, a direção da época não, não nos deu problema, mas, então eles tinham dificuldades assim de aceitação, nem todos aceitaram a greve.<sup>218</sup>

A fala da professora Alice aponta para uma divisão da categoria, os professores de quinta a oitava séries estavam mais abertos à participação no movimento, enquanto que os professores das séries iniciais não aderiram ao movimento. Este ponto se refere a um conflito, que é justificado por ações de direções anteriores que haviam agido com pressão sobre os professores destas séries iniciais. Deste fato se entende que estes professores não aceitavam o movimento, ou seja, preferiam continuar seus trabalhos. Mas esta situação não condiz com todas as escolas estaduais, pois, algumas não possuíam as turmas de primeira à quarta séries, somente o fundamental II e o Ensino Médio. É importante ressaltar que a formação dos professores que atuavam nestes níveis de ensino era diferenciada. A exigência para o ensino primário era apenas a formação no magistério, o antigo 2º Grau, já para as outras séries o professor deveria possuir graduação na área de atuação.

As demais respostas, neste sentido, apresentam a divisão entre os que aceitavam e os que não aceitavam a greve, em alguns casos não ocorreram conflitos por conta desta diferenciação: “Havia sim, mas muito pouco. [...] Na escola onde eu trabalhava não [havia discordância de ideias]”<sup>219</sup>. E também, a busca pelo consenso: “não, assim, sempre um fala, outro fala, então ia corrigindo, e a gente acatava as ideias daquela pessoa mais dinâmica, e a gente apoiava, lógico, partindo do princípio de favorecer nossa paralisação”<sup>220</sup>.

Nos dois trechos colocados acima podemos perceber que havia escolas em que não aconteciam estas discordâncias de ideias, mas, havia o reconhecimento de que isso acontecia, e também, a procura por uma harmonização em favor do movimento, tendo como apoio a figura da liderança, como expresso pela professora Clara que “acatava as ideias daquela pessoa mais dinâmica”.

---

<sup>218</sup> Entrevista 1, p. 1.

<sup>219</sup> Entrevista 3, p. 15.

<sup>220</sup> Entrevista 5, p. 28.

Pelo relato da professora Cássia é possível inferir que havia uma compreensão da situação em que se encontravam os professores:

Não. Inclusive, em outras greves que eu também era CLT, no tempo do José Richa, as vezes dependendo do colégio havia assim, “ah, por que CLT não quer participar da greve, não?”. Mas, lá no colégio que eu trabalhava nessa época, não. Todos compreendiam a nossa situação, principalmente os professores QPM, compreendiam. E foi muito tranquilo assim, nesse ponto.<sup>221</sup>

Nesta fala a professora Cássia afirma que durante o movimento de 1988 não houve conflitos, mas, que estes já haviam acontecido em greves anteriores em que a sua situação era a mesma, contrato de trabalho pela CLT. Neste movimento, porém, todos os professores que trabalhavam com ela compreenderam o seu retorno ao trabalho, e o relacionamento entre os professores permaneceu de forma tranquila, sem conflitos por não estarem participando da greve.

Para a professora Sara, no entanto, a postura dos outros professores foi diferente, segundo ela:

Havia, na época eu era muito mais nova, me importava muito com o que os outros pensavam, mas o que eu sentia era mais forte. E você passar pelo crivo de, das pessoas ficarem te julgando, te apontando. Tinha professor que chegava no ponto de não conversar por um tempo com a gente, entendeu. Então, toda vez que tinha paralisação, “ah, a Sara não vai parar”.<sup>222</sup>

O “havia” se refere ao fato de haver discordância de ideias entre os professores, e este conflito influenciou a forma como estes professores se relacionavam com a professora Sara, que, de acordo com suas palavras, era julgada e apontada, por não participar do movimento, e ainda alguns deixavam de conversar com ela por este mesmo motivo. Este fato aponta que alguns professores não aceitavam o fato de haver docente que não aderiam ao movimento. Mas, isso não impedia a professora Sara de permanecer em seu posicionamento de não participar da greve, segundo ela, o que “sentia era mais forte”. Talvez por coincidência ou não, a professora Sara, nesta época, era professora de primeira a quarta série, o que corrobora com a questão levantada pela professora Alice, que mostrou uma

---

<sup>221</sup> Entrevista 7, p. 48.

<sup>222</sup> Entrevista 6, p. 38.

predisposição destes professores à não adesão ao movimento grevista, mas, suponho que esta não seja a regra.

A professora Vilma, em sua fala, mostra que os conflitos ocorriam por conta de interesses diferentes, como por exemplo o anseio de usufruir da licença especial (premiação para o servidor, a cada cinco anos se beneficiar de três meses de licença remunerada):

Nossa! Era o que mais tinha. [...] Os antigos que queriam vir pra escola, queriam trabalhar, viravam um bicho, porque eles queriam tirar licença. Nós não entendíamos o que era, porque a gente não sabia também o que era quinquênio, a cada cinco anos você tem uma premiação, e quem tem uma falta de greve não recebe, então eles, os velhos, eles ficavam doidos com isso. Licença, que eles tinham direito à licença, nós ainda não, porque nós estávamos no começo, licença especial, alguns queriam tirar, se nós continuássemos no movimento eles não podiam tirar. Então virou, olha, nós passamos por um momento, assim de ter úlcera nervosa, tinha um professor aqui que surtava.<sup>223</sup>

Sobre as divergências de ideias entre os professores, Vilma aponta que “era o que mais tinha”, e isto acontecia porque os professores estariam em níveis diferentes da carreira, e isto resultava em interesses também diferentes, como o anseio pela licença, ou a premiação no salário. E a professora descreve o momento como bastante difícil, com professor “surtando”, e um grau de nervosismo bastante alto devido à este conflito de interesses.

Mas, como seria a postura da direção da escola diante dos acontecimentos da greve? Este questionamento também foi realizado e as respostas obtidas com as entrevistas, podemos inferir que de alguma maneira os professores já haviam tido contato com diretores que interferiam na greve, mas, naquela greve, em especial, ninguém relatou pressão para que o professor não participasse do movimento, ao contrário, a motivação, em alguns casos, seria para que aderissem à greve.

Um exemplo é o caso da professora Márcia, que relata que “a diretora participava da greve, tanto que foi demitida. Depois, novamente, mas ativamente, estava em todas as passeatas, em todas”<sup>224</sup>. Esta diretora era ativa no movimento e participava das manifestações juntamente com os outros professores. É interessante ressaltar que esta atitude da professora denota uma consciência de

---

<sup>223</sup> Entrevista 8, p. 58.

<sup>224</sup> Entrevista 3, p. 15.

que o cargo de diretor de um estabelecimento de ensino é algo transitório, não é permanente, e antes de ser diretor de escola, o indivíduo é um professor, por isso a importância de lutar juntamente com a categoria. Apesar de ser um cargo ligado à administração, esta professora não demonstrou medo, nem receio das suas ações no movimento, o que trouxe como resultado a demissão, mas, que segundo a fala da professora Márcia, depois conseguiu retornar às atividades na escola.

Por outro lado, para a professora Clara, os diretores não demonstravam seu posicionamento: “Olha, os diretores eles nunca se manifestaram, nem a favor, nem contra. Lógico que eles eram a favor, pensando no que viria de bom se, sempre foi assim, ele sabe que ele é diretor, então é política. Então eles ficavam meio em cima do muro, a maioria”<sup>225</sup>. Esta professora entende esta postura dos diretores como manifestação dos interesses próprios de cada uma das funções, enquanto professor, ansiava por melhorias nos salários (o diretor recebe o salário de professor mais uma porcentagem, por conta da função de gestão que exerce), e enquanto diretor de escola não poderia se manifestar por conta do receio de perder o cargo ligado à administração do Estado. Mas, isto não impediu que vários diretores participassem do movimento, e inclusive desenvolvessem formas de burlar o controle do Estado, principalmente com relação às faltas dos professores.

Vimos como exemplo disto o caso da professora Vilma, em que a escola foi fechada, e “lacrada”, e nos encontros que realizavam na APP, os professores que estavam no estágio probatório assinavam o livro ponto, e participavam das passeatas e manifestações. O objetivo era fazer o professor participar, mas, dava ao Estado o entendimento de que estes professores estavam em sala de aula, trabalhando. Estes mecanismos, assim como o de não enviar as listas de presenças dos professores, conforme era solicitado pelo governo do Estado, podem demonstrar que as estatísticas do movimento, mostradas pela administração estadual não condiziam com a realidade, que era mais complexa do que aparentava ser.

Enfim, sobre as relações, de acordo com as professoras entrevistadas havia um misto de tranquilidade e tensão, tranquilidade quando os interesses convergiam, e tensão quando estes interesses divergiam. Mas, o foco deste interesse é a participação ou não no movimento, e a motivação para a escolha

---

<sup>225</sup> Entrevista 5, p. 28.

entre estas opções dependia diretamente dos anseios futuros destes professores, seja pelo receio de perder o emprego ou pelo anseio de usufruir de uma licença especial, dentre outros fatores já citados. Sobre os diretores, na greve de 1988, com as professoras entrevistadas não ocorreu nenhum problema de relacionamento, ao contrário, permaneceu uma tranquilidade, seja porque o diretor aderiu ao movimento, e participou junto com os professores, ou porque “ficou em cima do muro”, como apontou a professora Clara, não se posicionando e nem impedindo a participação dos professores.

#### 4.3.2. O Contato Com os Pais Durante a Greve:

O contato com os pais dos alunos durante o movimento grevista não aconteceu com todas as professoras entrevistadas, por exemplo, a professora Cássia relata que “os pais não apareciam na escola”<sup>226</sup>, ou seja, mesmo quando esta professora deixou o movimento e retornou para a escola, por conta das ameaças de demissão, vindas do governo do Estado, os pais não iam até a escola para obter informações sobre a greve, seu retorno, ou se posicionar diante da situação.

Com a professora Vilma, conforme citação já colocada no subtítulo *A questão salarial*, “os pais se revoltavam” com a greve, e a estratégia utilizada pelos professores da escola em que trabalhava foi realizar uma reunião, e neste encontro, segundo ela, poucos pais participaram, mas, estes passaram a apoiar o movimento, porque os professores mostraram seus holerites, comprovaram que realmente ganhavam pouco. Talvez este fato de os pais não confiarem nos professores, em relação a questão dos salários, pode ser entendido como um conflito de informações, pois durante o movimento o governo do Estado divulgou por meio da mídia, televisiva e impressa, os salários que os professores estariam recebendo, e segundo as informações transmitidas, os salários eram relativamente bons comparando com a situação em que o país se encontrava, e os salários de outras categorias, e também à quantidade de horas trabalhadas pelos professores, que seriam apenas quatro horas diárias. Este conflito argumentativo sobre os salários

---

<sup>226</sup> Entrevista 7, p. 48.

pode ter influenciado os pais, que poderiam ver o movimento como injusto, e devido à isso, após comprovar os baixos salários, ocorreu o apoio vindo dos pais.

A professora Vilma complementa apresentando a consciência de que vários pais estavam contra a luta dos professores: “E a gente sabe que alguns pais criticavam muito a gente, denunciaram, sabe, fizeram manifestações também contra. Mas, o movimento era mais forte do que eles. Então a gente se manteve firme, unido.” A memória sobre estes acontecimentos mostra que esta professora teve contato com as informações sobre as manifestações de pais de alunos, conforme comentamos durante a análise das reportagens do jornal *Folha de Londrina*, e esta lembrança marcou como a forma que os pais se posicionavam diante do movimento. Mas, segundo ela, o movimento era mais forte e permaneceu, mesmo diante da contrariedade de alguns pais.

De acordo com a professora Márcia, “conversei com alguns da minha escola, pais dos meus alunos eram favoráveis”<sup>227</sup>, na sequência ela apresenta o porquê de os pais serem favoráveis, mostrando que estes, com os quais teve contato, tinham consciência de que os salários dos professores eram baixos, e que a melhoria da qualidade da educação de seus filhos estava ligada à uma melhor remuneração dos professores, por isso, apoiavam o movimento. Estes pais demonstram uma consciência da situação dos professores, e parece não terem sido influenciados pelas propagandas realizadas pelo governador, souberam discernir o que correspondia ou não à realidade dos professores.

Sobre este contato, a professora Clara nos apresenta as seguintes informações:

Ah sim, mães às vezes, conforme a gente ia nas escolas, então tinha mãe já preocupada porque o filho estava sem aula, eles viriam, mas houve, eu não me lembro bem, mas me parece que teve no [Colégio] Nilo Cairo uma reunião à noite, na época, convidando os pais. Mas, não aparecem, não é? Uma minoria aparecia, então aquele representante de associação, mas, eles também não interferiam, alguns até iam na passeata com a gente, mas poucos, algumas mães. Não, contra, não. Nunca foram contra uma greve dos professores, os pais.<sup>228</sup>

As mães, conforme a fala da professora se preocupavam porque os filhos estavam sem aulas, e pelo relato, estas mães procuravam a escola para obter

---

<sup>227</sup> Entrevista 3, p. 15.

<sup>228</sup> Entrevista 5, p. 28.

informações sobre a greve. A professora Clara também informa sobre uma reunião que foi realizada para ter este contato com os pais, assim como demonstrado pela professora Vilma, deixando a compreensão de que esta era uma prática comum nas escolas, para tentar buscar o apoio dos pais. Mas, da mesma maneira como citado pela professora Vilma, poucos pais participaram desta reunião promovida pela escola da professora Clara. Esta informação deixa a impressão de que muitos pais não se interessavam pelos acontecimentos que envolviam a escola de seus filhos, poucos procuravam saber sobre o movimento, ou então, se contentavam com as informações que eram transmitidas pelos meios de comunicação. Ou então, não tinham um posicionamento diante da situação, ao contrário das mães que participavam, juntamente com os professores, das passeatas.

Desta forma, podemos inferir que, os professores buscavam apoio dos pais, julgavam isto importante para o movimento, mas, ainda quando não o conseguiam não era motivo para enfraquecimento, porém, havia uma busca pela aprovação, que pode ser retratada por meio das reuniões que foram realizadas com o intuito de mostrar para os pais o que estaria motivando a greve, e que esta era legítima, pois fundamentada na busca por melhores condições de trabalho e salários.

E diante de todos estes acontecimentos havia reações diferentes por parte dos pais, aqueles que não apareciam na escola para buscar informações sobre os acontecimentos, os que, mesmo convocados para reuniões de esclarecimento, se ausentavam, os que mudaram de opinião ao entrar em contato com as informações repassadas pelos professores, aqueles que se manifestavam contrários ao movimento, e aqueles que participavam junto com os professores das manifestações. Estes seriam parcela bem pequena, diante da quantidade de pais de alunos em todo o Estado. Em sua maioria, acredito, diante das informações das entrevistas e dos jornais analisados, os pais não apareciam no cenário do movimento, apenas aguardando o desenrolar de todo o processo.

#### 4.3.3. A Presença da APP na Escola:

Sobre a APP, que nesta época era ainda apenas Associação dos Professores, e não sindicato da categoria, algo que se tornaria no ano seguinte (1989), dedicamos uma categoria específica de análise, mas, para compreender

todo o contexto deste cotidiano da greve, esta questão se faz pertinente também nesta categoria, para mostrar como que os professores se recordam da participação da APP na escola, no dia a dia do movimento.

Sobre este tema, há divergência nas respostas, mostrando que esta participação ou atuação da Associação dos Professores do Paraná foi diferente nas escolas.

De acordo com a professora Alice, quando os representantes da entidade se dirigiam até a escola, com o objetivo de conversar com os professores, “sempre há divisão”, mas isso ocorria sem grandes problemas. Segundo ela, “era uma atuação assim média, digamos”<sup>229</sup>. Esse “média” pode ser entendido como não ausente, mas, também, não tão forte como a professora talvez esperasse.

A lembrança da professora Rute está mais focada na liderança do movimento na época: “Olha, o pouco que eu me lembro, era a Isolde que era a presidente da APP, e ela estava ali, firme. Ela estava sempre firme dando todo o apoio para os professores. O pouco que eu me lembro, era bem firme a APP.”<sup>230</sup> Esta professora não estava mais na sala de aula naquele ano da greve, estava aposentada, e esta lembrança mostra que o contato que ela teve com a APP foi a partir dos pronunciamentos da presidente da entidade, do contato até mais próximo com esta liderança. A fala da professora aponta certa admiração com aquela liderança, o nome ficou gravado e a postura foi vista com um adjetivo positivo, firme, como uma liderança deve ser, na visão desta professora.

Para as professoras Clara e Márcia a presença da APP na escola, durante o período da greve era constante, “eles estavam sempre na escola, três, quatro vezes na semana estavam na escola conversando”<sup>231</sup>, “no período da greve sempre foi ativo. Eles sempre iam, corriam, soltavam panfletos, faixas, então, sempre teve apoio”<sup>232</sup>. E também a professora Sara, que ressaltou que “a gente tinha representante, sempre teve, antes eles eram mais presentes”<sup>233</sup>. Se considerarmos apenas estes três depoimentos concluímos que a APP estava presente nas escolas e dava apoio aos professores durante todo o período da greve, fato que ocorreu em algumas escolas, como pode ser percebido pela lembrança

---

<sup>229</sup> Entrevista 1, p. 1.

<sup>230</sup> Entrevista 2, p. 9.

<sup>231</sup> Entrevista 3, p. 15.

<sup>232</sup> Entrevista 5, p. 29.

<sup>233</sup> Entrevista 6, p. 40.

destas professoras, mas, este não foi o panorama em todas as escolas, e isto fica claro com os depoimentos das outras professoras, e de acordo com as palavras da professora Clara, não é a participação que a entidade tem hoje, mostrando ausência atualmente.

As professoras Cássia e Vilma não perceberam esta atuação da APP nas escolas no período da greve de 1988. “Olha, no colégio, não sei se é porque na época era lá nos Cinco Conjuntos, o sindicato não aparecia no colégio, não, nem representantes. Era mais central, ali, nas passeatas mesmo, então, em colégios, pelo menos lá eles não apareciam, não”<sup>234</sup>. A memória que permaneceu foi esta ausência na escola e a atuação apenas na área central da cidade, nas passeatas. A Professora Cássia tenta compreender o porquê desta não participação na escola em que trabalhava, indicando uma possível resposta a questão, o fato de se tratar de uma escola de periferia, que pudesse trazer mais dificuldade de acesso, ou mesmo porque as escolas localizadas na região central fossem maiores, o que indica que os professores dos bairros se direcionavam até o centro para obter as informações sobre o movimento.

A professora Vilma, em seu depoimento corrobora com a ideia expressa de que a APP não esteve presente em todas as escolas, “eu vou dizer uma coisa muito séria, sabe, a gente tem representantes na escola de sindicato, mas, toda a vida, quando houve paralisação, mobilização, a gente nunca teve a presença do sindicato, sabe”<sup>235</sup>. Esta ausência também tem uma explicação, segundo a professora, “o sindicato alega, ‘ah nós temos muita escola para ver’, e acaba ficando sem.”<sup>236</sup> Mas, provavelmente o motivo seja o mesmo exposto pela professora Cássia, por se tratar de uma escola de periferia, os professores se dirigissem até a região central.

A professora Silvia apresenta uma visão diferente das que abordamos acima, por estar ligada às lideranças, esta professora analisa a situação apontando as dificuldades encontradas pela APP durante a greve para entrar em contato com os professores:

---

<sup>234</sup> Entrevista 7, p. 48.

<sup>235</sup> Entrevista 8, p. 59.

<sup>236</sup> Idem.

[...] Quando havia esses movimentos, as reivindicações, o sindicato passava, daí era aquele, aquela dificuldade também, de eles irem falar com a gente no intervalo, do recreio, vamos dizer, das aulas ali, daí falava, dava as informações, e aquela meia dúzia de professores acatam. [...]. Eles não estão nem aí, então é difícil. Mas o sindicato não dá sempre para estar presente o tempo inteiro, é quando tem os movimentos, que chama mais atenção, então tem a maior presença.<sup>237</sup>

A dificuldade de entrar em contato com os professores demonstra a lembrança de um período anterior à greve, ou mesmo o trabalho de convencimento dos professores que não aderiam ao movimento. O uso do momento de intervalo das aulas aponta que os professores visitados estavam em atividade, e os encontros ocorriam pelo curto espaço de tempo para fazer este contato e também porque não eram todos os professores que aceitavam o que estava sendo proposto por estes representantes da entidade. A compreensão deste outro lado da situação, ou seja, o lado da entidade aponta claramente o contato que esta professora teve com os representantes da entidade e o seu papel também enquanto liderança dentro do movimento.

Assim, podemos inferir que a participação da entidade representativa dos professores não aconteceu de forma igual em todas as escolas, aparentemente as escolas localizadas nas regiões centrais dos municípios foram mais privilegiadas com este contato.

A ausência é a lembrança que permanece sobre esta participação nas escolas para as professoras que atuavam na periferia, e para aquelas que se recordam da presença da APP o que permaneceu foi a lembrança das conversas, exposições das ideias, da tentativa de convencer os professores a aderirem ao movimento. E para aquela professora vinculada à liderança as dificuldades encontradas neste trabalho de convencimento em pequenos intervalos em que podiam ter contato com os professores. São situações diferentes, mas, que nos fornecem uma noção do que ocorreu em todo o Estado, não é uma questão de julgar a ação da entidade, mas, a tentativa de compreender como se deu este contato entre lideranças e professores durante todo o movimento.

---

<sup>237</sup> Entrevista 4, p. 22.

#### 4.3.4 Os Encontros e as Discussões Sobre o Movimento:

O objetivo deste subtítulo é analisar as lembranças das professoras entrevistadas sobre as reuniões, os encontros realizados entre os professores durante a greve, o que era discutido e como aconteciam.

As três professoras, que residiam em Curitiba no período da greve, informaram em seus depoimentos que as reuniões não eram realizadas na escola, mas, em outros espaços como o salão de uma escola particular, na própria APP ou no salão de uma igreja.

Uma que o ambiente da escola não podia e outra que eram várias escolas, então assim, um professor não ia para a escola de outro professor, então o que acontecia, as escolas que pertenciam aquele setor tinham um ponto de encontro que era esse lugar, então ia todo mundo prá lá, ia todo mundo para esse lugar.<sup>238</sup>

A professora Alice afirma que na escola não podiam realizar as reuniões, não aparecem os motivos desta não permissão, mas, a professora apresenta um provável segundo motivo, o fato de um professor não ir à escola do outro. Esta questão pode ser entendida como uma forma de não privilegiar nenhum grupo, todos teriam que sair da zona de conforto e se deslocar para um outro ambiente para se reunirem e discutir o movimento.

Mas, a professora Silvia também apresenta esta ideia da não permissão para o uso da escola nos períodos de greve: “Então, existia, também, isso daí, dentro do colégio diz que não podia. Não podia ser ali, porque daí era levantar movimento”<sup>239</sup>. A proibição da realização das reuniões, em Curitiba, nas escolas pode ter ocorrido por que os outros professores que não aderiram ao movimento poderiam se sentir constrangidos ou pressionados, o “levantar movimento” pode ser entendido como incitação daqueles que estavam desenvolvendo suas atividades sem relação com a greve. Mas, o que parece ser consenso é que na capital os professores não se reuniam na escola, mas, em outros locais.

No interior parece que a situação foi bastante diferente. A professora Rute, entrevistada em Curitiba, atuava em Marialva no período da greve, e afirma

---

<sup>238</sup> Entrevista 1, p. 2.

<sup>239</sup> Entrevista 4, p. 22.

que os encontros aconteciam na escola, assim como a professora Clara de Apucarana, que relatou que os encontros aconteciam no Colégio Nilo Cairo, naquela cidade. A professora Cássia, de Londrina, também afirmou que as reuniões aconteciam no colégio. Mas, a professora Vilma, também de Londrina, relatou que as reuniões aconteciam na sede da APP na cidade, e a professora Sara, não se recordou dos locais de encontro naquela greve.

Não fica claro o porquê da diferença entre a capital e o interior neste quesito, mas, talvez por estar mais próximo do controle estatal as escolas daquela região não estavam disponíveis para estes encontros, os diretores podem ter tomado tal atitude a fim de preservarem sua situação de administrador do ambiente escolar, para evitar contratempos com a Secretaria de Educação, pois estavam mais visíveis que as escolas do interior do Estado.

A ausência de lembrança da professora Sara pode ser entendida pelo seu afastamento do movimento, ela preferiu se distanciar da greve e também dos debates relativos ao movimento, e isto pode ser percebido pela fala da professora que direciona para outras questões como a explicação por não acreditar mais em greve e a forma como acredita que deve ser a luta dos professores. Este assunto será desenvolvido mais adiante.

Sobre as discussões, a professora Alice relata: “a gente avaliava as questões, as dúvidas que havia, as dificuldades que todos tínhamos assim, temor porque se prolongou muito, então foi muito sofrido, e aí nós trocávamos ideias ali, nos fortalecíamos por estarmos juntos”<sup>240</sup>. Nestes encontros os professores discutiam sobre a greve, sobre os resultados, os passos que seriam dados, mas, principalmente, nesta fala da professora Alice é possível perceber que os encontros, mais do que apenas uma retrospectiva dos acontecimentos e planejamento, era também um mecanismo de fortalecimento do grupo, de união, de troca de experiências para suportar as dificuldades próprias da greve. A professora Alice retrata o momento como “muito sofrido”, devido ao fato de ter se prolongado a greve, os encontros traziam o apoio, pois os professores percebiam que não estavam sozinhos, desta forma, juntos, se fortaleciam.

Para a professora Silvia a situação era diferente, “você vê, a igreja, então ali, cedia o salão, mas, aparecia meia dúzia de gato pingado”<sup>241</sup>. A visão da

---

<sup>240</sup> Entrevista 1, p. 2.

<sup>241</sup> Entrevista 4, p. 22.

professora é como a liderança que organizava estas reuniões, e na sua perspectiva, a participação dos professores era ínfima. Esta professora afirma que era muito difícil fazer os professores participarem das reuniões e do movimento de uma forma geral. Esta postura pode ser compreendida pelas dificuldades que esta professora pode ter enfrentado no trabalho de convencimento dos professores, pois afirma, seu papel era exatamente conversar com os professores para explicar as motivações da greve e tentar fazer com que não fossem dar aulas.

A professora Cássia apresenta o que sentia com relação aos encontros realizados durante a greve: “Sempre aquele, traumatizante, vou dizer a verdade pra você, muitos ficavam, aquela insegurança, batia aquela insegurança, até professores QPM, porque era ameaça, ameaça em cima de ameaça”<sup>242</sup>. Mesmo sendo um fator de apoio para o movimento, os encontros entre os professores também são caracterizados como um momento complicado, “traumatizante”, como afirmado na fala da professora. A insegurança fazia parte deste cotidiano, até mesmo os professores que possuíam uma relativa segurança em relação ao emprego, os concursados, demonstravam este sentimento, devido às ameaças vindas do governo do Estado, a ênfase dada à palavra ameaça na fala acima denota esta tentativa de mostrar que eram muitas, e que estava difícil suportar a situação.

Assim, os encontros ou reuniões realizados durante o movimento ocorreram em diferentes lugares, na capital, em lugares cedidos por outras instituições e no interior, nas escolas ou mesmo nas sedes regionais da Associação dos Professores.

Na visão da professora ligada à liderança do movimento a participação dos docentes era ínfima, apenas alguns participavam destas discussões. Mas, dentre esta minoria que participava a professora Alice aponta que era um momento de fortalecimento do grupo, de troca de ideias. As discussões tratavam das ações dos professores, sobre o encaminhamento da greve, e sobre a ação do governo para tentar desestruturar o movimento, fato que é percebido com a fala da professora Cássia, que ressalta os sentimentos decorrentes destes encontros, quando eram informados da situação, e as ameaças divulgadas pelo governo, que geravam insegurança para os professores no geral, independente da vinculação que possuíam com o Estado no que se refere ao emprego.

---

<sup>242</sup> Entrevista 7, p. 49.

#### 4.3.5. Os Cortes Salariais

Neste mesmo capítulo dedicamos um tópico para discorrer sobre a questão salarial, mas, o questionamento deste item trata da forma como os professores reagiram diante da situação dos cortes salariais, se tiveram seus salários cortados durante o movimento, e como lidaram com a situação e também como perceberam esta situação com os outros professores. O objetivo é analisar as soluções que os professores encontraram para suportar as dificuldades decorrentes do não recebimento dos proventos.

Olha, de uma forma geral, na APP aqui de Curitiba existia a questão da solidariedade, de nós trabalharmos para ajudar os colegas, fazemos alguma coisa pra juntar dinheiro e ajudar os colegas. E nós tínhamos um colega, na nossa escola só aconteceu com um colega e esse colega, nós fizemos uma coleta de dinheiro, fizemos entre nós mesmo, na própria escola pra dar pra ele.<sup>243</sup>

Conforme o relato da professora Alice, na escola em que trabalhava o fato somente aconteceu com um professor, e a solução do problema coube aos próprios docentes, que se solidarizaram com a situação e se uniram para levantar um valor financeiro que auxiliasse aquele colega. O que se destaca na fala da professora é exatamente “solidariedade”, e a definição que ela coloca, “trabalharmos para ajudar os colegas”, isto denota o sentimento de compaixão pelo outro, que se faz igual por estar na mesma categoria, e aponta o sentimento de que se fosse diferente o “eu” é que poderia estar naquela situação, por isso, a necessidade de ajudar de alguma maneira. O sentir-se como o outro ou a sensação de que a situação poderia ter sido diferente para cada um daqueles que não sofreram os cortes, talvez tenha sido o elemento propulsor desta ação, de sensibilização com a situação do outro.

A lembrança da professora Rute também mostra esta rede de solidariedade entre os professores: “os colegas ajudavam, faziam vaquinha, um ajudava o outro, porque tinha casal que ambos eram funcionários, que eram professores, então como é que eles iam sobreviver, então os colegas se uniam e colaboravam, cada um com um pouquinho”<sup>244</sup>. A preocupação com o outro,

---

<sup>243</sup> Entrevista 1, p. 2.

<sup>244</sup> Entrevista 2, p. 10.

principalmente nos casos em que marido e mulher eram professores, e ambos estavam sem salários, parece ter sido lugar comum no período da greve, os dois relatos mencionados acima partem da cidade de Curitiba, mas, a professora Clara de Apucarana também traz a afirmação destes mecanismos de ajuda entre os docentes:

Houve solidariedade, fizemos tipo quermesse, rifas, pra poder ajudar os casais, porque toda escola tem um marido e uma mulher, toda escola, que trabalha. Então, estes não tinham salário, não tinham como por uma fruta dentro de casa. Então a gente fazia sacolinhas, sacolas, levava, ou fazia rifas, então, uma cesta.<sup>245</sup>

A preocupação com os casais de professores também aconteceu no interior, como ressaltado pela fala da professora Clara. O receio de não haver comida para alimentação do casal e dos filhos motivava a união dos docentes na preparação de sacolas com mantimentos. Esta preocupação também demonstra a luta contra o enfraquecimento do movimento, pois aqueles que permaneceram recebendo os salários sentiam a necessidade de apoiar os que tiveram cortes, para que estes não desistissem.

A professora Cássia apresentou o seu sentimento e dos seus colegas diante da situação:

Revoltados, né, porque a gente estava lutando para melhoria, porque não era só salário na época, porque nesta época aí as escolas, bendizer, despencaram em tudo, né, não tinha verba pra nada. Então era um choque, porque muitos, quem que não depende do salário? Todo mundo dependia do salário. Então foi terrível mesmo.<sup>246</sup>

O que parece ter permanecido na memória desta professora foi o sentimento de revolta diante daquela situação, de indignação pois todos precisavam dos salários, e para ela foi um momento difícil de lidar. E ela também insere outros professores nesta sua perspectiva sobre o fato, pois utiliza no plural “revoltados” e na ação coloca “a gente”, ou seja, na sua visão era também desta maneira que os outros professores estavam se sentindo e era desta forma que pensavam sobre o fato.

---

<sup>245</sup> Entrevista 5, p. 29.

<sup>246</sup> Entrevista 7, p. 49.

Diante do exposto, é possível entender que os professores que participaram do movimento grevista não ficaram isentos das artimanhas do governo para desestabilizar a greve, os cortes salariais, ao contrário, demonstraram a união da categoria, devido às estratégias que adotaram, auxiliando os colegas professores que sofreram com a situação. Como estavam todos, de alguma forma, ligados por uma causa em comum, as consequências foram sentidas também em comum, o que gerou esta rede de solidariedade entre os docentes. Mas, este fato não demonstra que receberam estes cortes de forma tranquila, o sentimento de revolta também fez parte deste momento, entendido como terrível, como exposto na citação.

#### 4.3.6. A Adesão ao Movimento na Visão dos Professores:

Esta questão foi importante para entender qual a perspectiva dos professores em relação à participação dos docentes na greve, posto que na análise dos jornais percebemos que houve um embate entre os valores divulgados pela Secretaria de Estado da Educação e pela APP, a primeira trazia estatísticas baixas de adesão, já a segunda, estatísticas mais altas, em números, a Secretaria apontava cerca de 20% de adesão apenas e a APP afirmava a participação efetiva de 90% dos professores na paralisação. Esta análise não visa revelar o número exato de participantes do movimento, mas, perceber qual a perspectiva de cada professora entrevistada sobre esta questão.

Foi, eu lembro assim, que foi muito grande, parece que quanto mais pressão havia, mais as pessoas tinham força, pressão do governo. [os professores] colaboravam, quando tinha os movimentos, quando resolviam acampar todo mundo ajudava, quando vinha o pessoal do interior não tinha onde ficar, naquele tempo a APP não tinha o que tem hoje, que tem condições as vezes, muitas vezes de bancar os pedágios dos professores, não, não tinha, então o que nós fazíamos, muito de nós levavam colegas do interior para casa, pra suas casas, pra dormirem, pra tomarem banho, ou então, se eles estavam acampados levavam estes colegas pra casa pra fazerem a sua higiene, pra descansarem [...]<sup>247</sup>

De acordo com a professora Alice, a participação dos professores foi grande, ela não se referiu a nenhuma estatística, mas, afirmou que quanto mais pressão o governo fazia mais os professores aderiam ao movimento. Novamente, o que está mais evidente no trecho é a questão da solidariedade entre os professores.

---

<sup>247</sup> Entrevista 1, p. 3.

Como residia em Curitiba, esta professora se recorda como os professores de sua cidade lidavam com os outros professores vindos do interior para as manifestações que aconteciam na capital. A colaboração com os colegas se torna o tema principal abordado, mostrando que os professores não estavam apenas em greve, estavam participando de forma efetiva do movimento, atendendo às necessidades dos colegas que não residiam naquela região, que precisavam se alimentar, cuidar da higiene, alojamento para dormir, dentre outros. A adesão à greve não se restringiu aos números para esta professora, mas, na atuação destes docentes, o que realizaram em prol do movimento.

Para a professora Silvia a adesão dos professores ao movimento foi grande por conta da reação do governo, segundo ela, se assim não fosse, “não despertava tanto a ira”. É interessante perceber a consciência desta professora em relação à análise dos números que eram repassados tanto pela Secretaria de Educação como pela APP:

Há exagero dos dois lados, um aumentando ali, porque a gente sabe muito bem, que tem municípios que nem participa de nada, que fica alheio ao assunto. Em compensação tem outros mais fortes, não vou também citar nomes aqui, mas nós temos grandes municípios aí, que aqueles ali é que fecham mesmo. Inclusive Londrina, falei, que daí dá uma proporção boa. Mas é sempre assim, o governo diminui, o sindicato aumenta, é o que eu te digo, já não estava ali nas estatísticas, eu ia era pros movimentos mesmo, ia lá acampava, levava café pro pessoal lá, ajudava no que podia ali, e isso, participava. Era mais um.<sup>248</sup>

A adesão ao movimento, segundo esta professora não era igual em todos os municípios do Estado, por estar ligada às lideranças, esta professora sabia que alguns municípios nem sequer iniciavam a greve. Mas, ao mesmo tempo, afirma que municípios de maior porte, como a cidade de Londrina, eram os que davam um peso maior ao movimento. Desta forma conclui que os números não eram confiáveis, pois se tratam de estratégias de ambas as partes, a Secretaria para enfraquecer o movimento e a APP para demonstrar força. E ela se posiciona longe destas estatísticas, por conta da aposentadoria, mas, mostra que estava ativa no movimento, mais uma argumentação para a não confiabilidade nas estatísticas apresentadas. Ela era mais uma, mas que estava atuante no movimento, mesmo não estando mais ligada ao quadro de professores do Estado.

---

<sup>248</sup> Entrevista 4, p. 23.

A professora Clara afirma que não eram alto os índices de participação, permaneciam no “meio a meio”, Segundo ela, as greves “não atingem cinquenta por cento”. Os professores ficavam divididos, e o motivo para esta baixa adesão é:

[...] porque é pressionado professor tem medo, super pressionado. Ninguém pode ficar sem salário. E o medo de, o efetivo se preocupa porque pode ser jogado num lugar ruim, o que não é efetivo perde as aulas, pode ser chamado futuramente, mas, sofre perseguição, até do próprio núcleo de ensino.<sup>249</sup>

O que leva o professor a não participar das greves, na perspectiva da professora Clara é o medo. Esse medo não se caracteriza apenas no fato de ser exonerado, perder o emprego, encerrar o contrato de trabalho, mas, de ser perseguido, ser encaminhado para uma escola que ela descreve como “lugar ruim”. O receio de participar consistiria na possibilidade de sofrerem represálias após o movimento, e disto decorre, na visão da professora, a participação da metade dos docentes apenas na greve.

A professora Márcia retoma a ideia apresentada pela professora Alice, de que quanto maior a pressão mais os professores aderiam ao movimento. Segundo ela, após os acontecimentos do dia 30 de agosto, a participação dos professores foi quase total: “depois que o governador soltou os cavalos em cima dos professores aí eu acho que chegou a quase cem por cento”, e na sequência ela explica o porquê, “é que a revolta foi maior daí”.<sup>250</sup> Quanto mais revoltados mais os professores aderiam ao movimento, de acordo com esta professora. A participação se tornava então efetiva, os professores atuavam mais, se manifestavam mais, talvez por conta disto esta impressão de que o movimento estaria crescendo. Isto também aponta o sentimento desta professora em relação ao fato, pois denota que o que ela sentiu foi este anseio de se manifestar mais, exatamente por conta da pressão do governo.

As professoras Cássia e Vilma trazem informações bem próximas do que era divulgado pela APP na época. A primeira afirma que a participação chegava à 90% e a segunda afirma que chegou a 98%. As duas professoras são de Londrina, e tiveram contado com as informações propagadas pelos jornais, e talvez por meio

---

<sup>249</sup> Entrevista 5, p. 29.

<sup>250</sup> Entrevista 3, p. 16.

deste recurso tenham construído sua memória a respeito da adesão dos professores na greve de 1988, posto que a APP informava os 90% durante a greve, e depois do dia 30 de agosto, afirmava que as estatísticas estavam crescendo, que a adesão era maior. Devido à isso, temos as perspectivas apresentadas pelas professoras, pois essas informações que elas dispunham na época, e era mais conveniente confiar na Associação dos Professores do que o que estava sendo transmitido pelo governo.

Portanto, é possível perceber que havia diferentes visões sobre a participação efetiva dos professores no movimento. E este fato pode estar relacionado às relações que estes professores tiveram durante a greve. Por exemplo, as professoras Cássia e Vilma que afirmam esta grande participação, pode ser relacionada ao fato de que os docentes das escolas em que trabalhavam aderiram na sua totalidade ou maioria, a professora Vilma, inclusive, apontou que a escola havia sido lacrada, ou seja, ninguém trabalhava durante a greve. Já a professora Clara, em seu depoimento aponta as dificuldades para convencer os colegas a participarem do movimento, o que está diretamente relacionado com a sua perspectiva de ser apenas 50% de adesão, porque este foi o número que teve contato na sua escola, na sua região. Desta maneira, a forma como cada professor expressa a sua perspectiva aponta para as condições que vivenciou durante o movimento.

#### 4.3.7 Os Boicotes Sofridos Pelos Professores:

Depois da segunda semana de greve, um grupo de professores juntamente com as lideranças da APP ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa do Estado, e ali permaneceram a fim de forçar a abertura das negociações com o governo do Estado. Foi durante esta permanência que os professores sofreram boicotes que buscavam culpá-los de determinados acontecimentos como sujeira no recinto, depredação e tiros, e também ações que agrediram diretamente os professores como o envio de café com laxante, a colocação de vidro moído nas blusas, o desligamento das luzes, do ar condicionado, ou então os deixando a uma temperatura extremamente baixa, o trancamento dos banheiros, o corte da água, dentre outros. Todas estas ações tinham como objetivo forçar a retirada dos professores da Assembleia. Neste subtítulo tentamos analisar a

forma como as professoras entrevistadas se recordam destes acontecimentos, e quais os sentimentos que trazem desta etapa do movimento.

As professoras Rute e Silvia, aposentadas no período da greve, se recordam do período e afirmam que estavam presentes nestes acontecimentos. Elas participaram da entrada, mas, não permaneceram em acampamento como os outros professores. É interessante perceber que ambas tratam da questão da violência, mas, não a violência da polícia ou da segurança, mas a que partiu dos professores. É possível entender que estas professoras compreenderam a ação dos professores de ocupar a Assembleia como uma forma de violência, mas, ao mesmo tempo, justificada.

Eu lembro, inclusive eu estava no meio [...] mas eu tava junto, sentamos naquele corredor, ficamos lá. Sabe, eu não sou a favor da violência, sabe, eu não me sentia bem assim forçando a porta, abrindo aquelas coisas sabe, mas na eloquência do movimento, acho que a gente esquece um pouco a educação que recebeu dos pais. E é um direito, né, a gente tinha que lutar pelo direito, se não é por bem, a gente tinha que aderir a eles, tinha que se unir aos professores, porque a união faz a força.<sup>251</sup>

Segundo a professora Rute a violência durante a ocupação foi necessária, mas esta violência se caracteriza pela invasão, por forçar a entrada e permanência naquele ambiente. O receio da condenação da ação dos docentes aparece quando ela aponta que a invasão aconteceu por conta do próprio encaminhamento do movimento, que faz com que deixem as atitudes corretas, ou aceitáveis pela sociedade, de lado em prol de um objetivo. Esta fala procura mostrar que os professores não seriam mal educados por conta desta ação, mas, que os fatos levaram à uma reação, que culminou na tomada da Assembleia. A professora também justifica com a questão do direito, a greve era um direito do trabalhador, e os salários dignos também, portanto, a luta era legítima.

Eu nunca sou a favor da violência, mas, na hora dos ânimos acirrados as pessoas fazem, né, e foi bom! Foi bom porque daí demorou bastante para eles, eles ficaram diversos dias lá dentro. Então mostra qual é a realidade, daí a pessoa vê, porque é um fato que ninguém vê, ninguém nota, não é comentado. Apesar de que a força política é muito grande, aquele tempo era muito mais e abafa, né, a imprensa, imprensa também vem mudando. Mas, naquele tempo era tudo mais conivente com o governo. A imprensa não era igual agora não.<sup>252</sup>

---

<sup>251</sup> Entrevista 2, p. 10.

<sup>252</sup> Entrevista 4, p. 23.

A violência também aparece justificada pela professora Silvia. A preocupação em mostrar que este tipo de reação dos professores não era algo comum também é revelada, com o “nunca sou a favor da violência”. Segundo a professora, o acontecimento foi positivo porque mostrou a realidade do que estava acontecendo com os professores, que “ninguém vê”. A imprensa na visão da docente não colaborava com o movimento dos professores, estava conivente com o governo, e o fato gerou comentários que chamaram atenção para o movimento, e desta forma estaria justificada a ação, pois trouxe consequências positivas para o movimento docente.

Esta concepção sobre a imprensa parece ser comum para os professores, pois em alguns momentos, nas entrevistas, a imprensa é descrita como a favor do governo, como transmissora daquilo que o governo desejava, e não apresentava a versão dos professores, do movimento.

Era o meio de comunicação, era mais difícil naquela época. E não soltava tudo pra gente não. A APP que enviava pra gente as mensagens, as informações. Aí a gente lia pelo jornal, na televisão passava muito pouco, assim, bem rápido. Mas, eu me lembro sim, nossa foi terrível.<sup>253</sup>

De acordo com o trecho acima, a professora Clara nos apresenta que a imprensa retia grande parte das informações sobre o movimento, nem tudo era transmitido, por isso mostra a dificuldade de receber informações sobre os acontecimentos em Curitiba, mas, ainda sim, ela se recorda do fato, porque a APP enviava para os professores as informações. Os professores do interior ficavam aguardando estas informações que muitas vezes demoravam, ou então, não atendiam as expectativas dos professores, que esperavam por notícias mais completas.

A professora Alice aponta a tomada da Assembleia Legislativa como uma alternativa para os professores, “nós estávamos assim muito cansados, que nada se resolvia, então nós decidimos, foi uma decisão assim muito drástica e difícil, porque quem ficou lá dentro, é pernoitando, foi muito difícil”<sup>254</sup>. A falta de solução para a greve, o não atendimento por parte do governo, a recusa ao diálogo, forçaram os professores a tomar esta decisão, na perspectiva apresentada pela

---

<sup>253</sup> Entrevista 5, p. 30.

<sup>254</sup> Entrevista 1, p. 3.

professora foi uma difícil atitude, mas necessária, por conta da postura do governo diante do movimento.

Esta mesma ideia de que a ação dos professores na AL foi uma alternativa para a situação que vivenciavam é apresentada pela professora Cássia, segundo ela, “o desespero era tanto, que ninguém aguentava mais aquela greve, então uma maneira de pressionar o governo, mas, eu acho que não deu muito resultado, não”<sup>255</sup>. Os professores estavam cansados, não desejavam que a greve permanecesse por muito tempo, a possibilidade de pressionar o governo parece ter surgido como ação a ser realizada para solucionar a questão. Mas, segundo a professora a ação de acampar na AL não surtiu efeito, fato real pois a greve permaneceu mesmo após a expulsão dos manifestantes do recinto, sem conseguir o esperado diálogo com o governador.

Para a professora Vilma, a ação dos professores foi “um ato corajoso, histórico, homérico, foi assim algo que eu nunca tinha visto, nenhuma categoria se organizar tão bem, tão maravilhosamente”<sup>256</sup>. A professora que não pôde estar nas manifestações em Curitiba considera aqueles professores como heróis, pois estavam lutando por toda a categoria. A ação de acampar na Assembleia, diante de todas as dificuldades que encontraram, é entendida como algo grandioso, assim como a organização do movimento, algo próprio do movimento dos professores, que ela não havia encontrado em nenhum outro. Esta professora vê com admiração este acontecimento e a atitude dos professores.

Sobre os boicotes sofridos pelos professores naquele período a professora Márcia se recorda como “Eu acho que autoritarismo, né, os professores ficaram com sentimento de muita tristeza, muita angustia. E a democracia ficou abalada, totalmente abalada, né, na minha opinião”<sup>257</sup>. Além de sintetizar o sentimento dos professores naquele momento, a professora retrata o episódio como uma mostra de autoritarismo do governo, e apresenta que a democracia “ficou abalada”. Esta referência aproxima os acontecimentos com um período anterior da política brasileira, a Ditadura Civil e Militar (1964-1985), o processo de abertura política havia acontecido há poucos anos, mas, a lembrança reforça a identificação

---

<sup>255</sup> Entrevista 7, p. 49.

<sup>256</sup> Entrevista 8, p. 60.

<sup>257</sup> Entrevista 3, p. 16

com aquele período. O acontecimento, de acordo com o depoimento da professora demonstra que a democracia parecia ainda não estar totalmente concretizada.

Sobre a experiência do fato a professora Alice traz uma recordação com riqueza de detalhes, o que nos leva a entender que os professores que estavam em Curitiba tiveram mais informação sobre o que estava acontecendo na AL durante a permanência dos professores.

Lembro, lembro que, problema da água, eles diziam, disseram que daí não deu mais pra entrar. A gente ia todos os dias, quando eles proibiram a nossa entrada a gente ia e ficava do lado de fora e a gente sabia que lá dentro estava acontecendo coisas difíceis, então eles boicotaram a água, eles punham coisa na comida, falaram até que era pó de vidro, não sei se é verdade, porque são coisas assim que eu não estava junto para ver, então é difícil de você afirmar, você ouve falar, mas eu lembro de todos os boicotes, boicotes difíceis que todo mundo ficou com diarreia e problemas sérios.<sup>258</sup>

Por ter vivenciado a situação, pois estava presente, ainda que do lado de fora na maior parte do tempo, a professora Alice mostra que sentiu as dificuldades dos professores a partir das informações que chegavam, ainda que obscuras, pois os professores que estavam dentro do recinto não podiam sair, e os que saíam não podiam mais entrar. Os relatos sobre o que se passou no interior da Assembleia eram transmitidos então de indivíduo para indivíduo, ou entre os grupos de professores.

Sobre o sentimento que permaneceu sobre a memória dos boicotes sofridos pelos professores, Alice afirma que “traz uma revolta, uma sensação de injustiça com tudo o que estava acontecendo”<sup>259</sup>. Ao contrário da revolta, a professora Rute vê a situação com a sensação “de vitória, porque a gente lutou, a gente trabalhou e não dão, tem que tirar, tem que fazer alguma coisa pra receber”. Segundo ela, era justa a luta dos professores, e mesmo não alcançando os objetivos com esta ação, que era forçar um diálogo com o governador, a ação foi satisfatória, foi vitoriosa porque mostrou que os professores lutaram por aquilo que desejavam.

Mas, o restante das professoras entrevistadas não demonstrou essa mesma visão apresentada pela professora Rute, mas, mais próxima da perspectiva da professora Alice.

---

<sup>258</sup> Entrevista 1, p. 3.

<sup>259</sup> Idem.

É um sentimento tão ruim, um sentimento [pausa e choro] de covardia, de desesperança, porque em quem você acreditou, e eles fazem um discurso, chega lá na hora, tudo contra, tudo vai a favor daquilo que é conveniente para eles. Então dizia “meu Deus, que luta inglória, que luta que não, que não está levando à nada e continua no mesmo”. E muitas vezes, pessoas que estavam lá, naquele cargo, que o povo que colocou lá, pessoas sem qualidade nenhuma para estar lá, e menosprezava com uma cara de mais desrespeito com a gente tudo. Difícil, difícil, todo esse tempo de entrar na Assembleia e ser tratado assim.<sup>260</sup>

Durante esta entrevista, além da fala, o choro nos faz perceber a dor que esta lembrança traz para esta professora, a dificuldade de lembrar deste acontecimento sem uma emoção forte, a tristeza. E no discurso isto fica ainda mais aparente, a desilusão com a atuação dos políticos e o desrespeito direcionado aos professores. Este sentimento de desilusão está presente também nos professores que não participaram deste episódio de forma direta, ficaram em suas cidades, como por exemplo a professora Vilma, que afirma que “marcas deixadas no coração não tira”, abordando a tentativa de resgatar a importância da figura do professor através das propagandas que são veiculadas na televisão atualmente, mas, segundo ela, o que aconteceu durante aquela greve ficou gravado, marcado, como uma ferida que não pode ser cicatrizada, e isto é muito aparente em sua entrevista, mesmo não estando presente naqueles acontecimentos, mesmo não tendo sofrido os boicotes, eram professores, portanto ela se identificou com aquela situação.

Assim, entendemos que os professores não desejavam chegar a medidas tão extremas, como acampar na Assembleia, mas, isto ocorreu porque era uma alternativa para alcançar o que desejavam e o que buscavam com o movimento, entrar em diálogo com o governador. Desta maneira, o ato em si se justifica, pois fez parte da luta, uma busca por seus direitos de melhores condições de vida. Os sentimentos que acompanham esta memória se referem à revolta pela forma como os professores foram tratados, tristeza por ver a reação dos políticos que, escolhidos pelo povo, zelam por interesses próprios, e não compreendem a luta dos professores, ao contrário reprimem o movimento e tentam desmoralizá-lo a partir dos boicotes. É com pesar que os professores relataram esta memória, é uma lembrança que mostra como foram desrespeitados por aqueles que ocupavam o poder estadual.

---

<sup>260</sup> Entrevista 4, p. 23.

#### 4.3.8. A Memória Sobre o 30 de Agosto:

As questões sobre este tópico da pesquisa visa verificar a memória sobre o dia 30 de agosto de 1988, quando os professores realizavam uma passeata em direção ao Palácio do Iguazu e foram recebidos pela cavalaria da polícia militar, o encontro resultou em violência e vários professores feridos. Primeiramente indagamos se o professor presenciou o acontecimento, e se a resposta foi negativa, questionamos sobre como recebeu as informações, e principalmente, qual é a memória sobre aquele dia.

Das oito professoras entrevistadas apenas uma estava presente durante o confronto com a cavalaria, a professora Alice presenciou todo o momento desde a passeata até as bombas de efeito moral em frente ao Palácio do Governador. A professora Rute afirmou que chegou a ir até o local, mas, depois dos acontecimentos. E a professora Márcia estava na passeata, mas, não chegou até o final, pois recebeu a notícia da morte de seu pai e teve que sair. A professora Silvia, também de Curitiba, não estava na passeata, pois estava em uma reunião com alguns professores, para convencê-los a participar do movimento, mas, rapidamente recebeu a informação do confronto que estava acontecendo, por um outro professor. As outras quatro professoras da região de Londrina não estiveram presentes, mas, relatam que entraram em contato com as informações por meio da mídia, noticiários de TV e jornais.

A participação da professora Alice foi efetiva no movimento, ela teve contato com as lideranças da APP de Curitiba e era a representante de um setor da cidade, pois, para facilitar a rede de comunicação, a entidade havia dividido as regiões em setores. O setor da professora Alice era o Mercês-Santa Felicidade, e ela conta que na véspera da manifestação eles se reuniram e o presidente da APP de Curitiba, Mário Sérgio, foi conversar com ela:

[...] ele me deu algumas orientações sobre a passeata como é que ia ser, nos avisando que nós tínhamos assim 99% de possibilidade de um confronto violento, isto ele colocou com antecipação, ele tinha certeza que ia acontecer, porque um histórico já de repressão que estava acontecendo fazia tempo.<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> Entrevista 1, p. 3.

A certeza do confronto é o assunto principal deste trecho da entrevista, parece que o presidente da APP-Curitiba já esperava o que de fato aconteceu, o confronto, essa suspeita se devia, segundo a professora Alice, por conta do “histórico de repressão” que estava acontecendo. Este histórico de repressão é uma referência aos fatos referentes à permanência dos professores na Assembleia Legislativa do Estado. Devido a isso, o que se podia esperar era mais repressão, mas, ainda assim, a manifestação foi preparada. Disto podemos indagar, se o presidente da APP de Curitiba tinha tanta certeza do confronto, o que levou a prosseguir com os planos de passeata? Será que já se tinha em mente o objetivo de criar mártires para o movimento? Fazer do confronto uma arma contra o governo do Estado?

Esta lembrança revelada pela professora Alice nos faz refletir sobre esta questão, neste caso podemos entender os professores envolvidos como corajosos por ainda assim realizar a manifestação, ou então, como oportunistas, se aproveitando da situação para a construção de uma imagem de vítimas. Mas, convém ressaltar que seja uma questão de constatação da realidade vivenciada no período. Estes professores vinham de um período conturbado da política nacional, com repressão às greves e manifestações, e deste modo, pelo fato de o governo já ter utilizado de outros mecanismos de repressão, seria um resultado provável, mais uma forma de reprimir os professores. Deste modo, a tendência é permanecer com a imagem de corajosos e destemidos, pois souberam enfrentar a situação, pois já estavam habituados aos anos da Ditadura Civil e Militar.

Na hora que houve o primeiro bloqueio, para nós não entrarmos com o carro de som eu estava exatamente ao lado do carro de som, ao lado do Mário, então eu lembro que a gente tentou, forçou o carro de som a passar, não conseguia e aí nós fomos nos encaminhando lá para a praça, naquele largo todo, eu subi na pracinha, ali da Nossa Senhora da Salete, naquela época é, hoje é mais fácil, ontem eu passei lá, anteontem, e era bem alto, eu era mocinha, né, eu fiquei lá em cima vendo o movimento, o pessoal estava todo mundo tranquilo, mães com seus filhos, foi uma passeata lindíssima sem nenhuma, sem nenhuma violência ali entre nós.<sup>262</sup>

A primeira dificuldade encontrada durante a passeata foi o impedimento da passagem do carro de som, mas, mesmo assim os professores prosseguiram. É interessante perceber, na fala da professora Alice, a tentativa de

---

<sup>262</sup> Entrevista 1, p. 4.

mostrar que os professores não são violentos, isto se deve, possivelmente a ideia veiculada pelo governo, posteriormente, afirmando que a violência havia partido dos professores. Mostrar como estava tranquila a passeata, mães com seus filhos, sem qualquer problema, reforça a ideia de que o início do confronto partiu da polícia e não dos professores. A passeata havia sido tranquila e linda na visão da professora, não fosse o confronto posterior.

[...] aí, de repente, quando olhei pro lado estava saindo assim de um portão ao lado da Assembleia assim aquela tropa de choque e eu nunca tinha visto tropa de choque antes, eles foram vindo, foram vindo e ao mesmo tempo eu escutei as bombas na minha frente e ao lado aquela tropa de choque chegando. E eles começaram, eles subiam naquilo ali e começaram a empurrar os professores lá para baixo, eu estava ali e eu me apavorei, eles, graças à Deus, não me empurraram, tinha um professor lá embaixo que me ajudou a pular, que era muito alto, ele me ajudou a pular. Quando cheguei lá embaixo tinha uma bomba do meu lado, as pernas não me obedeceram, eu não consegui trocar o passo e a bomba estourou e pegou em mim, mas, assim de leve, mas, interessante, passou através da roupa e me queimou, não foi como outras pessoas que foi horrível, né, machucaram muito, eu não, foi queimaduras leves.<sup>263</sup>

O trecho acima, um pouco extenso, é importante para percebermos a experiência do conflito, o fato foi marcante, pois a professora se lembra com detalhes de cada sequência dos acontecimentos, e tudo o que viu nos momentos de repressão da polícia. O depoimento mostra que a polícia começou a empurrar os professores, e o lugar onde estavam era alto, de onde poderiam se machucar ao cair. Alice foi auxiliada por outro professor para descer, mas, ao chegar embaixo não conseguiu se desviar da bomba, e acabou sofrendo queimaduras. Segundo a docente, não foram ferimentos graves, mas, outros professores não tiveram a mesma sorte. O cenário apresentado por Alice nos mostra que não houve tempo para saírem, os policiais chegaram em grupos e diretamente já utilizaram a violência contra os professores. Não levando em consideração o fato de haver mães e filhos, como demonstrado no trecho anterior do depoimento.

Sobre essa experiência, Alice revela que ficou “muito desacorçada, eu fiquei perdida de ver aquela coisa horrorosa assim, é ruim até da gente lembrar hoje”, a professora ressalta que ficou em choque diante daquela situação, tanto que levou a outras consequências: “eu me esqueci que eu tinha filho, marido, tava todo mundo em casa, na televisão estava passando, e que eles estavam desesperados,

---

<sup>263</sup> Entrevista 1, p. 4.

não tinha celular naquela época, eu não conseguia ligar pra dentro da minha casa”<sup>264</sup>. O envolvimento com aquela situação foi tão intenso que a professora se esqueceu de tudo o que havia além, da família, da sua casa. Isto se deve, também, ao choque diante daquela experiência vivida.

#### 4.4. SOBRE ÁLVARO DIAS

Neste tópico da pesquisa, direcionamos quatro questões sobre o governador do Estado no período da greve de 1988, Álvaro Dias, posto que como chefe do Estado estava diretamente ligado aos acontecimentos daquela greve, era ele o representante do poder estadual e o “patrão” dos professores.

A primeira questão indaga qual a representação que o professor tem de Álvaro Dias, partindo da memória sobre aqueles acontecimentos, qual a imagem que permaneceu ou foi construída sobre aquele governante. A segunda questão trata das propagandas veiculadas pelo governador nos meios de comunicação, em que afirmava que o salário dos professores era alto em relação ao número de horas trabalhadas, e o foco é como os professores percebiam este tipo de veiculação. A terceira pergunta trata da postura de “não diálogo” que o governador adotou durante o período da greve em relação ao movimento, como os professores sentiram esta situação. E a quarta interrogação trata da divulgação de um manifesto assinado por Álvaro Dias, publicado em alguns jornais do Estado, posteriormente à repressão sofrida pelos professores no dia 30 de agosto, culpando os docentes pelos acontecimentos daquele dia, afirmando que os policiais estavam se defendendo e protegendo o patrimônio público. Indagamos, então, como os professores perceberam este discurso feito pelo governador naquele período.

As representações sobre o governador trazem termos bastante negativos, como “Acho que é a pessoa mais falsa que eu já vi”<sup>265</sup>, “uma pessoa autoritária, muito autoritária, e uma pessoa aproveitadora, também, porque ele é dissimulado, muito dissimulado”<sup>266</sup>. Esta perspectiva sobre Álvaro Dias não é tanto por conta da repressão sofrida pelos professores, este ponto é fundamental, mas, o agravante é o fato de Dias ser graduado em uma licenciatura (História pela Universidade Estadual de Londrina), ou seja, professor de formação, e mais

---

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Entrevista 1, p. 4.

<sup>266</sup> Entrevista 3, p. 17.

importante, ter atuado juntamente com os professores em greves anteriores, antes de se tornar governador do Estado. Os adjetivos “falso”, “dissimulado”, “aproveitador”, reforçam esta compreensão de uma mudança na forma de atuar do governante. A classificação como “autoritário” mostra a visão da professora diante do posicionamento de Dias com da greve, a não abertura às negociações, e a repressão que autorizou.

A fala das professoras leva ao entendimento de que havia uma expectativa positiva com relação àquele político, mas, devido aos acontecimentos da greve em questão, tudo mudou e a imagem construída anteriormente deu lugar a algo bem diferente, mais negativo. Desta forma devido ao fato de ter atuado juntamente com os professores em outros movimentos de greve da categoria, a concepção sobre Álvaro Dias era positiva, mas, a memória referente a 1988 suprimiu a imagem anterior, que deu lugar a esta perspectiva negativa, que carrega, ao mesmo tempo, a perspectiva anterior, pois aparece como uma decepção.

A decepção quanto ao governante fica ainda mais clara na fala da professora Rute: “Eu fiquei assim, muito chateada, porque eu não esperava, eu fiquei assim, muito triste. A palavra é triste, não esperava que o Álvaro fosse chegar à tanto, maltratar os professores, sendo que ele também era professor”<sup>267</sup>. O fato de ser professor, e “maltratar” os professores foi o agravante para a professora Rute.

A mudança na perspectiva sobre Dias também é percebida na fala da professora Sara: “Nossa, teve uma época que Álvaro Dias era tudo, não é, em Londrina. Eu, eu não tenho um pingão de confiança no Álvaro Dias”<sup>268</sup>. Primeiro a lembrança anterior, Dias tinha destaque na cidade, era “tudo”, como aponta a professora, ou seja, era um político em quem as pessoas confiavam, havia uma expectativa positiva com relação a ele, mas, esta confiança se esvaiu, ao que tudo indica, para a grande maioria dos professores e também para outros setores da sociedade, posto que após este mandato (1987-1991), Dias não conseguiu mais ser eleito governador do Estado, mesmo tendo tentado algumas vezes.

A repulsa para com este político também aparece em alguns comentários das professoras, como por exemplo a professora Vilma que afirma que “não consigo ouvir a voz dele na TV, eu não sei como mantém uma pessoa dessa

---

<sup>267</sup> Entrevista 2, p. 11.

<sup>268</sup> Entrevista 6, p. 42.

no poder ainda”<sup>269</sup>, e também a professora Cássia, “quando se fala em Álvaro Dias eu tenho até, sabe...eu tenho horror!”<sup>270</sup>. A lembrança daquele sofrimento vivido na greve de 1988, em que Dias era governador, traz este sentimento de repulsa diante do reconhecimento da voz, da imagem e mesmo do comentário sobre Álvaro Dias. A sua imagem ficou diretamente ligada aquele sofrimento, a responsabilidade recaiu sobre a pessoa do governador, e é dele a culpa pelo que os professores passaram naquele momento.

A indignação da professora Vilma diante do fato de que ele ainda ocupa um cargo político (Senador), reforça este horror diante desta pessoa, e a explicação para as “maldades” que foram direcionadas aos professores é mostrada pela professora Clara, que aponta que “foi o pior governador para o magistério, porque ele sendo professor, e que em greves anteriores ele estava junto, ele pegou ódio dos professores, ele não gostava dos professores”<sup>271</sup>. A busca de uma explicação para a mudança de atitudes de Dias, que antes atuava com os professores e como governador reprimia as manifestações, trouxe uma resposta, ele passou a “odiar” o magistério. De acordo com a professora esta seria a causa para a mudança, o fato de “odiar o magistério”. Talvez este seja um reflexo do sentimento que esta professora desenvolveu em relação ao governador, por ter modificado a imagem anterior que ela possuía, de professor e atuante nas greves e movimentos.

Como estratégia contra o movimento dos professores, o governador divulgava nos meios de comunicação os salários recebidos pelos professores, e ressaltava que a jornada de trabalho era de “apenas” quatro horas diárias, uma forma de obter o apoio da população, e que estes se voltassem contra a greve dos professores. Sobre este fato questionamos como os docentes perceberam este tipo de veiculação.

Era isso daí que irritava mais, as mentiras, ‘professor ganha muito’. Gente, igual, olha, como eu te falei eu era CLT, para conseguir ganhar mais ou menos tinha que trabalhar manhã, tarde e noite, as vezes, para conseguir trabalhar. Ele não contava o serviço que nós levávamos para casa, preparar aula, corrigir prova. Como? Ele ainda afirmava que o professor ganhava bem, que professor trabalhava pouco, quatro horas, não sei de onde ele tirou isso daí.<sup>272</sup>

---

<sup>269</sup> Entrevista 8, p. 61.

<sup>270</sup> Entrevista 7, p. 50.

<sup>271</sup> Entrevista 5, p. 31.

<sup>272</sup> Entrevista 7, p. 50.

A professora Cássia mostra a indignação diante da atitude do governador, e rebate mostrando como realizava sua função para conseguir um bom rendimento, que ainda classifica como “mais ou menos”. A jornada de trabalho desta professora excedia as quatro horas diárias, a fim de aumentar os ganhos, e ainda, ressalta a questão dos trabalhos levados para casa, a preparação das aulas, as correções, ações que são realizadas pelos professores fora da sala de aula.

As professoras classificam as propagandas como mentirosas, pois não correspondiam à realidade, e juntamente com esta demonstração, trazem a visão que têm do governador. Segundo a professora Sara, esta atitude era uma forma de denegrir a imagem dos professores. Ele utilizava estas estratégias para “manchar” a imagem dos professores diante da sociedade. Diante disto a representação geral de Álvaro Dias, para as professoras entrevistadas, é como mentiroso, aquele que articulava, falsificava as informações, distorcia, a fim de prejudicar a categoria.

Para a professora Alice “o sentimento da gente era de impotência, porque você não, nós não tínhamos acesso à um desmentido disto. Nós sabíamos que era mentira, mas a gente não conseguia, os veículos de comunicação não informavam o nosso lado”. Segundo esta professora era difícil combater a força do Estado e a mídia a que estava associado. Segundo esta professora o governo conseguia custear as propagandas, ação que era difícil para os professores ou para a APP naquele momento. Mais um ponto negativo com relação ao governante, que fazia uso dos recursos públicos para este tipo de veiculação na mídia.

Diante disto, a professora Silvia acredita que este é um dos motivos para descrença atual nos docentes, a propaganda contradizia aquilo que os professores alegavam como fundamental para iniciar a greve, os salários baixos. A confusão de informações muitas vezes torna mais fácil a crença naquilo que é transmitido pela mídia. Posto que, é este o veículo de informações diárias da sociedade, é a partir da mídia que as pessoas entram em contato com as notícias, e em raros casos, há uma análise do que está sendo transmitido. Na maioria das vezes as notícias são recebidas e absorvidas sem qualquer atenção ou análise das motivações, ou mesmo preocupação com sua produção e divulgação, ou dos interesses que estão envolvidos.

Outro questionamento com relação ao governador foi elaborado em relação à postura que Dias adotou durante o movimento, de não diálogo com os professores enquanto não retornassem para as salas de aula.

Bem, ele dizia que o diálogo estava aberto, mas ele não recebia a comissão e não dialogava com ninguém. É tanto sentimento, tanta coisa, que se você for falar vai um dia inteirinho. Porque eu acho que um governante, antes e depois das eleições, ele tem que continuar o diálogo, e é só através do diálogo que se chega a alguma conclusão, [...] e isso ele não fazia.<sup>273</sup>

A professora Márcia mostra a contradição no discurso do governador que se dizia aberto para o diálogo, para as negociações, mas, não recebia a comissão dos professores. Além desta constatação, a professora não consegue descrever a forma como se sente diante dos fatos, seriam tantos sentimentos que ela não conseguiu definir, mas, aparece em sua fala posterior o tom de indignação e revolta diante da postura do governador, que segundo ela, tinha que estar aberto para o diálogo e este governador não estava.

A professora Clara apresenta sua visão sobre o governador, “ele era um tirano, eu sempre achei, depois de tudo que ele apresentou aqui em Londrina e a postura que ele tomou no decorrer das paralisações, ele foi um tirano para nós”<sup>274</sup>. Novamente, a lembrança da postura anterior de Álvaro Dias, que participava dos movimentos com os professores, e a posterior atitude de governador do Estado. A forma como a professora descreve o governador é como um tirano, pois a não abertura às negociações com os professores o coloca como contrário aos princípios democráticos, ainda mais porque defendia o movimento anteriormente.

O não entendimento com relação à atitude do governador também é apresentado pela professora Sara, ela afirma que “é uma lástima, é, era na época, mas, definir, não tem uma definição para uma coisa dessas que ele fez com a gente. É difícil aceitar, não sei se consigo, não consigo, é um absurdo”<sup>275</sup>. De acordo com a fala desta docente, foi e ainda é difícil de compreender esta postura de Dias, e ainda afirma que ela não consegue aceitar esta ação, e caracteriza como algo absurdo, que podemos inferir como um conflito gerado pela imagem que possuía daquele político e a imagem que se formou nos acontecimentos referentes à greve de 1988.

---

<sup>273</sup> Entrevista 3, p. 17.

<sup>274</sup> Entrevista 5, p. 32.

<sup>275</sup> Entrevista 6, p. 43.

A definição de diálogo para as professoras é a negociação das reivindicações propostas pelos professores, ainda que não acatasse completamente o que estava sendo proposto, o diálogo seria o oferecimento de uma contraproposta. O diálogo na situação de greve não seria apenas ouvir os docentes ou conversar, mas, se posicionar diante da situação. A professora Cássia afirma que se sentiu “péssima”, pois, “nós sabíamos que se nós voltássemos para a sala de aula não haveria diálogo nenhum”<sup>276</sup>. Ou seja, o governador não queria negociar durante a greve, e se retornassem ao trabalho a situação não iria mudar. Isto foi confirmado posteriormente, segundo a professora Vilma “nem voltando ele não conversou”<sup>277</sup>.

Assim, percebemos uma postura irredutível do governador, que se manteve durante toda a greve. Ele se recusou ao diálogo, e não atendeu aos professores.

A última questão relacionada à Álvaro Dias trata de um texto escrito, assinado por ele, em que, após os acontecimentos do dia 30 de agosto, afirmava que a violência havia partido dos professores. Sobre isto, a professora Alice nos revela:

Foi muito veiculado no Brasil inteiro [o 30 de agosto], então acho que pegou mal para ele, então ele quis limpar a imagem dele, aí ele nos culpou como uma maneira dele se retratar com a população do Paraná e com a população do Brasil, que foi uma questão que ficou feio para ele, ficou muito feio para ele e repercutiu muito mal. E eu lembro disso bem.<sup>278</sup>

A notícia sobre a repressão ao movimento dos professores foi veiculada tanto no Estado como em rede nacional, e isto não foi positivo para Álvaro Dias, a maneira que foi encontrada para tentar retirar sua culpa, segundo a professora Alice, foi a produção daquele escrito, que culpava os professores por aqueles acontecimentos.

A professora Rute afirma, da mesma forma, que foi “defesa dele, uma autodefesa, a pessoa quando é ataque, ele atacou e agora vai nos meios de comunicação e se defende”<sup>279</sup>. O manifesto, então, na visão das professoras foi uma tentativa de preservar a imagem do governo que já estaria manchada pela violência dirigida aos professores.

---

<sup>276</sup> Entrevista 7, p. 50.

<sup>277</sup> Entrevista 8, p. 62.

<sup>278</sup> Entrevista 1, p. 5.

<sup>279</sup> Entrevista 2, p. 12.

A professora Silvia classifica a atitude de Dias como “inocente”, pois, “todas as outras vezes nós estivemos lado a lado com os policiais também, caminhamos ali, e fizemos nossas manifestações, muitos deles até eram favoráveis que a gente né, e achava justo e tudo. Sempre foi uma ação que não tinha confronto.”<sup>280</sup> Esta professora recorre à movimentos anteriores da categoria para mostrar que nunca havia ocorrido um confronto, e assim, ela julga a ação do governador como algo infantil, impensado, que não tinha nenhuma fundamentação, e portanto não poderia se sustentar.

Dentro desta linha, a professora Sara classifica o governador como “mentiroso”, e reafirma a ideia de uma ação impensada e não fundamentada, pois não poderia ser crível diante de todas as evidências que estavam disponíveis para a população, como os registros feitos pela mídia, as fotografias e filmagens do confronto. Assim, a professora Sara traça um paralelo entre Dias e os políticos envolvidos em corrupção na atualidade: “eu acho tão ridículo esse tipo de político, sabe, que tenta ir contra as evidências. Está ali, tipo aqueles que estão ali recebendo propina, tá ali, tá pegando na mão, tá embolsando e tá dizendo que não, que não era aquilo que tava acontecendo”<sup>281</sup>. A docente enfatiza que não havia como se defender, os registros mostravam a culpa do governador, mas, ainda assim, a tentativa, a negação dos fatos.

O sentimento que transparece diante dos depoimentos é de indignação, pois os registros, as evidências mostravam que os professores não haviam iniciado o confronto, mas, o governo estava contrário aos indícios.

Para além dos questionamentos, duas professoras mostraram em suas falas, o que parece ter sido um comentário feito por Álvaro Dias, como apareceu nos dois casos, é relevante mostrar. As professoras Clara, de Apucarana, e Vilma, de Londrina, afirmam que em relação à questão salarial, Álvaro Dias havia dito que os salários não eram baixos, mas que “professor é mal casado”, no caso, a professora, como salienta Clara. E ainda, que a “mulher tem que ser cuidada mesmo por homem e tratada dentro de casa”, e “não tem nada que ficar fazendo greve”, nas palavras da professora Vilma.<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> Entrevista 4, p. 25.

<sup>281</sup> Entrevista 6, p. 43.

<sup>282</sup> Entrevista 5, p. 32 e entrevista 8, p. 60.

As duas professoras mostram o sexismo empregado pelo governador. Não há uma evidência sólida sobre esta fala, tanto é que as professoras ouviram de alguém, pode se tratar apenas de um boato espalhado na época, mas, este comentário revela uma representação sobre o governador, como machista, que tentava justificar os salários com os propósitos dos professores de sustentar a família, que para ter uma qualidade de vida também era necessário um bom casamento, ou seja, casar-se com alguém que tivesse um bom rendimento mensal. Isto seria uma ofensa à família dos professores, na perspectiva da professora Clara.

Assim, a representação sobre o governador ficou sedimentada na mudança de comportamento e atitudes, uma imagem que foi construída anteriormente, de político que apoiava o movimento, pois era também professor, estava junto nas manifestações, participava das lutas, e a imagem que surgiu enquanto governador, autoritário, ditador, que distorcia os fatos, interesseiro. A segunda imagem é a que permaneceu, mas, agregada a primeira, o que traz um sério agravante, pois é como se tudo o que pensavam a respeito daquele indivíduo fosse algo que não existia de fato. A segunda fase de Álvaro Dias seria a revelação de seu verdadeiro “eu” para os professores.

E a resposta à isso, segundo as professoras, foi dada nos anos que se seguiram, em que Álvaro Dias não conseguiu vencer as eleições para governador do Estado. Álvaro Dias personificou os acontecimentos da greve de 1988, e foi carregado pela culpa da repressão aos professores, e esta é a justificativa para não ter vencido mais nenhuma eleição para governador no Estado do Paraná. Nas palavras da professora Alice, “nunca mais ele vai ser governador desse Paraná, enquanto houver professor lutando”. Disto advém, também, a importância da rememoração dos acontecimentos, realizada todos os anos pelos professores, que revelam esta memória, estas representações, aos novos professores.

#### 4.5. A VOLTA AO TRABALHO

Nesta categoria, analisamos a memória das professoras em relação ao retorno às atividades em sala de aula, após o período de greve, mesmo sem terem conseguido o atendimento às reivindicações que motivaram o movimento.

Sobre a notícia do final da greve, questionamos se já estava sendo esperada, quatro das oito professoras afirmaram que estavam sim esperando o final

da greve, pois havia se estendido por um longo período e o cansaço e desânimo já tomavam conta dos professores. Duas professoras não se recordam deste momento, da notícia do retorno, a primeira alega que somente se recorda das reposições de aula que teve que realizar e a segunda, por ter retornado para a escola antes do fim da greve, não tem esta recordação. As outras duas professoras demonstram que ficaram insatisfeitas com este desfecho, pois desejavam que a greve continuasse.

Deste modo, percebemos que as reações diante do retorno foram variadas, segundo a professora Cássia, “ninguém mais aguentava, igual eu te falei, ficar todo esse tempo sem receber, receber centavos, isso daí é humilhante, mandar o holerite com centavos? Então eu acho que ninguém mais aguentava. Então voltamos, chateados sim, mas voltamos”<sup>283</sup>. Assim percebemos que o que motivou o retorno para esta professora foi a questão salarial, pois os cortes feitos pelo governo estavam prejudicando os professores. A professora classifica esta situação como humilhante, pois o governo enviava os holerites com alguns centavos apenas. E isto havia levado os professores a não suportarem mais a situação.

Para a professora Vilma a motivação para o retorno foram as atitudes do governador do Estado: “a gente já esperava, porque já não estava dando suporte, ele [Álvaro Dias] falando desse jeito, tratando os professores muito mal, então nós resolvemos mesmo voltar”<sup>284</sup>. A professora se refere às propagandas veiculadas pelo governo contra os professores, à repressão sofrida no 30 de agosto, e também à falta de diálogo, pois não havia negociação, e não havia como permanecer na greve diante de todos estes acontecimentos.

A professora Silvia, em seu depoimento, ressalta a preocupação com os alunos, pois sem as aulas as famílias se desestruturam, pois a rotina diária é quebrada. Isto seria mais grave nas cidades maiores como Curitiba, pois os pais tinham que trabalhar. Em cidades menores, segundo a professora, era mais fácil contornar a situação. A sua preocupação, então, com a demora no encerramento da greve era com as famílias que tinham filhos nas escolas, e como estariam lidando com a falta de aulas, onde estariam deixando os filhos durante este período.

Mas, o retorno trouxe sentimentos, como foi exposto pela professora Alice, “sensação de perda, de foi em vão, mas, foi em vão em relação ao que nós

---

<sup>283</sup> Entrevista 7, p. 51.

<sup>284</sup> Entrevista 8, p. 62.

queríamos, mas, também de fortalecimento, acho que foi um fortalecimento da categoria. E nós tínhamos que voltar, não tinha outra coisa pra fazer.”<sup>285</sup> Nesta fala é possível ver a memória daquela vivência e a memória construída com o passar dos anos. A sensação de perda, de que não valeu a pena foi o que acompanhou aquele retorno ao trabalho, mas, este episódio se tornou uma bandeira do movimento, e, por isso, foi também um fortalecimento na visão da professora, não foi esquecido, é constantemente rememorado. E novamente a constatação daquele período, quando a professora afirma que não havia mais nada a fazer a não ser retornar ao trabalho. Diante de tudo o que havia ocorrido, a negação de acordo por parte do governo, o cansaço pelo longo período da greve, levava-os ao retorno, não havia outra saída.

Mas, havia quem pensasse diferente, como é o caso da professora Rute e da professora Márcia, que acreditam que a greve deveria ter continuado. “Eu não gostei, não, porque dava a impressão que a gente tinha sido vencido”<sup>286</sup>, afirma a professora Rute, mostrando que daria para continuar, pois voltar sem alcançar os objetivos era ser vencido. A professora Márcia também concorda com esta ideia, e afirma que na sua escola, vários professores também não gostaram desse retorno: “Não me lembro muito bem, mas eu acho que fiquei a favor da greve, eu gostaria que continuasse, eu gostaria que continuasse, e a maioria também, da nossa escola, a maioria também”. Mais à frente a professora reconhece que todos estavam cansados e que talvez esse tenha sido o motivo do retorno.

Outro motivo para esse retorno apareceu em dois depoimentos, da professora Vilma e da professora Márcia, o fator que levou ao fim da greve, segundo elas, estava ligado à APP: “Até, na época, houve um comentário, isso eu não sei se é verdade, que a Associação dos Professores se rendeu, resolveram parar e aceitar a proposta do governador, aquela coisa toda”<sup>287</sup> [Márcia], a proposta do governo era a volta ao trabalho e depois negociações. A fala da professora Vilma traz termos mais comprometedores em relação à isso: “só que nós descobrimos que teve uma venda, uma negociação por trás disso, então isso foi um mal, entre a APP e o governo, então é onde desmoralizou.”<sup>288</sup> Uma negociação, segundo as professoras, foi realizada entre o governo e a associação dos professores, e o resultado teria sido o retorno ao trabalho.

---

<sup>285</sup> Entrevista 1, p. 5.

<sup>286</sup> Entrevista 2, p. 12.

<sup>287</sup> Entrevista 3, p. 18.

<sup>288</sup> Entrevista 8, p. 62.

Não fica claro qual é esse tipo de negociação, ou mesmo “venda”, como afirma a professora Vilma, mas, estas professoras sentiram que não foi um encaminhamento normal para uma greve. E diante disso, elas afirmam que muitos professores ficaram revoltados e se desvincularam da APP, deixaram de pagar as mensalidades, pois a associação ficou desacreditada. Afora esta questão de negociação ou venda, o que pode ser inferido destes depoimentos é que a associação acabou quebrando a expectativa destas professoras, pois desistiu da luta, após todo o sofrimento pelo qual já haviam passado, houve uma rendição, e isto deixou muitos professores insatisfeitos.

Sobre os sentimentos que acompanharam o retorno para sala de aula, o que é mais recorrente é a tristeza, por verem que a luta havia acabado e que não houve nenhuma mudança, não alcançaram nada do que estavam almejando, e também devido à forma como foram tratados durante todo o movimento, a repressão sofrida.

Desanimado, né, a pessoa volta para sala de aula sem motivação, porque você luta, você trabalha, você estuda, você deixa filho em casa, você deixa afazeres, suas coisas, fica até tarde, porque agora é diferente daquela época, a gente ficava até duas, três horas da manhã fazendo, arrumando, corrigindo caderno, arrumando, planejando aula, e pra ser dessa forma, ser recebido dessa forma e terminar a greve assim, então que não foi uma satisfação positiva, sabe.

[sentimento] de desamparo assim, de angustia, de tristeza, né, de a gente querer, lutar pra conseguir uma coisa e não conseguiu, ter que voltar, ser submissa, né, a esses governantes.<sup>289</sup>

A fala da professora Rute acima retrata bem a miscelânea de sentimentos que acompanharam aquele momento. É interessante ressaltar que esta professora, que estava aposentada na época, conseguiu sentir-se da mesma maneira que as outras professoras que tiveram que retornar para sala de aula. É uma memória comum, como se ela tivesse tido todo aquele contato, tivesse realmente vivenciado este retorno. Isto pode ter ocorrido pelo fato de ter participado de todo o movimento, e também, por ser recente a sua aposentadoria naquela época. A professora consegue compartilhar os mesmos sentimentos, as mesmas sensações, como se estivesse fazendo parte daquele retorno. E acredito que para ela, foi exatamente desta forma, pois o vínculo ainda permanecia e permanece até hoje, pois continua sendo uma professora atuante. Ela não se sente desta forma

---

<sup>289</sup> Entrevista 2, p. 12.

porque ouviu outros professores contarem sobre isto, ela se sente desta forma porque estava envolvida ao ponto de sentir daquela maneira, ainda que não retornasse para a sala de aula.

O sentimento de perseverança também aparece em alguns depoimentos, o anseio de recomeçar, levar os trabalhos adiante, “não esmorecer e continuar lutando”<sup>290</sup>, e “vamos tocar para frente, vamos repor nossas aulas, vamos recuperar nossos alunos para que eles não tenham perdas”<sup>291</sup>. Mesmo depois de todo o processo da greve, estas professoras mostram que precisavam se sentir otimistas diante da situação, não poderiam se deixar abater, precisavam continuar os trabalhos. E para superar o trauma, tinham que cumprir suas jornadas e realizar as reposições dos dias parados, pois havia a preocupação com os alunos, com a aprendizagem.

Outro ponto sobre esta volta ao trabalho foi sobre a reação dos alunos, como estes reagiram neste retorno.

A professora Alice se recorda da escola em que trabalhava como uma grande família, os alunos eram muito carinhosos, e segundo ela, somente questionavam se ela estava bem, e em relação aos alunos, o retorno foi bastante tranquilo.

No seu relato, a professora Márcia também se recorda do carinho dos alunos, pois aponta que eles estavam com saudades dos professores: “Então eu conversava com os pequenininhos e eles falavam que queriam voltar para a escola, porque já estavam com saudades, mas a mãe sempre dizia que não era hora, então havia um incentivo por parte dos pais, os pais estavam ajudando”<sup>292</sup>. A colaboração dos pais é um ponto positivo exposto pela professora, inclusive tomando partido da situação, e estando contrários ao governo. Márcia afirma que haviam pais que ligavam “xingando” o governador, mãe de aluno que ia conversar com deputado, e também as mães que largavam seus afazeres para participar das manifestações junto com os professores. Esta professora sentiu grande apoio e participação dos pais no movimento, o que explica, também, o carinho e o respeito dos filhos na escola, no retorno.

---

<sup>290</sup> Entrevista 4, p. 25.

<sup>291</sup> Entrevista 1, p. 5.

<sup>292</sup> Entrevista 3, p. 18.

Mas, não foram somente os alunos mais novos que receberam os professores com carinho, de acordo com a professora Clara, que trabalhava com o Ensino Médio, os alunos sempre apoiaram as greves dos professores, pois, compreendiam a situação dos docentes. A professora aponta que alguns pais eram contrários, pois queriam os filhos na escola, e cita uma frase que chegou a ouvir, “ah, esses professores são vagabundos”. Havia um misto de aprovação de desaprovação, mas, com os alunos havia este apoio aos professores.

Para a professora Sara, com os alunos não houve a percepção da reação, pois, segundo ela, eram crianças, (de primeira a quarta série – fundamental I), mas, os pais se manifestaram: “os pais vinham comentar, ‘nossa que horror’, não sei o que, ‘como é que vocês estão?’, ‘tá vindo salário?’, não sei o que. A preocupação dos pais era com os professores em si, não era tanto com a Educação”<sup>293</sup>. Neste relato vemos que os pais estavam preocupados com os professores, e se interessavam por sua situação, ao menos os que entraram em contato com a professora Sara. Havia, então, o apoio e o sentimento de compaixão diante de tudo o que os professores enfrentaram, colocado como “horror”, e também se a situação naquele momento estava melhor, se estariam recebendo salários.

A professora Cássia aponta um problema relacionado ao retorno, segundo ela os alunos reagiram de forma “normal”, até gostaram do retorno, mas, ao se depararem com o calendário de reposição das aulas, “aí era aquela guerra”<sup>294</sup>. Os alunos não ficaram satisfeitos com o fato de perderem os sábados e alguns feriados para a reposição de aulas, e isto gerava um conflito grande entre professores e alunos, de acordo com o relato da professora Cássia.

De acordo com a professora Vilma, os alunos ficaram sem entender o retorno, o fim da greve. Para esta professora a greve ficou inacabada, ela queria que a paralisação continuasse, e da mesma maneira como ela não compreendeu o fim, parece que isto foi direcionado para sua percepção dos alunos. E, segundo ela, os alunos permaneceram sem entender, pois os professores preferiram não explicar, porque “daí ia virar um balaio de gato”, ou seja, a explicação poderia complicar mais a situação, tornar tudo mais bagunçado. Disto podemos inferir que este seria um reflexo da perspectiva da professora, que preferiu não buscar este entendimento

---

<sup>293</sup> Entrevista 6, p. 44.

<sup>294</sup> Entrevista 7, p. 51.

para algo que ela não aceitava, ou talvez, não conseguiu encontrar as respostas para seus questionamentos em relação à esse retorno.

As professoras Rute e Silvia, não tiveram esse contato com os alunos. A primeira não se expressou sobre isto, mas, a segunda tem uma visão sobre o momento, pois segundo ela, a aposentadoria não cortou totalmente os laços, ela ainda permaneceu ligada à docência. Essa ligação fez com que os contatos que teve após a greve lhe dessem base para perceber a reação de alunos e, principalmente, dos pais: “você ouve elogios, você ouve revoltas, você ouve censura, não tem, não tem como. É uma, nem dualidade, é muito mais que dualidade”<sup>295</sup>. Segundo a professora Silvia, as reações eram diversas, e o quadro se tornava, então, complexo, difícil de definir, não era simplesmente a aprovação ou a reprovação, os sentimentos em relação ao retorno eram muitos.

O terceiro questionamento sobre a volta ao trabalho, se direcionou para a reação dos outros professores, como as entrevistadas perceberam isto.

O que as professoras revelaram é que os professores, neste retorno, tiveram reações muito próximas daquilo que foi reação delas também, inclusive os sentimentos que elas tiveram são ampliados para a categoria em geral.

Como expressa a professora Alice, “nós tivemos uma reação normal assim, um pouco de decepção, um pouco de dificuldade de pensar como iríamos fazer”<sup>296</sup>, mas segundo ela, não houve a busca por culpados, ou seja, os professores não ficaram acusando uns aos outros pelos fatos que aconteceram na greve, ou mesmo pelo fim da mesma. Essa ressalva sobre a culpa talvez se deva ao fato de alguns professores serem incentivadores do movimento, aqueles que motivam a participação dos outros, à adesão ao movimento.

A transferência de sentimentos e reações para o outro fica mais clara na fala da professora Márcia, “eles gostariam de continuar, sabe. Eles achavam que quem recuou foi a APP, que recuou, não lutou até o fim. Os professores voltaram tristes, eles queriam continuar a greve. Já que estavam, que entraram na luta, que ia até o fim”<sup>297</sup>. O grupo ao qual fazia parte não estava satisfeito com o fim da greve, todos, na visão da professora, acreditavam que o movimento deveria continuar. Esta fala é a mesma que a professora expressa

---

<sup>295</sup> Entrevista 4, p. 25.

<sup>296</sup> Entrevista 1, p. 6.

<sup>297</sup> Entrevista 3, p. 18.

quando foi questionada sobre a notícia do retorno, disto podemos inferir que havia uma ligação grande entre o grupo, que compartilhava os mesmos sentimentos, ou então, que a professora Márcia se recorda daquilo que ela sentiu naquele momento e acabou transferindo esta memória, como se fosse comum também para os seus colegas.

Esta segunda alternativa parece mais pertinente devido ao fato de que nas outras entrevistas os posicionamentos diante do retorno são diferentes, a questão do cansaço dos vários dias de paralisação e manifestações, da falta de salário, eram agravantes para que os professores quisessem encerrar a greve.

É interessante levar em consideração a fala da professora Sara, pois ela havia abandonado o movimento ainda no início, mas, mostra que os seus sentimentos sobre a greve não eram diferentes daqueles que ficaram até o final: “acho que o sentimento de derrota veio pra quem estava parado e pra quem estava na greve, todo mundo[...] Eu acho que no geral, foi esse sentimento de derrota, sim, muita tristeza, muita decepção, muita derrota, questão da derrota, sentimento de derrota”. A palavra “derrota” aparece quatro vezes na frase citada, esse parece ter sido o sentimento mais forte para esta professora. Mesmo não participando do movimento de forma completa, ela compartilhou dos sentimentos dos colegas que estavam retornando para a escola.

As reações dos professores, segundo as entrevistadas, eram de revolta com a situação, estavam “chateados” com a situação que vivenciaram, pela repressão que sofreram e porque não alcançaram seus objetivos, o retorno simbolizava esta derrota, pois voltaram ao trabalho sem as conquistas, eram as mesmas condições de trabalho que tinham antes do movimento, mas, com o peso da experiência vivida.

Assim, a volta ao trabalho se mostra difícil pelos sentimentos gerados com toda a situação pela qual os professores passaram durante a greve, e pelo fato de que o movimento se estendeu e não alcançou os seus propósitos. Os relatos apontam que os professores tiveram o apoio de alguns pais e dos alunos, mas, também sentiram a reprovação de outros. A memória das professoras se torna muito próxima diante destas revelações, pois demonstram que os sentimentos gerados são compartilhados, e também refletidos nos outros professores. Ao mesmo tempo se sentiam tristes e revoltados, devido à percepção de que toda a luta, apesar

da experiência proporcionada, da união da categoria, ainda assim, gerou uma derrota.

#### 4.6. SOBRE A APP

A Associação dos Professores do Paraná teve papel importante em todo o movimento, por ser a entidade representativa dos professores, era responsável por organizar as manifestações e realizar as negociações junto ao governo do Estado. O objetivo desta análise é perceber a memória das professoras entrevistadas sobre a participação da entidade na greve.

O primeiro questionamento é uma avaliação da ação da APP durante o movimento de 1988. A maioria das respostas foram bastantes sucintas, aprovando ou não a ação da entidade naquele movimento. Apenas uma professora se estendeu bastante ao abordar esta avaliação, revelando as dificuldades encontradas por aqueles que assumem o papel de representantes da categoria. A professora Clara afirma que os professores mais jovens fogem desta responsabilidade e que a função acaba recaindo sobre os docentes com mais tempo de serviço, e é por isso, segundo esta professora, que há tantos aposentados com cargos dentro da entidade, por falta de jovens que queiram assumir. A fala da professora é carregada por um sentimento que ela mesma revela como “dó”, “eles são esforçados, eles lutam, mas não tem muita força, não tem muito apoio”<sup>298</sup>. A professora Clara avalia como positiva a ação, mas fraca, pois não conseguem o apoio de todos os professores.

Para a professora Alice, “a sensação que se tinha é que nem eles conseguiam achar o rumo, na hora mais difícil”<sup>299</sup>. Para esta professora, diante das situações vivenciadas durante aquela greve a APP ficou perdida, sem saber qual direção seguir. A professora justifica afirmando que eles trabalhavam muito, e que eram “humanos”, ou seja, passíveis de erros, e também que “não era uma época favorável”. Na perspectiva desta professora a APP buscava realizar o seu papel diante do movimento, mas, não conseguiu de forma satisfatória.

De acordo com a professora Cássia, a APP ficou “omissa” na sua função. E a justificativa da professora traz uma relação com a política, ou melhor,

---

<sup>298</sup> Entrevista 5, p. 34.

<sup>299</sup> Entrevista 1, p. 6.

com cargos políticos. Segundo a docente, muitos representantes da APP, naquele período, se candidataram para cargos políticos e se elegeram. Pela fala da professora, o sindicato parecia servir de “trampolim” para alcançar as cadeiras de deputados e vereadores. Podemos inferir disto que, para a professora, alguns professores fizeram da participação naquela entidade um suporte para alcançar interesses maiores, não levando de forma séria todo o movimento. E assim justifica seu posicionamento, “sou meio contra sindicato”.<sup>300</sup>

O que ficou marcado para a professora Vilma, como já abordamos no tópico anterior, parece ter sido a questão do retorno da greve. Ao julgar a ação da APP a professora afirma que “Ela estava indo muito bem, não precisava ter se vendido, nem se corrompido [...] ficou marcado que a APP se vendeu numa hora errada”<sup>301</sup>. Para a docente toda a ação foi resumida em uma única, a decisão do retorno. Ela caracteriza esta decisão como um erro que prejudicou a imagem da entidade diante dos professores.

Há a ausência de lembrança por parte da professora Sara e isto se deve ao fato de que esta professora não permaneceu com o movimento até o final, tendo apenas iniciado, a docente logo retornou para a escola. Em relação à APP, ela não respondeu nenhuma questão, talvez pelo fato de não ter tido este contato e também pelas dificuldades que encontrou com os outros colegas por ter interrompido a paralisação. Naquele momento a APP representava a greve, o movimento, as decisões que levaram à paralisação, e isto pode ter ocasionado certa pressão sobre esta professora, que preferiu não se manifestar sobre a entidade.

A resposta da professora Rute foi curta e direta, “muito boa e intensa”<sup>302</sup>. Para esta docente a ação da entidade representativa dos professores foi satisfatória, ela acredita que eles desempenharam bem sua função. A professora Márcia também compartilha da opinião, afirmando que “eles trabalharam muito, e estavam sempre na linha de frente, eu acho que eles fizeram um bom trabalho”<sup>303</sup>. Como soldados em frente de batalha, de acordo com a professora, os representantes da APP estavam sempre liderando o movimento, à frente das manifestações. Esta mesma posição é também compartilhada pela professora Silvia,

---

<sup>300</sup> Entrevista 7, p. 52.

<sup>301</sup> Entrevista 8, p. 63.

<sup>302</sup> Entrevista 2, p. 13.

<sup>303</sup> Entrevista 3, p. 19.

que faz um balanço das ações durante o movimento, afirma que a entidade cresceu, e que “foi positivo, foi muito positivo a ação da APP”<sup>304</sup>.

As três professoras acima, que elogiaram a ação da APP durante o movimento, é interessante ressaltar, são da região de Curitiba. Não podemos afirmar se há relação quanto a isso, mas, podemos inferir que estavam mais próximas destas ações encaminhadas pela entidade, e de certa forma, isto as fez perceber que a Associação dos Professores estava atuando. Mesmo a professora Alice, que também é da capital, que afirmou que estavam sem rumo durante aquele movimento, coloca que “eles estavam sempre trabalhando”. Neste sentido, é possível perceber o reconhecimento da ação, do trabalho desenvolvido pelos representantes da APP, principalmente pelas professoras que estavam mais próximas dos acontecimentos, ou seja, na capital do Estado.

Para as docentes do interior, como no caso das entrevistadas de Londrina e região, talvez esta presença não tenha sido tão sentida, fato que levou a um maior descontentamento em relação à entidade.

Outro questionamento direcionado às professoras diz respeito à pressão para participar do movimento, se a APP agia de forma a pressionar os professores que não aderiam à greve. As respostas revelam uma divisão bem clara quanto à essa percepção. Quatro professoras apontam que não havia pressão, que o papel que a APP desempenhava era de informar, esclarecer sobre os acontecimentos da greve. Três professoras apontam que havia sim pressão sobre os professores, que a APP agia desta forma com os docentes que não participavam do movimento. E uma professora não respondeu, pois alegou não se recordar do relacionamento com a APP durante a greve.

A professora Alice afirma que “eu não considero pressão. Eu acho que havia esclarecimento”. Mais à frente ela aponta que “era como se fosse uma família, é como quando você vai chamar a atenção de alguém que você acha que está fazendo a coisa errada”<sup>305</sup>. O papel da APP, segundo a professora, era como um pai ou uma mãe que precisava direcionar aqueles “filhos” para o caminho certo, pois estavam agindo de forma errada não participando do movimento. Desta forma, ela não considera que esta ação seja uma forma de pressão.

---

<sup>304</sup> Entrevista 4, p. 26.

<sup>305</sup> Entrevista 1, p. 6.

Da mesma maneira as professoras Rute, Silvia e Clara, procuram ressaltar que a APP estava realizando seu trabalho, trazia informações sobre a greve, comunicava os fatos, as ocorrências e que isto não poderia ser classificado como pressão. A presença da APP durante o movimento, segundo as professoras é maior, mas, isto se caracteriza pelo momento, pela necessidade de estar em contato com os professores para que estes aderissem a greve, mas, não havia a coação para mudança de posicionamento diante da greve.

Mas, isto não é o que declara a professora Cássia, segundo esta docente: “Havia, havia pressão. Olha, humilhava as vezes, sabe, quem ficava em cima do muro, sabe aquelas histórias assim: Ah, porque tal professor fica em cima do muro, e porque tal professor fica passeando ao invés de vir aqui”<sup>306</sup>. Não havia apenas a pressão, havia também a humilhação de expor os professores e suas ações, seja porque não tomou partido, ou porque não estavam participando das reuniões.

Para a professora Vilma, havia diferenças entre os representantes, “alguns pressionavam bem, outros mais ou menos”, as lideranças não agiam da mesma maneira, talvez pela maneira de se expressar, o tom de voz utilizado, isto caracterizava o que a professora identifica como menor ou maior pressão. Aqueles que falavam com mais ênfase, talvez fossem os que pressionavam mais. Mas, esta é uma forma de tentar compreender este posicionamento da professora.

A professora Márcia afirma que havia coação, mas, ao mesmo tempo apresenta que os representantes da entidade explicavam sobre a greve, conversavam com os professores. A pressão, neste sentido, é colocada como a tentativa de convencer, por meio do diálogo, a adesão ao movimento.

A última questão sobre a APP indagou as professoras sobre os líderes do movimento, se era uma liderança forte ou se havia um coletivo que se sobrepunha a essa liderança. Apenas uma professora afirmou que havia uma liderança forte naquele movimento, três afirmaram que havia tanto um coletivo forte como uma liderança forte, duas professoras afirmam que o coletivo era mais forte, e as outras duas professoras não souberam responder.

Ao que parece a força do movimento, segundo as professoras estava no coletivo, na união dos professores, era importante ter um líder para

---

<sup>306</sup> Entrevista 7, p. 52.

encaminhar o movimento, mas, a greve é feita pelo grupo, pelos professores de um modo geral. Sozinhos os líderes não possuem a força, precisam deste coletivo. Há a consciência de que o encaminhamento dos representantes da entidade favoreciam as ações, mas, a adesão dos professores era importante. E este grupo formado era forte.

Assim, podemos inferir que a APP, para algumas professoras representou ponto chave, de apoio para os docentes em greve, mas, ao mesmo tempo houve desapontamentos com relação à algumas das ações da entidade. A ausência em algumas regiões foi também sentida, o que tornou a entidade distante de alguns professores. A tentativa de convencer os professores a aderirem ao movimento foi percebida tanto como ação normal, prática comum a um período de greve, e também como uma forma de coação daqueles professores que não haviam se decidido ou optaram por não participar do movimento. As opiniões sobre a APP divergem, algumas professoras acreditam que a entidade desempenhou um bom trabalho, enquanto outras apresentam algumas queixas, principalmente em relação à ausência de representantes na escola em que atuavam.

Este capítulo, de forma geral, buscou analisar os depoimentos colhidos, retratando alguns aspectos principais da memória das professoras sobre o movimento grevista de 1988. Devido à grande riqueza do material, a análise parece ser bastante sucinta, mas, traz um panorama que ajuda a compreender a diversidade e também a consonância de ideias sobre o movimento que se tornou significativo para a categoria, devido à repressão e a falta de diálogo com o governante, em pleno período de abertura política.

Para complementar este panorama, o próximo capítulo traz uma continuação da análise, com o enfoque sobre as questões voltadas para a construção/afirmação de uma identidade.

## 5 CAPÍTULO IV: MEMÓRIA E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE A PARTIR DO MOVIMENTO GREVISTA DE 1988.

Retomando as discussões sobre memória e identidade realizadas no primeiro capítulo desta dissertação, o objetivo deste capítulo é analisar a construção/reconstrução de uma identidade docente a partir dos relatos colhidos com professoras da rede pública estadual do Paraná.

A memória é uma construção que permite entender quem somos. A partir das lembranças passadas e das vivências cotidianas a memória é constantemente reconstruída, atualizada. Esta memória é, ao mesmo tempo, parte de experiências individuais e também coletivas, ou seja, as relações com outros indivíduos atuam de forma significativa na compreensão de mundo de cada um e na formação da memória.

Se necessitamos da memória para nos definir enquanto sujeitos, a memória é formadora de identidades. A construção das identidades envolve a questão do “outro”, que caracteriza as diferenças, salienta as distinções, revela as similitudes, que são capazes de mostrar o “eu” em comparação ou diferenciação ao “outro”. Conforme foi apontado por Stuart Hall<sup>307</sup>, a noção de identidade insere o sujeito em determinada estrutura, o torna parte integrante e em constante relação com esta sociedade.

Ao definir a questão da identidade, Hall apresenta três diferentes sujeitos, conforme discorreremos no primeiro capítulo deste estudo, mas, vamos nos ater, neste momento, ao que ele define como “sujeito pós-moderno”. Diferente das concepções anteriores a identidade deste sujeito não é definido pela biologia, mas, pelas experiências históricas. Segundo este estudioso, em diferentes momentos os sujeitos assumem diferentes identidades. Não é possível ao sujeito possuir uma identidade única, mas, sim, múltiplas identidades, dependendo direta ou indiretamente da função que exerce em cada meio.

Hall define estas identidades como “descentralizadas e fragmentadas”. Não há mais um centro único, mas, vários centros, e ao mesmo tempo, todas as identidades compõem e definem o sujeito.

---

<sup>307</sup> HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

A partir das discussões propostas por Stuart Hall em relação às identidades, podemos inserir também a proposição colocada por Antonio Nóvoa, que aponta que “o professor é a pessoa; e uma parte importante da pessoa é o professor”<sup>308</sup>. Esta afirmativa colocada por Nóvoa insere o objeto de nosso estudo na perspectiva proposta por Hall. O professor, além da sua profissão, é também uma pessoa, o que caracteriza uma série de outras identidades. Pai ou mãe de família, filho ou filha, esposo ou esposa, isto apenas no âmbito familiar, há também outros tipos de relações que mantemos, seja com um grupo religioso, ou de amigos. Em cada um destes diferentes grupos assumimos identidades diferentes.

Mas, é importante ressaltar, não há uma desagregação de cada parte deste sujeito, mas, antes, a união das diferentes identidades, por isso, podemos caracterizar como “descentralizadas e fragmentadas”, como apontado por Hall. São todas estas identidades que formam o ser, e o faz, ao mesmo tempo, diferente e semelhante ao grupo e/ou sociedade em que se insere.

No capítulo anterior analisamos os depoimentos de professoras tendo como foco a memória sobre a greve de 1988. Neste capítulo vamos analisar os mesmos depoimentos, mas, o enfoque se dará na percepção da construção de uma identidade docente a partir do fato histórico descrito.

No primeiro momento a abordagem será a partir das questões formuladas com relação à identidade, uma categoria de questões que foram direcionadas às professoras, para entender a percepção que as professoras têm sobre a identidade, e se elas acreditam que o movimento de 1988 foi importante para esta construção/reconstrução identitária dos docentes do Estado do Paraná.

No segundo momento, vamos analisar as concepções que as professoras têm sobre a atividade docente, como elas se identificam com a profissão. Esta abordagem é relevante pois apresenta uma percepção sobre um ideal de professor, uma caracterização da função social que o professor exerce, e as diferentes perspectivas sobre a ação docente e sobre os professores.

---

<sup>308</sup> NOVOA, Antonio. **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992, p. 13.

### 5.1. SOBRE A IDENTIDADE:

Foram elaboradas seis questões direcionadas a percepção que as entrevistadas têm sobre a relação entre a identidade e o movimento grevista de 1988. O objetivo é entender se a memória construída relaciona a identidade do professor paranaense com aquele fato histórico específico. Analisar se para as professoras aquele acontecimento imprimiu mudanças significativas para a construção de uma identidade docente.

A primeira indagação feita às professoras, dentro deste tema, foi: qual a importância da greve de 1988 para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação? Para construir uma análise, vamos recorrer ao depoimento de cada uma das professoras.

Eu acho que faz parte de uma história muito importante pra nós de crescimento, porque mesmo durante a primeira paralisação, o primeiro movimento que teve depois que eu entrei, acho que deve ter sido em 78, eu acho assim os professores nunca, nunca tiveram medo de enfrentar, sempre foram e eu acho que isto daí foi um crescendo, tá, eu acho que sempre foram muito fortes, eu acho que sempre eles lutaram muito, sempre tiveram muita garra pra tentar conseguir aquilo que a gente achava justo. E eu penso assim que houve uma, um crescimento de todos, eu acho que houve uma união maior. Claro que alguns ficaram, se afastaram e não voltaram mais, mas acho que de uma forma geral houve um crescimento nesse companheirismo.<sup>309</sup>

O depoimento acima, da professora Alice, revela que esta professora considera a greve de 1988 um acontecimento importante para a categoria, exatamente porque favoreceu um crescimento do movimento. Para fundamentar esta ideia a professora relembra greves de anos anteriores, e apresenta que nestes outros momentos de luta da categoria houve a participação dos professores. Segundo Alice, houve um aumento da participação docente, que “nunca teve medo”, foi um processo decorrente também de movimentos anteriores, não uma mudança apenas com o acontecimento de 1988. Ela afirma que “houve uma união maior”, um “crescimento nesse companheirismo”, o que indica que ela faz uma diferenciação deste acontecimento, foco da análise, e talvez isto se deva à repressão e ao sofrimento à que estes professores ficaram expostos devido à falta de negociação, a indecisão sobre os rumos a seguirem, e todos os sentimentos

---

<sup>309</sup> Entrevista 1, p. 7.

decorrentes da insatisfação com a forma com que foram tratados pelas forças do Estado.

Nas lembranças sobre a greve, esta professora afirma que havia uma grande solidariedade entre os professores, uma ajuda mútua, esta memória favorece a interpretação do movimento como positivo para a união dos professores, para este sentimento de companheirismo. Este sentimento pode ser entendido como o sentir-se como o outro, ver no outro alguém com os mesmos objetivos, um semelhante, aquele que está lutando junto. De certa forma, o ressaltar destas características, “união” e “companheirismo”, revelam que para esta professora houve uma diferenciação do movimento de 1988 em relação aos movimentos anteriores, que também foram importantes para a categoria.

A resposta da professora Rute ao questionamento foi bastante sucinta, mas, é importante para entender a sua percepção sobre o tema: *“Tem, tem porque marcou, fala em 88 todo mundo já sabe, apesar que tem pessoas que não acreditam que isso aconteceu, professores, mas aconteceu, então, identificou, né”*<sup>310</sup> (sic). O “tem” mostra que esta professora acredita na relação entre a greve e a construção da identidade docente, porque este movimento deixou marcas. As marcas, foram o diferencial desta greve. Toda greve é importante para uma categoria, mas, no caso dos professores do Paraná, a de 1988, em especial, trazem marcas de violência, de repressão. Por isso, a professora Rute afirma que “fala em 88 todo mundo já sabe”, foi uma greve que teve grande repercussão, mas, também, acabou se tornando uma “bandeira” para a categoria.

Assim como a estratégia de criação de um mártir, ou um herói foi largamente utilizada na história, para, segundo Loiva Otero Felix, “elaboração de uma memória, através de um conjunto de símbolos e significações retomadas nos momentos específicos de crises e rupturas”<sup>311</sup>, a retomada do episódio de repressão aos professores ganha o mesmo sentido e importância: a elaboração de uma memória. Esta memória é constantemente retomada e utilizada para motivar os professores para a luta. É amplamente difundida entre os professores, e este fato revela o porquê do não esquecimento, pois há uma retomada constante daquela

---

<sup>310</sup> Entrevista 2, p. 13.

<sup>311</sup> FELIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio. **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998, p.146.

memória, e disto decorre a afirmação da professora Rute “fala em 88 todo mundo já sabe”.

A professora Rute já estava aposentada no período da greve, e por isso havia vivenciado outros movimentos grevistas, inclusive durante a Ditadura Civil e Militar (1964-1985), talvez sua memória estivesse retomando aspectos deste período ao afirmar que “tem pessoas que não acreditam que isto aconteceu”, devido ao obscurantismo em relação às informações próprias daquele momento. Pois, conforme analisamos no capítulo II deste estudo, os jornais divulgaram os acontecimentos da greve de 1988, inclusive o episódio da repressão, no dia 30 de agosto daquele ano. E não apenas os jornais impressos, mas, emissoras de televisão e rádio também noticiaram o acontecimento, devido à este fato, podemos inferir que houve uma associação do acontecimento de 1988 com um período anterior, mais característico da Ditadura.

Isto fica ainda mais claro quando retomamos outro momento da entrevista com a professora Rute, quando questionada sobre as lembranças do *30 de agosto*, ela afirma que “foi um dia muito triste, muitas pessoas sofreram muito, muitos professores sofreram, *morreram*, machucados”<sup>312</sup> (grifo meu). Não houve nenhuma morte naquele acontecimento, e segundo o relato, a professora coloca o verbo no plural “morreram”, esta lembrança associada ao que abordamos acima, nos fornece pistas de que há uma mescla de uma memória anterior, que não necessariamente tem a ver com professores, à memória do movimento de 1988. Outras experiências, ainda que não vivenciadas por esta professora, foram agregadas à sua memória, e relacionadas aquele movimento, que para ela, tiveram igual teor de crueldade.

Sobre o depoimento da professora Márcia, temos:

Eu acho que sim, eles saíram mais, os professores saíram mais valorizados e mais, como que eu poderia colocar aqui... É mais valorizados, os professores, porque eles sentiram que a sociedade apoiou muito, sabe, os pais de alunos também. E perceberam também que os professores perderam um pouco daquele medo que tinham, noventa por cento eles perderam de medo, de perder emprego, de perder salário. Eles perderam esse medo, os que participaram. E se tivessem que participar novamente eu tenho certeza que eles estariam todos na rua novamente.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> Entrevista 2, p. 11.

<sup>313</sup> Entrevista 3, p. 19.

No relato desta professora a sua compreensão é de que há uma relação entre o movimento de 1988 e a construção de uma identidade docente, pois, houve uma valorização da categoria. Isto parece um tanto contraditório, posto que não conseguiram atingir os objetivos com a greve, e diante de todos os acontecimentos próprios daquele movimento que atingiram de forma violenta os professores. Mas, a questão levantada pela professora é que receberam o apoio da sociedade, principalmente dos pais dos alunos, e disto decorre a valorização que ela apresenta. Outro ponto relevante apontado por Márcia é a questão do medo, segundo esta professora, houve a percepção, por parte dos professores, de que perderam o medo que existia sobre a perda do emprego ou ficar sem os salários. E disto decorre sua afirmativa, de que se fosse necessário, estariam nas ruas se manifestando novamente.

Partindo desta questão entendemos que o movimento de 1988, na percepção da professora Márcia, auxiliou os professores a vencer o medo, e serve de motivação para novas lutas. Novamente podemos retomar a questão do reforço da memória sobre este acontecimento, baseado na ampla propaganda do fato histórico pela entidade sindical da categoria – APP. O informativo mensal desta tem como alcunha “30 de agosto”, data do violento conflito entre policiais e professores, uma espécie de marco daquele movimento. E, o reforço desta memória acontece no aniversário da data todos os anos, com paralisações totais ou parciais<sup>314</sup> em todo o Estado, geralmente acompanhadas de passeatas dos professores nas principais cidades do Estado. A motivação para novas lutas, conforme apontado pela professora está presente nesta rememoração constante do fato. E o medo, vencido, segundo a professora, também pode ser entendido como característico desta rememoração, pois aqueles professores são tidos como exemplos, e até mesmo como os heróis. Isto pode ser reforçado pelo depoimento da professora Vilma, já citado anteriormente “foi um ato corajoso, histórico, homérico”<sup>315</sup>. E também pelo relato da professora Clara, sobre os professores que estavam presentes no conflito, afirma que “eles são uns heróis, são professores heróis”<sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> A paralisação total é quando não acontecem atividades nas escolas, os alunos são dispensados daquele dia letivo. As paralisações parciais acontecem quando há uma diminuição da hora/aula, de cinquenta minutos para trinta minutos, dispensando os alunos antes do cumprimento da jornada diária. Não há uma regularidade quanto a isso, dependendo apenas das informações que são repassadas pela APP para decidir sobre paralisação total ou parcial.

<sup>315</sup> Entrevista 8, p. 60.

<sup>316</sup> Entrevista 5, p. 36.

Como apontado por Félix<sup>317</sup>, a criação de heróis traz um conjunto de símbolos que são retomados em momentos de crises e rupturas, direcionado para a questão deste estudo, esta memória é retomada para reforçar a legitimidade de uma luta, e ao mesmo tempo, motivar a participação dos docentes. Esta motivação acontece exatamente sensibilizando para este sentimento de pertencimento à um grupo. Ao mostrar o sofrimento de outros professores, a luta, há um processo de reconhecimento, valorização da ação daqueles docentes, sentimentos que impulsionariam outros para a luta.

A memória da greve de 1988 e do movimento que se seguiu nos anos posteriores também tem repercussão nos governos, conforme aponta a professora Silvia:

Sim, acredito que aí cresceu muito, nós ficamos conhecidos no Brasil inteiro. Então, foi uma, um marco ali, e você vê que até hoje as bases tremem ali quando fala, ali, lógico, o sindicato e tudo se promove ali, também dentro disto daí, porque foi penoso, tem muita gente que ficou até marcado, vamos dizer, né, daquela, do espancamento ali. Mas aquilo ali pra dizer, ó como nós fomos tratados, e que nós vamos. E daí os governadores tem até medo e respeita. Quando o 30 de agosto sai na rua, depois, ó já são quanto? 23 anos. Todos 23 anos aí. Todos os governadores, então aquela reivindicação, quando vem a marcha ali na rua, já abre lá, vamos negociar. Apesar que vai negociar e não negocia nada. Mas pelo menos tem, tem ali respeito.<sup>318</sup>

Para esta professora o movimento de 1988 proporcionou um crescimento para a categoria, e um reconhecimento nacional, devido às notícias sobre as ações dos professores dentro do Estado após a repressão. É interessante perceber que esta professora tem a consciência que aquele fato histórico – 30 de agosto – é utilizado para promoção do sindicato, pois trouxe consequências negativas para o governo Álvaro Dias, político que não conseguiu mais se eleger como governador após o acontecimento. Disto decorre o que a docente caracteriza como “as bases tremem ali”, ou seja, na perspectiva desta professora a repercussão dos fatos trouxe uma força extra para o movimento que passou a ser temido pelos governos posteriores. Por isso, também, o pronto atendimento quando há alguma manifestação por parte dos professores, há a abertura às negociações. Ainda que as reivindicações não sejam atendidas, segundo Silvia, há ao menos o respeito, que ao

---

<sup>317</sup> FELIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio. Op. Cit.

<sup>318</sup> Entrevista 4, p. 26.

que tudo indica, foi conquistado por meio daquela luta e da memória que se construiu sobre ela no decorrer dos anos.

Retomando apenas um trecho deste depoimento da professora, que parece exemplificar a rememoração constante daquela greve: “Mas aquilo ali pra dizer, ó como nós fomos tratados, e que nós vamos”, podemos entender também que a docente compreende o sentido da rememoração e de sua importância para o movimento atual dos professores. A lembrança de “como nós fomos tratados”, engloba um sentido geral do quadro de docentes do Estado do Paraná. Quem foi tratado desta forma? E a resposta não é excludente, ao contrário, insere todos os professores. O sujeito não é o indivíduo, mas, o grupo. Esta rememoração descaracteriza indivíduos em favor de uma caracterização do coletivo, “os professores do Paraná”, neste caso esta é a definição para o “nós”, pois a professora se sente pertencente ao grupo. Mesmo tendo afirmado não estar no local do conflito quando aconteceu a repressão, esta professora se insere no acontecimento, pois foi o grupo a que ela pertence que sofreu.

É a questão da inserção no coletivo, que traz a consequência do fato para todos os indivíduos. Não há uma diferenciação da memória, *os meus colegas sofreram*, há uma memória do grupo, coletiva, *ó como nós fomos tratados*. Este processo está diretamente relacionado com a identidade, pois a memória traz este sentimento de pertença à um grupo. A memória, como aponta Pollak, tem como objetivo “Manter a coesão interna e defender fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] eis as duas funções da memória comum.”<sup>319</sup>

Outro ponto relevante é que a frase da professora não tem final, “e que nós vamos”, vamos? Onde? Ao que tudo indica, é uma referência à luta, à continuidade do movimento docente. A partir da coesão interna e das fronteiras em comum defendidas, a lembrança dos acontecimentos, então, leva a uma ação. Esta ação é que, segundo a docente, causaria o temor dos governantes. Esta professora apresenta elementos que levam a entender que o movimento de 1988 originou esta força, e disto inferimos que a memória construída a partir daquele acontecimento trouxe esta perspectiva.

---

<sup>319</sup> POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, p. 9.

Sobre a ideia do crescimento do movimento após a greve de 1988, a professora Clara também concorda, e também aborda a questão da repercussão nacional daquele movimento:

Ah, eu acho, acho que nós crescemos muito depois disso. Nossa, o magistério paranaense, tanto é que ele é, eu posso até dizer porque eu vim de outro Estado agora, mas, olha, lá fora a gente ouve falar da educação do Paraná, e da firmeza dos professores do Paraná. Professores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os que mais, é, sabe, são, enfrentam, corre o risco, mas não abandona, sabe, não denigre o nome da classe, né. Nós nunca denegrimos o nome da classe. Então, eu acho que valeu muito, é uma experiência muito grande, foi, na época.<sup>320</sup>

Esta docente apresenta bases para sua conclusão sobre a repercussão do movimento dos professores, por ter trabalhado em outro Estado, no caso São Paulo, ela afirma que os professores paranaenses e sua luta são conhecidos positivamente, segundo seu depoimento, mostram a “firmeza”, assim como os docentes dos outros Estados da Região Sul.

Em sua fala a professora apresenta uma observação interessante, “nós nunca denegrimos o nome da classe”, e este dado está ligado a ações especificadas em sua fala, como o *ato de enfrentar, correr o risco, não abandonar*. Estas ações estão inseridas na luta, segundo Clara, há uma identidade reconhecida por outros, aqueles de outros Estados, que reconhecem o grupo, sua capacidade de organização e coragem. E também é afirmada pela professora, que se insere neste reconhecimento, “nós”, e não “eles”.

Há uma diferenciação dos professores, os *paranaenses* são apresentados com um diferencial em relação aos de outros Estados, e esta distinção está relacionada à características do grupo, como a coragem de lutar pelos seus objetivos, e por preservar uma imagem, o fato de não *denegrir o nome da classe*. A identidade docente, ao que compreendemos, está relacionada à luta, à busca pelos seus objetivos, assim é apresentado pela professora Clara, e assim ela acredita que são percebidos pelos outros.

Corroborar com esta percepção dos professores, também, a professora Vilma, que nos apresenta o seguinte relato:

---

<sup>320</sup> Entrevista 5, p. 35.

Marcou. Isso ficou marcado. Porque você pode falar do 30 de agosto que todo mundo sabe que é o Paraná, sabe, é a luta pela luta do Paraná. Então o Paraná ficou bem gravado, inclusive São Paulo já teve isso, mas foi depois. Paraná foi o primeiro que teve essa manifestação. Então eu acho que Paraná saiu na frente. É a identidade do professor, no entanto, você pode reparar que Paraná é o Estado que melhor se compõe no Brasil.<sup>321</sup>

A memória sobre o movimento de 1988 ficou marcada, segundo a professora, e a repercussão trouxe o conhecimento dos fatos para a sociedade. Novamente o reforço sobre o *30 de agosto*, que podemos definir como o *lugar de memória*, conforme apontado por Pierre Nora é o que favorece a compreensão do fato histórico, a rememoração daqueles acontecimentos.

Em seu depoimento, Vilma também demonstra uma distinção entre os professores do Paraná, *ficou gravado, foi o primeiro, saiu na frente*, referindo-se ao movimento de 1988. De acordo com a docente, isto faz dos professores paranaenses pioneiros na luta. Mas, acredito que a docente se refere diretamente à resistência por parte do governo e também dos professores, além da consequência do movimento, que foi a repressão. Isto porque em São Paulo já haviam ocorrido várias greves dos professores, inclusive em 1987, que durou três semanas e também em 1989, caracterizada como a mais longa, com oitenta dias de duração.

E ainda, a professora se refere à *identidade do professor*, apontando que aquele acontecimento está diretamente relacionado, em sua concepção, a esta identidade. E justifica isto ressaltando a diferença, *Paraná é o Estado que melhor se compõe no Brasil*. Esta referência, diante do contexto, é entendida como ao movimento dos professores, ressaltando que seriam mais organizados, devido à isso, a *melhor composição*.

A partir do que foi exposto as professoras relacionadas acreditam que há uma relação entre o movimento de 1988 e a identidade docente, mas, isto não foi um consenso. Conforme aponta a professora Sara, a identidade docente está além deste fato histórico, “a questão do professor, da identidade do professor, vai muito além, mais além do que Paraná, eu acho que nacional, entendeu.”<sup>322</sup> Para esta docente não há como entender a questão da identidade docente restrita ao Estado, pois está diretamente relacionada às políticas educacionais em âmbito nacional.

---

<sup>321</sup> Entrevista 8, p. 63.

<sup>322</sup> Entrevista 6, p. 45.

Para compreender o posicionamento desta professora vamos lembrar que ela não é favorável à greves. Durante o movimento de 1988 ela iniciou com o movimento, mas, depois retornou para a escola, devido às dificuldades que enfrentava, por ter ficado viúva e com filhos para criar sozinha. Todos os acontecimentos a levaram a não participar dos movimentos posteriores, pois afirma que desacreditou, principalmente por conta da repressão sofrida pelos professores, e as dificuldades que enfrentou na escola por não aderir ao movimento.

Para a professora Sara a identidade docente está atrelada ao descaso com a Educação, e por este motivo, a luta deveria ser outra, de dentro da sala de aula, “fazendo o tiro sair pela culatra”, ou seja, contrariando as expectativas dos governantes, que segundo ela, objetivam criar apenas ignorantes para a perpetuação no poder. No entendimento da docente o sucateamento da Educação em nosso país é intencional, os baixos salários e a falta de recursos para o desenvolvimento, são decorrente do resultado que eles esperam, o da formação incompleta, que não fornece subsídios para a formação de uma nação independente e pensante, que sabe escolher seus governantes.

Neste sentido, a ação deveria ser outra, a de lutar com o trabalho, e a conquista seria a longo prazo. Mas, não deixa de reconhecer que a questão salarial é muito importante e até motivadora para o exercício da função.

Para a professora Cássia também não há relação entre o acontecimento e a formação de uma identidade docente: “Eu acho que não, fico mais ali mesmo o trauma, a revolta, eu acho que foi o que ficou, pelo menos pra mim. Falando agora no geral, daí eu não posso te dizer nada. Agora pra mim, pode passar anos e anos é o governo que eu não vou esquecer.”<sup>323</sup> A memória sobre a greve de 1988, para esta docente, é sintetizada como *trauma* e *revolta*, ela não consegue perceber qualquer relação com a formação de uma identidade docente, pois o que prevalece dos fatos são estes sentimentos. Apesar de não estar em Curitiba, mas em Londrina e na escola, pois retornou diante das ameaças do governo contra os professores celetistas, a professora traz os sentimentos daqueles que vivenciaram todo o processo da repressão, não apenas do *30 de agosto*, mas, de todo o movimento. É interessante perceber que não houve distância, o

---

<sup>323</sup> Entrevista 7, p. 52.

sentimento atinge os professores de um modo geral, inclusive esta professora que tinha deixado o movimento, e isto mostra o sentimento de pertencimento ao grupo.

É exatamente sobre este sentimento de pertencimento ao grupo que direcionamos a segunda questão, a fim de constatar se na perspectiva das entrevistadas este foi favorecido pela greve. Vejamos o depoimento da professora Alice:

Com certeza, eu acredito que sim. Eu acho que essa sensação de pertencimento é muito grande entre aqueles que participaram de todos estes movimentos. Eu vejo pelo nosso coletivo, que eram as pessoas, que foi o pessoal que participa do coletivo dos aposentados é o pessoal que participou de todos estes movimentos na época de Ditadura Militar, e esse pessoal participou ativamente, ta todo mundo aqui. Então assim, a sensação de pertencimento é muito grande, né, eu acho assim, isso a gente percebe no, sabe, no estar com as pessoas.<sup>324</sup>

Há uma ressalva na afirmação desta docente, que apresenta sua crença de que a greve de 1988 favoreceu o sentimento de pertencimento, mas, “entre aqueles que participaram de todos estes movimentos”, ou seja, além de estar direcionado apenas aos docentes atuantes, ela revela que não é apenas neste movimento específico, mas, todos os outros, inclusive os anteriores, que datam do período da Ditadura Civil e Militar (1964-1985). Para esta professora todos os movimentos foram importantes, fato que pode ser constatado pela participação dos docentes, a continuidade da ação mesmo após a aposentadoria.

O término do relato é bastante revelador, pois a professora consegue perceber este sentimento nos outros, apenas no *estar com as pessoas*. Desta maneira inferimos que a participação não apenas no movimento de 1988, mas, de modo geral, em toda a luta da categoria durante a vida profissional desta docente, até este momento, em que se encontra aposentada, ela se identifica com este grupo, com este coletivo. E, da mesma maneira, consegue perceber esta identificação nos outros.

A professora Rute ressalta a união da categoria, que seria decorrente da citada greve: “sim, fortaleceu, uniu mais, uniu mais porque o pessoal, eles sentiram assim que a APP é forte e que não ia desistir fácil, como até hoje ela luta”.<sup>325</sup> Para esta docente aquele movimento de 1988 foi importante e trouxe mais

---

<sup>324</sup> Entrevista 1, p. 7.

<sup>325</sup> Entrevista 2, p. 13.

união para os professores enquanto grupo. Convém ressaltar, porém, que há uma referência à APP como fator preponderante deste processo, pois, para Rute, é a entidade que representa os professores, e foi a demonstração de *força* e de *insistência* que favoreceu esta unificação da categoria.

Neste sentido, a Associação dos Professores do Paraná aparece como propulsora da coesão do grupo, devido às suas ações no passado e no presente. É este histórico que leva a professora Rute a afirmar que o grupo se uniu porque sentiu que a entidade representativa da categoria era forte, corajosa, e que não desistiu da luta. Este é o entendimento desta docente, pois, como vimos no capítulo anterior, há discordâncias quanto à avaliação da ação da APP. Mas, o que é relevante para o tema em questão é que há a percepção de uma união maior, característica de fortalecimento de laços dentro do grupo, que em decorrência, pode ser entendido como o pertencimento.

Para a professora Márcia a greve de 1988 foi muito importante neste processo de reconhecimento e inserção no grupo, e a frase que se destaca em seu relato aborda uma ruptura, “na minha opinião ficou dividido, antes, o professor antes e depois de 1988”<sup>326</sup>. Para esta docente aquele acontecimento foi tão expressivo que rompeu com uma concepção, modificou a imagem que se tinha antes do professor. Ela não revela qual era a imagem antes e como ficou posteriormente, mas, isto indica que houve uma mudança e que foi percebida por alguns docentes. Talvez esta mudança não seja necessariamente no professor em si, mas, na forma como ele passou a se relacionar com os outros professores, e principalmente, no que diz respeito ao movimento. A ânsia por tentar mostrar a perseverança da categoria, que a repressão não havia sido suficiente para coagi-los, para fazê-los deixar de lutar. Assim, compreendemos a derrota do movimento de 1988 como uma mola propulsora para os movimentos dos anos posteriores. Este pode ter sido o sentido da ruptura, da mudança exposta por esta professora.

A professora Clara também acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertença ao grupo, e isto é reforçado pela memória que permaneceu sobre aquele acontecimento. De acordo com Clara mesmo não participando do movimento em Curitiba, tendo permanecido em Apucarana, a lembrança daqueles acontecimentos ainda é viva, não desapareceu, tanto para ela como para os

---

<sup>326</sup> Entrevista 3, p. 19.

colegas. É esta memória que gera este sentimento de reconhecimento na ação do outro, no grupo.

Desta maneira, a rememoração daquele acontecimento serve também como fator importante e gerador deste sentimento de pertença ao grupo. Isto se deve à representação sobre os “heróis” e o reconhecimento tanto da importância da luta, como do fato de fazer parte desta luta, de ansiar pelos mesmos objetivos. A constatação de uma espécie de igualdade de condições, e também de anseios, de objetivos comuns, aliada à uma memória comum, tem como resultado uma coesão, gerado pelos sentimentos que envolvem esta percepção, que agrega e identifica os integrantes de um grupo.

Mas, há também diferentes percepções sobre a contribuição da greve de 1988 para o sentimento de pertencimento ao grupo. A professora Cássia por exemplo afirma que alguns professores acreditam nesta contribuição, mas, outros não. Questionada sobre o seu entendimento, ela afirma que sim, mas, sua resposta ainda não convence sobre este sentimento, pois a justificativa aponta que ela não iria deixar a profissão docente somente por conta dos acontecimentos, a razão de ser professora não foi abalada. Nesta exposição a professora revela um sentimento pessoal, mas, que também se reflete no grupo, que permaneceu, não desistiu. Talvez seja um risco, mas, podemos inferir que a força presente no grupo pode ter motivado esta professora a continuar na profissão. Por perceber que outros, que sofreram diretamente a violência, continuaram seu trabalho, isto pode ter motivado a não desistência revelada pela professora.

Outro questionamento realizado trata do fato de não terem alcançado os objetivos da greve de 1988, e se ainda assim acreditam que o movimento foi válido, se fortaleceu a categoria docente.

Com exceção da professora Sara, todas as outras professoras responderam que aquele movimento foi válido, e que favoreceu a categoria. Uma única ressalva foi feita pela professora Cássia, que afirma que fortaleceu a categoria, mas, que o episódio foi tão traumatizante que atualmente é muito comum realizar paralisações curtas, um dia, ou aulas de trinta minutos, mas, greve de vários dias, como naquele período, não acontece mais.

Mas, esta pode ser uma característica dos movimentos mais atuais, porque, ainda depois do movimento de 1988, houve outras greves, como por exemplo, a de 1990, que durou aproximadamente três meses.

Este fortalecimento se deu, então, por meio da dor, dos obstáculos, das complicações, conforme apontado pela professora Alice,

fortaleceu porque demonstrou que mesmo tendo todas as adversidades, todas as dificuldades, todos os maus tratos, a violência, nós não nos abaixamos, nós fomos pra frente, nós fomos com a luta, fomos, fomos e eu acho assim que é uma base pra gente estar continuando.<sup>327</sup>

Além de enfrentar todos os problemas relatados pela professora houve a perseverança, a continuidade. Assim, estas adversidades se tornaram, como classifica a docente, “uma base” na qual se posiciona a luta dos professores, e motiva a continuar lutando.

Nessa perspectiva, a professora Clara apresenta que “Na greve de 1990, que em 1990 teve outra que foram três meses, essa todo mundo se uniu.”<sup>328</sup> Esta união na greve posterior foi em decorrência dos acontecimentos de 1988 que motivaram ainda mais a categoria.

Mas, como afirmamos acima, há uma exceção nesta percepção sobre o movimento, a professora Sara não respondeu a este questionamento, mas, seu posicionamento ficou claro em fala anterior, abordando que “foi uma situação muito difícil, delicada e eu não vejo que tenha fortalecido”<sup>329</sup>. Para esta professora as dificuldades e o sofrimento causado pela greve daquele ano não são motivo de fortalecimento para a categoria, mas, de pesar. Talvez isto seja um reflexo das adversidades a que esta professora ficou exposta naquele mesmo período da greve, por questões particulares, ou também, por possuir uma outra perspectiva sobre como deveria ser a luta docente, por não acreditar na greve enquanto instrumento de mudança, ou por ter desacreditado, ou seja, mudado seu entendimento sobre este recurso a partir daquele movimento, ou ainda, todos estes fatores aliados, que possivelmente seja o mais provável.

Outras duas perguntas direcionadas às professoras trata dos *novos professores*<sup>330</sup>, se há marcas daquele movimento, ou seja, se elas conseguem perceber nestes *novos professores* a memória sobre aquele acontecimento, e se há

---

<sup>327</sup> Entrevista 1, p. 7.

<sup>328</sup> Entrevista 5, p. 36.

<sup>329</sup> Entrevista 6, p. 45.

<sup>330</sup> Identificamos como novos professores aqueles que adentraram o quadro de docentes do Estado do Paraná mais recentemente, há cinco anos aproximadamente ou menos, seja seu vínculo com o Estado por meio de contrato temporário – os chamados PSS – ou estatutários – por meio de concurso público.

uma identificação com aquele momento histórico. A outra questão trata da participação destes professores nos movimentos da categoria.

As professoras se arriscaram a responder mostrando um certo receio de estar julgando indevidamente a ação destes *novos professores*. Em vários momentos, nas falas, as professoras classificam estes docentes em duas categorias, aqueles que se interessam pela história e pelo movimento e que por conseguinte, participam, estão ativos no movimento, e também aqueles que não tem nenhum interesse pela história, não se interessam em atuar na luta da categoria, apenas realizam suas atividades profissionais sem criar vínculos.

Ao abordar estas duas diferentes percepções sobre os *novos professores*, estas professoras acabam por expressar aquilo que entendem como sendo o ideal de professor, em contraposição ao que não cumpre seu papel profissional e social. Sobre estas questões vamos aprofundar no tópico posterior.

Sobre a participação nos movimentos atuais, as paralisações e também as passeatas ou agrupamentos que são propostos, como por exemplo, no Calçadão de Londrina ou na Boca Maldita em Curitiba<sup>331</sup>, as professoras revelam que os professores mais novos de carreira não são tão assíduos, geralmente não participam. O que elas percebem é que geralmente são os mesmos professores, aqueles que há anos lutam juntos que mais “engrossam as fileiras”.

Para a professora Rute, por exemplo, a participação atual neste tipo de movimento é bem menor, porque “Tem professores que não saem da sala de aula. ‘ah não, eles vão lutar, eu vou ganhar também, então por que é que eu vou?’”<sup>332</sup>. Desta forma a professora sintetiza o que acredita ser o pensamento atual dos professores, se há outros para lutar para que correr riscos? Talvez essa também seja uma das razões para que os movimentos atuais se concentrem apenas em pequenas paralisações, e não em greves mais longas como em tempos anteriores.

Para a professora Alice há sim participação dos novos docentes, mas, ainda poderia ser maior. Na sua concepção existem professores atualmente que “conseguem valorizar” a história do movimento, todo o processo que trouxe as melhorias que são usufruídas atualmente, como por exemplo, a *hora atividade*<sup>333</sup>, que ainda não existia em 1988. São várias as conquistas que o movimento dos

---

<sup>331</sup> Estes locais são tradicionais nestas cidades para este tipo de manifestação.

<sup>332</sup> Entrevista 2, p. 14.

<sup>333</sup> Hora atividade é uma porcentagem da carga horária do professor que é dedicada a atividades extraclasse como preparação de aulas, atividades, correção de provas, trabalhos, dentre outros.

professores conseguiu ao longo dos anos, e isto é percebido por alguns destes professores.

Mas, a professora Vilma apresenta uma tarefa que deve ser cumprida por aqueles professores que atuam no movimento há mais tempo, principalmente os que participaram em 1988: “Os novos professores podem não ter tido aquele impacto que nós antigos tivemos, certo, porque o 30 de agosto já está se perdendo assim e tal. Mas é os velhos que vão ter que fazer aparecer isso nos novos, porque senão não vai acontecer.”<sup>334</sup> Para esta professora a memória deve ser repassada, somente assim estes *novos professores* poderão continuar a luta. Esta docente tem consciência da importância da memória para construção da identidade, para gerar o sentimento de pertencimento ao grupo, por isso, cabe aos “antigos”, como ela classifica, a função de levar esta memória para estes novos integrantes do grupo, para que haja o reconhecimento e a coesão.

A professora Vilma reconhece que “essa juventude nova de professor tem mais força do que nós”<sup>335</sup>, ela não revela o porquê, mas, aponta que inicialmente estes professores têm medo do Estágio Probatório, período em que estão sendo avaliados, mas, que passado este período há o engajamento, ou seja, os professores passam a participar do movimento, das lutas próprias da categoria.

Neste sentido as professoras ficaram divididas entre duas categorias para os professores mais novos, alguns poucos que participam e valorizam a luta do professorado, e outros, que seria a maioria, que não demonstram interesse e não atuam no movimento. Algumas justificam que isso acontece pela falta de interesse, outras apontam a questão do Estágio Probatório, e a professora Vilma, que coloca como função dos professores mais experientes fazer com que o interesse pelo movimento apareça entre os mais jovens.

Assim, constatamos a consciência de que a memória é importante para o processo de formação de uma identidade, e de reconhecimento do grupo. Conforme a professora Vilma salienta, é função daqueles que vivenciaram aquela história repassar para aqueles mais jovens. É o trabalho da memória, para gerar a aceitação tanto de si enquanto parte integrante de um coletivo, e também de identificação com este grupo.

---

<sup>334</sup> Entrevista 8, p. 64.

<sup>335</sup> Idem.

Conforme nos apresenta Halbwachs, “desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.”<sup>336</sup>

O último questionamento nesta categoria buscou analisar como as professoras perceberam a influência do movimento de 1988 nas decisões políticas posteriores no Estado. Este questionamento perpassa a questão da identidade no sentido de uma percepção externa da coesão e força do grupo.

De acordo com a professora Alice:

Eu acho que sim, muita coisa a partir dali, é, mudou. Então, pelo menos eles politicamente eles pensavam um pouco mais antes de tomar qualquer atitude porque foi muito drástico aquilo. Então eu acredito que sim. Nunca mais ele [Álvaro Dias] vai ser governador desse Paraná enquanto houver professor lutando.

As mudanças foram percebidas pelo tratamento dado às decisões dos governos posteriores, que não agiram da forma “drástica” que Álvaro Dias agiu, como citou a docente. Outra consequência daquele movimento é a questão da eleição de Dias, segundo Alice, ele não ocupa mais a cadeira de governador do Estado, “enquanto houver professor lutando”. Esta professora apresenta que é a luta do professorado o motivo pelo qual este indivíduo não mais alcançou este posto na política estadual, e que esta situação permanecerá enquanto a luta continuar. Mas, há uma contradição nesta ideia pois para o cargo de senador e deputado federal ele foi eleito várias vezes depois. Deste modo é possível afirmar que o movimento de 1988 teve realmente grande repercussão, e isto influenciou e influencia as decisões políticas no Estado, mas, ao mesmo tempo, revela um sentido contraditório desta linha de pensamento.

Esta informação sobre a não eleição de Dias como governador é reafirmada pela professora Silvia, que traz ainda alguns elementos importantes para análise: “Então você vê que na última ali [eleição], então, para governo, parece que é uma questão de honra deles ali, ser governador outra vez, mesmo desta vez o irmão estando aliado com mais, não teve jeito”<sup>337</sup>. Neste relato a professora se refere à última eleição estadual (2010), em que o irmão de Álvaro Dias, Osmar Dias,

---

<sup>336</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 28.

<sup>337</sup> Entrevista 4, p. 27.

estava concorrendo para governador do Estado, mas, segundo a docente, mesmo tendo mais aliados políticos não conseguiu vencer as eleições. A referência à esta informação mais atual coloca este processo como decorrente do movimento de 1988, e da ação do governo de Dias contra os professores.

A professora Clara também cita este episódio, e afirma que “o irmão dele não ganhou, acho que o nome já não ajudou. É o nome já não ajudou. Acho que o povo nem olhou partido, olhou o nome.” Neste depoimento a docente revela que o nome ficou marcado na memória da sociedade paranaense, mesmo sendo o irmão, Osmar Dias não venceu as eleições estaduais devido às ações de Álvaro Dias, esta é a perspectiva da professora, a população identificou o nome, e houve uma relação com os incidentes, e isto não permitiu a sua vitória. O relato da professora Márcia também menciona esta questão:

Influenciou bastante e influencia até hoje. Eu acho que agora o Osmar Dias, o irmão dele, perdeu as eleições por causa disso. Tem muita relação. Eu inclusive recebi muitos telefonemas ‘você não vai votar no Osmar, né? É irmão do Álvaro’. Eu acho que quanto a um irmão, não está certo, não. Porque cada um é cada um, né. Ele tem uma personalidade o irmão tem outra. Ele até poderia fazer um bom trabalho no Estado. Mas respingou, respingou muito. E eles sabem disso.<sup>338</sup>

A professora Márcia acredita ser injusto esta ação de evitar a eleição de Osmar Dias, mostrando que são duas pessoas diferentes, mas, relaciona o fato também às ações do irmão em 1988. Segundo ela, “respingou”, ou seja, as ações foram transferidas também para o irmão de Álvaro Dias.

Sobre a participação de Álvaro Dias nas eleições, após o seu mandato (1987-1991), a professora Cássia revela:

[...] eu ouvi dizer que ele falou que ele não precisava dos professores. Quando ele se candidatou, depois de todo esse incidente, que daí ele saiu de governador, quando ele retornou numa próxima eleição, que ele se candidatou, ele falou que ele não precisava de voto de professor pra ser eleito, e daí foi aquela derrota. Só que acho que ele se esqueceu que atrás do voto de professor, vem marido, vem esposa que também tem filhos que já votam, então acho que ele não esperava isso daí.<sup>339</sup>

Neste relato é possível perceber que a influência do grupo atingiu também outros setores, como a família, e arriscaríamos afirmar, também, a

---

<sup>338</sup> Entrevista 3, p. 20.

<sup>339</sup> Entrevista 7, p. 53.

sociedade no geral, pois por experiência pessoal, sem ter professores na família, a relação de Álvaro Dias com a violência cometida contra os professores não permitiu votos para este indivíduo, vindos de meus progenitores.

Estas informações revelam que o movimento dos professores tornou-se forte após a greve de 1988, e mesmo com a derrota, a repressão, e talvez a relação esteja exatamente nestes dois pontos, os professores e sua luta alcançaram um nível de respeito que permitiu o boicote à um político no âmbito estadual, e ao que tudo indica, não somente à este indivíduo, mas, aos que possuem relação também com a sua pessoa, como seu irmão.

A professora Sara reconhece isto em seu relato: “Para você ver como que a categoria tem força, o professor não tem essa noção. Porque realmente mexeu com os professores. E isso parece que arraigou nas pessoas, nas famílias que vivenciaram aquilo”<sup>340</sup>. A comoção diante da repressão que foi direcionada aos professores alcançou grandes proporções, atingiu não apenas a família destes docentes, mas, também as famílias dos estudantes. Os professores estão presentes no cotidiano de muitas famílias, há o estabelecimento de vínculos, tanto com os estudantes como com seus familiares, e desta forma o sofrimento e as dificuldades imputadas aos docentes ganharam relevância, pois atingiu um grupo que tem um papel social definido na sociedade, o da formação das crianças e jovens para a sociedade, para a cidadania.

Marcou muito, e vai ficar na história, porque os professores se encarregam de passar sempre pras novas gerações, e todo dia 30 eles saem por aí, tem manifestação, tem tudo. Mostrando filme, eles mostram inclusive, eles vão pro interior mostrar, todo dia 30 de agosto, e isso não será esquecido nunca.<sup>341</sup>

No trecho acima, a professora Márcia ressalta a importância da memória para a força e coesão do movimento, foi o trabalho constante de rememoração durante os quase 24 anos já transcorridos daquele acontecimento histórico que foi capaz de fortalecer e unir a categoria. Ainda que alguns professores tenham desistido da profissão, outros que acreditam que o acontecimento foi apenas negativo, sem grandes repercussões na trajetória do movimento, há vozes que ecoam mostrando que aquele movimento de 1988 foi um marco histórico, e trouxe

---

<sup>340</sup> Entrevista 6, p. 47.

<sup>341</sup> Entrevista 3, p. 20.

mudanças para a categoria. Uma dessas mudanças é perceptível no panorama político estadual, o cuidado maior para lidar com os assuntos referentes às reivindicações docentes, e também, a não eleição daquele que foi colocado como responsável pela repressão aos professores.

Assim, podemos afirmar que o movimento de 1988 proporcionou meios para o fortalecimento da categoria, em torno de uma bandeira comum, como apontou a professora Vilma, é “a luta pela luta”, o direito de se manifestar, a contestação à todo e qualquer tipo de repressão, de falta de diálogo.

As manifestações anuais revelam exatamente esta abordagem “a luta pela luta”. Estes dados revelam que o grupo se tornou mais coeso em torno de uma memória, a memória do *30 de agosto*, e também, esta mesma memória faz com que haja um reconhecimento externo deste grupo. Ou seja, é uma memória que ficou fundamentada no interior da categoria, e se expande para toda a sociedade paranaense. Esta rememoração tanto para o interior do grupo, como também para o exterior, é um mecanismo de legitimação, tanto das questões que envolvem a luta, o movimento, como também da identidade. É um reforço contínuo da identidade docente no Paraná.

## 5.2. A IDENTIDADE DO “BOM PROFESSOR”

Analisando as entrevistas realizadas com professoras da Rede Estadual de Ensino do Paraná foi possível constatar que em meio às memórias sobre a greve de 1988, estas professoras também revelaram a sua percepção sobre o que seria o *professor ideal*. É possível identificar algumas representações<sup>342</sup> que as professoras trazem sobre como seria o “bom professor”, suas ações, seu comportamento. Neste texto retiramos alguns trechos das entrevistas para mostrar este mosaico de ideias expostas pelas professoras.

De acordo com Michael Pollak, “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da

---

<sup>342</sup> O conceito de representação está apoiado em Roger Chartier, esta questão não será aprofundada, mas, emergiu com as entrevistas, ver página ... deste trabalho.

negociação direta com os outros.”<sup>343</sup> Desta forma compreendemos a formação de uma identidade docente em relação ao papel desempenhado pelo professor, ou seja, a sua função social. A construção da identidade do professor está diretamente vinculada ao que a sociedade define como critério de ação, e a forma como o indivíduo concebe esta atuação no seio da sociedade.

Para exercer esta função social o professor deve estar consciente de seu papel, e realizar as atividades a que está destinado de forma responsável. As professoras apresentam a sua percepção deste “papel do professor”, e fazem algumas diferenciações entre os “bons professores”, que cumprem esta função, e os que não realizam adequadamente este “papel”, portanto poderiam ser caracterizados como “maus professores”. Nos relatos não aparecem estas definições, mas, isto fica claro a partir do discurso proferido por cada uma das entrevistadas, o que é visto como “bom” e o que é entendido como “mau”.

A identificação com estas caracterizações também fica nítida no texto, pois é a forma como estas professoras compreendem a sua atuação na sociedade, é como demonstram a sua identidade enquanto docentes. Assim, o objetivo é abordar sobre as diferentes perspectivas e representações sobre quem é o bom professor, a partir dos depoimentos das professoras.

À princípio notamos uma diferenciação entre os professores em relação ao público atendido, como nos apresenta a professora Alice:

[...] os professores de quinta a oitava eram professores que tinham uma aceitação muito boa em relação ao movimento, à luta. Os professores de primeira a quarta eles relutavam bastante, eles tinham muito medo, eles eram de uma época em que eles tinham muita pressão de direções anteriores, a direção da época não, não nos deu problema, mas, então eles tinham dificuldades assim de aceitação, nem todos aceitaram a greve.<sup>344</sup>

No trecho acima esta professora apresenta uma divisão entre os professores de quinta à oitava série (atual 6º ao 9º ano – Ensino Fundamental II), e os professores de primeira à quarta série (atual 1º ao 5º ano – Ensino Fundamental I). Esta separação acontece pela não aceitação da greve, para Alice, os professores primários não participavam do movimento, e o fator principal desta não adesão era o medo. Mas, qual seria a relação desta divergência em relação ao movimento à ideia

<sup>343</sup> POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 5

<sup>344</sup> Entrevista 1, p. 1.

de “bom professor”? É relevante ressaltar que a participação ativa, o engajamento, a adesão às greves e manifestações se apresentam como fatores importantes para a construção do *ideal* de professor.

As professoras que participam ativamente dos movimentos acreditam que esta é uma das características do professor que se preocupa com a profissão, que se dedica. E isto também é fator de coesão e aceitação no grupo, como apresentado novamente pela professora Alice:

Na verdade eu não me lembro bem dos professores que não participaram da minha escola, não lembro mesmo. Eu mesmo, meio que, até interessante que uma que eu lembro muito bem das que não participaram, as outras pessoas eu não lembro assim, meio que, sabe? Não tinha muita força, não era muito firme, parece que eu deletei da minha memória assim, não fazia parte do meu pensamento.<sup>345</sup>

A memória da docente ficou focada apenas nos companheiros de luta, naqueles professores que estavam atuando junto no movimento. Os outros professores que não aderiram, ela simplesmente não se recorda. E a justificativa para esta ausência de lembranças sobre os outros é que, segundo ela, “não tinham muita força, não era muito firme”, ou seja, para esta docente aqueles que não participaram do movimento não foram aceitos, não faziam parte do seu “pensamento”. Ao mostrar que este seria um dos *papéis* do professor: lutar pela melhoria das condições de trabalho por meio da greve, Alice deleta deste cenário aqueles que não compartilhavam desta ideia e desta ação.

Esta mesma percepção é anunciada pela professora Rute, segundo esta docente, “bom, sempre tem quem não trabalha aí não aceita a greve, porque não faz nada.”<sup>346</sup>. O fato de “não trabalhar” está relacionado à forma como o professor desenvolve suas atividades em sala de aula, a abordagem não é na significação original, mas, está inferindo que o indivíduo não realiza as atividades à que é destinado, ou as realiza de forma incompleta, não satisfatória. Neste caso, este professor não se enquadra na perspectiva de “bom professor”, mas, ao contrário. E é notório que a docente relaciona este profissional inadequado à não aceitação do movimento. É como uma situação de causa e consequência, na perspectiva da professora Rute, se o sujeito não se importa em realizar sua função de forma adequada logo não se importa com o movimento.

---

<sup>345</sup> Entrevista 1, p. 2.

<sup>346</sup> Entrevista 2, p. 9.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, a professora Alice novamente apresenta seu entendimento sobre o professor engajado, que se preocupa com sua função dentro e também fora da escola, principalmente em relação à participação nos movimentos do professorado:

Alguns são muito ativos, é, valorizam, outros, parece que não estão nem aí, não se preocupam muito não. Eu acho assim, que até são professores porque é uma profissão e não porque realmente gostem da profissão. Eu vejo assim, que antes a gente dizia que era vocação, e eu acredito que tem que ter vocação, também. Mas, assim, o profissional que gosta do que faz, ele está envolvido, ele dá valor pra esta nossa história passada, o profissional que não se envolve, que não gosta do que ta fazendo, ele não se envolve, pra ele tanto faz. Ele não se envolve com o aluno, ele não se envolve com a escola, ele não se envolve com a história da APP. Então, eu acho que é assim, existem alguns que sim outros que não.<sup>347</sup>

Neste relato é possível identificar a clara separação entre o profissional que trabalha porque é uma atividade que precisa ser desempenhada, e aquele que Alice aponta como o que gosta da profissão. A diferenciação entre estes profissionais está no envolvimento e na valorização. Para aquele que aprecia a atividade docente acontece o envolvimento com a escola, com os alunos, e com a história, ou seja, este professor se identifica com o passado da categoria, que é colocado pela professora Alice, como a “história da APP”, pois o sindicato está relacionado à luta, ao movimento dos professores.

O termo “vocação” também aparece no depoimento, mas, está em segundo plano, a docente afirma que acredita que é preciso ter vocação “também”. Este “também” revela que há algo tão ou mais importante, que é o “gostar do que faz”. Ou seja, não basta apenas estar propenso ou ter a tendência de realizar tal função, é preciso sentir prazer na ação, sentir-se satisfeito, simpatizar-se. É esse “gostar” da profissão que levaria ao envolvimento e conseqüentemente, de acordo com Alice, à valorização da história do movimento dos professores, o engajamento e a participação ativa.

Ainda focados na questão da participação no movimento, a professora Silvia traz mais alguns elementos para complementar esta perspectiva apresentada acima:

---

<sup>347</sup> Entrevista 1, p. 7.

[...] esses mesmos professores que não participavam, depois quando era melhoria salarial, e que a gente ganhava então ali, melhorava alguma coisa, eles viravam e diziam pra gente assim 'aí ta vendo, você foi lá se desgastou e tudo e eu também recebi o aumento, essa é a filosofia de, é difícil. [...]E quanto aos professores, quando a gente conseguia que eles não fossem dar aula, mas também eles não iam participar. Quando a gente tava acampado lá em frente ao Palácio, aquela coisa toda, não ia dar aula e nem ia lá. Porque sabia que depois o sindicato conseguia livrar aquela falta. Aí é difícil né, e eu acho que continua até hoje.<sup>348</sup>

Neste trecho é possível perceber a indignação da professora Silvia diante das ações de alguns docentes. Após as lutas em que haviam conquistado as melhorias desejadas não recebiam o reconhecimento por parte daqueles que não participavam. E é interessante que não havia a percepção de que a conquista se deu pela luta, porque outros lutaram. Segundo o relato, estes professores que não haviam participado ainda escarneciam ressaltando o desgaste dos colegas, enquanto que o mesmo benefício fora recebido sem este pesar. Esta afirmação também é feita pela professora Rute, que coloca que “Tem professores que não saem da sala de aula. ‘ah não, eles vão lutar eu vou ganhar também, então o porque eu vou?’”.<sup>349</sup>

As professoras revelam a falta de consciência de alguns professores com relação à importância que o movimento desenvolvido pelos docentes representa para o alcance dos objetivos, principalmente sobre as questões salariais. O relato da professora Silvia apresenta que existia uma situação ainda mais grave, pois enquanto estavam se manifestando, e conseguiam que aqueles professores não fossem para a escola, também não participavam das manifestações. Ou seja, não desenvolviam as atividades em sala de aula com os alunos e também não participavam das manifestações. Esta seria uma característica do professor descomprometido, tanto com sua função dentro da escola, como sua função enquanto membro de uma categoria que estava lutando por melhorias. E esta falta de preocupação é justificada pela professora pelo motivo de que a “falta” no trabalho seria “livrada” pela ação do sindicato.

Há ainda um outro agravante segundo a professora Silvia, pois os professores que aderem aos movimentos da categoria são os únicos que sofrem as consequências, pois além do desgaste, citado anteriormente, do cotidiano de uma greve, há, também, os problemas posteriores, como a reposição das aulas.

---

<sup>348</sup> Entrevista 4, p. 22.

<sup>349</sup> Entrevista 2, p. 14.

aqueles que não vão, nem que não dê aula, que o aluno não apareça, ele fica sentado lá na sala do professor, aquele lá não vai ter que repor, as férias dele ta certinha, tudo ali, ele não ta nem ali. Como eu te disse que é a minoria que participa, meia dúzia de gato pingado, aqueles ainda que são os sacrificados.<sup>350</sup>

A indignação da docente se revela pelo fato de que além de lutar por uma categoria inteira, são os professores que estavam ativos no movimento que são “sacrificados”, com as reposições e com a perda de períodos de férias. A não participação nas greves parece ser bem mais cômoda, e revela a falta de preocupação de alguns docentes. Neste relato a professora não aponta a questão do medo, apenas o fato de que “ele não está nem ali”, ou seja, não se importa com a causa, não se preocupa com os outros professores. Na perspectiva desta professora esta é uma ação negativa para um docente, que não sente que a luta é em benefício de todos e não apenas dos que se dispuseram àquele esforço.

Em contraposição aos professores que não aderiam aos movimentos da categoria, há também as representações sobre aqueles que participavam dos movimentos, como apontado pela professora Clara, “Nossa, dedicação, são pessoas persistentes, e que luta pela classe.”<sup>351</sup> E ainda, em outro momento, “Mas tem os guerreiros que iam, né, largava tudo e ia embora, eu acho que eu não fui tão guerreira, mas nunca deixei de apoiar.”<sup>352</sup> A dedicação, a persistência são qualidades que a professora atribui aos professores que participavam ativamente dos movimentos, das manifestações da categoria. E ainda afirma que eram “guerreiros”, não tinham receio de deixar seus outros afazeres para atuar de forma efetiva na luta do professorado.

O tom deste relato demonstra a admiração que esta professora manifesta em relação aos docentes mais engajados. Ela traça uma comparação afirmando que não tinha as características daqueles guerreiros, pois não podia deixar o marido e os filhos pequenos, e destinar todo tempo ao movimento, mas, que sempre apoiou. Desta maneira ela se considera atuante, mas, ao seu modo, não com toda a dedicação daquele que “largava tudo”, mas, estava também participando do movimento.

Em outro momento a professora Clara volta a reafirmar seu posicionamento diante da ação dos professores, “São professores heróis que devem

<sup>350</sup> Entrevista 4, p. 25/26.

<sup>351</sup> Entrevista 5, p. 30.

<sup>352</sup> Entrevista 5, p. 31.

assim se sentir muito, sabe, professor, preparado, que enfrentaram com garra e não deixaram a classe, eles continuaram trabalhando e continuam até hoje.”<sup>353</sup> É válido ressaltar que neste trecho o termo “professor” aparece como uma qualidade, pois ela afirma que estes a quem ela caracteriza como “heróis” se sentiriam muito “professor”, e complementa com o “preparado”. Disto inferimos uma compreensão sobre a percepção desta docente, que acredita que o fato de serem ativos, de lutarem pela categoria, os faz “professores” em um sentido mais completo. Fariam jus à designação de professor.

Em alguns depoimentos foi possível identificar, também, uma diferenciação entre os professores mais velhos e os professores mais novos. Conforme o relato da professora Rute:

Agora tem professores que não tão nem aí, sabe, como nós, sei que essa pergunta não ta relacionada ao seu questionário, como nós aposentados nessa época, que a gente sofreu tudo isso, a gente lutou, a gente não tinha 13º, demorou pra vim o 13º, a gente não tinha hora atividade, a gente não tinha 1/3 de férias, e outras coisas a mais, não tinha transporte, sabe, a gente não tinha nada disso. A gente tinha que levar os cadernos pra casa pra corrigir, então naquela época eu acho que era mais sofrido, hoje em dia tem o sindicato que luta, e esse sindicato fez muita coisa e continua fazendo. Nós aposentados plantamos as árvores e hoje esses professores estão colhendo os frutos. Só que não somos por todos reconhecidos, sabe, então um sentimento que deixa triste a gente é essa, nesse modo de pensar.<sup>354</sup>

O agora, na fala da professora representa a atualidade, segundo ela, os professores mais jovens “não tão nem aí”, ou seja, não se preocupam com as questões relacionadas à luta. E isto se deve ao fato de que já estão usufruindo de muitas melhorias que foram adquiridas com o tempo e por meio da luta da categoria, como os benefícios citados por Rute. No relato, também, a professora expõe as atividades que tinha que realizar, como o fato de levar os cadernos dos alunos para casa para corrigir, uma menção à conquista da *hora atividade*, que torna o trabalho atualmente menos “sofrido”, como ela caracteriza. A tristeza apresentada pela professora está, no entanto, na falta de reconhecimento, posto que, as melhorias que estão sendo aproveitadas no campo profissional por estes professores foi uma conquista a partir dos movimentos realizados pelos professores mais velhos.

---

<sup>353</sup> Entrevista 5, p. 36.

<sup>354</sup> Entrevista 2, p. 13/14.

Sobre os professores do período do movimento de 1988, a professora Márcia afirma que, “os professores antigos eram mais ferozes, não tinham tanto medo, iam à luta.” O adjetivo ferozes é utilizado para demonstrar a coragem, o empenho em enfrentar as dificuldades e participar das manifestações, das passeatas, das paralisações que eram organizadas pela categoria. E a professora continua, traçando um perfil diferente para os novos professores:

[...]eles vem com ideias, com outras ideias, eu penso assim, penso não, eu conversei com algumas professoras que vem pesquisar aqui, parece que eles trabalham mais assim, lógico nós também não trabalhamos pelo dinheiro, nós também tínhamos ideais, mas parece que pra eles hoje é cem por cento idealismo, né, que não importa quanto eu ganhe, eu tenho que mostrar o trabalho, eu tenho que mostrar que eu sou professora, eu entrei nessa pra ensinar, pra mostrar o que eu sei. Então, com algumas que eu conversei o pensamento é esse.<sup>355</sup>

A professora não deixa claro se considera o fato do “idealismo” dos novos professores como bom ou mau, apenas mostra que é diferente. Na sua concepção, os professores mais velhos além do “idealismo” – que é entendido como a atuação voltada apenas para a preocupação com a ação docente em sala de aula, com o aluno, com o ensino – cultivavam a prática, ou seja, atuavam também na luta pelas melhorias, fora da sala de aula, nas manifestações, nas greves.

O trecho também faz referência à questão salarial, que ela classifica como importante, mas, ressalta, “nós também não trabalhamos pelo dinheiro”, mas, lutavam para que houvesse uma melhoria. Então os professores mais velhos, segundo a professora Márcia, aliavam a preocupação com um ensino de qualidade, que é classificado como “idealismo”, realizar de forma satisfatória a tarefa de ensinar, com a busca por uma melhor remuneração a partir dos movimentos da categoria. E os professores mais novos, segundo ela, se preocupam apenas com a questão do ensino, deixando de lado as lutas da categoria.

Nesta diferenciação entre professores velhos e novos, a professora Sara apresenta a situação de uma maneira diferente, mostrando a falta de comprometimento dos mais novos, que não está ligada à preocupação apontada anteriormente pela professora Márcia:

---

<sup>355</sup> Entrevista 3, p. 20.

[...] tem professor que fica contando pra paralisar. Mas não pela causa em si, tem até professores que paralisam pela causa, os mais antigos que lembram e vivenciaram. Paralisam pela causa. Eu não paraliso também pela causa. Mas tem professores que sim, e tem professores que vêm o dia 30 de agosto como dia de paralisação. Alguns vão lá no calçadão, a maioria, não.<sup>356</sup>

Ao abordar a questão da participação nas manifestações, principalmente a que é realizada todos os anos no dia 30 de agosto, a docente revela que muitos professores apreciam o acontecimento para apenas “não trabalhar”. Os “antigos”, a seu ver, são aqueles que realmente rememoram os fatos e paralisam por que estão motivados por aquela causa, a luta dos professores, seja por melhorias salariais ou melhorias na qualidade do ensino e das escolas. Mas, tem outros que simplesmente paralisam mas, não participam das manifestações. Em contraposição ao que a professora classifica como “antigos”, definimos que sejam os “novos” professores.

Para compreender a fala desta professora é importante ressaltar que ela se posiciona contrária à greve, ela acredita que a greve não é o caminho para se alcançar os objetivos que são desejados pela categoria. Neste sentido, aparece o respeito àqueles que realmente participam dos movimentos grevistas de forma efetiva. Mas, da mesma forma, a professora reprova os professores que aderem à greve ou a qualquer paralisação, mas, não participam dos atos públicos que são propostos durante estes períodos. Conforme seu comentário: “Não era pelo motivo maior em si, era pra parar, pra não vir dar aula. Eu digo isso não que eu acho que isso acontece, eu sei que isso acontece, eu vivi isso, sabe, de professores que davam com o dedo e não iam para o calçadão.”<sup>357</sup>

Em outro momento da entrevista ao abordar sobre o fim da greve, ela novamente se refere aos professores que paralisam nos períodos que são propostos pela categoria mas, não participam efetivamente: “Agora aquele que para só pra sair, passear e ficar festando, mas eu acho que no geral, foi esse sentimento de derrota, sim, muita tristeza, muita decepção, muita derrota, questão da derrota, sentimento de derrota.”<sup>358</sup> Para esta professora alguns professores apenas se aproveitam das paralisações para um “descanso” das atividades, para passear, se distrair. Esta ação contradiz a proposta do movimento que é a luta. Neste caso,

---

<sup>356</sup> Entrevista 6, p. 46.

<sup>357</sup> Entrevista 6, p. 40.

<sup>358</sup> Entrevista 6, p. 44.

segundo a docente, seria melhor permanecer trabalhando, ao invés de parar e não participar de forma ativa. Este é um dos argumentos nos quais a professora se baseia para mostrar sua decepção em relação às greves.

Mas, qual a relação destas informações com a construção de um perfil do “bom professor”? Ao transmitir estas concepções, estas professoras revelam a forma como definem o papel do professor, a forma como deve agir, não apenas no ambiente escolar, em relação ao ensino, mas, também, fora deste ambiente, em relação à luta da categoria.

O foco até aqui estava centrado na participação ou não nas manifestações e movimentos docentes, mas, a abordagem também engloba as ações com os alunos, o papel do professor em sala de aula. Conforme nos apresenta a professora Alice:

Foi em relação aos alunos, eu não me importei de trabalhar sábado, trabalhávamos sábado à tarde, eu não me importei, porque eu achava que o importante naquele momento era nós fazermos o melhor por nossos alunos. Então foi essa minha sensação, né, meu sentimento.<sup>359</sup>

Mesmo depois do retorno para o trabalho, sem conseguir alcançar os objetivos que levaram a greve, a preocupação desta docente estava concentrada nos alunos. Ela afirma que não se importou em trabalhar em horários diferentes e em dias diferentes da semana, pois o que estava em foco naquele momento era fazer o que seria melhor para os alunos. Mas, a professora não descreve a situação em primeira pessoa do singular, mas pensa no coletivo, ou seja, assim como ela, outros professores também tiveram a mesma atitude. Esta atitude é considerada positiva, pois a professora enfatiza este era o sentimento naquele momento, mesmo diante da derrota, era buscar atender aos alunos e realizar o trabalho de forma satisfatória.

Diante da derrota, não houve um esmorecimento, a professora afirma que conseguiu realizar sua função, aquela para qual é destinada enquanto educadora, ensinar, educar e formar jovens. A perseverança parece ser, também, uma das características do “bom professor”, conforme expressa a professora Silvia, “o professor, ele diz, não, nós temos que continuar lutando. Porque alguma coisa há

---

<sup>359</sup> Entrevista 1, p. 5/6.

de surgir.”<sup>360</sup> Não desistir, não esmorecer, ações citadas que fazem parte desta ideia do professor ideal.

Novamente sobre a função do professor, a professora Márcia também apresenta como desenvolvia suas atividades docentes:

Em casa eu ficava até meia noite corrigindo caderno, colando figurinha no caderno das crianças de primeira série, fazendo uma pesquisa, tinha que saber porque um fulaninho aprendia o outro não aprendia, às vezes a gente até perdia horas de sono, pra descobrir porque o que você ia fazer com aquele aluno que não aprendia. Então você tinha todo o tempo tomado, não eram quatro horas como ele falava.<sup>361</sup>

As ações do “bom professor” não encerram ao findar o seu turno, a professora Márcia afirma que chegava a perder horas de sono tentando compreender as diferenças na aprendizagem de seus alunos. Havia também o período da preparação de atividades, da pesquisa, o professor acabava deixando de lado suas outras tarefas cotidianas para se dedicar à sua função. A docente demonstra uma dedicação à sua função, uma preocupação em relação aos alunos e seu processo de aprendizagem. Esta jornada ampliada também é afirmada pela professora Silvia, “porque o professor ele não é só aquelas horas que ele esta ali, ele trabalha o tempo inteiro, ele elabora, ele leva as tarefas pra corrigir e tudo.”<sup>362</sup> Ou seja, estas duas professoras revelam que a função de professor ocupa quase o tempo integral do indivíduo, pois mesmo em seus momentos de descanso, ao exemplo do período de sono, acaba ocupando a mente com preocupações voltadas para o aluno.

Nas entrevistas também identificamos a ideia do trabalho “por amor”, o ser professor pelo fato de gostar da profissão, se sentir realizado com a tarefa. Ao abordar sobre o governador Álvaro Dias, que era também professor, a docente Vilma apresenta o seguinte comentário: “Porque eu amo magistério, e eu acho que ele não amava, eu acho que ele entrou no magistério pensando na política, pra fazer clientela.”<sup>363</sup> Desta maneira a professora tenta diferenciar os professores que trabalham por amor daqueles que não têm este sentimento. A ação de Dias foi explicada pelo fato de que ele tinha apenas interesses políticos, e desta forma agiu

---

<sup>360</sup> Entrevista 4, p. 25.

<sup>361</sup> Entrevista 3, p. 17.

<sup>362</sup> Entrevista 4, p. 24.

<sup>363</sup> Entrevista 5, p. 31.

contrariamente aos professores. Ele não exercia a profissão com o amor necessário, por isso se desvinculou da categoria e como resultado, as ações contra os professores na greve de 1988.

A professora Cássia também apresenta o amor como motivador do exercício da profissão, “porque eu estou fazendo o que eu gosto. Eu vou continuar sendo professora, não é um governo que vai me derrubar, você entendeu? [...] não é por isso que vou deixar de fazer o que eu gosto, porque eu gosto de dar aula.”<sup>364</sup> Ainda que estivesse desanimada pelos acontecimentos decorrentes daquela greve, a professora demonstra que não se deixou abater, e continuou sua função que por ela era exercida com gosto. O amor à profissão parece ser um requisito para ser o “bom professor”, conforme descreve a professora Vilma no trecho a seguir:

[...] professor é uma pessoa altamente sensível, ele tem um coração que não é dele, ele tem uma visão que não é dele, ele tem um ideal. Professor que é professor não trabalha pelo dinheiro, ele trabalha por um ideal, por uma vontade, por uma valorização que ele acredita. Ele não trabalha por dinheiro. Porque se a gente fosse trabalhar pelo dinheiro, você não fazia metade das horas que você faz a mais na escola.<sup>365</sup>

De forma bastante clara a professora se posiciona mostrando que o papel do professor está além da remuneração mensal, está em um “ideal”. E ela ainda descreve este professor como sensível, com um bom coração, com uma perspectiva que o faz enxergar além. Esta docente participou do movimento de 1988 e de todos os movimentos seguintes, ela afirma que o professor precisa participar, e deve ser politizado. Mesmo lutando por melhorias salariais esta professora considera que este não é o fator mais importante. O “bom professor” precisa estar voltado para o referido “ideal”, pela formação completa do aluno. Por isso a referência às horas extras na escola. Se a motivação fosse apenas salarial, acabado o turno, encerradas seriam as atividades, mas, não é o acontece, de acordo com esta docente.

Esta definição do papel do professor com relação à questão salarial também é abordada pela professora Sara, o trecho é um pouco mais longo, mas, é relevante compreender a sua construção:

---

<sup>364</sup> Entrevista 7, p. 52.

<sup>365</sup> Entrevista 8, p. 61.

Aí a pessoa fala assim, ‘ah, mas você tá contente com seu salário?’ Eu não dou aula pelo meu salário, eu nem sei como você pode ver isso, ver como que é. As vezes a pessoa fala ‘nossa, mas esse salário’, e tem tanta gente que não tem nem isso, nem o salário. Eu acho muito triste o professor que dá aula pelo salário. Eu acredito sim que nós precisávamos, que poderíamos estar ganhando mais, mas eu acho que a gente tem que ver mais o aluno em si, e essa consciência falta muito, às vezes. Porque você, como professor, uma vírgula que você coloca errado você pode mudar a vida de uma criança, uma palavra, uma frase, sabe, um ponto, muda a vida de uma criança. É muita responsabilidade. Então, assim, eu sou apaixonada pelo que eu faço. Eu não consigo viver sendo outra coisa senão professora, sabe, educadora. Eu acredito na Educação.<sup>366</sup>

Diante do questionamento de outros sobre a satisfação com o salário a professora é bastante enfática ao afirmar que o papel do professor deve estar além destas questões. A docente ressalta que é importante o salário, não tem como viver sem o salário, e inclusive revela que os salários poderiam ser melhores, mas, o seu foco está na responsabilidade da profissão. Segundo Sara, o professor deve estar consciente de que suas atitudes irão refletir nos alunos, por isso a sua preocupação. E para finalizar, a professora apresenta sua paixão pelo trabalho, ou seja, o amor com que realiza sua função, e não acredita que conseguiria desempenhar outro papel na sociedade, ou seja, a questão vocacional também está relacionada.

À esta vocação ou amor à profissão, a professora Silvia descreve como “professor nato”, que segundo ela, está em falta:

Bom, aquele que é professor mesmo, no sentido nato ali da palavra, ele tem que reconhecer e ser valorizado, e tudo, e servir do marco mesmo, uma marca, olha como nós somos tratados pelas autoridades, voltamos à época da barbárie ali. Então, e agora não, agora então nós temos um marco ali. Mas acontece também que a nossa profissão hoje em dia, tá muito, tá faltado, aí como, tá me fugindo as palavras, tá faltando aquele professor nato mesmo, né. Tem muitos que, é um meio de trabalho, isto também depõe muito. Mas como sempre vai ser assim, nada a gente atinge cem por cento de uma mesma, né, uma mesma, uma grau ali natural, né.<sup>367</sup>

Ao abordar sobre a rememoração do 30 de agosto, a professora apresenta sua perspectiva sobre o “bom professor”, que seria o aquele que é “professor mesmo”, novamente o substantivo *professor* aparece como um adjetivo, como uma qualidade que não é possuída por todos que trabalham nesta profissão. Neste sentido, a professora revela que o acontecimento histórico para os

---

<sup>366</sup> Entrevista 6, p. 41.

<sup>367</sup> Entrevista 4, p. 27.

professores descritos como “natos”, serve como marco, que demonstra a busca pela valorização. Em contraposição a estes professores, Silvia aponta que para muitos o ser professor é apenas um “meio de trabalho”, e é este fator que traria prejuízos para a luta.

Novamente a participação no movimento é entendida como um comprometimento do docente, que está relacionado também a sua responsabilidade com a profissão, e ao seu desempenho na função.

A referência ao tratamento dado ao professor também é feita, como apresentado pela professora Silvia, “agora nós vamos ser enfrentados como, a cães, a cavalo, a bombas de gás lacrimogêneo, o professor, que devia ser, a referência de um Estado, de uma nação, de tudo.”<sup>368</sup> Relembrando o episódio do *30 de agosto*, a professora apresenta a forma como o professor deveria ser visto pela sociedade, como uma referência, com todo o respeito que deve ser dedicado à função que forma as bases desta sociedade.

Sobre a forma de tratamento do docente a professora Sara também se manifesta:

Então eu acho que a nossa categoria, é uma categoria que tinha que ter muito, tem que ser muito respeitada, porque nós estamos formando cidadãos. Nós contribuimos muito pra isso. Eu acredito na educação, eu acredito muito na educação. Eu acredito que nós fazemos diferença na vida de uma criança, de um adolescente.<sup>369</sup>

A função do professor é muito importante, segundo apresenta a professora, e por isso deve ser respeitada. A formação do cidadão é colocada como a ação do docente, por isso seu papel é imprescindível na sociedade. Deste relato podemos inferir que os professores têm uma tarefa social bastante relevante, mas, esta tarefa ainda não está suficientemente sendo reconhecida, o que acarreta a afirmação de que precisa ser respeitada.

Sobre o papel do professor, a professora Sara também revela que:

Eu costumo dizer que eu trato meus alunos da mesma forma como eu gostaria que tratassem meus filhos, passo pra eles valores que eu gostaria

---

<sup>368</sup> Entrevista 4, p. 24.

<sup>369</sup> Entrevista 6, p. 41.

que passassem para meus filhos. Acho que a educação tem que mudar o olhar, sabe. E temos que acreditar que nós temos força, sim, mas a luta tem que ser diferente dessa luta que tem sido feita. Nós temos que criar nossa credibilidade.<sup>370</sup>

Deste modo, a função do professor também vai além dos conteúdos científicos estruturados pelos currículos escolares, ao professor, segundo Sara, também convém transmitir valores, e tratar os alunos com a dedicação de pais. Conforme a docente apresenta somente assim seria possível alcançar a credibilidade da profissão. Por outro lado, reafirma que os professores devem acreditar em sua força ou capacidade de mobilização, mas, com uma luta diferente.

Esta professora também se posiciona diante das constantes mudanças pedagógicas, muitas vezes relacionadas aos diferentes governos, cada qual montando e ditando a forma como o ensino deveria caminhar, e como o professor deve agir diante desta situação, como o professor deve desempenhar sua função:

[...] desenvolver o senso crítico do aluno, o que eu posso, o que é legal eu ver, ou devo aceitar isso. Não ficar, tipo, enfiando tudo goela abaixo, aceitando tudo que vem. Tipo, isso é bom, isso não é bom, selecionar. Isso é legal, isso vai me levar a isso, isso vai me levar aquilo. Eu acho que isso que a gente tinha que fazer. Enquanto professor, desenvolver essa criticidade, esse senso crítico, fazer com que o aluno passe a se ver como cidadão, e a importância da educação pros filhos dele, pros netos dele, que isso tem que ser mudado hoje. [...]Que nós temos a faca e o queijo na mão. Não é ir pro calçadão, não é ir não sei o quê. É aqui ó, com os alunos, valorizar, eles se sentirem valorizados como cidadãos, saberem que eles têm direitos, eles têm deveres, sabe.<sup>371</sup>

Além da desconfiança em relação às mudanças na Educação implementadas pelos diferentes governos, esta professora destaca a importância de despertar o aluno para o senso crítico, uma Educação voltada para construção da cidadania. Mas, é interessante observar que esta proposta didático-pedagógica não é tão recente, isto já vem sendo discutido, tendo como foco a formação do cidadão crítico. Desta forma, leva a entender que existem professores que não tem ainda esta preocupação. Este seria um motivo para diferenciação dos professores, o cumprimento efetivo ou não de sua função social.

E a professora Sara ainda continua a definir o professor ideal, afirmando que “um professor consciente tinha que fazer o tiro sair pela culatra. Não

<sup>370</sup> Entrevista 6, p. 45.

<sup>371</sup> Entrevista 6, p. 46.

é porque é escola pública que você tem que dar aula de qualquer jeito. Qualidade, sabe, respeito pelos alunos, eu acho que isso que falta.” E também, “o aluno como foco, e procurar fazer o melhor por ele”<sup>372</sup>. Nesta perspectiva o “bom professor” é o que cumpre suas tarefas, e não age de forma irresponsável porque está no ensino público. O aluno aparece como o centro das atenções do professor, este deve ser o foco, realizar o trabalho tendo como fim o progresso dos alunos.

Por conseguinte, o texto revela um mosaico de características, qualidades e defeitos que podem definir as diferentes concepções sobre o “bom professor”. É possível classificar, de forma bastante simplista, em duas concepções principais, a apresentada pelas professoras atuantes no movimento da categoria, e a apresentada pela professora Sara, contrária às greves.

No primeiro caso temos a definição do papel do professor em relação à sua atuação no movimento e também à sua atividade em sala de aula. Ambas estariam vinculadas e uma seria consequência da outra, ou seja, o professor comprometido com sua função é, também, um professor comprometido com a ação, a luta da categoria. No segundo caso, a ideia de bom professor fica circunscrita à atuação em sala de aula, com o aluno, a necessidade de desenvolver os alunos, formar cidadãos. Mas, convém ressaltar que há um respeito pela ideia colocada no primeiro caso, pois, a professora Sara acredita que existam professores que se engajam por motivos que ela considera justos, “pela causa”, mas, é a sua desilusão com professores que faziam uso do movimento apenas para dar uma “pausa” nas atividades docentes que a fizeram ter outra concepção do que seria a luta docente, e qual é o papel do professor, restritos apenas a sala de aula, e a partir desta fazer a diferença.

Há vários outros pontos citados no texto, como por exemplo a vocação, elemento importante para exercer a profissão, a questão do amor, o “bom professor” seria aquele que gosta do que faz. Outras características também foram ressaltadas como a dedicação, a responsabilidade, o comprometimento, a coragem, a perseverança, dentre outros.

O que deve ser levado em consideração diante destas diferentes, porém complementares concepções, é que revelam a ideia que estas professoras têm do seu ofício, e principalmente, da forma como atuam, da forma como se

---

<sup>372</sup> Entrevista 6, p. 42.

reconhecem e reconhecem aqueles que são para elas como iguais, o seu grupo. Esta exposição, conflituosa e ao mesmo tempo consoante, nos apresenta a identificação de cada docente com o seu ofício, ou seja, a sua identidade enquanto professoras. Os relatos são ao mesmo tempo uma espécie de auto afirmação, e também uma análise da ação dos professores, seu trabalho, sua função na sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As discussões sobre a memória nos fornece material amplo e bastante rico para a produção da história, a reflexão sobre o passado e também sobre o presente. A memória, neste sentido, é uma construção do indivíduo situado no presente, que reflete sobre o passado e o reatualiza a partir das vivências e experiências que transcorreram desde aquele passado, objeto da rememoração. Assim, memória é o esforço que o indivíduo realiza para compreender, dar significado às suas ações e experiências do passado, para, desta forma, entender o presente.

A memória enquanto fator de compreensão do presente é, também, o que revela a essência de cada ser, pois são as lembranças dos feitos e realizações passados de cada indivíduo que define o “quem sou” diante do mundo. A memória não é, então, um reviver do passado, mas, uma construção sobre este passado, partindo das preocupações atuais do sujeito.

Outro aspecto relevante sobre a memória, conforme foi apontado por Halbwachs, revela a questão da construção coletiva da memória. Esta ideia é baseada no fato de que somos seres que vivemos em sociedade, e estamos inseridos em diferentes grupos sociais, o primeiro deles sendo a família. Partindo deste pressuposto, entendemos que há na memória de cada indivíduo diferentes perspectivas sobre um fato passado, pois as relações sociais que vivenciamos nos fornecem novos e diferentes elementos para construção/reconstrução constante desta memória. Cabe ao sujeito o trabalho de relocação destas memórias, formando uma compreensão plausível sobre o passado. Este seria também, retomando elementos estudados por Pollak, um fator de coesão e de aceitabilidade nos diferentes grupos sociais que são formados em sociedade.

É a coesão interna do grupo, a partir da construção de uma memória, o fator que gera a sensação de pertencimento, ou seja, a identificação do indivíduo com seu grupo. Assim, é possível afirmar que a memória é capaz de formatar as diferentes identidades de cada indivíduo e sua relação com os grupos dos quais é parte integrante. Apontamos diferentes identidades, pois, assumimos em diferentes momentos em nossa vida diferentes funções e relacionamentos, que nos projetam e nos impõe características e formas de ações distintas.

Assim, é possível afirmar que o indivíduo não possui uma identidade estável, consolidada, mas, contrariamente, várias identidades fragmentadas, inacabadas e contraditórias, e que estão em constante transformação, pois dependem diretamente das relações do indivíduo com o presente, com as experiências mais atuais.

Partindo deste entendimento, o objetivo deste estudo foi analisar as memórias de um grupo de professoras da Rede Pública Estadual do Paraná tendo como foco um momento histórico específico, a greve dos professores deste Estado no ano de 1988. A escolha se deu pela repercussão do fato que é dos mais rememorados pela categoria.

Para desenvolver esta pesquisa analisamos dois tipos de fontes, primeiramente nos debruçamos sobre dois diferentes periódicos, os jornais *Folha de Londrina*, que tem distribuição na referida cidade e região, e *O Estado do Paraná*, que tem público na capital e nas diversas regiões do Estado. O segundo tipo de fonte utilizado foram os depoimentos colhidos por meio da metodologia da História Oral.

O levantamento realizado nos periódicos permitiu a elaboração das questões para entrevista oral com as professoras. A análise das reportagens publicadas nestes periódicos permitiu verificar as contradições e as diferentes perspectivas sobre os professores e o movimento grevista. Como por exemplo, na *Folha de Londrina*, os professores são classificados em alguns momentos como “folgados”, “gananciosos”, devido a greve relacionar-se à melhoria salarial. Em outros momentos, são colocados como vítimas de um governo autoritário, que não se abre às negociações. Não há uma definição clara, mas contraditória, ao mesmo tempo que são apresentados como vítimas, são também os algozes dos alunos que, por conta da greve, ficaram sem aulas. São os “heróis” que ensinam e os “vilões” que almejam aumentar seus salários diante de uma situação de crise econômica, em que os outros trabalhadores também passam por dificuldades. Neste sentido, o jornal apresenta um embate de ideias, por vezes favoráveis e outras contrárias ao movimento dos professores.

Nas publicações deste periódico havia, também, um espaço que era utilizado pela APP – Associação dos Professores do Paraná – chamado de *Folha do Professor*, também analisada, por ser o espaço de exposição da entidade representativa dos professores. As notas e textos desta publicação estavam

diretamente relacionados às notícias e reportagens apresentadas pelos jornais, mas, buscando reformular, alterar a imagem dos professores e do movimento que estava sendo criada e propagada pelo governo. Em vários momentos os textos são como uma resposta às críticas direcionadas pelo governo aos professores em greve. Havia uma contra-argumentação, no sentido de apresentar a legitimidade do movimento dos professores.

Sobre as reportagens publicadas pelo jornal *O Estado do Paraná*, fica mais nítido o posicionamento quanto ao movimento grevista dos professores do ano de 1988. Este se posiciona contrário às ações dos docentes. As reportagens trazem, em vários momentos, a reprovação às atitudes dos professores. Assim, este veículo de comunicação expõe os motivos que tornam o movimento ilegítimo e injustificável. Diferente do jornal *Folha de Londrina*, mais reportagens no *Estado do Paraná* trazem como foco a perspectiva do governo, as notas oficiais, as entrevistas do secretário da Educação do Estado e também do governador Álvaro Dias.

A partir da análise destes dois diferentes jornais, mais claramente *O Estado do Paraná*, verificamos que a postura de veículo a favor da informação, democrático e aberto, não corresponde à realidade destes periódicos. Assim, é possível afirmar, conforme já apontado por Francisco Fonseca em sua análise sobre a grande imprensa brasileira, com alguma ressalva para o jornal *Folha de Londrina*, que há uma predisposição para esses veículos midiáticos em criminalizar os movimentos sociais, se opondo às greves e mostrando aversão às ações dos professores. Desta forma, assim como os grandes jornais do país se apresentam diante dos movimentos sociais, esses dois periódicos analisados demonstram o posicionamento contrário ao movimento dos professores.

A ressalva para a *Folha de Londrina* é que em alguns momentos este veículo apresenta um posicionamento favorável aos professores. A contradição nas notícias leva ao entendimento de que há uma busca pela neutralidade, que não conseguiu ser alcançada. Aparentemente o jornal apresenta os diferentes pontos de vista sobre o movimento, mas, em vários momentos desconstrói essas perspectivas e enfoca a ilegitimidade e a falta de justificativa para o movimento dos professores.

Após a análise das notícias elaboramos um roteiro de entrevistas que ficou dividido em cinco categorias: a) O cotidiano da greve; b) sobre o governador Álvaro Dias; c) a volta ao trabalho; d) sobre a APP; e) sobre a identidade.

A partir das questões formuladas em cada categoria de análise entrevistamos oito professoras, sendo quatro de Londrina e região, e as outras quatro de Curitiba. A escolha dessas localidades foi uma tentativa de buscar diferentes perspectivas sobre o movimento de 1988, ou seja, daquelas que participaram dos acontecimentos na capital do Estado, onde ocorreu o confronto com a cavalaria da Polícia Militar, e das que ficaram mais distantes dos acontecimentos, acompanhando os fatos de cidades do interior do Estado.

Sobre os relatos das professoras, é possível afirmar que há um sentimento comum em relação aos acontecimentos da greve de 1988, em especial sobre a repressão sofrida. Todas as professoras se recordam do acontecimento com pesar, com tristeza e revolta. Isto é perceptível tanto para as professoras que estavam no acontecimento, como para aquelas que acompanharam apenas por meio das notícias propagadas pela televisão. O sentimento é único, pois envolve todo o grupo, toda a categoria, a dos professores.

Diante dos depoimentos é perceptível a identificação com o acontecimento, todas as professoras entrevistadas sentem a dor daquele momento de repressão que ocorreu em 30 de agosto de 1988. A memória sobre o sofrimento e a humilhação são uníssonas, sendo possível distinguir apenas por conta de lembranças mais pontuais, como os detalhes do acontecimento, como a roupa que estava sendo utilizada, quem estava ao lado, como se comportou diante do ataque das bombas de gás e de efeito moral.

Com relação às demais categorias de análise, como por exemplo, o cotidiano da greve, temos lembranças mais individuais, mas, não contraditórias, pois expressam a perspectiva de cada professora diante dos acontecimentos e também o seu posicionamento em relação à greve.

Sobre o governador do Estado Álvaro Dias, os depoimentos revelam o ressentimento em relação ao ex-professor que ocupava o maior cargo estadual durante aquela greve. Nos relatos é possível identificar uma mudança na imagem que fora construída sobre Dias, antes professor que participava das passeatas, dos movimentos da categoria, e depois o governador autoritário, aquele que, enquanto chefe do Estado, era o responsável direto pela repressão direcionada aos professores.

Desta forma, fica nítida uma memória coletiva, uma memória do grupo dos professores, que os faz ter sentimentos muito próximos, e em muitos

momentos, as mesmas sensações em relação aos acontecimentos de 1988, e ao mesmo tempo as diferenças ligadas às experiências individuais de cada um, a memória de pequenos detalhes, muitas vezes compartilhados, mas, que demonstram a relação do indivíduo com o grupo e com o passado.

A questão da identidade dos professores também foi objeto desta análise, ao perceber se o movimento de 1988, e seus desdobramentos, foram fatores importantes para o sentimento de pertencimento ao grupo. A memória enquanto capacidade de organizar os fatos passados e torná-los compreensíveis a partir das questões formuladas no presente é também o que proporciona a diferenciação entre os indivíduos, e muitas vezes, a similitude.

O processo identitário também está focado na memória, na compreensão que cada indivíduo possui de si, da sua história, do seu passado, das suas vivências e experiências. Assim, a partir da memória, podemos interpor o “eu” em relação ao “outro”, estabelecer as distinções e as proximidades. Isto acontece em relação às identidades individuais que aproximam os grupos aos quais há este processo de identificação, ou sentimento de pertença.

A partir dos depoimentos das professoras entendemos que para aquelas que estavam ativas no movimento, ou seja, aderiram à greve, aquele movimento foi um fato histórico marcante para a categoria, e foi capaz de trazer mais união para o grupo. Neste sentido, inferimos que houve uma maior aproximação do grupo de professores, devido ao sofrimento e a humilhação que foram sentidos pela grande maioria dos professores que atuavam no Estado, mesmo sem estar no confronto gerado pela repressão policial no dia 30 de agosto.

A este fato, em especial, é importante ressaltar, que há um intenso processo de rememoração, que, de acordo com os relatos colhidos, parece ter alcançado o objetivo de unir a categoria em torno de uma memória comum, que seria a motivação para as demais lutas dos professores nos anos posteriores à 1988.

Sobre a identidade docente, a partir das entrevistas realizadas, surgiu um panorama bastante interessante que revela a percepção das professoras sobre a ação do docente, ou seja, perspectivas sobre o “bom professor”. Várias são as características apresentadas pelas professoras que comporiam o *professor ideal*. Em meio a esse mosaico de ideias é perceptível a identificação de cada docente

com a sua forma apresentada de professor, que corresponde aquilo que cada uma acredita ser a melhor maneira de desempenhar esta função social.

Retomando estas questões, aparecem distintas para as professoras que participaram da greve de 1988 e continuaram atuando no movimento, e para a docente que se ausentou do movimento de 1988 e se tornou contrária à qualquer movimento grevista da categoria.

No primeiro caso, o “bom professor” está vinculado tanto à sua ação em sala de aula, como também à sua atuação nos movimentos propostos pela categoria. O professor ideal seria aquele que reflete sua atividade em sala de aula na luta pelas melhores condições salariais do grupo. É o professor comprometido com o ofício e com as melhorias nas condições de realização deste ofício.

No segundo caso, o “bom professor” está vinculado apenas ao trabalho com os alunos, a ação de ensinar e formar cidadãos, sem se envolver nos movimentos grevistas que atrapalham o andamento das atividades docentes. O foco da luta, neste caso, seria a formação crítica do aluno, que mudaria o panorama político e não mais seriam necessárias as greves.

Essas perspectivas sobre o *professor* refletem o posicionamento das docentes em relação à sua atividade na escola e também em relação à categoria, ao movimento dos professores.

Outras caracterizações e diferenciações sobre os docentes também são apontadas nos relatos, e revelam a definição deste trabalho a partir, também, da ideia de vocação, de amor. O “bom professor” seria aquele profissional que se dedica, que tem responsabilidade com sua função, que tem a coragem de enfrentar as dificuldades, seja na sua atuação em sala de aula ou no movimento da categoria. É também aquele professor perseverante, seja para não desistir da luta pela melhoria das condições de trabalho, ou pela mudança social a partir da formação de seus alunos.

Estas concepções sobre o *ideal* de professor, ainda que apontem a distinção relacionada à participação no movimento dos docentes, revelam uma imagem que se complementa a partir da reflexão apresentada por cada uma das entrevistadas. Há uma consonância nesta perspectiva, que aponta a ação docente como um trabalho que exige, para além de uma formação adequada, sentimentos e qualidades, conforme apontados acima.

Assim, este estudo contribui para uma reflexão sobre a construção/reconstrução de uma memória docente partindo de um fato histórico bastante expressivo para a categoria no Estado do Paraná, o movimento grevista de 1988. Por se tratar de um ponto específico de análise, centrado em uma seleção clara de fontes, para além da ideia de gerar uma conclusão sobre o tema, a proposta é criar novas indagações sobre o objeto em questão.

No período da greve de 1988 eu ainda não frequentava o ambiente escolar, por conta da baixa idade, por isso não tive contato com o movimento à época. É interessante ressaltar que já havia ouvido comentários sobre o episódio da cavalaria, e que o governador Álvaro Dias tinha ordenado tal violência contra os professores.

Somente ao iniciar a atividade como docente da rede pública do Estado do Paraná é que consegui perceber a profundidade e a importância que tal acontecimento tem para a categoria. Foi durante conversas com os outros professores nas paralisações de 30 de agosto que percebi como aquele episódio está arraigado na memória docente. Ao mesmo tempo que é uma memória triste, que traz uma certa decepção, é um motivo para a luta.

Ainda antes de realizar esta pesquisa foi possível perceber que a minha identificação com o ofício e com os outros professores partiu do reconhecimento desta memória. É exatamente esta memória do 30 de agosto, que não é minha, que me motiva a paralisar nesta data, e ainda me faz ir até o calçadão da cidade de Londrina para me unir com os outros professores. Isto é uma forma de evitar que acontecimentos como aquele da repressão policial se repitam com a categoria docente. E também de reforçar que ainda permanecemos em luta.

A memória do acontecimento já estava presente em mim, e eu já havia me identificado com a situação, fato que me motivou ao desenvolvimento desta pesquisa. Mas, foi durante o contato com as professoras entrevistadas que percebi mais claramente esta identificação, acabei me apropriando desta memória e me sinto parte deste movimento docente. A tristeza, a revolta, o sentimento de que “fomos” humilhados está presente, o recordar dos fatos me faz sentir assim. Não vivenciei os acontecimentos, mas, é como se tivessem atingido a mim também. Acredito que este é o sentimento de pertencimento a um grupo que foi abordado no decorrer do trabalho, a construção de uma identidade, a minha identidade docente.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** Lembranças de Velhos. 10. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. *Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre Representações e Práticas**. Lisboa: Difel, 1990.
- DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FIORUCCI, Rodolfo. História Oral, Memória, História. In: **Revista História em Reflexão**. Vol. 4 n. 8 – UFGD – Dourados Jul/Dez 2010. pp. 1-17.
- FREITAS, Sonia Maria. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro, Campus, 2003
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e Tempo: Perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. In: Memória História e Educação – **Cadernos CEOM**, ano 21 – n. 28 – Jun. 2008 – pp 15-30.
- GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina História**. Cultura e identidade docente. São Paulo: UNESP, 2004.
- JUNGBECK, Benhur. História, imprensa e representações: possibilidades metodológicas para uma abordagem histórica. In: **SEMINA** – v.2 – n.2 – p. 86-96, p. 90.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORN, Carlos Henrique. **Salários e Política Salarial em 1988.**

<In:<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/68/355>> - Acesso em 11 jul. 2011 às 14:55 h

MEIHY, José C. S. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NOVOA, Antonio (org.) **Vidas de Professores.** 2.ed. Porto: Porto Ed., 1995.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 17, Nov. de 1998, pp. 203-211.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 45.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Entrevista 1:

Alice (Nome fictício)  
 Professora Aposentada – desde 1997  
 Professora da rede Estadual desde 1970  
 Formação: Graduação em Matemática

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Particpei ativamente do movimento, eu ia na escola é...por conta de que nós nos reuníamos lá, os professores pra que a gente tivesse uma informação sobre o movimento e tudo, mas, assim, sempre na escola, não pra trabalhar, a gente ia e saía, era um ponto de encontro, digamos assim, a escola. Fui, fui em todas as passeatas.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Os professores, ah, a minha escola era muito pequena, é ... os professores de quinta a oitava eram professores ... que tinham uma aceitação muito boa em relação ao movimento, à luta. Os professores de primeira a quarta eles relutavam bastante, eles tinham muito medo, eles eram de uma época em que ... eles tinham muita pressão de direções anteriores, a direção da época não, não nos deu problema, mas, então eles tinham dificuldades assim de aceitação, nem todos aceitaram a greve.

Havia discordância de idéias não pelo movimento em si, sabe, não pelo mérito da coisa, mas, pelo, é, pelo medo mesmo de ficarem sem pagamento, aquela questão do comodismo de depois não ter que repor aula, era por isso.

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Eram razoáveis, eram tranqüilas, ela na época não ficava assim nos pressionando, ela não gostava muito, mas, também não ficava nos pressionando. É porque nós tínhamos um grupo muito forte no pessoal de quinta a oitava, então se ela tentou alguma coisa e tal, foi com o pessoal de primeira a quarta. Pessoal de quinta a oitava ela não conseguia nada

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Que eu lembre não, que eu lembre não tive contato, mas, independente disto, como a escola ela era muito pequena, ela parecia uma família, os pais e os alunos de uma forma geral eles eram muito carinhosos com a gente, então assim, alguns podiam ter dificuldade pra entender isso, mas, de uma forma geral, nós não tivemos grandes problemas.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

Olha! ... sempre há divisão né, quando eles iam na escola conversar com as pessoas é com os professores, então, eram só os professores na época os funcionários não participavam como agora né, então quando eles iam pra escola assim eles conversavam eles eram bem eximidos, tranqüilo! Não tinha grandes problemas.

Era uma atuação assim ... média, digamos.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Nós tínhamos é, na época desta greve de 88 nós, é, o sindicato “setorizou” então, pra facilitar, nós tínhamos assim, é, um lugar comum de vez em quando, e nós tínhamos assim sempre nós nos encontrávamos, básica eu não me lembro muito bem mas, basicamente acho que todos os dias nós nos encontrávamos. Então o nosso setor era Mercê-Santa Felicidade e nós nos encontrávamos num salão de uma escola particular de um colégio particular que era dos freis capuchinhos e eles nos emprestavam o espaço pra gente se reunir né.

Uma que o ambiente da escola não podia e outra que eram várias escolas, então assim, um professor não ia pra escola do outro professor, né, então o que que acontecia, as escolas que pertenciam àquele setor tinham um ponto de encontro que era este lugar, então ia todo mundo pra lá, ia todo mundo pra lá pra esse lugar.

Ah, a gente avaliava as questões as dúvidas que haviam, as dificuldades que todos tínhamos assim, temor porque se prolongou muito, então foi muito sofrido, e aí nós trocávamos idéias ali nos fortalecíamos por estamos juntos.

[relacionamento entre os professores] De amizade, eram assim, eram todos, é, a gente criou amizades que hoje quando comecei a freqüentar novamente aqui como aposentada então eu encontrei algumas daquela época e tem algumas que eu encontro pelo bairro, porque eu ainda moro no mesmo bairro, e a gente tem uma relação de amizade, assim, de cumplicidade, de companheirismo, pelo fato de ter-mos passado o que passamos.

Na verdade eu não me lembro bem dos professores que não participaram da minha escola, não lembro mesmo. Eu mesmo, meio que, até interessante que uma que eu lembro muito bem das que não participaram, as outras pessoas eu não lembro assim, meio que, sabe? Não tinha muita força, não era muito firme, parece que eu deletei da minha memória assim, não fazia parte do meu pensamento.

[esta que se lembrou, por que] Não, só porque era muito medrosa assim, muito Aiiii, ela não fez nada e ela ficou na escola ... mas na hora do pagamento...que nós nem tivemos muita coisa aí, mas...

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Olha, de uma forma geral, no no, na APP aqui em Curitiba, é existia a questão da solidariedade de nós, é, trabalharmos pra ajudar os colegas, fazermos alguma coisa pra juntar dinheiro pra ajudar os colegas. E nós tínhamos um colega, na nossa escola só aconteceu com um colega e esse colega nós fizemos uma coleta de dinheiro fizemos entre nós mesmo na própria escola pra dar pra ele, e a escola pegou fogo e o dinheiro foi...

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Foi, eu lembro assim que foi muito grande, parece que quanto mais pressão havia, mais as pessoas tinham força pra ... pressão do governo. [os professores] colaboravam, quando tinha os movimentos, quando resolviam acampar todo mundo ajudava, quando vinha o pessoal do interior não tinha onde ficar, naquele tempo a APP não tinha o que tem hoje, né, que tem condição as vezes, muitas vezes de bancar os pedágios dos professores, não, não tinha, então

o que que nós fazíamos, muitos de nós levavam colegas do interior pra casa, pra suas casas, pra dormirem pra tomarem banho, ou então se eles estavam acampados levavam estes colegas pra casa pra fazerem a sua higiene, pra descasarem e voltavam pro acampamento, tinha gente que levava sopa à noite, fazia comida e levava, então aqueles carros cheios de comida levando pra todo mundo que tava acampado, então assim, a solidariedade era muito grande. E isso não foi só na greve de 88, foi em outras ocasiões também aconteceu este tipo de coisa.

9. Como você descreve esta participação aqui em Curitiba?

Acho que, pelo fato de ser a capital onde tudo acontecia, eu acho que o povo foi muito solidário, os professores né, foram muito solidários com seus colegas,

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Recordo...Eu acho que foi uma coisa bastante marcante assim porque foi um momento que nós estávamos assim muito cansados que nada se resolvia, então nós decidimos, foi uma decisão assim muito drástica e difícil porque quem ficou lá dentro, é, pernoitando, foi muito difícil, né, mas foi assim uma decisão eu acho que de todo mundo uma decisão de todos os que estavam participando.

[sobre os boicotes] Lembro, lembro que ...problema da água, eles diziam, disseram que, daí quando não deu mais pra entrar, a gente ia todos os dias, quando eles proibiram a nossa entrada a gente ia e ficava do lado de fora e a gente sabia que lá dentro estava acontecendo coisas difíceis, então eles boicotaram a água, eles punham coisa na comida, falaram até que era pó de vidro, não sei se é verdade, porque são coisas assim que eu não estava junto pra ver, então, é difícil de você afirmar, né, você ouve falar, mas eu lembro de todos os boicotes, boicotes difíceis que todo mundo ficou com diarreia e problemas bem sérios.

[sentimento] No momento assim, todo aquele acontecimento traz uma revolta, uma sensação de injustiça com tudo o que tava acontecendo.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Eu estava [presente]. Eu lembro assim, eu liderava o setor Mercê- Santa Felicidade que nós nos reuníamos, então de véspera o Mario Sérgio, era o presidente da APP de Curitiba, ele foi conversar comigo, eu não me lembro se foi lá ou se nós nos reunimos em algum outro lugar, mas enfim, ele deu algumas orientações sobre a passeata como é que ia ser, nos avisando que nós tínhamos assim 99% de possibilidade de um confronto violento, isto ele colocou com antecipação, ele tinha quase certeza que ia acontecer, porque um histórico já de repressão que tava acontecendo fazia tempo. Então, na hora que, que houve o primeiro bloqueio pra nós não entrarmos com o carro de som, eu estava exatamente ao lado do carro de som, ao lado do Mário, então eu lembro que a gente tentou, forçou o carro de som a passar, não conseguia e aí nós fomos nos encaminhando lá pra praça, né, naquele largo todo, eu subi na pracinha ali da Nossa Senhora da Salete, naquela época é, hoje é mais fácil, ontem eu passei lá, anteontem, e era bem alto, eu era mocinha né, eu fiquei lá em cima vendo o movimento o pessoal tava todo mundo tranquilo, mães com seus filhos, foi uma passeata lindíssima sem nenhuma, sem nenhuma violência ali entre nós, aí de repente quando eu olhei pro lado tava saindo assim de um portão ao lado da Assembléia assim aquela tropa de choque e eu nunca tinha visto tropa

de choque antes, eles foram vindo, foram vindo e ao mesmo tempo eu escutei as bombas na minha frente e ao lado aquela tropa de choque chegando e eles começaram eles subiam naquilo ali e começaram a empurrar os professores. Lá pra baixo eu estava ali e eu me apavorei eles, graças a Deus não me empurraram, tinha um professor lá em baixo que me ajudou a pular, que era muito alto, ele me ajudou a pular, quando eu pulei que cheguei lá em baixo tinha uma bomba do meu lado, as pernas não me obedeceram, eu não consegui trocar o passo e a bomba estourou e pegou em mim, mas assim de leve, mas, interessante passou através da roupa e me queimou, não foi como outras pessoas que foi horrível né, machucaram muito, eu não, foi queimaduras leves e pegaram no corpo assim, eu tava com uma saia e passou, tava frio eu tava com uma roupa de moletom, uma saia e uma blusa assim e aí passou através do tecido e queimou o meu corpo, eu só fui ver isto a noite, eu já tava assim, eu fiquei muito desacomodada, eu fiquei perdida de ver aquela coisa horrorosa assim, é ruim até da gente lembrar hoje, e aí lá pelas tantas anoitecendo já eu encontrei um colega de escola e eu falei pra ele eu me queimei e ele disse vai, vai procurar um médico, o médico da Assembléia está atendendo. Eu entrei lá na Assembléia Legislativa, ele me acompanhou, aí consegui um médico, ele foi embora, e eu fui atendida pelo médico e graças a Deus não foi nada assim, mas o choque foi muito grande, o choque foi muito grande. Engraçado que eu não sabia o que eu fazia, eu não sabia, eu me esqueci que eu tinha filho, marido, tava todo mundo em casa, na televisão tava passando e que eles estavam desesperados, não tinha telefone celular naquela época, eu não conseguia ligar pra dentro da minha casa, aí quando eu consegui ligar pra minha casa que eu avisei que eu tava bem eles estavam em polvorosa dentro de casa, não sabiam o que tinha acontecido, comigo né. Então, eu lembro bem, nossa! Eu lembro bem.

#### SOBRE ÁLVARO DIAS:

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Acho que é a pessoa mais falsa que eu já vi. Ele é muito falso. Eu tenho um sentimento de que ele é uma pessoa extremamente falsa. Não é nem porque eu confiava.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

O sentimento da gente de impotência porque você não, não, nós não tínhamos acesso à uma à um desmentido disto. Nós sabíamos que era mentira, mas a gente não conseguia os veículos de comunicação não informavam o nosso lado, entende? Nós não tínhamos como, então era uma sensação tão grande de impotência perante à máquina do Governo em relação à nós, o que nós fazíamos era conversar com as pessoas do nosso entorno, não é?

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Eu fiquei com, eu pessoalmente eu ficava com raiva, porque assim, em paralisações anteriores ele ia lá junto com a gente no acampamento, não era governador, ele estava querendo ser, não me lembro se ele foi alguma coisa antes de ser governador, se ele foi deputado, acho que foi deputado antes, então quando ele foi pra se candidatar pra federal ele fazia média com a gente, entendeu? Com os outros movimentos, ele ficava lá fazendo média, nos apoiando, entre

aspas, interesse pra que nós votássemos nele. E daí assim, a raiva mesmo dele agir dessa forma com a gente.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

É eu acho que ele quis é ... foi muito veiculado no Brasil inteiro, então acho que pegou mal pra ele, então ele quis limpar a imagem dele, aí ele nos culpou como uma maneira dele se retratar com a população do Paraná e com a população do Brasil, que foi uma questão que ficou feio pra ele, ficou muito feio pra ele e repercutiu muito mal. E eu lembro disso bem.

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

É estava, a situação estava muito difícil. Nós sabíamos que nós não tínhamos mais condição de continuar a greve, porque foram muitos meses, foi desgastante, penalizou muita gente, fora, mesmo deixando o 30 de agosto de lado, as sanções o que se penalizou os professores foi uma questão muito complicada e aí já se fazia greve há muitos meses, e aí então, a gente viu que não adiantava, que era o momento. Então, sensação de ...perda, de foi em vão, mas, foi em vão em relação ao que nós queríamos, né, mas, também de fortalecimento, acho que foi um fortalecimento da categoria. E nós tínhamos que voltar, não tinha outra coisa pra fazer.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

... Foi, o sentimento mais forte meu foi de vamos tocar pra frente, vamos repor nossas aulas, vamos recuperar os nossos alunos pra que eles não tenham perdas. Foi em relação aos alunos, eu não me importei de trabalhar sábado, trabalhávamos sábado à tarde, eu não me importei, porque eu achava que o importante naquele momento era nós fazermos o melhor por nossos alunos. Então foi essa minha sensação, né, meu sentimento.

3. Como foi a reação dos alunos?

Lá na escola é uma situação muito, eu nunca vi uma escola como aquela, uma situação muito diferente, eles eram muito carinhosos, ontem eu cruzei com três ex-alunos, todos da mesma escola, de épocas diferentes, nossa! Carinho, abraço, beijo, e ‘professora como está? Então é assim, e era assim na escola, um carinho muito grande, eles tinham pela gente um carinho muito grande, eles são nossos amigos até hoje, grande parte deles vive no bairro ainda, então, é, a gente tem esta troca e é, naquele momento, é foi isso, como se a gente tivesse saído, voltado e daí nos sábados à tarde, e pra eles não reclamarem muito a gente intermediava assim um pouquinho de outro tipo de atividade, não só reposição de conteúdo pra que ficasse mais leve, né. Então, eles eram muito carinhosos, não houve problema nenhum, nenhum, nenhum.

#### 4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Os que ... todos nós que estávamos em greve, nós tivemos uma reação normal assim, um pouco de, um pouco de ... decepção, um pouco de dificuldade de pensar como iríamos fazer, mas ninguém foi assim ... disse, ah você, você que foi culpado, principalmente eu, né, que eu encabeçava, ninguém chegou pra mim e disse assim 'ah eu fiz greve por tua causa e agora', sabe, não! Foi assim, assumimos todos, fizemos todos e trabalhamos juntos todos pra repor numa boa, não teve problema. O pessoal de primeira à quarta eu não tive contato nesse retorno porque era em horários diferentes, então eu não avaliei.

#### SOBRE O SINDICATO:

##### 1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

... Teve momentos que, como vou dizer[sussurrando], a sensação que se tinha é que nem eles conseguiam achar o rumo né, na hora mais difícil. Mas nada assim, porque somos todos humanos, né, e sujeitos a altos e baixos, então, mas, nada assim que deixasse que o movimento fosse por água abaixo por falta de liderança, não, eu acho que a liderança foi boa, nós estávamos sempre juntos, eles estavam sempre trabalhando. Teve momento assim que, eu achei pela circunstância, né, que não era uma época favorável, então dificultou um pouco. Mas eu achei que foi bem, foi tranquilo.

##### 2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Não, eu não considero pressão. Eu acho que havia esclarecimento. É mais eu não vi isso, realmente eu não tenho como avaliar esta questão [pressão] assim desta forma porque eu não vi isso. Eu fui na escola quantas vezes conversar com os professores porque eu achava que era o meu papel, como eu tava liderando, conversar e tentar esclarecer. E ficavam, mas eram colegas de escola, não eram de outros lugares, então era como se você fosse uma família, é como quando você vai chamar a atenção de alguém que você acha que ta fazendo a coisa errada. Então ali sim, eu, quantas vezes mostrei que deveria entrar em greve quem não entrou, mas foram poucos, deveriam ser uns três, quatro. Mas, assim, só isso, a APP em geral, eu não percebi isso.

##### 3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Na direção? É eu acho que tinha, não, eu acho que tinha as duas coisas juntas, a liderança e um coletivo, porque ela sozinha não ia dar conta de tudo aquilo, os diretores dela tinham que estar junto fazendo o trabalho, então acho assim que foi um coletivo, mas, não que se sobrepusesse à ela e às vontades dela, mas assim, eu acho que era tudo muito bem distribuído, todo mundo conversava, todo mundo, pelo menos era essa a sensação que a gente tinha, né. Eu não participava dessas coisas, mas eu pensava assim.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

##### 1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Eu acho que faz parte de uma história muito importante pra nós de crescimento, porque mesmo durante a primeira paralisação, o primeiro movimento que teve depois que eu entrei, acho que deve ter sido em 78, eu acho assim os professores nunca nunca tiveram medo de enfrentar, sempre foram e eu acho que isto daí foi um crescendo, tá, eu acho que sempre foram muito fortes, eu acho que sempre eles lutaram muito, sempre tiveram muita garra pra tentar conseguir aquilo que a gente achava justo. E eu penso assim que houve uma, um crescimento de todos, eu acho que houve uma união maior. Claro que alguns ficaram ... se afastaram e não voltaram mais, mas acho que de uma forma geral houve um crescimento nesse companheirismo.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Com certeza, eu acredito que sim. Eu acho que essa sensação de pertencimento é muito grande entre aqueles que participaram de todos estes movimentos. Eu vejo pelo nosso coletivo, que eram as pessoas, que foi o pessoal que participa do coletivo dos aposentados é o pessoal que participou de todos estes movimentos na época de Ditadura Militar, e esse pessoal participou ativamente, tá todo mundo aqui. Então assim, a sensação de pertencimento é muito grande, né, eu acho assim, isso a gente percebe no, sabe, no estar com as pessoas.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Eu acho que sim. Eu acho que foi válida, fortaleceu porque demonstrou que mesmo tendo todas as adversidades, todas as dificuldades, todos os maus tratos, a violência, nós não nos abaixamos, nós fomos pra frente, nós fomos com a luta, fomos, fomos e eu acho assim que é uma base pra a gente estar continuando

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Alguns são muito ativos, é, valorizam, outros, parece que não estão nem aí, não se preocupam muito não. Eu acho assim, que até são professores porque é uma profissão e não porque realmente gostem da profissão. Eu vejo assim, que antes a gente diziam que era vocação, e eu acredito que tem que ter vocação, também. Mas, assim, o profissional que gosta do que faz, ele está envolvido, ele dá valor pra esta nossa história passada, o profissional que não se envolve, que não gosta do que tá fazendo, ele não se envolve, pra ele tanto faz. Ele não se envolve com o aluno, ele não se envolve com a escola, ele não se envolve com a história da APP. Então, eu acho que é assim, existem alguns que sim outros que não

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Há participação sim, eu até acredito que deveria ser maior, mas há.

... É todos os anos nós temos, fazemos esta mobilização do 30 de agosto, que pra nós tornou-se um dia assim marcante. E a categoria, nossa, esse ano choveu, choveu, olha, eu fui pra casa troquei de roupa, voltei, e fiquei molhada até seis e meia da tarde na Assembléia Legislativa, não tinha como, pensei que eu ia trocar de roupa e ia adiantar, quer dizer eu só molhei mais uma roupa. Tava muito cheio, foi assim uma das maiores manifestações, então eu acho que sim, que é um dia que marcou nossa categoria e que as pessoas podem não ter passado por aquilo, e não vão mais passar por aquilo, se Deus quiser, mas, conseguem valorizar.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Ah, acredito que sim. Eu acho que sim, muita coisa a partir dali, é, mudou. Então, Pelo menos eles politicamente eles pensavam um pouco mais antes de tomar qualquer atitude porque foi muito drástico aquilo. Então eu acredito que sim.

[Álvaro Dias] Nunca mais ele vai ser governador desse Paraná enquanto houver professor lutando.

Eu acho assim que nós temos também, tivemos também muita influência do neo-liberalismo que nos segurou muito, por muito tempo e tudo, mas, é, eu acho que essas questões foram bastante importantes para esclarecer as pessoas, pra abrir os olhos, pra lutarmos um pouco mais de garra, pela nossa, pelo nosso plano de carreira, que até que enfim conseguimos depois de tantos anos, acho que depois de vinte anos. Então, lá naquela época a gente já tava lutando. Porque eu quando entrei, que eu fiz concurso, eles não me deram, eles não me pagavam pela minha maior habilitação, eles me pagavam como se eu tivesse licenciatura curta, trabalhando como licenciatura curta e não licenciatura plena, e isso aí, hoje é diferente, mas nós conseguimos e, paulatinamente, tendo estas conquistas e que eu acho que o 30 de agosto foi um marco assim, de forçar mais as políticas públicas do Paraná, tiveram condição de forçar uma melhora.

## ANEXO B

### Entrevista 2

Rute (Nome fictício) – 72 anos  
 Professora aposentada  
 Já aposentada na época da greve, mas, atuava nos movimentos.  
 Formação em Estudos Sociais  
 Instituição: UEM  
 Residia em Curitiba

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Naquela época eu já estava aposentada, e como eu estava com problema em casa, neste dia eu não fui. Mas eu sou militante da APP antes de ser sindicato, era só APP, Associação dos Professores, né, do Paraná. Mas nesse dia eu não fui, eu fui depois ou antes ali, levava é ... almoço, sopa, café, essas coisas eu levava, sabe? Mas como eu tinha problema em casa, naquele dia eu não sei o porque que eu não fui.

Particpei de todas [greves] inclusive da tartaruga, 1964, é greve da tartaruga, trabalhava um pouco, ficava um pouco em casa, era assim

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Sim, sempre teve. Olha, na minha escola eles aderiam, sabe, porque eu me aposentei em 84, 87 se não me engano. Então quando saiu a greve de 88 eu já estava aposentada, mas, eu acredito que eles aderiram, bom, sempre tem quem não trabalha aí não aceita a greve né, porque não faz nada.

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Bem na minha época era tudo muito bem, tudo com o devido respeito, né, se davam bem. Não que eu me lembre não, no meu quando eu fazia, sempre tem porque as vezes é nomeada por político, então, né, os diretores ficam assim, eles não querem que participa, mas, comigo foi um pouco tranquilo, sabe. Porque eles não falavam assim 'ce não vai', e depois outra, não adiantava falar se eu tiver de ir eu vou mesmo, eu sou determinada eu sei o que eu quero. Eu fiquei, eu quase já fui exonerada por falta, porque eu ia mesmo.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Não, eu já estava aposentada.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

Olha, o pouco que eu me lembro, era a Isolde que era presidente da APP, e ela tava ali ó firme. Ela tava sempre firme dando todo o apoio para os professores. O pouco que eu me lembro, era bem firme a APP.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Não, acredito que seria na escola, mesmo, a gente morava no interior, era mais difícil mesmo.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Os colegas ajudavam, faziam vaquinha um ajudava o outro, porque tinha casal que ambos eram funcionários né, que eram professores, então como é que eles iam sobreviver, então os colegas se uniam e colaboravam, cada um com um pouquinho. Tinha união, tinha solidariedade, tinha sim.

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Eu acredito que sim, teve, foi muito forte. Eu acho que foi um resultado bom pra APP, pros professores, porque mostrou a força, né, que a APP tinha e tem, e que esta força, né, a união, fez uma força muito grande, então eu acredito que foi muito forte.

9. Como você descreve esta participação aqui em Curitiba?

Era pouco, muito pouco, era só falava na sala de aula [em Marialva].

[Curitiba] Foi, menina, foi muito forte. Era bonito de ver, eles armavam barraca, e a gente ia lá levava café, com chuva e tudo, a gente fazia aqueles garrafão de café, de Toddy, bolinho, pipoca, a gente levava, sabe, sopa, a gente ajudava a fazer. Eu ficava também, eu posava lá as vezes. Participei.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Eu lembro, inclusive eu tava no meio. Mas eu não lembro que época que era, mas eu tava junto, sentamos naquele corredor, ficamos lá. Sabe eu, eu não sou a favor de violência, sabe, eu não me sentia bem assim forçando a porta, abrindo aquelas coisas sabe, mas na eloquência do movimento acho que a gente esquece um pouco da educação que adquiriu dos pais. E é um direito, né, a gente tinha que lutar pelo direito, se não é por bem, né, a gente tinha que aderi a eles, tinha que se unir aos professores, porque a união faz a força.

[boicotes] Não, eu ouvi falar esses dias agora alguém tava falando que diz que eles fecharam os banheiros, mas eu não sei, eu não participei disso, que diz que colocaram não sei o que também na comida, é sabe, isso eu não me lembro, eu ouvi esses, semana passada, retrasada, eu ouvi qualquer coisa, sabe.

[sentimento] de vitória, porque a gente lutou, a gente trabalhou e não dão, tem que tirar, tem que fazer alguma coisa pra receber. Vitória, eu acho que nós fomos vitoriosos em todas as greves, em todos os movimentos, né, apesar que esta de 88 marcou muito né, teve pessoas que morreram, e outras com seqüelas.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Porque um fala o outro fala e eu cheguei até a ir depois lá, sabe, mas eu não peguei eles assim jogando o cavalo, mas, aconteceu, não estou dizendo que não é, aconteceu mesmo, e eles prendiam as pessoas, os professores, batiam de cassetete, sabe, cutucava assim, sabe, pra

colocar no camburão, entendeu, e muitos professores sangrando, eles batiam mesmo. Agora você imagina um cavalo, joga o cavalo em cima de você, sem dó e sem piedade, fizeram isso. Com tristeza, né, porque violência nunca é bom, com tristeza, e nem gosto desse dia 30 de agosto, nem gosto de ficar lembrando aquele sofrimento todo, sempre todo ano que eles fazem aquela, sabe, foi um dia que marcou sabe, mas, eu no meu modo de pensar, não devia de ser assim, sabe, tão falado, comemorado, porque foi um dia muito triste, muitas pessoas sofreram muito, muitos professores sofreram, morreram, machucados.

#### SOBRE ÁLVARO DIAS:

##### 1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Olha o Álvaro Dias, ele era vereador em Londrina, lembra, não sei se você, se é da tua, bom, meu ex-marido era amiguíssimo do Álvaro Dias, porque ele fazia campanha, inclusive pegava a condução nossa, que a gente tinha, que ele era corretor de imóveis, meu ex-marido, então a gente tinha sempre duas, três condução, carro, jipe, essas coisas né, então ele pegava um jipe e fazia campanha pro Álvaro Dias, sabe, depois o Álvaro foi subindo e ele acompanhava, inclusive lá como senador o Álvaro mandava aqueles cadernetinhas, aqueles livrinhos pro meu ex-marido, sabe, então, mas eu nunca fui a favor do meu ex-marido, entendeu, ele falava ‘você vai votar em fulano de tal’ como eu fui educada que a mulher só respeitava marido, pai e mãe e a gente transfere pro marido, eu não falava nada, ficava quieta, porque que eu ia discutir, só que eu votava em quem que eu queria, eu era dona do meu voto, da minha vontade, da minha opinião, entendeu, então eu não brigava, deixava ele falar, ‘aham, ta bom, uhum’, mas votava em quem eu queria, nunca fui, sabe, então o Álvaro foi uma decepção pra ele né, porque pra mim, e ele fala até hoje que não aconteceu isso, não aconteceu que isso é invenção. Mas pra mim foi muito triste, porque a gente achava assim, eu não era assim a favor do Álvaro, mas, eu conhecia, tinha amizade, assim desde Londrina, nunca fui de conversar com ele. A gente assim se conhecia, não tinha amizade de ir assim na casa, porque eu era humilde, né. Eu fiquei assim muito chateada, porque eu não esperava, eu fiquei assim muito triste. A palavra é triste, não esperava que o Álvaro fosse chegar a tanto, né, maltratar os professores sendo que ele também era professor.

##### 2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Mentira, né, ele falava uma coisa que não era, ele falava de outros professores que ganhavam né aqueles que ganhavam bem porque tinham mais formação, então ele generalizava, do meu ponto de vista.

##### 3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Como se ele fosse, olha não tenho nem palavras pra descrever, com Deus que é um ser supremo, você fala com ele, eu falo com ele a toda hora, agora com um ser humano que come feijão, não ter diálogo, ele é um ignorante, ele não merece o status que ele tá, é isso que eu tenho que dizer.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Eles tavam atacando por ordem do governo. Ué, defesa dele, uma auto-defesa, a pessoa quando, é ataque né, ele atacou e agora vai nos meios de comunicação e se defende dessa forma, que somos nós os responsáveis, sendo que se tivesse diálogo, tivesse né, poderia sentar, conversar, negociar, mas, quando não há, a pessoa tem que reagir, e ele reagiu com cavalaria e cassetete e, ai menina foi muito triste

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Eu não gostei, não, porque dava a impressão que a gente tinha sido vencido, eu não gostei. Não, tinha assim um fuxico, mas eu não achava que era autêntica essa. Eu não concordei, mas, quem sou eu

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

Desanimado, né, a pessoa volta pra sala de aula sem motivação, porque você luta, você trabalha, você estuda, você deixa filho em casa, você deixa seus afazeres, suas coisas, fica até tarde, porque agora é diferente daquela época, a gente ficava até duas, três horas da manhã fazendo arrumando corrigindo caderno, arrumando, planejando aula, e pra ser dessa forma, ser recebido dessa forma e terminar a greve assim, então que não foi uma satisfação positiva, sabe.

[sentimento] de desamparo assim, de angustia, de tristeza, né, de a gente querer, lutar pra conseguir uma coisa e não conseguiu, ter que voltar, ser submissa, né, a esses governantes

3. Como foi a reação dos alunos?

Não, porque eu já estava aposentada.

4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Eu acredito assim que seja igual a minha, porque eu não estava em sala de aula, né, eu estava fora da escola, então eu acredito que foi o mesmo, de tristeza, de desamparo, de desilusão

#### SOBRE O SINDICATO:

1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Muito boa e intensa.

2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Eles davam todo apoio aos professores, toda a informação, tudo que tava passando, ocorrendo, a gente ficava informado. Não.

3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Liderança e coletivo, acho que tudo junto. Porque a liderança com o pessoal, com os professores, porque só a liderança sozinha não faz nada, ela tem que ter o apoio da base.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Tem, tem porque marcou, fala em 88 todo mundo já sabe, apesar que tem pessoas que não acreditam que isso aconteceu, professores, mas aconteceu, então, identificou né

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

A sim, fortaleceu né, uniu mais, uniu mais porque o pessoal, né, eles sentiram assim que a APP é forte e que não ia desistir fácil, como até hoje ela luta.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Foi, valeu a pena, fortaleceu, na minha opinião sim.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Olha, eu pra ser verdadeira pra você é uma coisa difícil de falar o sentimento das pessoas, aqueles que acompanharam, que tinha pai, mãe, ali sofrendo na época, eu acredito que sim, que isso identificou bastante. Agora tem professores que não tão nem aí, sabe, como nós, sei que essa pergunta não ta relacionada ao seu questionário, como nós aposentados nessa época, que a gente sofreu tudo isso, a gente lutou, a gente não tinha 13º, demorou pra vim o 13º, a gente não tinha hora atividade, a gente não tinha 1/3 de férias, e outras coisas a mais, não tinha transporte, sabe, a gente não tinha nada disso. A gente tinha que levar os cadernos pra casa pra corrigir, então naquela época eu acho que era mais sofrido, hoje em dia tem o sindicato que luta, e esse sindicato fez muita coisa e continua fazendo. Nós aposentados plantamos as árvores e hoje esses professores estão colhendo os frutos. Só que não somos por todos reconhecidos, sabe, então um sentimento que deixa triste a gente é essa, nesse modo de pensar

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Não muito, não, não muito. Tem professores que não saem da sala de aula. 'ah não eles vão lutar eu vou ganhar também', então o que que eu vou. [participação] Sim, bem menor.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Olha, falar a verdade eu não sei te dizer, eu sei que ele nunca mais vai ser governador do Paraná. Eu espero, que ele não ganhe mais. Ele já tentou, mas ele não conseguiu. Eu acho. Eu acredito que ele nunca mais vai ser governador do Paraná, do Paraná não.

Deve ter sobrado algum respingo né, pra eles, deve ter, porque eles são políticos, né, eles têm que analisar, eles têm que estar por dentro de tudo, então, eles viram né, eles viram a reação, então acredito que sobrou pra eles também, ter mais cuidado, ter mais jogo de cintura, ter mais diálogo.

## ANEXO C

### Entrevista 3

Marcia (Nome fictício) – não quis informar a idade  
 Professora aposentada – trabalha na Biblioteca Pública do Paraná  
 Formação: Pedagogia e Administração  
 Universidade Tuiuti e Fundação de Estudos Sociais do Paraná  
 Residia em Curitiba

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Fui nas passeatas, não em todas, mas, fui em algumas.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Havia sim, mas muito pouco. Havia assim uns dez por cento, menos de dez por cento que não participava, porque tinham medo, a questão era medo mesmo, de demissão, medo de demissão. Na escola onde eu trabalhava não [havia discordâncias].

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

A diretora participava da greve, tanto que foi demitida. Depois, novamente, mas ativamente, estava em todas as passeatas, em todas.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Conversei com alguns da minha escola, pais dos meus alunos eram favoráveis. Eles sempre diziam que os professores ganhavam muito pouco, e que tinha que melhorar também a qualidade do ensino e do salário dos professores. E pra melhorar a qualidade tinha que melhorar os salários, assim eles falavam, os pais. Foi tranquilo.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

A sim, eles estavam sempre na escola. Três, quatro vezes por semana eles tavam na escola conversando. Eles estavam sempre na escola conversando, pedindo pras pessoas que não aderiram que aderissem, né.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Na associação, não me recordei bem, mas eu acho que era na associação dos professores sim. Não, não tinha tempo não. Tinha dois empregos, né, saía de um pra outro. Eu não participava dessas reuniões daí eu não posso te falar nada. Eles traziam na escola [as informações], as professoras que participavam traziam para nós.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Ah, com muita revolta, com muita revolta, muita angustia, medo também, preocupação porque cada professor tinha contas pra pagar, muita preocupação.

Havia muita ajuda, um professor ajudava o outro. Faziam rifa, vaquinha, e ajudavam. Tinha, nossa escola tinha, e acredito que nas outras escolas também. Não eu não cortaram,

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Aderiram, e muito mais depois que o governador soltou os cavalos em cima dos professores aí eu acho que chegou a quase cem por cento. É que a revolta foi maior daí. Não, tinha uns noventa por cento, e depois da cavalaria aumentou mais.

9. Como você descreve esta participação aqui em Curitiba?

Quase todas as escolas participaram, mas no interior foi muito mais, muito mais. Eu achei assim que o pessoal, todo o pessoal do interior vestia mais a camisa. Eles vinham com tudo, sabe. Porque vinha muito ônibus, e engraçado que o pessoal do interior não tinha tanto medo como o pessoal da capital. Vinha de fora, exatamente, vinha de fora.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Eu acho que foi no dia 30, trinta de agosto. Eu acho que foi como último recurso. [boicotes] Eu ouvi falar, mas, não posso dizer que vi, que assisti, que vi, só comentário mesmo, só comentário. Por exemplo quando o governador, inclusive isso tá no jornal, quando o governador assistiu tudo lá do terceiro andar do Palácio, ele mandou um recado para os professores e esse recado veio através de um policial, né, acho que ele tava prometendo receber uma comissão, mas, ali foi um golpe, pra enfraquecer mesmo, enquanto isso os policiais aproveitaram a brecha e invadiram, né. Comentário geral, eu não estava lá eu não vi, mas havia muitos comentários à respeito.

Eu acho que autoritarismo, né. Os professores ficaram com sentimento de muita tristeza, muita angustia. E a democracia que ficou abalada, totalmente abalada, né, na minha opinião.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia? 9:17

Sim, mas aí eu fui procurada porque meu pai havia falecido e eu tive que sair, então eu devo ter ficado lá uma hora mais ou menos. Fiz todo o trajeto, cheguei mas não, no momento em que a cavalaria entrou eu já tinha saído.

[informações] a escola, os professores que estavam lá. Contavam barbaridades. Esse 30 de agosto pra mim é um dia muito triste porque eu perdi meu pai, né, então foi o dia da greve e também porque eu não pude participar até o final. Então é um dia que eu não esqueço e nenhum professor esquece. E todo dia 30 de agosto esse dia é lembrado, através de manifestações, se eu não vou eu telefono a gente conversa sobre, mas nunca mais vai ser esquecido. Álvaro Dias pra nós, pros professores, não vai ser esquecido nunca. Aqui em Curitiba se um dia ele ganhar as eleições eu vou considerar um milagre. Não ganha mais.

## SOBRE ÁLVARO DIAS:

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Uma pessoa autoritária, muito autoritária. E uma pessoa aproveitadora, também, porque ele é dissimulado, muito dissimulado. E que engana bem com uma conversa muito bonita, ele sabe falar muito bem, tem argumentos, né.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Uma propaganda enganosa porque o número de horas é o seguinte nós trabalhávamos quatro horas, mas ele esquece que eu saía da escola com uma sacola carregada com 42 cadernos pra corrigir tudo naquela noite e entregar no dia seguinte. Se não fizesse isso havia reclamação dos pais. Em casa eu ficava até meia noite corrigindo caderno, colando figurinha no caderno das crianças de primeira série, fazendo uma pesquisa, tinha que saber porque um fulaninho aprendia o outro não aprendia, às vezes a gente até perdia horas de sono, pra descobrir porque o que você ia fazer com aquele aluno que não aprendia. Então você tinha todo o tempo tomado, não eram quatro horas como ele falava.

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Bem, ele dizia que o diálogo estava aberto, né, mas ele não recebia a comissão e não dialogava com ninguém. É tanto sentimento, tanta coisa, que se você for falar vai um dia inteirinho. Porque eu acho que um governante, antes ou depois das eleições, ele tem que continuar o diálogo, e é só através do diálogo que se chega a alguma conclusão. É só através de chegar na mesa, negociar, e isso ele não fazia. Então, quando os professores chegaram lá no Palácio, como eu falei pra você, foi como último recurso, eles já tinham feito todas as tentativas de diálogo, e inclusive eram enganados, porque ele marcava e não cumpria, marcava um dia pra receber a comissão e não cumpria.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Não, não cheguei a ler. É um, eu acho que é um governante autoritário. E que não tem diálogo porque não tem o que dizer, não tem o que falar, não tem como se defender. Então como na época diziam que ele que deu a ordem pra soltar os cavalos, ele negou, e disse que foi o próprio comandante da polícia que fez por conta dele, né, então ele jogava no escuro, ele atirava no escuro, não sabia mais o que ele tava falando pra se defender. E tudo o que ele disse, de nada adiantou, porque os pais ficaram contra ele e toda a sociedade. Toda a sociedade, na época. Ele se queimou, e ta queimado até hoje, né.

## VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Isso foi dia 22 de? Não lembro muito bem, mas eu acho que eu fiquei a favor da greve, eu, eu gostaria que continuasse, eu gostaria que continuasse, e a maioria também, da nossa escola a maioria também. Não, não estava esperado, acho que eles estavam muito cansados, até na época houve um comentário, isso eu não sei se é verdade, que a Associação dos Professores se rendeu, resolveram parar e aceitar a proposta do governador, aquela coisa toda. Mas eu também não fiquei sabendo se isso é verdade ou não. Mas houve uma revolta, nesse sentido, com os professores e a associação, e também na época muita gente deixou de pagar a associação, cancelaram por causa disto, eu fui uma, cancelei. Por conta é, não de ter retornado, do comentário que saiu que eles baixaram a guarda, né, deixaram de lutar, deixaram de lutar. Incentivaram a luta e depois voltaram atrás.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

É tristeza, tristeza. Tristeza, angústia, revolta, mas, não deu pra perceber nenhum desânimo quanto às aulas. O pessoal veio pra trabalhar mesmo, e trabalhou como se nada tivesse acontecido. Só que nos intervalos sempre comentavam, né, da desilusão.

3. Como foi a reação dos alunos?

Eles queriam que as aulas voltassem, as crianças já tavam com saudades, eles falavam que tavam com saudades dos professores, né. Então eu conversava com os pequenininhos e eles falavam que queriam voltar pra escola, porque já estavam com saudades, mas a mãe sempre dizia que ainda não era hora, então havia um incentivo por parte dos pais, os pais estavam ajudando. Colaboraram bastante, nossa como colaboraram [os pais]. Tinham pais também que telefonavam xingando, sabe, não, xingando o governador, nossa teve uma mãe de aluno que foi, não sei se ela foi falar com um deputado, ela foi na... Instituto da Educação, que o diretor do instituto me parece que era contra, né, ela foi e falou um monte, e saía, aquela mãe saía nas greves assim, em todas, deixava casa, deixava tudo e ia participar.

4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Eu, na época, achei que foi assim, eles gostariam de continuar, sabe. Eles achavam que quem recuou foi a APP, que recuou, não lutou até o fim. Os professores voltaram tristes, eles queriam continuar a greve. Já que estavam, que entraram na luta, que ia até o fim, né. Depois a nossa diretora incentivava, e na época ela foi exonerada, ela foi exonerada, mas, depois a associação entrou com processo e ela voltou.

## SOBRE O SINDICATO:

1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Eu acho que eles estavam, eles trabalharam muito, e estavam sempre na linha de frente, e eu acho que eles fizeram um bom trabalho. Eu acho.

2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Muito bem. Havia bastante. Havia, havia pressão. Eles conversavam bastante, explicavam da necessidade, explicava que nosso salário tava muito ruim, qualidade também tava péssima do ensino. E mais os professores, esses que não aderiram, a gente percebia que era só por medo mesmo. Medo de perder o emprego.

3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Os dois.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Eu acho que sim, eles saíram mais, os professores saíram mais valorizados e mais, como que eu poderia colocar aqui ... é mais valorizados, os professores, porque eles sentiram que a sociedade apoiou muito, sabe, os pais de alunos também. E perceberam também que os professores perderam um pouco daquele medo que tinham, noventa por cento eles perderam de medo, de perder emprego, de perder salário. Eles perderam esse medo, os que participaram. E se tivessem que participar novamente eu tenho certeza que eles estariam todos na rua novamente.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Claro, lógico, foi muito importante, muito importante. Marcou muito, eu acho que ficou, na minha opinião ficou dividido, antes, o professor antes e depois de 88.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Foi válida, muito válida. Fortaleceu muito, a luta. Eu acho que até hoje.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Faz cinco anos que eu to aposentada, né, não, eles não falavam nada, e quando a gente questionava, inclusive algumas professoras pediam desculpa porque elas eram novas, elas tinham medo de perder o emprego, e que a corda arrebenta sempre na parte mais fraca, como eles tavam, não tinham anos de Estado, então a desculpa era sempre medo, e eu acho que era mesmo. Porque você sabe que tem pessoas assim, não é só na greve, tem pessoas que tem medo de tudo. Não é capaz de enfrentar. Pensa que porque perdeu aquele emprego não tem capacidade pra outro. Então isso é bem do ser humano, de cada um, talvez de cada um isso.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Muito pouco, os professores antigos eram mais ferozes, não tinham tanto medo, iam à luta. Os de agora não. Eu acho que hoje uma greve com aquela proporção, como a de 88, eu acredito

que não chegaria nem a cinquenta por cento. Não, hoje não. Não tem, eles vem com ideias, com outras ideias, eu penso assim, penso não eu conversei com algumas professoras que vem pesquisar aqui, parece que eles trabalham mais assim, lógico nós também não trabalhamos pelo dinheiro, nós também tínhamos ideais, mas parece que pra eles hoje é cem por cento idealismo, né, que não importa quanto eu ganhe, eu tenho que mostrar o trabalho, eu tenho que mostrar que eu sou professora, eu entrei nessa pra ensinar, pra mostrar o que eu sei. Então, com algumas que eu conversei o pensamento é esse. Então é lógico que não vai dar greve. Difícil uma greve hoje.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Influenciou bastante e influencia até hoje. Eu acho que agora o Osmar Dias, o irmão dele, perdeu as eleições por causa disso. Tem muita relação. Eu inclusive recebi muitos telefonemas ‘ce não vai votar no Osmar, né? É irmão do Álvaro’. Eu acho que quanto a um irmão, não está certo, não. Porque cada um é cada um, né. Ele tem uma personalidade o irmão tem outra. Ele até poderia fazer um bom trabalho no Estado. Mas respingou, respingou muito. E eles sabem disso.

Ah, mas toda a vida, até hoje. Ah mais tem, até o nosso agora, o Beto Richa, ele ta com essa ideia da OS, você ouviu falar, né, mas na educação ele não vai mexer, eu acho que é por conta de tudo que aconteceu. Marcou muito, e vai ficar na história, porque os professores se encarregam de passar sempre pras novas gerações, e todo dia 30 eles saem por aí, tem manifestação, tem tudo. Mostrando filme, eles mostram inclusive, eles vão pro interior mostrar, todo dia 30 de agosto, e isso não será esquecido nunca.

Eu acho que os professores não devem nunca deixar de lutar, porque o salário do professor é muito importante, ele precisa sobreviver. E o professor geralmente ele trabalha manhã, de tarde, a noite pra dar conta da vida dele. Então, se não consegue nada por bem, com negociação, eu acho que deve partir pra uma greve sim. Eu acho que a luta deve continuar. Mesmo como aposentada, se sair uma greve eu participo.

## ANEXO D

### Entrevista 4:

Silvia (Nome fictício) – 75 anos  
 Professora aposentada – aposentada desde 1986.  
 Formação: Pedagogia e Estudos Sociais  
 Instituição: Fafiman – Mandaguari e Faculdade de Umuarama  
 Residia e reside em Curitiba

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

A minha participação, você veja, eu já estava aposentada, mas como eu sempre participei de todos os nossos movimentos sociais aí para melhorar a categoria, tanto pedagogicamente como financeiramente, participando de todos os movimentos. No momento do incidente da cavalaria lá nos professores eu estava na escola, aliás na igreja, no salão paroquial da igreja Paulo Apóstolo, reunida com os professores da Colégio Estadual Pio Lanteri, pra que eles participassem, não fossem para sala de aula. Quer dizer, eu no momento mesmo, não estava lá, no atropelo da cavalaria. Mas participando sempre, e continuo, continuo até hoje.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Como sempre muito, muito difícil. Porque é difícil do professor participar, ele já tem uma série de restrições e não quer, e não quer perder a aula porque depois vai ter que repor, é muito difícil, é uma minoria que participa. Bom discordar propriamente das idéias ali, é, também, porque eles achavam que este não era o método certo ali, né, a gente nunca diz greve, né, vamos reivindicar os nossos direitos, porque não é, e depois, mas, é bem difícil o trabalho com os professores, quase um trabalho de corpo a corpo com eles também.

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Nesta escola ultimamente, aliás eu acho que em todo o meu, é, não era favorável. A direção sempre segurando, né, não, é amedrontando os professores, e cobrando o que eles iriam ter de prejuízo depois. A Ditadura continua.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Olha, direto, e eu sou uma pessoa que eu sou assim, quando eu estou empenhada naquilo ali, todo mundo que eu encontro eu falo sobre, é no ônibus, é no ponto de ônibus, é na fila do banco, tudo o assunto é aquele ali, então, e daí vem também, né, você tem prós, pró e contra, também. Então é uma luta incessante. Mas você sabe que naquele tempo, ainda era mais fácil o convencimento dos pais, da gente ter um diálogo maior com eles. Nós éramos mais acreditados, acreditavam mais na gente. O Governo depois conseguiu desacreditar, o professor hoje está desacreditado também com os pais dos alunos, com a sociedade, fala alguma coisa, aliás ninguém mais ta querendo saber de nada, torce o nariz do lado e pronto.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

Olha, nessas horas até o tempo, eu disse eu aposentei em 86, né, então quando havia esses movimentos, as reivindicações, o sindicato passava, daí era aquele, aquela dificuldade

também, de eles irem falar com a gente no intervalo, do recreio, vamos dizer, né, das aulas ali, e daí falava, dava as informações, e aquela meia dúzia de professores acatam. Como nós vemos até hoje, cê vai nas escolas, principalmente aqui em Curitiba, você vai nas escolas, nas maiores escolas aí, não vou citar nomes, eles não são sindicalizados. Eles não estão nem aí, então é difícil. Mas o sindicato não dá sempre pra estar presente o tempo inteiro, é quando tem os movimentos, que chama mais a atenção, então tem maior a presença.

Ah sim, [durante a greve] daí pela televisão, pela rádio, por tudo daí é convocado, né.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Então, existia, também, isso daí, dentro do colégio, diz que não podia. Não podia ser ali, porque daí era levantar movimento, tudo. Você vê, a igreja, então ali, cedia o salão. Mas aparecia meia dúzia de gato pingado. Mais uma coisa que eu vou te dizer, uma coisinha que não tem nada a ver ali, esses mesmos professores que não participavam, depois quando era melhoria salarial, e que a gente ganhava então ali, melhorava alguma coisa, eles viravam e diziam pra gente assim 'aí ta vendo, você foi lá se desgastou e tudo e eu também recebi o aumento, essa é a filosofia de, é difícil.

O diretor, não, eu não via, durante o tempo inteiro que eu lecionei, nunca vi um diretor permitir, e olha que eu lecionei em diversos colégios. É Marialva, Cianorte, Jussara, Terra Boa, Curitiba principalmente, ó todos, não tem, não tem.

É meia dúzia, meia dúzia fala, os outros calam. Mas mesmo na sala, no intervalo das aulas, quando estava no movimento e reivindicando, colocava-se lá no edital, né, o que era, as propostas, acompanhava as negociações, o que o sindicato tava fazendo, tudo vinha os informativos. Só que é, pelo menos é assim. Mas, fica, né, a gente fala. E quando aos professores, quando a gente conseguia que eles não fossem dar aula, mas também eles não iam participar. Quando a gente tava acampado lá em frente ao Palácio, aquela coisa toda, não ia dar aula e nem ia lá. Porque sabia que depois o sindicato conseguia livrar aquela falta. Aí é difícil né, e eu acho que continua até hoje.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Não, eu acho que eu não posso falar ali de letra, com isso daí, com base, porque eu não estava mais ali, né, então, a gente ouve as reclamações ali, né, mas esse eu não posso te informar. Posso te informar que quando a gente fazia, lá em 64, na marcha das tartarugas, que eu fiquei, me descontaram o salário de 28 dias, eu só não deixei ficar 30 porque eu seria exonerada. Descontaram e nunca mais, eu nunca recebi. Não, nem repor nem nada, descontar mesmo. Só que era diferente, também, não dá pra comparar o tempo de outrora e agora, porque naquele tempo também a gente não foi penalizado pra quando chegasse a aposentadoria, agora não, agora se um professor ficar ele vai ser penalizado, tem tudo isso também que pesa, né.

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Eu acredito que sim, né. Acredito, tenho quase que certeza, porque senão não despertava tanto a ira da reação ali, né, e toda ação provoca uma reação. E essa foi terrível ali né.

Há exagero dos dois lados, um aumentando ali, porque a gente sabe muito bem, que tem muitos municípios que nem participa de nada, que fica alheio ao assunto. Em compensação tem outros mais fortes, não vou também citar nomes aqui, mas nós temos grandes municípios

ai, que aqueles ali é que fecham mesmo, né. Inclusive Londrina, falei, que daí dá uma proporção boa. Mas é sempre assim, o governo diminui, o sindicato aumenta, é o que eu te digo, já não estava ali nas estatísticas, eu ia era pros movimentos mesmo, ia lá acampava, levava café pro pessoal lá, ajudava no que podia ali e isso, participava. Era mais um.

9. Como você descreve esta participação aqui em Curitiba?

Eu já havia dito que sempre, eu, pelas vivências que eu tive aí, e pelo que a gente vê aqui, mesmo nos movimentos quando tem, nas passeatas tudo, o interior participa muito mais. Se você contar e ver aí o número de escola, o número de professores, essa coisa toda, Curitiba é a participação...já melhorou também, sabe, melhorou porque tem muita gente nova aí agora, que ta pondo pra...Também não sei se pela proporção que vem aqui, né, isso não dá pra mensurar, eu não poderia mensurar isso daí porque eu não tenho as estatísticas corretas.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Mas isso não foi...também? ...Lembro, inclusive eu estava lá junto, eu estava lá junto e até quebraram, aliás, eu to sempre perto quando quebram as portas de vidro, lá em Brasília também...Então e daí, mas eu depois não entrei. Entendeu, eu não entrei lá quando eles tomaram e foram, e depois eu, a polícia vem e cerca, aqueles que entraram, entraram, e aqueles que não entraram não podia mais, né. Ficou pra fora, e daí a gente ficava fazendo vigília fora.

Eu nunca sou a favor a violência, mas na hora dos ânimos acirrados as pessoas fazem, né, e foi bom! Foi bom porque daí demorou bastante pra eles, eles ficaram diversos dias lá dentro. Então mostra pro, qual é a realidade, daí a pessoa vê, porque é um fato que ninguém vê, ninguém nota, né, não é comentada. Apesar de que a força política é muito grande, aquele tempo era muito mais e abafa, né, a imprensa, imprensa também vem mudando. Mas naquele tempo era tudo mais conivente com o governo. A imprensa não era igual agora não.

[boicotes] Ah isso a gente ficou sabendo, mas daí precisava mesmo conversar com aqueles que tava lá.

É um sentimento tão ruim, um sentimento [choro] de covardia, de desesperança, porque em quem você acreditou, e eles fazem um discurso, chega lá na hora, tudo contra, tudo vai a favor daquilo que é conveniente para eles. Então, dizia assim 'meu Deus que luta ingloria, que luta que não, que não está levando a nada e continua no mesmo'. E muitas vezes pessoas que estavam lá naquele cargo, que o povo colocou lá, pessoas sem qualidade nenhuma pra estar lá, e menosprezava com uma cara de mais desrespeito com a gente tudo. Difícil, difícil, todo esse tempo de entrar na Assembléia e ser tratado assim.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Não, eu estava na escola lá, fazendo reunião pra segurar os professores, pra não irem para sala de aula.

Mas rapidamente, ai disse assim, 'olha, ta havendo um confronto, uma batalha lá de, campal, né'. E era a Isolde a presidente da APP. Você sabe que foi a Isolde que me incentivou a eu começar a participar, porque eu toda vida eu fui do sindicato, primeiro não era nem sindicato, era associação. Eu era de Marialva, eu pertencia a Londrina então, à Associação de Londrina.

Mas depois de tudo, a gente participava tudo, mas não tinha aquela frequência de sindicato. A gente trabalhava, participava tudo ali, né. Pois quando eu vi, eu falei ‘opa, uma mulher ali na presidência’, e que mulher né! Porque ela naquele tempo pegou também os anos de chumbo ali. Então, daí eu arregacei as mangas e fui. Então quando a gente ficou sabendo tudo ali, foi muito, muito pesaroso e depois, passava, passava na, e aquilo que eu te disse, ‘meu Deus será que a luta não vale a pena?’ agora nós vamos ser enfrentados como, né, a cães, a cavalo, a bombas de gás lacrimogêneo, o professor, que devia ser, né, a referência de um Estado, de uma nação, de tudo, né.

### SOBRE ÁLVARO DIAS:

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

[silêncio] A bem da verdade, desliga aí um pouco, a bem da verdade eu não sei formular ali, ele eu acho que teve um momento de insanidade, que depois ele afirmava que ele não ordenou aquilo ali. E sendo que, acho que os fatos ali provaram o contrário. Foi muito infeliz ali, e mais nenhuma vez, sendo que ele já tinha tido meu voto, mas nunca mais eu, eu não vou falar outras coisas do Álvaro porque vai fugir.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Bom, a gente, é isso que eu te digo agora que nós ficamos desacreditados perante à população, por isso. Por causa dessas propagandas enganosas, porque quem está ali vivendo esta situação, vê aquilo, é uma extrema revolta que tem. Porque o professor ele não é só aquelas horas que ele está ali, ele trabalha o tempo inteiro, ele elabora, ele leva as tarefas pra corrigir e tudo. Então naquela época era muito enganoso isto daí. E se a gente falasse, também, estou distorcendo um pouco ali, vamos dizer, é uma inverdade que a gente receberia muito bem, recebia muito bem pelo tanto de horas trabalhadas. É uma inverdade, mas, pra população, isto vai pegando. Infelizmente, vai ficando.

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Bom, a resposta está aí até hoje, né. Porque no cargo que ele e o irmão se candidata para governador, não ganha. Mas, você vê que, infelizmente, para senador é vitalício, né. E daí, é só estes políticos que são culpados? Ou é o povo o maior? Mas o povo daí ele é convencido, e não muda muito não ali porque, por um jogo de camisa de futebol, nem isso daí, já muda tudo a idéia. É muito difícil.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

É meio inocente, aí, porque todas as outras vezes nós estivemos lado a lado com os policiais também, caminhamos ali, e fizemos nossas manifestações, muitos deles até eram favoráveis que a gente, né, e achava justo e tudo. Sempre foi uma ação que não tinha confronto. Então acho que não pegou bem isto daí. E daí eu acredito também que até a própria população pode ver que não é não.

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

E muito né, e muito. A gente então, 'ai meu Deus agora vai acabar esse, por enquanto, esse conflito, os alunos voltam né, as famílias, porque, aqui em Curitiba principalmente, é um transtorno não ter aula, porque os alunos, eles ficam né, as famílias ficam desestruturada ali, porque todo mundo, em cidades menores é mais fácil de contornar ali, se o aluno não tem aula. Mas em cidades dá uma, é como fala? Desestrutura tudo ali, né. Então quando volta, vamos lá, né.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

É, não esmorecer e continuar lutando. Porque para os alunos, para as famílias ali, pra direção da escola, né, entre aspas, é um alívio, falo, agora vai. E para o professor ele diz, não nós temos que continuar lutando. Porque alguma coisa há de surgir, né.

3. Como foi a reação dos alunos?

Posso te descrever muito bem ali só, porque a gente aposenta mas não sai propriamente, né, fica ligado, então o que que é que nos move, quando encontra com as colegas, tudo, e as famílias, tudo. E, olha, é um questionamento bem, porque daí você ouve de tudo. Você ouve elogios, você ouve revoltas, você ouve censura, não tem, não tem como. É uma, nem dualidade, é muito mais que dualidade.

4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Olha, você sabe que, aqueles que não vão, nem que não dê aula, que o aluno não apareça, ele fica sentado lá na sala do professor, aquele lá não vai ter que repor, as férias dele ta certinha, tudo ali, ele não ta nem ali. Como eu te disse que é a minoria que participa, meia dúzia de gato pingado, aqueles ainda que são os sacrificados. E tem muitas vezes que depois, numa outra vez ele nem entra, porque ele fala, ó o fulano chegou férias ele foi pra praia, ele foi passear, e eu to aqui repondo aula. O aluno fica revoltado também porque ele já queria estar de férias, é, olha, difícil de lidar. Complicado.

#### SOBRE O SINDICATO:

1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Olha, nessa é, como eu digo, depois que a associação se tornou sindicato, a organização vai crescendo, a organização é maior. O amparo ali, a assistência, e depois, daí então, reivindicaram ali a reposição de aula. Foi positivo, foi muito positivo a ação da APP.

2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Não pode ter pressão, porque se nós quisermos crescer num sindicato, numa associação, tem que ser livre. Não pode ter pressão. Lógico que faz os movimentos, coloca propagandas, vai mais vezes nos colégios ali, pra ter adesão maior, mas pressão naqueles que, nunca né, nunca.

3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Ah, sempre tem que ter as lideranças. É por isso que eu digo, aquelas lideranças que se destacam pelo que ele vem fazendo a vida inteira, ele já é, não é o líder imposto, que a gente vê muitas vezes, que não funciona. É aquele que com a trajetória dele ele marca ali a liderança. Então ele tem credibilidade. É isso que eu vejo que está faltando hoje, e tudo. Faltam aquelas pessoas que lideram e que abraçam mesmo a causa e vai. Então não sei, eu posso estar vendo errado, mas no meu conceito eu vejo assim.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Sim, acredito que aí cresceu muito, nós ficamos conhecidos no Brasil inteiro. Então, foi uma, um marco ali, e você vê que até hoje as bases tremem ali quando fala, ali, lógico, o sindicato e tudo se promove ali, também dentro disto daí, porque foi penoso, tem muita gente que ficou até marcado, vamos dizer, né, daquela, do espancamento ali. Mas aquilo ali pra dizer, ó como nós fomos tratados, e que nós vamos. E daí os governadores tem até medo e respeita. Quando o 30 de agosto sai na rua, depois, ó já são quanto? 23 anos. Todos 23 anos aí. Todos os governadores, então aquela reivindicação, quando vem a marcha ali na rua, já abre lá, vamos negociar. Apesar que vai negociar e não negocia nada. Mas pelo menos tem, tem ali respeito.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Bom, aquele que é professor mesmo, no sentido nato ali da palavra, ele tem que reconhecer e ser valorizado, e tudo, e servir do marco mesmo, uma marca, olha como nós somos tratados pelas autoridades, voltamos à época da barbárie ali. Então, e agora não, agora então nós temos um marco ali. Mas acontece também que a nossa profissão hoje em dia, ta muito, ta faltado, ai como, ta me fugindo as palavras, ta faltando aquele professor nato mesmo, né. Tem muitos que, é um meio de trabalho, isto também depõe muito. Mas como sempre vai ser assim, nada a gente atinge cem por cento de uma mesma, né, uma mesma, uma grau ali natural, né.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Com certeza, só de ter aquela garra, de ter ali, né, e tinha, olha, não sei, ali a turma era muito boa. E a Isolde falava com o coração. E ela chamava e a gente ó, ia a luta mesmo. Foi um marco, pelo menos para mim e eu acho que para nossa geração ali, foi muito bacana mesmo.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Que pergunta difícil, hein, não posso te responder com, eu vou, como é, eu vou agora aqui pecar se eu tiver fazendo um julgamento, porque a gente já está afastado ali há muito tempo, não posso te, essa vou ficar te devendo.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Sempre foi, igual eu te disse durante a entrevista inteira, né, sempre foi muito difícil a participação. Bom basta você ver então no movimento ai, e se as escolas chamam para uma manifestação, não participa, não. É muito, ta muito deixando a desejar.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Bom, tudo vai evoluindo, então o sindicato vai se fortalecendo, vai crescendo, assim também como os governos vão se prevenindo e sabendo já o que vem ali, né. Mas acredito que sim, houve né uma melhoria no atendimento porque a pessoa não quer ser tachado e comparado com aquilo que houve. Então nos enganamos e continuamos.

Então você vê que na última ali, então, para governo parece que é uma questão de honra deles ali, ser governador outra vez, mesmo desta vez o irmão estando aliado com mais, né, não teve jeito.

## ANEXO E

### Entrevista 5

Clara (Nome fictício) – 60 anos  
 Professora aposentada, mas ainda leciona. (há 14 anos)  
 Formação: Graduação em Matemática – pós graduação em Física  
 Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Arapongas e UEL  
 Residia em Apucarana

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Eu fui em passeatas só no centro da cidade, né. Então nós fizemos um colégio pólo onde todos os professores se reuniam de todas as escolas, os que não foram à Curitiba. Então a gente fazia ali as reuniões, cada um dava sua opinião, né, pra entrar num consenso, né, e pra enviar pra turma de Curitiba, porque lá eles ficaram vários dias né. E foi legal, a gente foi bem unido. Em Apucarana, no Colégio Estadual Nilo Cairo, foi a escola pólo. Eu já lecionava nesse colégio, era o meu colégio mesmo. Então, mas ali todos os professores ficavam o dia todo, ia de manhã e a tarde e à noite, então a gente revezava, inclusive a gente, não sei se, fazia pastelada, pra arrecadar dinheiro pra ajudar outras pessoas que não tinha como retiradas, né.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Não, assim, sempre um fala, outro fala, então, ia corrigindo né, e a gente acatava as ideias daquela pessoa mais dinâmica, e a gente apoiava, lógico partindo do princípio de favorecer a nossa paralisação.

Ah sim, a gente visitava as escolas, formávamos grupos ali no próprio colégio, que a gente estava reunido, se a gente sabia de alguma escola que tinha alguém indeciso a gente fazia visita, conversava, aí tinha professor com medo de ser punido. Greve sempre teve, né, medo de punição e ficar depois sem o emprego, sem salário, né.

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Olha, os diretores eles nunca se manifestaram, nem a favor, nem contra. Lógico que eles eram a favor pensando no que viria de bom se, sempre foi assim, ele sabe que ele é diretor, então é política, né. Então eles ficavam meio em cima do muro, a maioria.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Ah sim, mães às vezes, conforme a gente ia nas escolas, então tinha mãe já preocupada porque o filho tava sem aula, eles viriam, mas houve, eu não me lembro bem, mas me parece que teve no Nilo Cairo uma reunião à noite, na época, convidando os pais. Mas, não aparecem, né. Uma minoria aparecia, então aquele representante de associação, mas, eles também não interferiam, alguns até iam na passeata com a gente, mas poucos, né. Algumas mães, né. Não, contra não. Nunca foram contra uma greve de professores, os pais.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

No período de greve sempre foi ativo. Eles sempre iam, corriam, soltavam panfletos, faixas, então sempre teve apoio. Tanto é, nós viemos em Londrina, numa passeata, essa passeata nunca me esqueço, e o Álvaro Dias ele era professor, na época, ele estava com a faixa na frente, ele foi um dos que encaminhou a greve de 88, ele era professor de história aqui em Londrina.

Olha, eu não me lembro, foi em qual greve? Teve em 86? Não, então é 86, porque a cada dois anos tinha mesmo.

Ah, eu não me lembro, data assim eu não me lembro.

Eu sei que ele foi um dos que encabeçou greve.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Eu, no Colégio Estadual Nilo Cairo, Apucarana. Eu nunca fui encabeça [líder], sempre participei, nunca deixei de apoiar. Sempre apoiamos. Ah sim, reportagens e telefone, o que acontecia lá em Curitiba, né, eu não lembro se foi a época da cavalaria, foi, foi. Então, inclusive quando veio a notícia que soltaram a cavalaria em cima dos professores lá, então a gente ficou muito, fizemos orações, porque uma professora de Foz do Iguaçu foi afetada, muito afetada, me parece que ficou com seqüelas graves, né, essa professora. Inclusive o prefeito de Apucarana, que ele ajudou dar tiro, cavalaria e ele se aproveitou da situação das bombas de gás lacrimogêneo, e ele tirou a arma e deu tiro, prefeito de Apucarana, José Domingos Scapelini. Ele era um dos prefeitos que era contra a greve dos professores e a favor do governo, Álvaro Dias, é isso mesmo, agora que eu me lembro. É tanto tempo.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

É, então, foi aí nesse período, nós ficamos sem o salário realmente, então aquela professora ou professor que tinham renda de outras escolas ou marido, né, então a gente sobreviveu. Mas aquele casal que eram os dois professores passaram muita dificuldade. Então nós fizemos arrecadação, todo mundo se uniu muito, até normalizar o pagamento de todo mundo. Houve solidariedade, fizemos tipo quermesse, rifas, pra poder ajudar os casais, né. Porque toda escola tem um marido e uma mulher, toda escola, que trabalha. Então estes não tinham salário, não tinham como por uma fruta dentro de casa. Então a gente fazia sacolinhas, sacolas, levava ou fazia rifas, né, então, uma cesta.

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporcão da greve?

Não, não. É meia a meia. Toda greve eu acho que não atinge cinquenta por cento. Não, porque, por causa disso, né, porque é pressionado, professor tem medo, super pressionado, né. Ninguém pode ficar sem salário. E o medo de, o efetivo se preocupa porque pode ser jogado num lugar ruim, o que não é efetivo perde as aulas, pode ser chamado futuramente, mas tem, sofre uma perseguição. Até do próprio núcleo de ensino, né.

9. Como você descreve esta participação lá em Apucarana?

É aquilo, nós íamos em turma, em grupo visitar as escolas, as vezes chegava a diretora até abria, fazia uma abertura pra gente entrar e falar. Eu até me lembro de uma escola que nós fomos, Escola Parigot de Souza, e a diretora ela ficou meio assim, mas ela falou 'não vocês

podem entrar, conversar, mas sem vandalismo’, mas ninguém quis, fazia vandalismo. Pelo menos o professor consciente, pode ser que tenha alguém. Aí fomos falar com algumas professoras, então algumas falavam ‘se vai por comida na minha panela? Você vai por comida na minha panela?’ Então é o que a gente dizia, ‘mas se você sofrer agora um pouco, depois futuramente a gente conseguindo a reivindicação que nós estamos pedindo, você não vai usufruir disto depois?’ Era a consciência que a gente, a gente conscientizava nisto, você vai usufruir dos benefícios. É, mas tem aquela, né, que geralmente a mulher que comanda a casa, não tem da onde tirar, e o medo de passar fome, os filhos, né. Mas, aí a gente via que era meio irreduzível, a gente deixava e ia embora, não adianta. Mas teve, teve discussão, até me lembro, os professores subiam assim até em cima de uma mesa pra falar, pra poder, então é complicado. Toda, todo movimento é assim, né.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Me recordo, eu não sei como foi. Eu só, ficamos mesmo sabendo quando surgiu, que o governador mando tocar todo mundo, soltar a cavalaria. Então também não lembro quantos dias, eu sei, nossa nós acompanhamos tudo. Era o meio de comunicação era mais difícil naquela época. É não soltava tudo pra gente não. A APP que enviava pra gente as mensagens, né, as informações. Aí a gente lia pelo jornal, na televisão passava muito pouco, assim, bem rápido. Mas eu me lembro sim, nossa foi terrível. Foi terrível, nossa, professor, os cavalos em cima derrubando professor e chicotada, é foi sofrido. Foi bem sofrido mesmo.

Nossa, dedicação, são pessoas persistentes, e que luta pela classe, né. A gente sentia de não ir, porque tinha crianças pequenas né. Meus filhos eram muito pequenos né. Mas a gente falava ‘puxa, tão lutando pela gente, sofrendo pela gente’. Aquela professora de Foz do Iguaçu, foi muito triste, chorei, muita gente chorou de, comovido de ver o que foi, a barbaridade que foi feita.

[boicotes] não, não fiquei sabendo. Mas nós sabemos que teve muita dificuldade pra eles, pra desenvolver o trabalho deles lá e era impedido, a todo momento.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Não. Sei também, recebo o jornal 30 de agosto todo mês, recebo porque foi uma data que marcou o magistério paranaense, né. Então, mas eu me lembro quando o fato, e que agora eu não me lembro se a menina foi no 30 de agosto ou foi naquela greve, mas foi no período, né.

Ah, na escola, porque nós ficávamos de prontidão na escola, a gente, eu como tinha 40 horas, né, então a gente participava de todo momento. Não arredamos o pé do colégio. Pela escola, então a APP trazia. APP trazia, informada a todo momento, jornais, né, televisão também, e por telefone, eles comunicavam a gente.

Muita tristeza, nossa foi muita, assim de ver, assim como se fosse uma guerra. Inacreditável, assim, ver que era professor que tava lá. A gente estudar, lutar tanto, né, e se sentir tão humilhado, tão pisado. Muito pisado, por cavalo, também, né. Eu realmente nunca fui, porque eu tive criança pequena nesse período, né, então não ia. A gente participava aquilo que podia. Mas foi triste, muito triste. Mas tem os guerreiros que iam, né, largava tudo e ia embora, eu acho que eu não fui tão guerreira, mas nunca deixei de apoiar.

**SOBRE ÁLVARO DIAS:**

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Hoje? Eu acho assim, pra mim ele nunca foi bom. Eu achei, eu acho, sempre achei ele como governador para o magistério, o pior. Foi o pior governador para o magistério. Porque ele sendo professor, e que em greves anteriores ele estava junto, ele pegou ódio dos professores, ele não gostava do magistério. Então ele pegou o magistério como cobaia, por isso que ele fazia, então ele não tinha dó. Não sei se foi só em Apucarana, porque o nosso prefeito era muito ruim. Era uma cara sem cultura, mas era um político nato, veio né, puxa-saco. Então em Apucarana a gente sofria muito. Muita pressão. O prefeito pressionava a gente, então, e o Álvaro Dias apoiava, sempre apoiou o Zé, tanto é que eles são compadres.

Eu não consigo entender, porque pra quem viu ele em greves anteriores, com faixas, correndo, né, aqui na praça de Londrina, e depois em tão pouco tempo, porque foi pouco tempo, né. E ele era vereador naquela época aqui. Ele era vereador, mas ele lutava porque ele tinha pretensão, né, pegar voto do professor. E pegou muito, porque eu mesmo votei nele a primeira vez que ele foi eleito. Daí nunca mais, eu nunca mais dei meu voto pro Álvaro Dias. Porque ele 'judiou' mesmo. Tanto é que eu tenho um processo, não dá pra dizer que é um processo que até hoje não deu em nada, ele diminuiu nosso piso salarial, então nós temos na justiça, a APP, eu creio que um dia pode ser que saia, é, receber os cinco anos retroativos, não importa quando sair, mas nós vamos receber cinco anos retroativos, a correção do piso salarial, era 3.6 ele abaixou pra 1.8, 50%, então nosso salário achatou naquela época. Foi quando o salário do magistério caiu, foi ele que derrubou. Era pro nosso salário estar bem melhor, né. Foi o Álvaro Dias. O porque que ele fez isso a gente não sabe, se ele tinha algum ódio do magistério, porque eu, eu me aposentei já fazem 14 anos, e eu continuei dando aula. Ganhava pouco, ganho pouco, mas continuo dando aula. Porque eu amo magistério, e eu acho que ele não amava, eu acho que ele entrou no magistério pensando na política, pra fazer clientela, 'ah eu vou pegar o voto dos bobos, né'. Ele era bonito, uma aparência linda ele tinha, nossa, eu achava ele muito, então, eu creio que ganhou a eleição pela beleza. Depois ele foi se fazendo na política, né, o Álvaro Dias, eu creio que foi isso.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Foi sim, eles colocavam em rede nacional, no horário de pico, uma propaganda absurda, e todo mundo, a população paranaense assistia. Então falava, 'puxa, que que os professores querem? Eles ganham bem!', 'eles ganham bem', 'ah, a maioria dos professores tem carro', não é a maioria, eu mesma sempre tive carro mas porque eu me casei, até que eu era solteira eu não tinha, e eu já era do Estado quando me casei. Eu não tinha carro, eu só fui comprar um carro quando me casei. Que meu marido aí já dividiu, né. Aí, carro, um fusca era um carro? Um fusca? Quanto tempo eu fiquei de fusquinha. Era uma locomoção pra gente ir pro trabalho, a gente casado, pra chegar mais rápido em casa, pra atender os filhos. Então, mas ele alegava, sim, que o professor sempre foi muito bem pago, e que o professor não trabalhava, que o professor não dava de si. Então, não sei o que explica isso, né. Porque ele também foi professor. Eu acho que ele foi muito infeliz nessas horas, de colocar essas propagandas em rede nacional, rede paranaense, rede do Estado, falando nessa, falando mal do professor, né. Porque aquelas pessoas mais humildes entendem de um jeito, mas quem vê a situação sabe que não é verdade, né. Que professor jamais, nunca, nunca, mesmo até quando a gente ganhava sobre o piso 3.6, e que ele abaixou pra 1.8, 50% ele tirou nosso piso salarial, foi uma queda muito grande. Tanto é que há uns trinta, quarenta anos atrás, um professor conseguia

guardar um dinheirinho, comprar uma casa, conseguia guardar um dinheirinho e comprar uma chacinha, ia fazendo, aos pouquinhos, né. Hoje professor não pode mais fazer isso, não consegue, se quiser ele tem que financiar. E antes o professor até reservava isso, né, antes dos três, lá no piso melhorzinho que nós tínhamos, né, e aí ele tirou.

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Aí a gente, eu achava assim que ele era um tirano, né. Eu sempre achei, depois de tudo que ele apresentou aqui em Londrina e a postura que ele tomou no decorrer das paralisações, ele foi um tirano pra nós. Então eu nunca esperei nada dele. Nunca esperei. Tanto é que ele, depois em outras eleições, que ele, acho que teve uma com Requião, a primeira do Requião, né, que eu já não votei mais pra ele, votei pro Requião, a maioria dos professores foi com Requião, e ele perdeu. Ele falava que ele não precisava do voto do professor, cansou de falar. Que ele tinha o voto dos pais, asfalto ele fez bem, ele cuidou bem das rodovias, mas não cuidou bem da educação, a educação foi caindo, né.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Olha, fazem muitos anos, né, 88...23 anos, e eu, lembro, eu me lembro de tudo, eu acompanhei tudo, só agora passa, né.

Sempre foi, toda vida ele jogaram, né. Ou eles falam que professor é mal casado, a mulher, porque o maior número de professores são feminino, né. Então ele diz que professora é mal casada, então ele ofende a família, em primeiro lugar, né. Ele sempre ofendeu a família. Ele, o prefeito de Apucarana e tantos outros, né. Então, porque eles ganham bem e dizem que o professor é mal casado, que professor quer ganhar mais pra manter a casa. E não é verdade, né, é lógico que trabalhar todo mundo precisa, se fosse assim nós íamos ser faxineiras, porque tinha faxineira que ganhava mais que a gente, né. Tem faxineira que tira muito mais que um professor. Hoje em dia uma faxineira ganha na faixa de 70, 80 a diária, né, e ainda ganha a comida e passagem, né, e olha lá se não ganha cesta básica ainda pra mandar pros filhos, roupas, né, e nós não ganhamos nada. Nada, só trabalho mesmo e o salário. Que é o que ele acha que tá bom, né.

#### VOLTA AO TRABALHO: 25:22

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Olha eu nem me lembro, eu não me lembro o que nós conseguimos com isso...não conseguimos. Por isso que ficou gravado o 30 de agosto, devido a, foi uma guerra, né, ali, foi uma batalha. Então, voltando todos com, como se diz, o rabinho entre as pernas, mas voltamos, e daí tivemos que fazer aquelas reposições, da greve branca, da chamada, reposição da greve branca. Tivemos que encarar os alunos, mas os alunos nunca foram contra a gente, porque eu sempre trabalhei com ensino médio, né. Os alunos, não professora, né, sempre apoiaram. E a gente teve que repor essas aulas, aos sábados, aos feriados, trabalhamos tudo, fazer o quê.

A greve branca era a reposição, chamava greve branca porque ficamos em branco, salário, aí quem repusesse a aula de trinta minutos aos sábados, sábados e feriados, menos o domingo, então era aula, foi diminuída, foi o único que ele abriu pra gente. Então branca porque nós ficamos em branco, então quem ia repondo, teve professor que não quis repor, ele ficou sem receber salário. Mas no geral a gente entrou no acordo, vamos fazer o que, o aluno não pode ficar sem o conteúdo, né. A grade escolar é feita, nós temos que cumprir. Então, trabalhamos aos sábados, trinta minutos de aula. Aí depois, aí, de reposta, que então passamos a receber o salário, isso três meses depois.

## 2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

É angustia, porque, de saber que voltar, tanto sacrifício, tanta luta, saindo pessoas machucadas, ferida, moralmente, né, principalmente, né. Voltou todo mundo desmoralizado. Mas tocamos o barco pra frente, repusemos as aulas. Eu mesma repus todas. E aí veio o salário muito minúsculo. Só pra te falar, eu no período da greve, eu recebi um centavo. Eles tiveram coragem de fazer um holerite, uma folha de papel pra me mandar um centavo. Não foi só pra mim, pra vários, mas eu recebi. Uma provocação. Um centavo. Gastaram a folha de papel, impressão, tudo, correio, né, sei lá, malote, mas mandaram. Foi uma humilhação isso. Tudo isso foi posto, depois a APP guardou, fez recortes e colocou o salário, ‘olha aqui ó, o salário do professor’, porque ele não coloca o salário do professor, olha aqui quanto que o professor ganha.

## 3. Como foi a reação dos alunos?

Os alunos sempre apoiou, alguns pais não apoiavam porque não queriam o filho em casa, né. Teve, lógico, a gente ouvia falar, ‘ah esses professores são vagabundos’, né, a gente ouvia, mas não, geral né.

Sem conseguir nada, pra você ver. Então, a desmoralização, o que o governo sempre quis, desmoralizar o magistério. Porque a educação pra ele não é importante, imagina. Então é a conscientização que nós colocávamos pros alunos. Eu mesma coloquei, ‘se a educação não é importante, o que que vocês tão fazendo aqui?’, ‘estudar pra quê?’. Então quer dizer, um professor desmotivado, sem salário, sem salário ele trabalha desmotivado. Não tem dinheiro pra tratamento de saúde, não tem dinheiro pra um passeio, não tem dinheiro pra nada, né, só pra comida mesmo, sobrevivência básica, né. Aí eles, ‘nossa professora, o meu pai ganha o que a senhora ganha em um mês ele ganha aí em uma semana’. Tem uns que falam, ‘meu pai ganha em dois dias’. Porque lógico, escola estadual não tem classe rica, tem classe média e gente boa, né, que pai é empresário e donos de loja, pai bancário, que na época os bancários ganhavam muito mais que nós. E o bancário entra em greve e eles saem, eles não saem com uma mão atrás e outra na frente, eles tão sempre trabalhando

## 4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Ah eu acho que todo mundo ficou chocado, né. Voltaram, né, fazer o quê. Entre nós, entre nós ali professores, a gente sabia que ele é tirano, ninguém ia combater com ele. Porque ele já tinha feito, então o negócio era tentar, esperar, a gente era efetivo vai jogar a profissão da gente fora. Primeiramente nós somos professor, nós estávamos reivindicando melhorias, né. Não só salarial, não foi só reivindicação salarial. É sala de aula, sempre, a nossa escola ainda era boa, tinha carteira, porque a direção era muito boa, a gente fazia festa, sempre tivemos que fazer festa junina pra manter a escola, a apm sempre muito boa, uma escola grande. Mas as escolas pequenas. Mas se eu te falar, na nossa escola nunca teve merenda escolar, nunca um

professor recebeu um lanche. Se nós quiséssemos o café, o café a gente pegava, por que a cantina mantinha, porque a escola tinha cantina. Então vinha o cafezinho pro professor, só café. Mas se nos quiséssemos uma bolacha, um pão nós que tínhamos que comprar. Nunca, nesse colégio não, porque era colégio de ensino médio. Nunca foi um lanche pra nós. Então na escola que tem fundamental pode ser que, né. Então eu acho que professor sempre foi muito humilhado, né.

#### SOBRE O SINDICATO:

##### 1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Então, eu acho assim que o sindicato dá dó, porque até a turma fala, você pode observar que sindicato tá cheio de professor aposentado, dando sangue, trabalhando, tanto pelo que já passou. Então o professor que atua mesmo, hoje em dia, em sala de aula, ninguém quer pegar mais a responsabilidade, então vai ficando pros mais velhos. É, quem tem mais tempo de correr. E tem o professor, aquele é batalhador, aquele que é, que eu já não me enquadro neste tipo de professor. Eu não, uma porque marido já viu, né, tem casa, e meu marido sempre falou 'bem, nunca você toma a frente, nunca toma a frente pra não ficar mal vista perante a sociedade, então ajuda, participa de tudo, mas não ir na frente, gritar'. Senão eu poderia ter levado chumbo, também, não poderia? Como os outros levaram, e eu tinha filhos. Então é isso que era o medo. Principalmente depois da cavalaria, Deus me livre. Aí que a gente tinha medo de sair na praça, reivindicar alguma coisa. Então, qual é a pergunta mesmo? Ah... Então eu vejo, eles são esforçados, eles lutam, mas não tem muita força, não tem muito apoio. Então, os próprios professores, um colabora o outro não colabora, mas na hora de se reunir e fazer aquela assembleia, poucos vão. Nesta última assembleia que teve aqui na praça, poucos professores foram, eu mesma, eu acho que vi umas três amigas minhas, que eu sou nova aqui agora, né, nesta última que teve, mas não tinha ninguém na praça de professor, e eu dou aula em quatro escolas. Tinha sim, eu acho que tinha uns mil professores, mas pegando quantas escolas, vieram de Apucarana, vieram de Ibiporã, então se aglomeraram aqui. Pra um município tão grande, quer dizer, não município, região, né, vários núcleos, pra dar mil professores? Então, lógico, ele vê isso e diz 'isso pra mim não é nada', então pro governo isso é um prato cheio. Então a APP, eles tadinhos, lutam, lutam, mas não tem muita força.

##### 2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Não, não. Eles traziam panfletos, traziam material pra gente colar no carro. Tinha professor que tinha medo de colar os panfletinho no carro. Medo, acha? Que, pô, é a nossa classe. Eu sempre coloquei panfleto no meu carro. Não, mas tinha medo, então a APP sempre cedeu este tipo de material. Mas, é aquele problema que nós já falamos, o professor tem medo, se esconde. Aí ele não luta, por isso, e vai ser sempre assim. Professor tem medo.

Não, ah eu pelo menos, ah, eu não te conte lá da escola que nós fomos, teve umas professoras que quiseram fazer barraco, não adianta, vamos embora porque não adianta, essa daí não tem jeito. Aí todo mundo, vamos embora. Teve uns professores, não só da APP, mas professor que encabeçava a frente, queria insistir, insistir, insistir, não adianta, vamos embora, não tem jeito, vamos pra outra escola, não dá, deixa ela, hora que se a gente conseguir, porque teve várias greves que a gente conseguiu, né, ela vai ser, usufruir, ela vai usufruir do bem. Mas isso é porque ela não é efetiva, ou se é efetiva está no estágio probatório, ou achando que ela vai perder. Mas não é assim, ninguém tira cargo de ninguém. Ela pode ser assim, perseguida um pouquinho, mas não vai ser perseguida a vida inteira. Ele não vai ser governador o resto da vida. Então, não é?

### 3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança? 36:26

É, eu acho que é um coletivo, né, que ajuda, que dá apoio, né, então deixa ela mais forte. Então, por exemplo, essa, esse grupo agora que nós votamos, que continua da APP estadual, eu acho que tem pessoas excelentes lá dentro, que luta e luta há muitos anos. Eu tenho amigas que ta na presidência da APP, que ganharam agora a última eleição, então são pessoas que ta desde aquela época lutando, e era professora naquela época em Apucarana. Ta lá em Curitiba, aposentada e ta lutando, e ela ta no grupo, que é a presidente, não a tesoureira, a tesoureira lá é minha amiga.

Então eu acho assim, eles lutam sim, mas, às vezes, às vezes eu fico pensando, será que não tem nenhum momento que eles desanimam de vontade de largar tudo? Porque é duro, né, é duro. Você insistir, insistir, convencer, tentar convencer e não conseguir, né. Quer dizer, o forte ta lá, e a gente que é minúsculo vai tentando melhorar a situação com conversa, numa boa conversa e o professor, professor radical não.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Ah, eu acho, acho que nós crescemos muito depois disso. Nossa, o magistério paranaense, tanto é que ele é, eu posso até dizer porque eu vim de outro estado agora, né, mas, olha, lá fora a gente ouve falar da educação do Paraná, né, e da firmeza dos professores do Paraná. Professores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os que mais, é, sabe, são, enfrentam, corre o risco, mas não abandona, sabe, não denigre o nome da classe, né. Nós nunca denegrimos o nome da classe. Então, eu acho que valeu muito, é uma experiência muito grande, foi, na época. Eu nunca fui cabeça, fui chefe de nada, sempre acompanhei, mas a gente percebeu que sempre teve assim grandes momentos assim de fala na sala dos professores, mesmo depois da derrota, mas depois a gente já, né, foi se reafirmando, né. Diretor conversava, a gente, porque o meu diretor ele era legal, tanto é que ele foi chefe de núcleo depois, né, nosso diretor. Ele não era, nunca foi contra, mas também não se posicionava, 'não, vocês fazem', porque ele tinha que pensar nos alunos, na escola, né. Então, mas não falava 'não, vocês não fazem'. Ele cedia ainda o salão do colégio, então por isso, aquilo pra nós, ali em Apucarana, eu achei que foi muito, nossa, a gente superou bastante barreiras ali, então, achei que foi, valeu.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Porque teve a derrota, né. Teve a derrota. Teve as tristezas, as angustias, então eu creio que ninguém se aproveitou. Você fez a pergunta nesse sentido assim de sobressair?

Ah sim, do professor que, principalmente, tanto é que eu não conhecia essa professora de lá ou de cá, porque foi um grupo muito grande, né, em Curitiba. Mas pra nós, que não fomos, a gente fala, eles são uns heróis. São professores heróis, que devem assim se sentir muito, sabe, professor, preparado, que enfrentaram com garra e não deixaram a classe, eles continuaram trabalhando e continuam até hoje. Então, eu acho que favoreceu sim, favoreceu e bastante. E eu, por exemplo, eu lembro, como eu não fui ativa, né, viajando tal, foi só naquele nosso mundinho, Apucarana, né, eu já, a gente lembra até hoje.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Foi, fortaleceu, é isso que entendi, né, fortaleceu a categoria. Mesmo não conseguindo nada, mas ela voltou fortalecido. Na greve de 90, que em 90 teve outra que foram três meses, essa todo mundo se uniu, né, na greve de 90, essa eu me lembro que foi três meses e três dias. Ficamos, sem salário mesmo. Daí se uniu mais, mesmo aquela professora que, sempre tem, tem os que entram e os que não entram, né, então, mas, muitas daquelas lá já estavam formando grupos. E o que é legal que a gente vê assim é que muitos aposentados, eles participam, né. Eles sabendo, eles vão e dão uma força, também. Não é porque estou aposentado que não vou lutar. Então é legal.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Ah, tem professor que nem sabe, né. Porque greve, greve, não tem, eu fiquei afastada 10 anos agora aqui, né, esse ano só teve essa paralisação ali, então tem professor que nem sabe da. Eu, porque eu recebo o jornal 30 de agosto todo mês em casa, se quiser posso até trazer um pra você. Mas, eu jogo fora também, mas devo ter o do mês passado. Então, eu creio que deve ter professor que nem sabe. Ele vai com o tempo, com o tempo que ele vai se envolvendo com o magistério, ele vai ficar conhecendo a história, né.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Ah não. Sempre são os mesmos. Por enquanto os novos, a maioria, é aquela história, né, eles tão começando, tem medo de perder cargo, né. E a vida hoje está muito mais difícil do que antes. Então tá muito difícil, o salário bem mais baixo. Então estão sempre pensando da mesma forma como pensavam antes, se eu deixar eu vou ficar sem comer. Então acaba não participando. Às vezes faz uma paralisação na escola de um dia, mas daí já volta. Eu creio se, é porque não teve, eu voltei esse ano, não sei ano passado, ano retrasado como foi, sabe. Mas esse ano teve essa paralisação aqui, não teve assim um grupo que foi pra Curitiba, porque não foi greve, foi só uma paralisação. Eu creio que eles fizeram um movimento, 'ó vamos parar', eu creio que vai parando aos poucos. O primeiro dia para menos, e depois vai gradativo. Quando chega lá o final de semana quase todas as escolas já entraram, fica só aqueles gato pingado que fica lá só pra assinar ponto, pra não perder salário. Mas eu acho que se tivesse mesmo uma greve, como teve em 88 e a de 90 eu acho que acaba fazendo um bom movimento. Agora não sei, né, agora é Richa, o Richa não foi ruim governo pra nós, também, pai dele não foi, foi bom governador pro magistério. Mas não sei agora o Beto, né, porque.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Eu acho que, sei lá, a população aumentou muito e, lógico, tá tudo nas mãos dos professores. Tem uns que falam que não dependem de professores, mas dependem sim. Por exemplo, Álvaro Dias só ganhou as eleições, as primeiras, por causa dos professores, quem votou nele foi professor. Então eu acho que professor ele elege muito governador, muitos senadores. Elege sim. Então eu acho que tem, eles pensam um pouquinho sim. Tanto é que eles fazem promessas, né. Não podem, hoje em dia, a lei, oferecer, mas que fazem promessas fazem. Pra senador, porque ele tá lá engajado e o povão de fora de outros estados, votam, né. Mas eu acho que é influência desse movimento. Álvaro Dias, ele nunca foi bom governador para o

magistério, nunca foi, foram dois mandatos, não foi? Ele tem um? O Requião que teve dois, né. Não sei se é, mas ele já tentou, o irmão dele não ganhou, né? Acho que o nome já não ajudou, né. E o nome já não ajudou. Acho que o povo nem olhou partido, olhou o nome. Eu não estava aqui, tanto é que agora eu vou transferir o meu título.

Ah, eu acho que já foi falado tudo, né. Até lembrei demais, a gente vai falando e vai lembrando, né. Então, quando a gente vai, no caso, quando eu vou fazer limpeza nas minhas coisas, que eu tenho meus documentos, que eu guardo tudo, né, eu guardo até a minha classificação no primeiro concurso, diário oficial, tenho tudo guardado, então aquilo que é meio importante eu guardo, né, então a gente ta passando lá pelas datas a gente lembra das coisas, os momentos, os amigos, as aflições de cada um, as orações que nós fazíamos, então a gente fazia muita oração, pedindo à Deus que abrisse a cabeça daquele homem lá, pra ceder um pouquinho, mas, que nada, imagina.

## ANEXO F

### Entrevista 6

Sara (Nome fictício) – 52 anos  
Tempo de Magistério: 25 anos  
Formação: Direito e Geografia – Pós graduada em Psicopedagogia  
Instituição: UEL  
Residia e reside em Londrina

#### COTIDIANO DA GREVE:

##### 1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Na época, eu fiquei na escola. Primeiro dia nós fomos pro calçadão, as primeiras vezes, e aí quando começou a demora de pagamento, aquelas coisas e tudo, como eu era viúva e tinha duas crianças pequenas, e não tinha como manter, não tinha parente, não tinha ninguém que ajudasse eu resolvi, à princípio eu fui tudo pro calçadão, depois eu resolvi ficar na escola. E aí eu comecei a sofrer pressão da direção da escola, começou a pegar no pé, dizendo que eu tinha que parar, que eu não podia vir pra escola, né. E eu alegando que eu não tinha condições, que eu tava passando fome com as crianças. E foi uma época muito difícil pra mim, porque ele cortou o pagamento de quem tava trabalhando e de quem tava no movimento, e quem vinha pra escola e batia o cartão não tinha diferença, ele não pagava pra ninguém mesmo. Então ficava dividida entre ir e não ir, como é que eu faço, porque eu tinha duas crianças, né, duas vidas em jogo. Mas eu acho assim que a pressão maior do que tudo que aconteceu de ficar sem salário e tal, foi dentro da escola. A diretora era muito difícil, ta lidando com ela. Eu sei que a partir dessa greve, foi tanto sofrimento na época, que eu decidi nunca mais entrar em greve. Então à partir daí, todas as paralisações que tinha eu não participava. E pra mim é muito difícil porque ficava aquela questão assim da categoria, querer lutar junto com a categoria, ao mesmo tempo o medo, sabe, de represália, medo do que poderia vir a acontecer, de faltar alguma coisa na minha casa, pros meus filhos. E a lembrança do que eu passei na época do Álvaro Dias, que foi muito triste. Foi uma época que eu acho que deveria ser deletada, sabe assim, eu gostaria de deletar da minha cabeça. Tem muita coisa assim que de eu te falar detalhe, eu não sei falar. Porque algumas coisas assim, mas assim, por mais que eu queira esquecer, por mais que eu não me lembre de tudo que aconteceu, eu sei que foi uma época bem difícil. Mexeu muito comigo, sabe. Tem certas situações, na minha vida, que aconteceram e eu não sei porque que acontece isso, de eu deletar literalmente, tipo situações de dificuldade extrema, de, com meus filhos, situação uma vez que eu discuti com uma amiga minha, minha melhor amiga, e a gente discuti, se você perguntar pra mim hoje que ela fez pra você, eu vou dizer pra você, eu não lembro. Se perguntar, por exemplo, eu fazia um palhacinho, ficava até de madrugada fazendo os palhacinhos, e há muito tempo atrás, viúva e com as duas crianças, e esses tempos minha irmã falou ‘olha to fazendo palhacinhos, baseado naqueles palhacinhos que você fazia, lembra? Eu não lembro, eu não lembrava. E eu fazia palhacinho, e meu filho mais velho fala, é verdade mãe, eles eram vermelhos de bolinha branca, tinha o narizinho assim, a gente enchia de algodão, aí ele foi descrevendo, né, e eu fui lembrando. Mas era uma fase tão difícil da minha vida, [choro] tanta dificuldade, que eu apaguei da minha cabeça, entendeu, assim como essas fases da greve. Eu não posso contribuir muito com você porque tem muita coisa que eu esqueci. Não como o palhacinho que eu apaguei de vez, a época dessa greve não tem como apagar. Então hoje eu não participo de movimento, pra mim é muito difícil porque você acaba sendo julgada por seus colegas. Parar é difícil, mas ficar eu acredito que é pior. Hoje eu consigo lidar, olha eu não participo não

tenho que ficar falando pros outros porque que eu não participo. Eu sei porque, as pessoas mais chegadas a mim sabem porque. Mas é muito difícil pra mim, porque eu sou de abraçar a causa, sabe. Mas eu não sei porque, eu não consigo, eu não consigo. Mexeu muito comigo, mexeu com a minha vida toda, até hoje, sabe. E eu sei que foi muito difícil, contar os detalhes pra você eu não consigo, mas foi bastante difícil, mexeu e até hoje, tipo, ficou cicatriz, entendeu, ficou.

## 2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Havia, na época eu era muito mais nova, me importava muito com o que os outros pensavam, mas o que eu sentia era mais forte. E você passar pelo crivo de, das pessoas ficarem de julgando, te apontando. Tinha professor que chegava no ponto de não conversar por um tempo com a gente, entendeu. Então toda vez que tinha paralisação, ‘ah, a Ivanira não vai parar’. Eu vinha dava aula, avisava, quando era de primeira a quarta, eu falava não vou parar, eu avisava pros alunos, os pais mandavam os alunos. Lógico os alunos não gostavam. Tinha pais que gostavam, os pais gostavam que eu continuava. Mas não era só eu, tinha outras professoras também na mesma situação. Mas era muito difícil, porque ao mesmo tempo que você queria estar lá lutando, batalhando, pondo a boca no trombone, era mais forte o medo, sabe, pelo que eu passei. Eu sei o que eu passei, então eu sei, de não ter ninguém pra te estender a mão, de você sabe, não ter de onde tirar pra pagar as contas, pra dar de comer pros seus filhos. E olha, eu prometi pra mim, nunca mais eu entro em greve. Porque a principio eu entrei sim, entrei, não, vamos e tal, porque tipo, muito tempo, não lembro quanto tempo que nós ficamos sem salário, não lembro quanto tempo. Não lembro, não posso dizer pra você assim exatamente, porque graças a Deus a maioria do que aconteceu, a essência do que aconteceu ali, eu esqueci. Quem era, eu sei quem era a diretora, mas, as pessoas que me criticavam, que tinham, professora que vinha me dar com o dedo, sabe. Então, assim, hoje eu ainda tenho essa postura. Na prefeitura a última greve grande na época do Nedson, eu fui, eu e mais três professoras não paramos, as três também eram Estadual, porque nós somos professoras do Estado e da Prefeitura, sabe. As três também eram, eu nem entrei em detalhes com elas porque que elas não pararam, mas eu sabia de mim. Aí veio uma equipe de professores na minha sala, falar pra mim parar, que precisava que eu parasse e tal, e mandaram a professora que eu tinha mais ligação, nós éramos como irmãs, somos ainda, tipo assim, vai ser difícil ela falar não pra ela, né, daí eu falei ‘olha eu sinto muito, mas eu sei o que eu passei’, eu não consigo, se eu paro eu não fico bem, se eu não paro eu também não fico bem, então eu prefiro não parar. Cumprir, né, meu trabalho e tal. E acreditar que de uma forma ou de outra a gente acaba tendo, né, o que merece.

## 3. Como eram as relações com o diretor da escola?

[apoiava a greve] Sim, na época, na época sim. Depois, no início, durante muito tempo. Depois quando viram a situação foram voltando né, os professores foram voltando. E teve aquela questão que aconteceu em Curitiba, da cavalaria, aquilo lá foi muito deprimente, foi muito triste, tudo aquilo que aconteceu.

Pressionava, então assim, eu não sei te dizer, sabe, o diretor da época, eu sei que depois as outras paralisações que teve era a Nete que era nossa diretora, e ela era, era bem difícil. Ela participava dos movimentos e ela queria que todos os professores participassem. E quem não participava ela pegava muito no pé, a Nete era implacável. Tinha umas coisas muito boas nela, mas, esse lado dela, outros lados também, que aqui não convém ficar falando era muito difícil de lidar.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Ai, eu não consigo lembrar.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

A gente tinha representante, né, sempre teve. Antes eles eram mais presentes. Não sei se eu vou poder te ajudar muito, Fabiane. Você sabe aquela questão de você, o que ficou muito forte pra mim foi a situação que eu vivi. Eu não lembro mesmo, não consigo.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Não, eu lembro assim que até então, tinha paralisação e eu fui muitas vezes no calçadão, sempre acreditei que tinha que ter união e tal, a gente não vinha pra escola e ia pro calçadão e tal. E a gente assim, éramos bastante unidos. Eu acho que a partir do que aconteceu, acho que foi um divisor de águas, quando se fala hoje que a categoria não é unida eu acho que o fator que mais contribuiu com isso foi essa greve de 88. Porque eu acho que como eu, muitos professores tomaram esta mesma postura, passaram a não acreditar ou a não ser tão persistente, entendeu. Que até então eu participava tranquila de greve, e acreditava que greve dava resultado. Hoje eu penso assim, que eles fazem, a educação não tem aquele negócio de união, eles fazem o que querem e o que não querem com a Educação. Implantam novas metodologias, as vezes metodologias que não deram certo em outros locais, em outros países, enfiam goela abaixo do professor. Eles fazem e desfazem da Educação. E assim, eu acho assim que a gente tinha que lutar, mais do que pelo salário, que as greves geralmente são mais por salário, seria pra qualidade, seria professor mudar essa visão, tipo, pensar só salário, salário, salário, e começar ver o aluno em si, ver que nós temos força, que nós teríamos força se nós tivéssemos uma outra direção, dado uma outra direção pra esse tipo de greve. Porque eu acredito assim, que a maioria dos professores, vou dizer pra você porque que eu não acredito em greve, na minha vivência, eu vi muitos professores que paravam para ir pra greve e não iam pra batalha, iam pra shopping, alguns, dependendo do tempo, viajavam, você encontrava professores fazendo compras, passeando, tipo assim, 'ai, não vejo a hora de chegar as férias, não vejo a hora de aposentar, não vejo a hora de ter paralisação'. Não era pelo motivo maior em si, era pra parar, pra não vir dar aula. Eu digo isso não que eu acho que isso acontece, eu sei que isso acontece, eu vivi isso, sabe, de professores que davam com o dedo e não iam para o calçadão. Tinham sim aqueles que davam com o dedo e estavam lá, acreditando naquilo que tavam fazendo. Mas muita gente não era, o objetivo maior não era a luta pela categoria, infelizmente, sabe. Infelizmente eu presenciei isso aqui há pouco tempo, 'ah vai para dia 30', sabe, mas pra quê? Que você vai fazer no dia 30? Você vai lá, levantar a bandeira? Você vai fazer alguma coisa? Vai fazer a diferença? Não existe essa consciência, entendeu, você vai lutar pelo quê? Se a grande maioria não tem consciência. Não quero aqui estar julgando, sabe, mas eu estou falando uma coisa que eu vivencio. Eu vivencio isto. Eu vi isto, né, muitas vezes, infelizmente. Tem que entender que não tem como você acreditar, sabe, não tem como.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Não respondeu

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Não respondeu

9. Como você descreve esta participação aqui em Londrina?

Não respondeu

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Não respondeu

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Através da mídia, né, o pessoal que tava aqui na escola, todo mundo. Mas assim, é, o desconforto que causou, sabe. Tristeza, ali ficou materializado mesmo a falta de respeito pelo professor. Então eu acho que a nossa categoria, é uma categoria que tinha que ter muito, tem que ser muito respeitada, porque nós estamos formando cidadãos. Nós contribuimos muito pra isso. Eu acredito na educação, eu acredito muito na educação. Eu acredito que nós fazemos diferença na vida de uma criança, de um adolescente. E o que entristece é saber que quem tá lá em cima, né, no poder, entre aspas, no controle, não tem um pingão de consideração com a nossa categoria. Eu não sei se é através de greve que a gente vai conseguir alguma coisa, da forma como eu te falei, que é os professores. Mas assim, eu acho que, daria pra você abraçar mais a causa se o objetivo maior das greves não fosse sempre o salário. Aí a pessoa fala assim, 'ah, mas você tá contente com seu salário?' Eu não dou aula pelo meu salário, Fabiane, eu nem sei como você pode ver isso, ver como que é. As vezes a pessoa fala 'nossa, mas esse salário', e tem tanta gente que não tem nem isso, nem o salário. Eu acho muito triste o professor que dá aula pelo salário. Eu acredito sim que nós precisávamos, que poderíamos estar ganhando mais, mas eu acho que a gente tem que ver mais o aluno em si, e essa consciência falta muito, às vezes. Porque você, como professor, uma vírgula que você coloca errado você pode mudar a vida de uma criança, uma palavra, uma frase, sabe, um ponto, muda a vida de uma criança. É muita responsabilidade. Então, assim, eu sou apaixonada pelo que eu faço. Eu não consigo viver sendo outra coisa senão professora, sabe, educadora. Eu acredito na Educação. Mas, não da forma como ela vem sendo trabalhada, sabe. Não da forma como as pessoas chegam, as vezes os comentários que a gente escuta na sala do professor, coisa que entristece. A forma com que falam de determinados alunos, sabe. Eu não falo 'ah, eu to muito feliz com meu salário', eu sou feliz com o que eu ganho, eu sou feliz com o que eu faço, e eu acho que isso basta. Não é porque eu estou pra aposentar, meu salário não lá grande coisa, mas eu me realizo enquanto professora. E eu acho assim lastimável, muito triste, sabe assim, não tem palavras pra dizer o que aconteceu no 30 de agosto. Eu acho que não conforma mesmo esse descaso com a educação, é muito descaso, e tudo é culpa do professor, segundo o que eles falam, porque eles não vivem a realidade que nós vivemos, a luta que nós temos com os alunos, o envolvimento que a gente acaba tendo com determinados alunos por conta do que ele vive no seu dia a dia. Não dão suporte, não dão condição, a gente faz o que está dentro do

nosso alcance pros aluno. Eu sempre digo assim, um professor consciente tinha que fazer o tiro sair pela culatra. Não é porque é escola pública que você tem que dar aula de qualquer jeito. Qualidade, sabe, respeito pelos alunos, eu acho que isso que falta. Quando introduziu o ciclo básico na Educação, muitos professores falaram assim, ‘ah, não vai passar mesmo, não vai reprovar mesmo, então dava aula de qualquer jeito’, ‘ah eu ganho pouco pra fazer muito’, ‘eu faço muito pelo que eu ganho’. Olha só, isso é muito triste. Então falta respeito, falta reconhecimento, às vezes, por parte de muitos professores também. Ai não to querendo ser chata, desculpa ta falando.

## SOBRE ÁLVARO DIAS:

### 1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Hoje? Nossa, teve uma época que Álvaro Dias era tudo né, Londrina, né. Eu, eu não tenho um pingo de confiança no Álvaro Dias. Se depender de mim pra fazer uma campanha, pra falar alguma coisa de positivo do Álvaro Dias, não. Votei nele no passado, votei. Eu tenho até dó do irmão dele porque, eu acho que o que ele fez acabou respingando na família Dias, sabe. Eu sei que hoje em dia ele tem procurado fazer e tal, mas eu não consigo acreditar nele. Depois de tudo que ele fez, porque ele também era professor, entendeu. Então, a atitude que ele teve, vinda de um professor, torna a situação muito mais grave, muito, foi o que eu te falei, tem professores que tem determinado pensamento, existem professores e professores. O Álvaro Dias era um professor, olha aí o que ele fez, entendeu. Como que a gente pode confiar numa pessoa dessa?

### 2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Enganosa né, eu acho que ele queria se, como que a gente pode dizer, é política, política. Ele lançou realmente muitas propagandas. E até, devido a minha idade, não sei também, minha cabeça não anda muito, me parece que na época, as pessoas comentavam muito que o Álvaro Dias dizia o seguinte, o professor não ganha mal, a professora não ganha mal, a professora é mal casada. Então, olha, um professor falar uma coisa dessas. Então, quer dizer, pra ela ganhar bem ela tinha que ser bem casada, casar com uma pessoa, ao mesmo tempo que ele dizia que o salário era bom ele falava esse absurdo. Vê, então acaba até sobrando para os professores do sexo masculino, que acaba ganhando um salário inferior aquele que, que, porque salário do professor é tudo igual, tem merecimento se faz uma pós, tem aquelas elevações, então independente de homem e mulher o salário do professor é igual. Então, assim, acho que era mais uma forma de denegrir mesmo, né, a imagem dos professores, quando ele falava essa frase, que professora era mal casada, não é que ela recebia, ganhava mal. Quer dizer ao mesmo tempo que ele tava afirmando que ganhava mal, bem, ele tava dizendo que pra ela viver bem ela tinha que ser bem casada. Uma contradição, né.

### 3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Ai, Fabiane, eu acho que no contexto todo, é difícil a gente definir o que a gente sentia na época, porque teve assim, eu acho que qualquer governador na época seria difícil pra nós aceitarmos isso. Mas com o Álvaro Dias, por ele ter sido uma pessoa que foi importante pra

Londrina, e principalmente por ele ser professor, sabe, não sei como definir isso. É uma lástima, é, era né na época. Mas definir, não tem uma definição pra uma coisa dessa que ele fez com a gente. É difícil de aceitar. Não sei se eu consigo, não consigo. É um absurdo.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Eu ouvi falar, que é a forma como ele tava tentando se defender. Politiqueiro. Mentiroso, né, porque pra alguém acreditar nisso só se a pessoa for muito ignorante, né. Porque se defender dos professores como cavalos, com cassetetes, espancando, eu não sei quem que ele quis enganar, porque tava tudo muito evidente. A mídia registrou, tem filmes, tem, os professores estavam sem armas, eles não estavam armados. Os policiais, sim. Então, na verdade Fabiane, eu acho tão ridículo esse tipo de político, sabe, que tenta ir contra as evidências. Tá ali, tipo aqueles que tão ali recebendo propina, ta ali, ta pegando na mão, ta embolsando e ta dizendo que não, que não era aquilo que tava acontecendo, sabe. É bem característico do político brasileiro, sabe. Daquele político que não merece nem um pingão de consideração, acho que nem de ser mencionado. Falar do Álvaro Dias me incomoda, de verdade.

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Ai Fabiane, esse, eu não lembro. Eu acho que eu tava tão envolvida com o outro lado de estar aqui, e aquela situação toda constrangedora, dizer pra você, eu sei que eles voltaram, porque até aí Fabiane, a greve tinha um sentido, as greves, os professores eram mais unidos, até essa greve. Depois disso daí, mexeu muito com todo mundo, pelo menos em termos de Paraná, de professor da categoria, do professor. Assim, como foi a volta, não lembro, acho que eu deletei. Não, que havia revolta, sim, muita revolta e muita indignação, entendeu, muita tristeza, muita tristeza. Mas, assim, eu to tentando puxar assim a chegada, não consigo.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

[silêncio] Ah, foi uma época tão difícil pra gente, sabe, que é tão difícil ta definindo. Não sei se é porque eu to dizendo pra você que essa época mexeu com a minha vida toda a partir daí, entendeu. Foi um divisor de águas mesmo na minha vida. Mas foi muito triste da gente ver a categoria, porque na verdade foi isso, a categoria começou a, acho que a desunião maior começou aí, as pessoas começaram a. E depois diante de tudo, da postura de um professor. Todo mundo ficava indignado principalmente por isso, ‘ele é professor’, ‘ele sabe a realidade’, ele recebeu voto de grande peso foi dos professores, entendeu. Foi uma frustração muito grande, uma decepção muito grande. Eu acho que o que mais defini isso é decepção mesmo, frustração, indignação, sabe, que define. Foi uma época que marcou muito, todo mundo. Não sei dizer pra você. Tudo de ruim.

3. Como foi a reação dos alunos?

Não foi nada assim tipo de você falar, ‘ai não’, comentários teve, pessoal da quinta a oitava, porque na época eu dava aula de primeira a quarta, não dava aula de quinta a oitava e ensino médio. Mas, assim, os pais vinham comentar, nossa que horror, não sei o que, como é que vocês estão, ta vindo o salário, não sei o que. A preocupação dos pais era com os professores em si, não era tanto com a Educação. Eu acho que o pessoal de quinta a oitava talvez tenha sentido mais, os alunos da quinta a oitava que já entendiam mais do que as crianças pequenas. Porque eu fiquei muito tempo, 2004 que eu assumi ensino médio e quinta a oitava., até então era de primeira a quarta. Então, com os alunos, e era assim, de manhã era quinta a oitava e a tarde era primeira a quarta, com os alunos em si não deu pra, porque eram crianças, né, e não deu pra sentir muito. E nas duas escolas eu dava aula, na prefeitura que também era de primeira a quarta. Mas a gente ouvia muito comentário, muita, dos professores, assim tipo, aquilo que te falei, de indignação, de tristeza, de nossa não to acreditando, sabe. Porque voltaram como se eles tivessem voltando de uma guerra derrotados. É isso, derrota.

#### 4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Eu só queria dizer pra você que essa derrota não ficou só em relação à eu não estando participando, torcendo, não, eu digo isso porque eu também me senti assim, sabe, porque até então eu era uma pessoa ativa. Falava em greve, não, vamos lutar, erguia a bandeira, abraçava a causa, até aí, sabe. Então, assim, acho que esse sentimento de derrota veio pra quem tava parado e pra quem tava na greve, todo mundo. Porque eu acho assim, não julgo Fabiane, porque todo mundo tem sua realidade. Eu prefiro até que não pare do que pare e vá passear, não abrace a causa, entendeu. Você não pára vai cumprir sua obrigação, que você tem, que se predispôs a cumprir. Agora aquele que pára só pra sair, passear e ficar festando, mas eu acho que no geral, foi esse sentimento de derrota, sim, muita tristeza, muita decepção, muita derrota, questão da derrota, sentimento de derrota.

#### SOBRE O SINDICATO: 34:22

##### 1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Não lembro, não.

##### 2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Não respondeu

##### 3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Não respondeu

#### SOBRE A IDENTIDADE:

##### 1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Fabiane, eu acho assim, que a questão do professor, da identidade do professor, vai muito além, mais além do que Paraná, eu acho que nacional, entendeu. Acho que enquanto eles não tomarem consciência de que eles têm que, realmente, investir na educação, pensar mais na

qualidade da educação, do que em números de aprovados, o Brasil vai ficar sempre nesse caos, a educação. E pra eles tendo ou tal método, ou tal método ou tal método, não é pelo aluno ou pelo professor, é pela estatística que eles fazem isso. E eu acho assim que no Brasil, se existiu um ou outro governante, municipal ou estadual ou o que seja, preocupado realmente em fazer realmente alguma coisa de fato pra educação é pra tirar o chapéu. Porque nós podemos mudar toda a situação de educadores, dos próprios alunos, a partir do momento que você tiver uma postura diferenciada e que você tiver um suporte melhor. Inclusive a questão salarial, eu acho que a salarial também conta muito, porque pra muita gente é motivação. Mas eu acho que a identidade do professor está atrelada a toda essa política, sabe, a todo esse descaso com a educação. Porque por mais que eles saibam que a educação que move um país, talvez o que eles queiram é que o país seja ignorante, que crie cidadãos que não tenham visão de futuro, visão de cidadania, de luta, de conquista, sabe. Como eu falei pra você lá traz que eu acredito que a gente tinha que fazer pro tiro sair pela culatra, que nós tínhamos que fazer o máximo que nós pudéssemos fazer, agir na escola pública como se faz na particular, realmente o aluno como foco, e procurar fazer o melhor por ele. Eu costumo dizer que eu trato meus alunos da mesma forma como eu gostaria que tratassem meus filhos, passo pra eles valores que eu gostaria que passassem para meus filhos. Acho que a educação tem que mudar o olhar, sabe. E temos que acreditar que nós temos força, sim, mas a luta tem que ser diferente dessa luta que tem sido feita. Nós temos que criar nossa credibilidade. Do jeito que ta, Fabiane, é difícil. Ta me faltando um pouco as palavras porque eu to sem dormir já faz, neném doente, passei no hospital, eu já to assim, to meio passada.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Eu acho que existe por um lado a questão, ou existia até bem pouco tempo atrás, a questão de, por alguns professores até, nossa, o governador, né, fez isso com os professores do Paraná, de você ser paranaense, o que é lastimável, mas as coisa tão, mas não sei o que, se ta pertencendo. Eu acho que essa greve não fortaleceu nada. Eu acho que, eu acredito que, tudo que aconteceu, a classe, o pessoal fala 'ah a classe do professor é desunida, né, acho que um dos fatores que mais contribuíram, pelo menos aqui no Paraná, pra isso, foi essa questão. Ao mesmo tempo que, no começo Fabiane, 30 de agosto, todo mundo, né, olha, vamos, não sei o que e tal. Mas eu acho assim que foi uma situação muito difícil, delicada e eu não vejo que tenha fortalecido. Hoje, não vejo isso, não vejo dessa forma.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Não respondeu

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Acredito que não, não tenho acompanhado, mas acredito que não. Todo mundo fala, eu acho que todo mundo fala mais do dia 30 de agosto em agosto. Porque como eu te disse tem professor que fica contando pra paralisar. Mas não pela causa em si, tem até professores que paralisam pela causa, os mais antigos que lembram e vivenciaram. Paralisam pela causa. Eu não paraliso também pela causa. Mas tem professores que sim, e tem professores que vêm o dia 30 de agosto como dia de paralisação. Alguns vão lá no calçadão, a maioria, não.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Pelo que eu vejo, porque faz tempo que não tem greve estadual, a última greve que eu lembro eu dava aula de primeira a quarta ainda. Tem assim uma paralisaçãozinha ou outra, vamos parar, vamos diminuir o tempo de aula. A partir daí começou mais a tal da greve tartaruga. Ninguém tem coragem de parar, e daí faz a greve tartaruga, vamos dar aula de trinta minutos, vamos dar aula de não sei quantos. Aí eu até concordo de você estar fazendo, acho até que tinha que ser uma forma até diferente de conscientização. Olha, a gente tem força pra isso. Dos alunos, despertar o senso crítico dos alunos, sabe, cidadania, se os alunos tivessem esse lado de cidadania, senso crítico despertado, eles iriam apoiar os professores, a família iria apoiar. Imagina os professores unidos e com eles, as famílias, os alunos. Nós temos a arma na mão pra mudar tudo isso, mas não temos essa união e não temos esse consenso. Na medida do possível eu procuro trabalhar com meus alunos essa questão, quando fala em paralisação eu explico pra eles da importância e também explico porque que eu não paro. É eu converso muito com eles esta questão de política, talvez porque também, não só pela minha disciplina que é geografia, mas assim, eu sempre admirei crítico, desenvolver o senso crítico do aluno, o que eu posso, o que é legal eu ver, ou devo aceitar isso. Não ficar, tipo, enfiando tudo goela abaixo, aceitando tudo que vem. Tipo, isso é bom, isso não é bom, selecionar. Isso é legal, isso vai me levar a isso, isso vai me levar aquilo. Eu acho que isso que a gente tinha que fazer. Enquanto professor, desenvolver essa criticidade, esse senso crítico, fazer com que o aluno passe a se ver como cidadão, e a importância da educação pros filhos dele, pros netos dele, que isso tem que ser mudado hoje. Porque que países, o Japão, por exemplo, quando tava lá na Segunda Guerra Mundial, que ficou um zero, no que ele investiu? Na Educação. Os governantes investiram realmente, de fato, na educação. E isso não é interessante pro Brasil, pros poderosos, entendeu. Então eu acho assim, que nós professores deveríamos mudar nossa consciência. Que nós temos a faca e o queijo na mão. Não é ir pro calçadão, não é ir não sei o quê. É aqui ó, com os alunos, valorizar, eles se sentirem valorizados como cidadãos, saberem que eles têm direitos, eles têm deveres, sabe. Desde jogar o papel no chão, tinha que mudar isso, jogar lixo pela janela do carro, de ver isso com indignação, entendeu. Essas pequenininhas coisas, essas pequenas coisas, pra chegar nisso tudo, sabe. Nossa, meu sonho era isso.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Fabiane, olha, até o Álvaro Dias nós tínhamos um piso salarial, que eu acho que era três mínimos, o professor começava ganhando três mínimos. E com o passar do tempo ele, na verdade o professor ganhava muito bem, aí o Álvaro Dias tirou esses, até eu acho que a greve foi por conta disso. Ele começou a tirar os direitos do professor. Não estou dizendo que eles estavam errados em fazer greve, a greve tinha que acontecer, tanto é que eu comecei com a greve. Eu acho que a partir dali, nesse quesito salário, a coisa desandou pro professor. Foi uma sequência, perdas e perdas e perdas. Quem retomou isso tudo, há pouco tempo, foi o Requião. Na primeira vez que o Requião foi governador ele não fez grandes coisas, depois que ele voltou, se reeleger, até parece que foi mais uma vez, foi ele que retomou alguma coisa pro professor, pagou algumas, eu nem sei ao certo esta questão de salário. Mas, o professor perdeu muito. Os outros governadores que vieram embarcaram sim na, porque podia muito bem, o próximo governador, diante de tudo que aconteceu, olha, nós vamos retomar o piso, nós vamos olhar de forma diferenciada pra categoria, nós vamos valorizar mais os professores. Mas não aconteceu isso.

Achei o máximo, né, ele não vai mais. Pra você ver como que a categoria tem força, o professor não tem essa noção. Porque realmente mexeu com os professores. E isso parece que arraigou nas pessoas, nas famílias que vivenciaram aquilo, sabe. E eu acredito que toda essa questão que aconteceu com Álvaro Dias, de ele não conseguir, foi em função do que ele fez, consequência do que ele fez. Eu até te falo, eu acredito também, que isso respingou no Osmar. Alguns dizem 'ah é uma pessoa maravilhosa', as pessoas dizem 'ah, eu não conheço ele', mas ele não é o Álvaro Dias, mas acontece que acabou, de uma certa forma, pelo menos pra educação, acabou respingando nele. As pessoas não acreditam mais.

O corte de salário, a atrocidade que ele fez com os professores, a pressão aqui na escola, as dificuldade que eu passei, particular, viúva, duas crianças, sabe. Tudo isso, fez com que eu tomasse essa postura. Eu não sei se daqui um tempo eu posso mudar, posso voltar a acreditar na greve. Mas eu vou falar pra você, Fabiane, eu acredito mesmo que é uma sementinha que a gente tem que plantar e aguar todo dia, cuidar, e mudar o pensar das famílias e das crianças, e dos próprios professores, entendeu. É nisso que eu acredito.

## ANEXO G

### Entrevista 7

Cássia (Nome fictício) – 61 anos  
 Tempo de Magistério: 31 anos  
 Formação: Letras – Pós graduada em Supervisão e Orientação  
 Instituição: UEL  
 Residia e reside em Londrina – Era CLT no período da greve

#### COTIDIANO DA GREVE:

1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Olha, na verdade, naquela época eu era CLT, e ele ameaçava muito, muita ameaça, principalmente demissão, rescindir contrato dos professores CLT. E aquele medo que a gente tinha, acabei ficando na escola. Cumpri horário na escola. No início eu participei, mas quando ele começou com as ameaças que iria demitir e tudo mais, daí eu comecei a ficar na escola.

Chegou a participar no início?

Algumas, no início, mas depois a ameaça foi muito grande, e a gente se sentia insegura. Então acabei voltando pra escola, não só eu como outros colegas também acabaram voltando, mas, não tinha aluno. Mas, então a gente cumpria horário lá.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Não. Inclusive, em outras greves que eu também era CLT, no tempo do José Richa, né, as vezes dependendo do colégio havia assim, “ah porque CLT não quer participar da greve, não, né. Mas, lá no colégio que eu trabalhava nessa época, não. Todos compreendiam a nossa situação, principalmente os professores QPM, compreendiam. E foi muito tranquilo assim, nesse ponto.

3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Também normal, ele deixava livre, quem quer, o colégio vai ficar aberto, quem quer cumprir horário venha. Só que se eu for obrigado a mandar as faltas, mesmo que eu mande a presença, não sei o que vai acontecer, que foi isso que aconteceu. Ele mandava presença, diziam que não tinha aluno, mas mandava presença de quem estava lá, mas não resolveu nada. Porque até professoras que estavam de licença maternidade vieram as faltas, vieram os descontos, recebiam centavos. Então não sei como que isso, qual o critério que eles adotavam lá.

4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Não, os pais não apareciam na escola. Nenhum contato.

5. Como era a presença do sindicato na escola?

Olha, no colégio, não sei se é porque na época era lá no cinco conjuntos, o sindicato não aparecia no colégio, não. Nem representantes. Era mais central, ali nas passeatas mesmo, então em colégios, pelo menos lá eles não apareciam não.

6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

No colégio mesmo. No colégio mesmo, eu participava. Sempre aquele, traumatizante, vou dizer a verdade pra você. Muitos ficavam, aquela insegurança, batia aquela insegurança, até professores QPM, porque era ameaça, ameaça em cima de ameaça. Chegou numa época que ninguém agüentava mais, porque você recebendo o que, centavos? Quem dependia do salário. Então foi a greve, acho que a greve mais deprimente, traumatizante, eu acho que foi essa. Naquela época mais telefone mesmo, uma ligava pra outra, olha aconteceu isso e aquilo, então, era mais através de telefone mesmo.

7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Revoltados, né, porque a gente estava lutando para melhoria, porque não era só salário na época, porque nesta época aí as escolas, bendizer, despencaram em tudo, né, não tinha verba pra nada. Então era um choque, porque muitos, quem que não depende do salário? Todo mundo dependia do salário. Então foi terrível mesmo.

Não, não tinha ajuda nenhuma, é tentando levar até onde podia.

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Olha, eu acho que aderiram sim. Colaboravam. Tanto é que eu acho que foi a greve que durou mais, porque agora, é aquilo que eu já te falei, né, ele não cedia, até que chegou num ponto que a greve terminou porque ninguém agüentava mais. Ninguém agüentava mais. Era, ninguém recebia salário, dinheiro acabando. Tinha professor que tinha, no tempo lá, dinheirinho guardado, poupança, tudo, foi acabando tudo. Então não tinha como continuar. Olha, difícil, hein. Ah acho que foi mais, bem mais, acho que foi uns 90% de participação.

9. Como você descreve esta participação aqui em Londrina?

A participação aqui, a maioria quando tinha as reuniões lá na APP, participavam lá na APP, os que não podiam ir pra Curitiba então participavam aqui. Achei que foi proveitosa.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

Recordo, só que como eu não estava lá, é aquilo que eu te falei, eu me lembro quando eles, né. Eu acho que, olha, o desespero era tanto, que ninguém agüentava mais aquela greve, então uma maneira de pressionar o governo, mas, eu acho que não deu muito resultado, não.

[boicotes] Eu me recordo, acho que isso daí é um desrespeito, né. Olha, até na época eu comentava, eu acho que o governo, governador, ele não gostava de professor, pra tratar professor desta maneira, é porque eu acho que ele não gostava de professor algum. Porque, pensa bem, tratar professor desta maneira, sendo que se naquela época ele era um governador, né, ele era o governador naquela época, ele estudou, ele foi alfabetizado, ele passou na mão de quem? De professor. Quem ensinou as primeiras letras pra ele? O professor. E por que, por que tratar tão mal o professor? Então, era, na época assim, eu me sentia revoltada. Eu acho que ele, não é possível, não gosta de professor nenhum. Porque se ele é o que ele é hoje, ele

passou na mão de quem? Se ele estudou, se ele aprendeu as primeiras letras, não só, até o curso superior dele, ele teve quem? Um professor. E por que tratar tão mal um professor? E ele era professor.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Não [estava presente]. Através jornais, da imprensa, né, televisão, que a gente ficava atenta, né, nós aqui nós ficávamos atentos na hora do jornal estadual, jornal nacional, também, que na época passou muito sobre essa greve, que foi a greve mais demorada. Foi através da televisão, jornais, da imprensa que eu vi tudo isso daí.

Olha, eu fiquei, sinceramente, horrorizada, principalmente com as cenas que eu vi na televisão. Fiquei horrorizada, não é possível tratar educador, professores, desta maneira. Porque eu acho que há outras maneiras, porque nós não somos nem bandidos, nem criminosos. Nós estávamos lutando não só por melhores salários, mas, também por melhores condições na escola, nas escolas.

#### SOBRE ÁLVARO DIAS:

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Péssimo. Péssimo...eu tenho até, olha, quando se fala em Álvaro Dias eu tenho até, sabe...eu tenho horror! Sinceramente, eu acho que foi o que mais marcou, governador que marcou mesmo, foi o Álvaro Dias.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Era isso daí que irritava mais, as mentiras, professor ganha muito. Gente, igual, olha, como eu te falei eu era CLT, pra conseguir ganhar mais ou menos tinha que trabalhar manhã, tarde e noite, as vezes, pra conseguir trabalhar. Ele não contava o serviço que nós levávamos pra casa, preparar aula, corrigir prova. Como? Ele ainda afirmava que o professor ganhava bem, que professor trabalhava pouco, quatro horas, não sei de onde ele tirou isso daí.

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

Olha, péssima também, porque nós sabíamos que se nós voltássemos pra sala de aula não haveria diálogo nenhum. Não haveria diálogo, porque já tinha sido, antes de acontecer a greve, já tinha tido diálogo e ele não quis saber de conversa nenhuma, não quis saber de conversa nenhuma. Então era uma ameaça dele, voltem pra sala de aula que daí eu vou dialogar, mas nós sabíamos que isto não iria acontecer.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados

pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Não.

Ele queria livrar a dele, né. Eu acho que é isso, com certeza, pra ele é fácil jogar a culpa ali nos professores, e defender quem? Os policiais que ele mandou, então ele queria livrar a pele dele. Eu acho isso daí.

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Estava, porque eu acho que ninguém mais agüentava, igual eu te falei, ficar todo esse tempo sem receber, receber centavos, isso daí era humilhante, mandar o holerite com centavos? Então eu acho que ninguém mais agüentava. Então voltamos, chateados sim, mas, voltamos.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

Sentimento de revolta mesmo, tristeza, né, porque lutar, você lutar por uma coisa e voltar sem ter conseguido nada, e a maneira como fomos humilhados. Então revolta mesmo, eu acho que na minha opinião eu fiquei muito tempo revoltada. Revolta.

3. Como foi a reação dos alunos?

Normal, os alunos, você sabe que alunos, eles até gostaram do retorno e tal, mas a hora que falaram em repor aula, aí era aquela guerra. Mas, “ah, eu já estava cansado de ficar em casa”, uns falavam, “ah eu queria voltar mesmo”, não sei o que, “eu não agüentava mais ficar em casa”. Porque pra eles, na época era uma diversão, ir pra escola. Até hoje, a gente sabe que muitos gostam de ir à escola, mas estudar...

4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Olha da mesma maneira, com revolta. Revoltados, a maioria voltou, como eu te falei, nós voltamos, mas, sentia assim uma certa angustia, trauma. Foi traumatizante, igual eu te falei.

#### SOBRE O SINDICATO:

1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Olha, eu acho que a APP muitas vezes ela ficou omissa nesse cargo aí. Porque muitos naquela época depois de uns tempos aí se candidataram e acabaram ganhando para deputado e eu não sei, sou meio contra sindicato.

2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Havia, havia pressão. Olha, humilhava às vezes, sabe, que ficava em cima do muro, sabe aquelas histórias assim, ah porque tal professor fica em cima do muro, e porque tal professor fica passeando ao invés de vir aqui.

3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

Olha, eu não sei porque eu quase não participava lá. Porque eu fui algumas vezes, igual eu te falei, não gostei muito, então eu falei, não, não vou ficar.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Como assim?

[Diante de tudo que aconteceu, o 30 de agosto e todo esse movimento grevista, você acha que isso tem alguma relação com a construção de uma identidade de professor paranaense?]

Não sei não, hein. [silêncio] Não sei. Eu acho que não, fico mais ali mesmo o trauma, a revolta, eu acho que foi o que ficou, pelo menos pra mim. Falando agora no geral, daí eu não posso te dizer nada. Agora pra mim, igual eu te falei, pode passar anos e anos é o governo que eu não vou esquecer.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Alguns eu acho que sim. Outros não.

[Pra você?]

Pra mim sim. Eu falei não é por esse motivo aí que eu vou deixar de ser, porque eu estou fazendo o que eu gosto. Eu vou continuar sendo professora, não é um governo que vai me derrubar, você entendeu? Porque ele passa, mas eu também um dia, é claro, vou me aposentar e tudo mais, não é por isso que vou deixar de fazer o que eu gosto, porque eu gosto de dar aula, por causa de um governo

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Foi válida, fortaleceu num sentido, eu acho assim, na minha opinião, eu senti que os professores depois desta greve, igual eu te falei, que foi traumatizante, você pode perceber, tem paralisação agora, mas, não houve outra greve mais. Acho que parece que ficou um bloqueio, um trauma, que a maioria quando fala em greve geral, né, greve, ali, é contra. Não participa, por conta dessa greve.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Olha, que eu saiba não. Por enquanto eu não sei como eles reagiriam a uma greve. Se acontecesse uma greve agora, como os professores novos iriam reagir, se iriam participar ou não. Então eu não posso te informar a respeito dos professores novos, como seria o resultado aí.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Eu acho que os professores mais novos, pelo menos quando falam numa paralisação de um dia, aulas de trinta minutos eu acho que eles participam bem. Agora não sei se estourar uma greve mesmo como será a participação.

[identificação]Eu acredito que não. Não acho que não, porque muitos ali, fala ah na época eu era estudante ainda, então eu acho que não.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Olha, depende do governo, o Jaime Lerner não mudou nada não. Foi quase, pra mim acho que foi ou igual ao Álvaro Dias. Igual ao Álvaro Dias. Ele não mudou, nós ficamos, ele ficou oito anos de governo, foi uma época também que nós não tivemos nada de aumento, e se falasse em greve ele também ameaçava, seguia quase a mesma linha. O que deu uma mudada foi no governo do Requião, daí o Requião sim, ele falava que ia conversar, dialogar com os professores, tanto é que é a época que nós tivemos uma melhoria foi no governo do Requião. Com certeza, com certeza, eu não sei, isso daí é conversa, eu ouvi dizer que ele falou que ele não precisava dos professores. Quando ele se candidatou, depois de todo esse incidente, que daí ele saiu de governador, quando ele retornou numa próxima eleição, que ele se candidatou, ele falou que ele não precisava de voto de professor pra ser eleito, e daí foi aquela derrota. Só que acho que ele se esqueceu que atrás do voto de professor, vem marido, vem esposa que também tem filhos que já votam, então acho que ele não esperava isso daí. Porque foram o que, duas vezes, que ele se candidatou e não conseguiu ser eleito, e o irmão também não. Com certeza, essa greve, por isso que eu te falei, foi uma greve que traumatizou, pra mim foi traumatizante. Não só pra mim, mas eu acho que pra muitos professores. Porque senão, ah vamos esquecer e tal, é irmão, não é ele, mas nem o irmão conseguiu.

Relevante:

Ah, professores na época, igual eu te falei no início, professores de licença maternidade e recebia centavos, veio falta, teve professor que estava de licença especial que foi exonerado, na época. Não só professor de licença especial, outros professores no colégio que eu trabalhei mesmo, uma professora de geografia ela foi exonerada, professora QPM, não era nem CLT, porque ele ameaçava os professores CLT, mas, na verdade ele exonerou professor QPM. Daí foi mais humilhante ainda porque tiveram que entrar na justiça e recorrer, tiveram que participar em Curitiba, pra defesa e tudo mais, para poder voltar ao trabalho.

Não foi erro das direções não, isso daí acho que já foi até combinado lá com a turminha dele pra fazer isso daí mesmo. Acho que escolheram assim ó, ali do nosso colégio ali, também, teve um professor que foi exonerado, teve que correr, foi quase na época de aposentar. Foi atrás, teve que ir à Curitiba, arrumar advogado, os gastos e depois aí, voltou ao normal, volta pra sala de aula.

Que mais, deixa eu ver se eu me lembro. Além das ameaças, né, receber centavos, ter trabalho de mandar aquele monte holerite todo mês com centavinhos lá. Eu não tenho, senão eu ia te mostrar, na época, foi vinte centavos? Que eu recebi o holerite com vinte centavos. Inacreditável.

[Como você recebia estas ameaças, através dos jornais?]

Através dos jornais, que os professores CLTs seriam os primeiros, ele fez ameaça também que ia abrir inscrição CLT de novo, pra contratar novos professores, só que daí na época a APP não deixou, chegou a ir até o núcleo, porque ele autorizou os núcleos abrir inscrição pra contratos de novos professores, mas aí não teve como.

[Novas lembranças:]

[não identificado] Esses descontos que ele fez, que ele deixou de pagar, com as reposições, então, reposição aconteceu de sábado, feriado, era direto, sabe. Cansativo mesmo.

[e mesmo você tendo ficado na escola, cumprindo horário, você teve que fazer reposição?]

Todos tiveram. Mesmo estando na escola, porque a alegação era reposição de conteúdo, era reposição com aluno, o aluno não estava na escola. Eu fiquei na escola, o aluno não estava.

[tiveram escolas que tinham alunos?]

Olha muito difícil, hein, é a greve que a maioria dos colégios fecharam, não tinha mesmo. Porque os pais também não mandavam. Os pais, pelo menos no colégio que eu estava os pais não mandavam.

E, na época, igual você perguntou, a relação com os outros professores, nós tivemos muito, eu tenho a elogiar, porque, olha, como eu te falei, os professores que aderiram à greve, que eram QPMs deram o maior apoio pra gente, porque a ameaça era muito grande, né, a ameaça era muito grande. Quando nós retornamos, as reposições, então, normal, eles não criticavam nada de nós, em termos parado, né, embora a vontade era enorme, mas e o medo?

E a ameaça também era que CLT não iria conseguir aula mais, nem no seguinte, nem nos próximos anos ele não iria contratar mais ninguém CLT. Dos CLTs que estavam participando da greve, ele não iria contratar.

Então a ameaça vinha de todos os lados, não era só desconto de salário, a ameaça era perder o emprego também, você ficar desempregado, entendeu.

## ANEXO H

### Entrevista 8

Vilma (Nome fictício) – 51 anos

Tempo de Magistério: 26 anos

Formação: Ciências biológicas

Instituição: UEL (1984)

Residia e reside em Londrina – Era QPM no período da greve, mas em estágio probatório

#### COTIDIANO DA GREVE:

##### 1. Como você participou do movimento? Ficou na escola? Foi às passeatas?

Então, quando eu assumi o meu primeiro padrão, pela primeira a quarta, a nossa diretora era sindicalista, então ela lacrou a escola em 88, e eu estava em estágio probatório, morrendo de medo de ser mandada embora, aquele temor. Mas eu estava assim, noiva, ia me casar no final de 88, assumiu, então o governador Álvaro Dias, e aí veio a greve, e nós desesperados, porque nós ficamos, com a greve nós ficamos sem pagamento, sem nada, então a diretora pegava o livro ponto e ia na APP sindicato para nós podermos assinar o ponto. Porque a escola, naquela época, eles lacravam. Lacre, tá fechado, parado, 90 dias parado. Aí depois, entramos em um acordo e voltamos à atividade. Aí fomos repor esses dias todos parados. Entrou janeiro, fevereiro, tal. Só que em 89 teve também uma outra greve, em julho, porque era o mesmo governador e essa é que foi a mais terrível, porque foi, foi a de 89 que teve a cavalaria?

-88

88, então, essa eu ainda não estava, não foi 89...

Em 88 meu noivo não deixou eu ir até Curitiba para participar, porque ele falou que eu estava muito recente, assumindo padrão. E ele era apavorado com questão de greve por causa de uma greve que ele foi mandado embora do banco. Então eu assumi, aí em 88 no final do ano eu casei. Só que em 89 teve uma outra greve, também foi em julho, que nós ficamos aí, que foi a dos três meses, e só que nesta greve, eu falei, não eu quero ir pra Curitiba, eu quero sentir, porque entraram na Assembleia Legislativa, não mas esta não é a da cavalaria, porque a da cavalaria meu marido não deixou eu ir. Mas eu entrei na Assembleia, mas eu fiquei assim, muito tensa, muito emocionada, sabe, e eu sou uma pessoa muito ansiosa assim, sabe, então eu me empolgo muito, eu me estresso muito. E eu me envolvi por causa da passeata, nós andamos muito e eu não sabia que eu estava grávida, então foi aí que eu perdi o bebê. Mas eu estava voltando, no ônibus é que eu senti, eu tive um sangramento muito grande, tiveram que me acudir, parar o ônibus, chamar ambulância. Eu fiquei no hospital da cidade lá perto, até nem sei que hospital que era, meu marido entrou em desespero, e ele falando, está vendo não falei pra você que não era pra você ir. E eu fui transferida de ambulância pra Londrina sem ter um tostão, a sorte é que eu tinha um tio daqui médico, meus tios todos se mobilizaram, a Valéria tá passando mal, e mandaram uma ambulância daqui da Santa Casa pra onde eu estava que é uma cidade, Itambú, que eu tava lá passando mal, o ônibus teve que parar. Só que daí eu falei assim, 'gente vocês seguem viagem', eu só mandei alguém falar pros meus tios, e eles me mandaram a ambulância. E eu sem um tostão, meu tio pegou, mandou esta ambulância pela Santa Casa, cheguei aqui, teve que fazer curetagem eu fiquei internada, eu perdi muito sangue. Sem um tostão furado na conta, nem na conta nem nada, porque já fazia três meses que a gente tava parado e eu nessa condição.

A sorte que na época era o Belinati o prefeito, e ele montou uma cooperativa para os professores, pra gente comprar, pra fazer compras. Mas, meu marido falou não, não vamos fazer compras lá não porque tem que pagar depois, faz compra em caderneta e depois tem que pagar. Que que a minha mãe e minha sogra fizeram? Se juntaram fizeram uma comprinha, porque era só nós dois mesmo, né, então fizeram uma comprinha e deu pra nós passarmos até o final do mês. O duro é que já estava acumulando conta de água, luz, telefone, aí meu pai quitou, ajudou, a sorte é que a gente tinha casa própria nossa, que nós sempre moramos aqui, né, perto. Só que o grande desespero era quando que retornava essas aulas. Quando que voltavam essas aulas. E eu numa debilidade, que eu fiquei assim, perdi muito sangue, tava com anemia, tive que fazer tratamento, e eu não tinha plano de saúde. E o meu tio falando, faz plano de saúde, e falei como se eu não tenho nem pagamento? Como é que eu vou fazer plano de saúde? Faz plano de saúde senão você não tem como, se você ficar grávida de novo. Daí eu falei não eu vou tomar anticoncepcional eu vou usar camisinha, enquanto eu não me reestabelecer, e meu marido entrou num acordo comigo disso, até eu melhorar, só sei que eu emagreci nisso uns dez quilos, porque eu já estava com problemas neurológicos junto, que eu sempre tive né, mas, isso não entra no caso.

Nós tivemos que repor os noventa dias parados, de novo. Mas, depois desse dia meu marido fez eu jurar, de pé junto e ajoelhada, que nunca mais eu ia me meter em greve, nem em manifestação.

Bom, aí o meu marido me fez prometer de pé junto que nunca mais era pra me envolver em nada.

-Você se lembra da greve de 88 que você não pôde ir para Curitiba?

Eu me lembro porque é assim, naquela empolgação, lembra que lá no João Rodrigues teve um comentário e eu falei que tinha perdido o bebê e tal, é que sempre eu fiz confusão, sabe, de ano, porque a de 88 é a que teve a cavalaria, e eu sempre acho que é a da cavalaria que, mas, não é. Quando nós entramos, eu me emocionei, porque assim, nós entramos cantando o Hino Nacional, e eu quando canta o Hino Nacional até hoje, em qualquer lugar, eu choro. Porque é assim, é uma coisa que me marca muito sabe (choro) Eu estudei em escola de irmã, então é uma educação assim muito rigorosa, e elas exigem assim, uniforme, são rígidas, por isso até, eu estou enfrentando alguns problemas com professor, porque assim, eu falei que eu nunca ia ser assim com meus filhos, sabe, em termos de uniforme e dessa rigidez. Mas, gente, eu vejo assim, como isso marca na vida da pessoa, o civismo, sabe, o amor à Pátria, essa coisa que em qualquer lugar que você vai o Hino Nacional mexe até de você falar, sabe. E o dia que eu vi aqueles professores chegando tudo machucado, tudo, sabe, então aquilo, a minha cabeça faz uma confusão tremenda, sabe, porque, eu em estágio probatório, não podendo ajudar. E um ano depois eu falei, não agora eu já estou um ano garantida. Se no primeiro ano eu pude e não aconteceu nada, no segundo eu vou poder ir. Então eu queria ter, sentir essa sensação. Mas eu nunca pensei que eu fosse ter uma reação, no meu organismo, contrária, de me machucar, não me machucar, me ferir, mas de ficar essa marca ferida. E aí eu culpo o Álvaro Dias por essas coisas. Só que é assim, ele nunca me conheceu, ele nunca me viu, ele nem sabe quem eu sou, uma mera professora. Só que ele falou uma coisa que me marcou muito, que professora tinha que ficar em casa, sabe, lavando, passando, cozinhando, cuidando do marido, e não tinha que ficar fazendo greve, porque elas são sustentadas pelos maridos. Então, eu falei assim, gente, um governador mandar um recado desse, cadê o nosso profissionalismo? Cadê a nossa idealização de formação? Foi daí que eu me apeguei demais aos estudos, aí foi quando eu fiz, eu ia fazer o mestrado, fiz a prova do mestrado, mas não passei, fiz outra pós, eu tenho duas pós, fiz o PDE, falei assim, aí o meu irmão, tá na hora de você fazer o mestrado, você tem que tirar o pé do atoleiro, só que daí quando eu resolvi assumir a direção, meu irmão, ótimo, é isso mesmo, você tem que ter uma visão política da sua condição de mulher. Tudo bem, é difícil, mas, também a gente tem que estar aqui pra gente também questionar, e ver, mas, quando teve

essa paralisação agora, eu falei gente cuidado com o estágio probatório, vocês tem que saber que o estágio probatório é uma faca de dois gumes, que vocês podem se prejudicar e a falta ir permanente, a escola vai estar aberta, vocês venham, assinem o ponto, mas, vocês tem que participar de manifestação, vocês tem que saber o outro lado que o sindicato propõe. Porque quem é sindicalizado é amparado, é por lei beneficiado. E na hora que todo mundo ganha a ação, todo mundo está unido, está todo mundo junto. Porque essa força que eu ganhei do sindicato é porque eu participei, porque eu fui, eu ia muito em assembleias. De uns anos pra cá eu me acomodei um pouco, porque eu falei assim, gente, professor sofre porque ele não tem essa informação política e é desunido. Então, ele não consegue entender a política, porque ele acha que a política é suja e tal, mas ele também não consegue fazer essa política ficar melhor, porque nós não nos unimos. A gente já é desunido na própria fala, ó, PSS, antigamente era CLT, depois, passou no concurso, ah eu estou em estágio probatório, ah eu sou antigo de casa, se eu quero tirar licença eu não participo de nada. Então o próprio Estado coloca o professor em várias condições que ele desune a classe, então por isso que não funciona.

-Ficou na escola?

Não, só na APP. A nossa diretora era uma pessoa assim muito politizada, ela falava assim ‘vocês têm que ouvir, vocês têm que participar’, então foi através dela que nós aprendemos a ver essa coisa, e ela levava o ponto lá pra gente assinar, então, isso até nem podia, imagina que a gente vai fazer uma coisa dessa. Então, mas a gente fazia passeata. Mas, antigamente a APP era forte, entendeu, tinha um pessoal da antiga, da ala antiga, que eles trabalhavam, eles lá lutavam, eles não se vendiam por qualquer coisa. E a gente sabe que hoje, por exemplo, o prof. Lemos tá atrelado ao governo, e só assim mesmo, a gente vê também com outro olhar, porque é assim se você não se atrela ao governo que está você também não consegue nada. Então a gente tem que aprender a fazer política. E, eu não sei se estou sendo correta em pensar assim, sabe, mas, se a gente não se unir a gente também não consegue fazer mais do que a gente vê por aí, entendeu? E outra, a APP tem que se unir mesmo ao governo, porque é com o governo que ela tem que falar pra conseguir as coisas, né. E outra, com essas pequenas paralisações, funciona melhor do que as grandes greves de antigamente, não funciona mais, porque o governo não vê com bom, para o governo é bom porque daí não tem gasto, não tem luz, já pensou noventa dias a escola parada? Mas quem vai ter capacidade de montar um horário como nós já fizemos pra repor tudo isso? Que pai que vai querer hoje em dia? Hoje em dia os pais precisam das escolas pra deixar os filhos, porque virou depósito de filhos, né. Então hoje em dia a visão já é diferente. Convince melhor as paralisações, as mobilizações, as aulas de trinta minutos, sabe, porque daí contou o dia, mas foi menos. Então, hoje em dia os recursos são vistos diferentes, né. Naquela época funcionava através de greve, mas, eu também já vi que machuca muito o professor, sabe, porque o professor ele sofria muito, porque ele tinha que estar no movimento, ele não estava em casa folgando, ele tinha que ir para o movimento, aí já ficava nervoso por não ter o salário no fim do mês, e ainda ter que repor pra ganhar aquele dinheiro. Então, olha, cansa.

2. Como eram as relações entre os professores na escola? Havia discordância de idéias?

Nossa! Era o que mais tinha. E outra, quem ia do lado da diretora, porque nós que estávamos em estágio probatório onde a diretora estava nós estávamos atrás, por causa do livro, né, nós não íamos muito pela filosofia da coisa, nem pela política. Os antigos que queriam vir para a escola, queriam trabalhar, viravam uns bicho, porque eles queriam tirar licença. Nós não entendíamos o que era, porque a gente não sabia também o que era quinquênio, a cada cinco anos você tem uma premiação, e quem tem uma falta de greve não recebe, então eles, os velhos, eles ficavam doidos com isso. Licença, que eles tinham direito à licença, nós ainda

não, porque nós estávamos no começo, licença especial, alguns queriam tirar, se nós continuássemos no movimento eles não podiam tirar. Então virou, olha, nós passamos por um momento, assim de ter úlcera nervosa, tinha um professor aqui que surtava. Então, olha, foi assim, 88, 89 e 90, que foram os três anos do Álvaro Dias, foi assim um desgaste, nós envelhecemos, eu acho que a escola emburreceu, sabe. Foi assim um ano de, em vez da escola evoluir ela retrocedeu assim, acho que uma década.

### 3. Como eram as relações com o diretor da escola?

Naquela época os diretores eram obrigados a fazer isso né (participar da greve), porque tinha vários tipos de qualificação dentro da escola. Tinha o CLT, tinha o QPM e tinha os velhos, os antigos. Naquela época funcionário nem apitava. Que hoje em dia funcionário entra como uma categoria agora, naquela época nem se cogitava em funcionários, coitados. Dava até dó de ver, sabe, porque eles vinham pra escola, faziam o serviço deles, e a gente via que aquelas, era assim, era muito classista, sabe, era mais do que hoje, hoje ainda a gente se une mais, a gente fala mais, a gente conversa mais, e os professores tem um bom relacionamento. Não sei se é porque a parte da informatização faz com que as pessoas se relacionem melhor, né, porque tem o site de relacionamento aí, facebook, e todo mundo entra na rede social, e isso veio amenizar a situação da escola

### 4. Durante o movimento, você teve contato com pais de alunos? Como foi este contato?

Nossa, os pais se revoltavam. Até o dia em que nós resolvemos falar assim ‘vamos fazer uma reunião com todos esses pais e colocar o quanto a gente ganha’, nós colocamos os holerites em exposição pra eles verem. Teve um pai que não acreditou, ‘não a senhora tá roubando o holerite de uma empregada’, ‘que é isso, senhor acha, eu não tenho empregada’, ‘senhor acha que eu tenho condições de ter uma empregada?’ – ‘senhora não tem uma diarista?’ – ‘diarista, uma vez por semana pra passar roupa, e isso eu não tenho filho ainda’, ah mas, eles caíram por terra, porque naquela época, se você quiser eu tenho os holerites tudo guardado, eu tenho, sabe quanto que nós recebíamos? Dá até vergonha de falar, que hoje em dia pra entrar no Estado é oitocentos não é? Na época nossa era duzentos e cinquenta e oito. E ainda você ficava seis meses para receber o primeiro salário. Não, tudo bem que ele vinha retroativo a quando você entrou, né. Gente, olha, era pra pedir pra morrer. Então, eu falo assim, toda a vida o Estado foi ruim. Só que quem passa no concurso tem que sofrer os primeiros três anos, mas depois gente, é uma segurança, estabilidade, você é dona daquele pedaço seu, sabe, só se você fizer algo assim muito grave. Que é o que eu to fazendo aqui, né, que é uma direção, porque isso aqui é um cargo de confiança. Então é assim, se eu fizer algo muito errado, algo muito grave, e ainda mesmo assim, eles dão um tempo pra você se justificar.

Então a questão do salário também faz diferença dentro da escola, um ganha mais outro ganha menos, quem tá começando quer se comparar com o outro, então é um problema.

(Depois da reunião com os pais) aí sim, aí nós começamos a ter mais apoio dos pais, mas, não eram todos, certo. Porque é assim, quando você faz uma reunião na escola a gente não tem apoio, nem a aderência de todos, não é todo mundo que vem, e naquela época não era diferente, como é hoje. E a gente sabe que alguns pais criticaram muito a gente, denunciaram, sabe, fizeram manifestações também contra. Mas, o movimento era mais forte do que eles, né. Então a gente se manteve firme, unido até. Só que foi chegando uma época, um período que nós decidimos por conta e chegamos na diretora e falamos assim ‘oh, não tem mais jeito, nós vamos voltar, porque senão vai ser mais dias parados e nós não temos mais’, porque nós já estávamos fazendo as contas, já tinha dado o mês de janeiro inteiro, daí nós íamos emendar janeiro inteiro e já ia estar voltando as aulas, então, as reposições, porque noventa dias. Daí a

diretora propôs o seguinte, pra gente não entrar janeiro inteiro, nós já começamos assim que a gente decidiu voltar, ela solicitou junto ao núcleo se a gente poderia começar todo sábado. Só que aí nós fizemos assim, nós fizemos revezamento, como a gente só tinha o turno da manhã e tarde, não tinha a noite ainda, nós revezávamos, a gente só repunha no sábado de manhã, um sábado vinha o período da manhã e já contava pra de tarde, e o outro sábado vinha o período da tarde e contava pra todo mundo, entendeu. Então nós fomos fazendo assim pra não cansar muito. Porque depois a gente sabia que ia ter que ficar o mês de janeiro repondo também, mas daí como nós fomos fazendo assim ficou menos, porque sabe quando que nós retornamos? Dia onze de novembro, e ainda teve uma semana de férias, que naquela época emendava lá, e era recesso e nós resolvemos trabalhar, nos recessos todos que tivessem pela frente, mas era pouco porque já tinha passado mais, agosto, setembro, outubro, a maior parte dos feriados e recesso já tinha sido. Então nós voltamos lá, onze de novembro, pra dezembro já era pouco, nós entramos dezembro demos as folgas do natal e ano novo, porque a diretora falou não é justo vocês ficarem aqui. Daí nós começamos a repor. A gente fazia a reposição, era uma reposição especial, a cada semana correspondia a um mês, mais ou menos assim que foi? É, cada semana repostada correspondia a um mês. Então não deu pra gente sofrer muito porque nós ficamos uma, duas, três semanas, a última semana nós folgamos pra gente começar. Acho que foi o ano assim que nós trabalhamos mais no grau do estresse.

##### 5. Como era a presença do sindicato na escola?

Aliás, eu vou dizer uma coisa assim muito séria, sabe, a gente tem representantes na escola de sindicato, mas, toda a vida quando houve paralisação, mobilização, a gente nunca teve a presença do sindicato, sabe. Porque o sindicato alega, ah, nós temos muita escola pra ver, e acaba ficando sem. Nessa última que teve agora ele veio trazer um panfleto pra por aqui, eu falei você vai ficar, você vai entrar e falar com os professores. Aí eu segurei ele manhã e tarde. Porque eu falei assim não é justo, os professores querem saber pra que serve a mobilização, pra que serve essa paralisação, qual é o objetivo disso. Diretor não pode estar falando para professor, porque diretor é um cargo de confiança e se pegam a gente falando dá confusão e dá um problema.

##### 6. Onde os professores se encontravam para discutir sobre a greve? Você participava? Como eram estas discussões? Como era essa rede de comunicação entre os professores?

Tudo era repassado na APP. E a APP era um lugar mais aberto antigamente, acessível, o professor ia tinha informação. Parecia assim um lugar de 24 horas. Teve uma época que fizeram vigília de 48 horas aberta, sabe, aberta mesmo, tipo uma confissão comunitária, que todo mundo entra e vai falando, vai expondo, vai pedindo, vai solicitando. Eles ficaram, 48 horas abertos. Foi na primeira mesmo, foi em 88. Eu nunca vi uma disposição, eles faziam rodízio de pessoas, com a Dra. Zélia pra explicar, principalmente porque assim tinha, o primeiro concurso tinha 280 professores passaram, então 280 em estágio probatório. Então você imagina 280 professores naquela época, com problemas. Então eles puseram assim jurídico, assessoria jurídica, assessoria financeira, tudo, pra gente tirar as dúvidas.

##### 7. Após o mês de greve, muitos professores tiveram cortes em seus vencimentos, como os professores lidavam com isso? Como os professores se relacionavam nessa situação?

Primeiro veio o desespero, o primeiro mês foi desesperador. Porque nós nunca tínhamos tido esse corte, e o Álvaro Dias fez esse corte. Só que no segundo mês, que nós permanecemos em greve, foi aonde o nosso amigo Belinati foi até a Assembleia, ele entrou lá, ele era o prefeito,

chegou lá e falou assim, calma professores, vocês estão com a causa ganha, permaneçam como vocês estão, eu estou montando a partir de hoje uma cooperativa onde vocês terão livre acesso para comprar. Então aí ele montou essa cooperativa, e nós tínhamos livre acesso de ir e vir, livre acesso de compra, aí a gente comprava na caderneta pra pagar depois, quando recebesse pagava. Nisso, muita gente não pagou, ficou devendo, e aí ele cobrou, isso que ficou feio, né. Porque foi lá fez uma coisa bonita e depois.

8. Sobre o movimento em todo o Estado, a adesão foi favorável? Os professores colaboraram com a greve? Como você descreve a proporção da greve?

Eu acho que sim, foi a maior adesão que já teve, daquela de 88. Ah, eu acho que uns 98% porque até Curitiba parou. E Curitiba, inclusive, já estava em greve municipal porque o Jaime Lerner era prefeito naquela época. E os municipais estavam junto com a gente, os professores. Então juntou tudo, virou uma coisa. Todo mundo fala que foi 100%, mas não foi, porque município estava junto. É 98% do Estado.

9. Como você descreve esta participação aqui em Londrina?

Essa de 88 foi a melhor que teve. Foi a primeira e a melhor que já estive, porque a de 89 foi mas foi furado, deu muito erro, fomos vendidos em troca de carro e não sei o quê para a Isolde, lá. Nós vimos falhas, mas a de 88 foi a que mais funcionou, mesmo tendo lesões corporais, físicas.

10. Você se recorda quando os professores tomaram a Assembléia Legislativa em Curitiba? O que representou para você este fato? E sobre a série de boicotes aos professores enquanto ficaram na Assembléia, você se recorda de algum? Que sentimento isto traz?

De cobertor e tudo mais, lembro. Foi assim ato corajoso, histórico, homérico. Foi assim algo que eu nunca tinha visto, nenhuma categoria se organizar tão bem, tão maravilhosamente. Em 89 nós tentamos isso também, mas, não foi bem organizada como a de 88. Eu me arrependo de não estar lá em 88, mas, é porque eu estava noiva e meu noivo que não deixou, aí quando eu já estava casada eu fui, mas não foi tão bem estruturado e organizado como a de 88, eles dormiram na Assembleia Legislativa.

[boicotes] ah, não tinha água, energia elétrica, e o banheiro? Eles não tinham acesso ao banheiro. Eu lembro, nossa eu lembro porque foi um horror. Então, porque foi assim, hoje teve uma fala muito bonita da pessoa do Conselho Tutelar, ‘todo mundo passou pelo banco escolar, o advogado, o médico, até o governador. Todo mundo passa por um banco escolar, e o professor é a classe mais desprestigiada que existe’, não é porque já passou, mas até hoje é a classe mais massacrada, mais sofrida, mais desvalorizada, mais desprestigiada. Agora tão tentando resgatar tudo isso, toda essa mágoa, toda essa marca que deixaram, mas não apaga. Marcas deixadas no coração não tira. Então eu acho assim, professor é uma pessoa altamente sensível, ele tem um coração que não é dele, ele tem uma visão que não é dele, ele tem um ideal. Professor que é professor não trabalha pelo dinheiro, ele trabalha por um ideal, por uma vontade, por uma valorização que ele acredita. Ele não trabalha por dinheiro. Porque se a gente fosse trabalhar pelo dinheiro, você não fazia metade das horas que você faz a mais na escola. Mas, uma coisa é certa, a marca deixada por uma fala atravessada, por um falso idealismo, por uma fala contrária, nossa, isso que marca. E Álvaro Dias conseguiu deixar marcas e marcas e marcas e marcas.

11. Sobre o 30 de agosto, quando a passeata se transformou em confronto com a cavalaria da polícia militar, você estava presente? Como estas informações chegaram até você? Como você se recorda deste dia?

Eu fiquei 24 horas grudada na televisão. Então eu tenho assim, eu fiz meu marido gravar, eu só não sei onde que foi parar a fita do vídeo. Mas, eu tenho isso como a máscara negra, pra mim, sabe. Onde já se viu uma pessoa que educa, que dá informação, que faz a transformação de uma pessoa que não pega no lápis, de repente a pessoa está lendo, escrevendo, fazendo contas, e joga uma bomba em uma pessoa dessa? Machuca, veio estilhaço de bomba na perna. Então isso pra mim, isso é holocausto, pra mim aquilo lá foi como se fosse um holocausto. Mas, isso é a minha filosofia, aquilo ali foi a parte mais negra da educação.

Tristeza, muita, sabe, eu chorei em casa, não podendo estar lá, assistindo tudo isso, até hoje sabe, a data 30 de agosto fica marcada por essa choradeira que foi, e essa mágoa de não poder estar junto, de não poder ter sentido isso, e de ter ouvido falar que o professor era uma pessoa agressiva e tal, e ele não foi agressivo, ele estava ali querendo um direito que lhe pertence.

#### SOBRE ÁLVARO DIAS:

1. Sobre o governador do Estado na época, Álvaro Dias, como você o representaria?

Olha, pra começar não consigo ouvir a voz dele na TV, eu não sei como mantém uma pessoa dessa no poder ainda, senador, ou quem quer que seja, pra mim ele não serviria nem pra zelador de um condomínio. Mas, eu não sou o poder, então. Eu descrevo ele uma pessoa assim altamente autoritária, terrorista, ele nas suas falas ele, tem gente que, eu tenho parentes, de dentro de casa que falam que eu tenho essa visão deturpada, mas, pra mim ele foi um ditador. Todo mundo fala de Getúlio Vargas, Getúlio Vargas foi a melhor pessoa que já esteve, ele que fez a mulher ser independente, ter seu voto, ter profissão, ter carteira assinada. Então isso não é ditador, ditador é aquela pessoa que dita regras e quer que você cumpra de qualquer jeito, de qualquer forma. E ainda vem falar que mulher tem que ser cuidada mesmo por homem e tratada dentro de casa para esquentar, como diz né, esquentar a barriga no fogão, esfria na pia e cuide do seu marido porque ela não tem nada que ficar fazendo greve. É uma fala muito estranha para uma pessoa que, ele não serve, pra mim ele não serve pra liderar nada.

2. O governador veiculou, durante a greve, várias propagandas na televisão e rádio, afirmando que o salário do professor era alto em relação ao número de horas trabalhadas. Como você percebia este tipo de veiculação?

Ué, mas é claro, ele comprou a mídia. Então todos os governos têm direto acesso às mídias, porque eles cobram um cachê altíssimo, a APP não tinha condições, mesmo que fizesse uma arrecadação de todo mundo, todo mundo sem salário, como é que nós íamos ajudar a APP a ter um canal que falasse bem ou mal do governo naquela época? Então ele tinha todo o acesso ao canal de TV, e aí o que aconteceu? Ele falava o que ele queria, fala quem pode obedece quem tem juízo. E o povo acredita no governo, né, porque para os agricultores ele foi muito bom, porque pros fazendeiros que tinham dinheiro ele foi muito bom, pra fazer estrada ele foi muito bom, mas, não vive disso, né, o Estado.

3. Sobre a postura de “não diálogo”, que o governador adotou em relação ao movimento, como foi sentida por você?

É não diálogo mesmo, então se vocês voltarem a gente conversa, nem voltando ele não conversou. Ah, um mal estar, se eu falar pra você que até hoje quando eu falo disso me dá uma revolta tão grande, porque ele tinha prometido pagar todos os dias parados, pra uns ele pagou bem, e ele fez esse favor, de pra outros ele pagar mal, pra dar esse dissabor, fica uma pessoa recebia bem, outro recebia mal. Então ele fez tudo isso.

4. Após os acontecimentos de 30 de agosto, quando houve o confronto com a cavalaria da polícia, Álvaro Dias, publicou nos jornais de veiculação local e estadual, inclusive na Folha de Londrina, um manifesto de nome “Isto é Educação?”, que trazia como principais culpados pelo ocorrido os próprios professores, que os policiais estavam apenas se defendendo. Você conhece este manifesto? Como você percebe este discurso feito na época?

Tudo comprado. Ele comprou tudo isso, e outra, ele fez isso junto com o Jaime Lerner, descobrimos depois, porque ele também estava por trás disso, então é uma fala unida. Então isso daí é uma compra, um pacote de viagem, e aí ele lançou isso na mídia e pegou. Porque o pai acredita naquilo que ele tá vendo da informação.

#### VOLTA AO TRABALHO:

1. Em Assembléia, no dia 20 de setembro de 1988, os professores decidiram retomar as atividades no dia 22, como você recebeu esta notícia? Já estava sendo esperada?

Já, a gente já esperava, porque já não estava dando mais suporte, ele falando desse jeito, tratando os professores muito mal, então nós resolvemos mesmo voltar. Só que nós descobrimos que teve uma venda, uma negociação por trás disso, então isso foi um mal, entre a APP e o governo, então é onde desmoralizou.

2. Como foi o retorno ao trabalho? Qual o sentimento mais forte naquele momento?

É os alunos falarem, ‘poxa, mas vocês voltam agora’, principalmente os maiores que estavam entendendo, ‘com quase tudo ganho e voltaram numa hora errada’. Mas daí nós deixamos passar, nós nem demos muita resposta, porque nós já estávamos machucados, então.

3. Como foi a reação dos alunos?

Ficaram sem entender, sem entender e nós não quisemos explicar mais porque daí ia virar um balaio de gato, então resolvemos não explicar.

4. Como você percebeu a reação dos outros professores?

Todo mundo tava chateado, todo mundo tava com dissabor. Porque isso daí foi assim, deu uma margem à incredibilidade da APP, foi muita gente desacreditado. A APP ficou desacreditada. Então, nossa, até eles recuperarem tudo isso deu o que falar.

#### SOBRE O SINDICATO:

1. Como você avalia a ação da APP durante a greve?

Ela estava indo muito bem, não precisava ter se vendido, nem se corrompido. Mas isso é uma fala que eu não assisti, eu ouvi, então, aquilo que a gente ouve a gente não transmite pra frente, mas, que ficou marcado que a APP se vendeu numa hora errada. Fez um acordo de amigos, de cavalheiros numa hora errada. Porque nós estávamos com a faca e o queijo ganho e eles se venderam por pouca coisa.

2. Como a liderança da APP agia com os professores? Havia pressão?

Havia, alguns pressionavam bem, outros mais ou menos. Mas a APP nunca foi assim uma liderança forte que vai nas escolas, que abraça o professor, que acolhe o professor. Eles são muito distantes, sabe.

3. Havia uma liderança forte ou um coletivo que se sobrepunha a essa liderança?

O coletivo era forte, era muito forte, e o professor era forte.

#### SOBRE A IDENTIDADE:

1. Qual a importância desta greve para a questão da identidade do professor paranaense, existe uma relação?

Marcou. Isso ficou marcado. Porque você pode falar do 30 de agosto que todo mundo sabe que é o Paraná, sabe, é a luta pela luta do Paraná. Então o Paraná ficou bem gravado, inclusive São Paulo já teve isso, mas foi depois. Paraná foi o primeiro que teve essa manifestação. Então eu acho que Paraná saiu na frente. É a identidade do professor, no entanto, você pode reparar que Paraná é o Estado que melhor se compõe no Brasil.

2. Você acredita que a greve favoreceu o sentimento de pertencimento a um grupo específico e a identificação com este grupo de professores?

Eu acho, eu acho que agora se uniu mais. Professor viu que é muito unido, e que ele pode, e que ele consegue. Porque nós com força nós conseguimos tirar o Lerner, então nós vimos que com uma greve lá nós conseguimos tirar.

3. Você acredita que, apesar de não alcançarem os objetivos, a greve de 1988 foi válida? Isto fortaleceu a categoria?

Foi, foi a melhor coisa que já houve. Pode ter sido assim, deturpado e tal, mas, foi a melhor coisa, porque isso que deu união para o professor. Viu que nós temos poder, que quando a gente quer unir a gente consegue. 95% de paralisação, então isso quer dizer que o Paraná tem força sim.

4. Quais são as marcas deste processo nos novos professores?

Os novos professores podem não ter tido aquele impacto que nós antigos tivemos, certo, porque o 30 de agosto já está se perdendo assim e tal. Mas é os velhos que vão ter que fazer aparecer isso nos novos, porque senão não vai acontecer.

5. Como você julga a participação dos novos professores atualmente? Há participação neste tipo de movimento? Há uma identificação com o movimento de 1988?

Se não tivesse o estágio probatório participariam mais, você pode ver que depois do estágio probatório os professores se engajam melhor, porque eles tem uma visão nova. É o medo do probatório, todo mundo tem, todo mundo passa por isso, mas depois, aí se engajam. E outra, essa juventude nova de professor tem mais força do que nós.

6. Sobre a questão política, o movimento influenciou as decisões políticas posteriores no Estado? Qual a sua opinião sobre isto?

Ixi, os governadores já estão entrando com um pé, pensando nos professores. O Flávio Arns, secretário da Educação, se transformou em secretário da educação, então ele já pegou duas coisas numa só.

[Álvaro Dias] ixi, isso é uma vitória de todo professor, todo professor quer, nossa, e outra, os velhos que continuarem vão fazer o Álvaro Dias perder cada vez mais.